TOMBAMENTO E GESTÃO EM IGUAPE/SP: POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NOS ANOS 2000

CATHERINA SARANTTO P. PISSATO

São Paulo | 2018

CATHERINA SARANTTO DE PAULA PISSATO

**TOMBAMENTO E GESTÃO EM IGUAPE/SP: POLÍTICAS DO
PATRIMÔNIO CULTURAL NOS ANOS 2000**

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO A VERSÃO ORIGINAL, SOB
RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 18 de julho de 2018

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: História e Fundamentos da
Arquitetura e do Urbanismo.

Orientadora: Profª Drª Flávia Brito do Nascimento.

**SÃO PAULO
2018**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Pissato, Catherina Sarantto de Paula
Tombamento e gestão em Iguape/SP: políticas do
Patrimônio Cultural nos anos 2000 / Catherina
Sarantto de Paula Pissato; orientadora Flávia Brito
do Nascimento. - São Paulo, 2018.
230p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de
concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e
do Urbanismo

1. Patrimônio Cultural. 2. Iguape (sp). 3.
Políticas Públicas. 4. Cidades Históricas. 5. Espaço
Urbano. I. Nascimento, Flávia Brito do, orient. II.
Título.

Nome: PISSATO, Catherina Sarantto de Paula

Título: Tombamento e gestão em Iguape/SP: Políticas do Patrimônio Cultural nos Anos 2000

Dissertação apresentada à Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo e da Universidade de São Paulo.

Aprovado(a) em: 14 de junho de 2018

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). Flávia Brito do Nascimento

Instituição: FAU - USP

Julgamento: Aprovada

Prof(a). Dr(a). Simone Scifoni

Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: Aprovada

Prof(a). Dr(a). Marianna Ramos Boghosian Al Assal

Instituição: FAU – Escola da Cidade

Julgamento: Aprovada

Dedico esse trabalho à Fátima, Edilson e Henrique.
Sem o apoio de vocês, nada seria possível. E a minha
avó Ida Sarantto (*in memoriam*), com todo o meu
carinho e gratidão.

Agradecimentos

Neste agradecimento quero destacar algumas pessoas especiais que, na trajetória do mestrado, me ajudaram muito, de várias formas.

Nesse sentido, gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais Fátima e Edilson Pissato, que me apoiam e me proporcionaram todas as condições para que eu concluísse minha graduação e continuasse os meus estudos, incentivando minha jornada no meio acadêmico.

Agradeço ao Henrique Mesquita, meu companheiro de vida e tantas lutas, pelo amor, apoio e carinho em todos os momentos, e que tanto me auxiliou a superar as dificuldades que o processo reflexivo do mestrado impõe.

Não poderia deixar de incluir nos agradecimentos, minha orientadora, prof^a Dra. Flávia Brito do Nascimento, que me apoio e me incentivou em todos os momentos.

Estendo este agradecimento também as professoras Dr^a Simoni Scifoni e Dr^a Maria Lucia Bressan Pinheiro e Dr^a Marianna Boghosian, pelas valiosas contribuições nas bancas de qualificação e de defesa desta dissertação.

Agradeço muito tudo o que aprendi na USP com as disciplinas, eventos, conversa com alunos e professores.

Ao Iphan e, em especial, aos entrevistados, pelas contribuições importantes e disposição para compartilhar as experiências na gestão da instituição: Ronaldo Ruiz, Valéria Gazafi, Alberto Bertagna e Carina Melo.

Agradeço ainda à Claudia Talib, que abriu a porta de sua casa e tão prontamente me apresentou sua amada cidade, Iguape.

Por fim, agradeço a tantos amigos e colegas, que em algum momento demonstraram seu incentivo e apoio para que eu continuasse com meus estudos, e durante o desenvolvimento desta dissertação. Citarei aqui alguns poucos, mas a lista é muito maior, e saibam que tenho imensa gratidão por todos vocês. Destaco aqui: Camila, Mariana e Fernanda, colegas deste caminho da pós-graduação. Isabela, Julia, Rochelle, Márcia, e em especial Juliana, por compartilhar comigo este carinho por Iguape, e à Michelle, por me ensinar o que é força e perseverança. Obrigada amiga, por acreditar tanto em mim e me apoiar por este caminho. A outros tantos que não foram listados, mas estiveram ao meu lado em algum momento deste longo caminho, muito obrigada!

Resumo

Esta dissertação busca investigar as políticas contemporâneas do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na preservação do patrimônio edificado, tendo como foco principal as políticas desenvolvidas no âmbito da preservação das cidades históricas. Para tanto, foi adotado como objeto de estudo a cidade de Iguape/SP. O intuito dessa pesquisa é discutir o processo de tombamento e a gestão do sítio tombado de Iguape/SP pelo órgão federal de preservação, à luz das políticas de patrimônio desenvolvidas nos anos 2000. Localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, Iguape é um núcleo urbano de origem no período colonial, cuja fundação recua a 1538. Iguape, é uma das cidades mais antigas do Estado, e antes do tombamento federal em 2009, Iguape já era tombada desde 1975 pelo órgão estadual, o Condephaat. A proteção oficial iniciada nos anos 1970 não foi seguida de uma efetiva política de preservação para Iguape, o que produziria, ao longo das décadas um cenário progressivo de abandono. Foi preciso a atenção do órgão federal de preservação, para que houvesse uma efetiva preservação de seu núcleo histórico. O tombamento de Iguape pelo Iphan, colocou a cidade no mapa das discussões do patrimônio nacional e trouxe um novo cenário de esperança para a cidade. A instalação da Casa de Patrimônio e posteriormente do Escritório Técnico do Iphan aproximou o “patrimônio” da população e da administração local, e tem, na medida de seu trabalho, se mostrado uma experiência positiva.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Políticas públicas. Cidades históricas. Iguape. Iphan.

Abstract

This dissertation seeks to investigate the contemporary policies of IPHAN – National Institute of Historical and Artistic Heritage in the preservation of built heritage, having as main focus the policies developed in the context of the preservation of historical cities. For that, the city of Iguape (São Paulo, Brazil) was adopted as object of study. The purpose of this research is to discuss the heritage designation process and the management of Iguape local site by the federal preservation agency, in the light of the patrimony policies developed in the years 2000. Located on the south coast of the State of São Paulo, Iguape is an urban nucleus with origin in the colonial period, whose foundation dates back to 1538. Iguape, is one of the oldest cities in the state, and before the federal heritage protection in 2009, Iguape was already protected since 1975 by the state institution, the Condepaaat. The official protection begun in the 1970s was not followed by an effective preservation policy for Iguape, which would produce, over the decades, a progressive scenario of abandonment. It took the attention of the federal agency of preservation, so that there was an effective preservation of its historical nucleus. Iguape's heritage protection by IPHAN put the city on the map of national heritage discussions and brought a new scenario of hope for the city. The installation of the Heritage House and later the IPHAN Technical Office approached the "historical patrimony" of the population and the local administration, and has, as far as its work is concerned, a positive experience.

Keywords: Cultural heritage. Public policy. Historical cities. Iguape. Iphan.

Lista de Mapas

Mapa 1- Núcleos Urbanos tombados até 2012	52
Mapa 2- Mapa de evolução do traço urbano. 1815.	64
Mapa 3- Mapa de evolução do traço urbano. 1880.	64
Mapa 4- Mapa de evolução do traço urbano. 1945.	65
Mapa 5- Mapa de evolução do traço urbano. 1973.	65
Mapa 6- Mapa de evolução do traço urbano. 1993.	67
Mapa 7- Mapa ilustrativo da proposta de áreas de tombamento e de envoltória do Núcleo Histórico e Paisagístico de Iguape/SP.	81

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Investimentos federal por fonte de recursos.	38
Tabela 2 – Processos de Fiscalização e Licenciamento (2010 a 2014).	112
Tabela 3 – Tipos de intervenção solicitadas (2010 a 2014).	112
Tabela 4 -Tempo de tramitação dos processos de licenciamento em Iguape/SP.	115
Tabela 5 – Reformas simplificadas.	117
Tabela 6 - Tipos de processos de licenciamento e situação dos pareceres.	123
Tabela 7 – Processos de fiscalização, por ano.	133
Tabela 8 – Processos de fiscalização e suas conclusões.	133
Tabela 9 – As 27 propostas do Plano de Ação de Iguape/SP.	147
Tabela 10 – Tabela de ações prioritárias para o PAC CH.	159

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira	43
Figura 2 - Oficina de maquetes na Casa do Patrimônio em 2009.	43
Figura 3- Foto de satélite da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul do Estado de São Paulo	59
Figura 4 – Sobrado dos Balaios, próximo à praça da Basílica.	61
Figura 5 – Casarão “Ximbica’s Bar”, Praça da Basílica.	61
Figura 6 – Foto da Praça da Basílica.	61
Figura 7 – Foto da Praça da Basílica.	62
Figura 8 – Foto da Praça da Basílica e Antiga Casa de Fundação.	62
Figura 9 – Paço Municipal, antigo Sobrado do Comendador.	63
Figura 10 – Foto do Correio Velho.	63
Figura 11 – Foto da Basílica do Senhor Bom Jesus em Iguape, durante a festa do Senhor Bom Jesus, em 2015.	68
Figura 12 – Estudo de manchas de Iguape.	70
Figura 13 - Conjunto urbano tombado pelo Condephaat, com projeção do entorno.	71
Figura 14- Proposta de revisão do tombamento de Iguape pelo Condephaat.	73
Figura 15 – Foto do núcleo urbano de Iguape.	77
Figura 16 - Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape	78
Figura 17 - Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape	78
Figura 18 – Maquete confeccionada na Oficina de Maquetes	87
Figura 19 - Oficina de Maquetes	87
Figura 20 – Roda de memória da cultura caiçara.	89
Figura 21 – Paleta de tintas a cal da Casa do patrimônio. Projeto Cores para Iguape.	91
Figura 22 – Blog da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira.	92
Figura 23 – “Gente que vem” com a ETEC de Iguape.	93
Figura 24 – Eventos realizados e divulgados pela Casa do Patrimônio	93
Figura 25 – Foto da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira em seu antigo imóvel.	94
Figura 26 – Foto do escritório do Banco do Povo, dentro da Casa do patrimônio do Vale do Ribeira.	94
Figura 27 – Foto com vistas a entrada do antigo imóvel da Casa do Patrimônio.	95
Figura 28 -Foto da biblioteca da Casa do patrimônio do Vale do Ribeira.	95
Figura 29 – Ficha M202 – Caracterização dos setores.	100

Figura 30- Perímetro de tombamento do Núcleo Urbano de Iguape, com Nomeação das quadras.

	101
Figura 31– M203 – Averiguação e proposição local.	101
Figura 32 – Planta da quadra Q0105.	102
Figura 33 – Mapa ilustrativo da	102
Figura 34 – Elevações de faces da quadra Q0105.	103
Figura 35 – Convite das oficinas para normatização do Centro Histórico de Iguape/SP.	105
Figura 36 – Foto do comercio nos arredores da Praça da Basílica, em 2011.	119
Figura 37 - Foto do comercio nos arredores da Rua Tiradentes, em 2011.	119
Figura 38- Foto do comercio nos arredores da Rua 9 de julho, 2017.	120
Figura 39 -Localização da intervenção na rua XV de novembro.	125
Figura 40- Fachada estendida da quadra Q1409, na face da R. XV de novembro.	125
Figura 41- Planta de projeto de conservação da residência na R. XV de novembro, 340.	127
Figura 42- Corte de projeto de conservação da residência na R. XV de novembro, 340.	127
Figura 43- Planta do projeto da casa na R. XV de novembro, 340.	128
Figura 44- Corte e do projeto da casa na R. XV de novembro, 340.	128
Figura 45 - Foto anterior da casa na R. XV de novembro, 340.	129
Figura 46 - Foto da obra da casa na R. XV de novembro, 340.	129
Figura 47 - Localização da intervenção na rua Major Rebelo, 590.	134
Figura 48- Fachada estendida da quadra Q1412, na face da R. Major Rabelo.	134
Figura 49 - Foto de 2008 do imóvel da R. Major Rebelo, 590.	135
Figura 50 - Foto de 2012 da casa na R. Major Rebelo, 590.	135
Figura 51 - Foto da obra concluída na R. Major Rebelo, 590.	135
Figura 52 – Foto da intervenção na rua Major Rebelo, 590, com criação de abertura e colocação de porta de vidro.	136
Figura 53- Foto mostrando a abertura de porta lateral no térreo, para acesso exclusivo ao pavimento superior.	136
Figura 54- Imóvel da R. Major Rebelo, após a reforma irregular.	137
Figura 55 – Foto do Edifício do Correio Velho de Iguape, quando era sede dos correios e telégrafos, em 1926.	152
Figura 56 – Foto da fachada do Correio Velho, com contenções metálicas de estabilização de estrutura, década de 1990.	153
Figura 57- Planta do pavimento térreo do projeto de restauro e novo uso do Correio Velho.	154
Figura 58- Planta do 1º pavimento do projeto de restauro e novo uso do Correio Velho.	155
Figura 59- Planta do mezanino, destinado ao arquivo, do projeto de restauro e novo uso do Correio Velho.	155
Figura 60 – Foto das ruínas do Correio Velho.	156
Figura 61- Corte AA - projeto de restauro e novo uso do Correio Velho.	156

Figura 62 - Corte CC e do Anexo - projeto de restauro e novo uso do Correio Velho. _____	157
Figura 63 - Foto da fachada frontal do Correio Velho restaurada. _____	157
Figura 64 - Foto da fachada frontal do Correio Velho restaurada. _____	160
Figura 65 – Foto da fachada restaurada da Antiga Casa de Fundação – Museu Histórico de Iguape. _____	166
Figura 66 – Planta do pavimento térreo da Antiga Casa de Fundação – Museu Histórico de Iguape. _____	168
Figura 67 – Planta do pavimento superior da Antiga Casa de Fundação – Museu Histórico de Iguape. _____	168
Figura 68 – Cortes da Antiga Casa de Fundação – Museu Histórico de Iguape. _____	168
Figura 69 – Fachadas frontais da Antiga Casa de Fundação – Museu Histórico de Iguape. _____	169
Figura 70 – Foto do anexo e jardim aos fundos da Casa de Fundação. _____	169
Figura 71 – Anexo onde foram instalados os sanitários e copa da Casa de Fundação. _____	169
Figura 72 – Fachadas posteriores da Antiga Casa de Fundação – Museu Histórico de Iguape. _____	170
Figura 73 – Sala de exposição 1. _____	170
Figura 74 – Parede de pedra e cal “descascada” – Sala de exposição 1. _____	170
Figura 75 – Sala de exposições 2, e escada de acesso ao pavimento superior. _____	171
Figura 76 – Vista da sala de exposições 2, ao fundo a porta de acesso a sala técnica de reserva. _____	171
Figura 77 – Sala de exposição 2, com a sala de reserva técnica. Aos fundos o pátio coberto	171
Figura 78 – Pátio coberto, aos fundos o acesso ao anexo. _____	171
Figura 79 – Sala de exposições 3, pavimento superior. _____	171
Figura 80 – Sala de exposições 4, pavimento superior. _____	171
Figura 81 – Paço Municipal – 2014. _____	172
Figura 82 – Planta do pavimento térreo do Paço Municipal _____	174
Figura 83 – Planta do pavimento superior do Paço Municipal. _____	175
Figura 84 – Corte CC do Paço Municipal. _____	176
Figura 85 – Maquete eletrônica com vista aos fundos do anexo. _____	176
Figura 86 - Maquete eletrônica com vista frontal do anexo, e passarela de acesso ao Paço Municipal. _____	176
Figura 87 – Fachada Noroeste do projeto do Paço Municipal. _____	177
Figura 88 – Fachada Sudeste do projeto do Paço Municipal. _____	177
Figura 89 – Maquete eletrônica do projeto do Paço Municipal, vista da esquina. _____	177
Figura 90 – Sobrado dos Toledo em 2017. _____	178
Figura 91 – Ofício da PMI, solicitando auxílio para o restauro de edifícios em Iguape. _____	179
Figura 92 – Vista interna das ruínas do sobrado dos Toledo. _____	180
Figura 93 – Planta do térreo do Sobrado dos Toledo. _____	182
Figura 94 – Planta do primeiro pavimento do Sobrado dos Toledo. _____	183

Figura 95 – Planta do segundo pavimento do Sobrado dos Toledo. _____	183
Figura 96 – Maquete eletrônica do projeto, vista interna do Sobrado dos Toledo. _____	184
Figura 97 – Foto da área interna da edificação. _____	185
Figura 98 – Imagem da maquete eletrônica do projeto, com vista ao solarium do Sobrado dos Toledo. _____	185
Figura 99 – Corte parcial do anexo do Sobrado dos Toledo, com vistas à cozinha. _____	185
Figura 100 – Estudo de fachada do Sobrado dos Toledo, referente ao ano 1910. _____	186
Figura 101 - Estudo de fachada do Sobrado dos Toledo, referente ao ano 1950. _____	186
Figura 102 - Estudo de fachada do Sobrado dos Toledo, referente ao ano 2014. _____	186
Figura 103 – Fachadas do projeto do Sobrado dos Toledo. _____	187
Figura 104 – Imagem aérea da maquete eletrônica do Sobrado dos Toledo. _____	187
Figura 105 – Imagem da maquete eletrônica do projeto da fachada dos Toledo, com vistas às fachadas. _____	188
Figura 106 – Foto da Praça São Benedito – início do séc. XX. _____	189

Lista de abreviaturas

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico
COPEDOC	Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material
DPI	Departamento de Patrimônio Imaterial
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABUR	Laboratório de Geografia Urbana
MINC	Ministério da Cultura
PACH	Plano de Ação das Cidades Históricas
PAC CH	Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas
PCH	Programa das Cidades Históricas do Nordeste
PMI	Prefeitura Municipal de Iguape
PNPI	Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SNPC	Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas
UPPH	Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução.....	23
Capítulo 1 - Políticas de preservação: o Iphan na década de 2000.....	29
1.1- Políticas de preservação dos anos 2000.....	29
1.2 - Novos instrumentos de reconhecimento do patrimônio pelo Iphan	43
1.3 - A Superintendência de São Paulo: da política tradicional aos anos 2000	53
Capítulo 2 - Iguape: da proteção do sítio as primeiras ações de preservação	57
2.1 - Iguape, a primeira cidade histórica do Estado de São Paulo	58
2.2 – Antecedentes do tombamento: a gestão do Condephaat, e as iniciativas locais....	68
2.3 - O tombamento de Iguape pelo Iphan	76
Capítulo 3 - As ações de preservação em Iguape após o tombamento federal (2009 – 2014)...	85
3.1 - A Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira	85
3.2 – A gestão do sítio através dos licenciamentos.	95
Capítulo 4 - O PAC Cidades Históricas em Iguape: da definição do plano de ação a escolha de Iguape entre as 44 cidades selecionadas.....	141
4.1 - O Plano de Ação das Cidades Históricas	141
4.2 - PAC CH: as recentes ações para preservação do Centro Histórico de Iguape	161
Considerações finais	191
Referências bibliográficas	197
Anexos.....	205

Introdução

Esta dissertação busca investigar as políticas contemporâneas do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na preservação do patrimônio edificado, tendo como foco principal as políticas desenvolvidas no âmbito da preservação das cidades históricas. Para tanto, foi adotado como objeto de estudo a cidade de Iguape/SP. O intuito dessa pesquisa é discutir o processo de tombamento e a gestão do sítio tombado de Iguape/SP pelo órgão federal de preservação, à luz das políticas de patrimônio desenvolvidas nos anos 2000.

Localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, Iguape é um núcleo urbano de origem no período colonial, cuja fundação recua a 1538. Localiza-se no Vale do Ribeira, região do Estado de São Paulo que guarda uma imensa riqueza histórico-social e ambiental, mas que apresenta os mais baixos índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado, conformando um panorama no qual faltam escolas, hospitais, saneamento básico, e todo tipo de serviços e equipamentos públicos necessários para atender a demanda da população (Iphan/SP, 2009). Um cenário de pobreza, resultado de um processo histórico particular agravado pela insuficiência de políticas públicas para lidar com tais desafios, tornando a região, a mais socialmente vulnerável de São Paulo (Zagato, 2017). Esse cenário se mostrava propício para receber atenção do Estado através das políticas públicas dos anos 2000 (Iphan/SP, 2009) desenvolvidas pelos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, no governo Lula, que visavam promover o desenvolvimento social através da valorização e promoção do patrimônio cultural.

Nos anos 2000, como aponta Porta (2012), registra-se um momento em que a política de preservação ressurge como política de estado, e são abordados temas como a ampliação do conceito de patrimônio cultural, a ampliação da participação social, uma maior democratização de cultura e do patrimônio cultural.

Sobre a atuação do Iphan nos primeiros períodos de ação do órgão, existe significativa literatura, contudo, sobre a contemporaneidade há pouca bibliografia. Compreendendo o tombamento de Iguape, realizado em 2009, como um caso paradigmático indissociável desse momento político e social que se instaurava no Brasil, um caso em que o caráter da participação social se mostra um importante delineador do processo e cujo resultado do tombamento se mostra inovador sob muitos aspectos, surgiu o interesse em desenvolver um estudo sobre o caso. Pareceu-nos pertinente abordar um caso que demonstra intrínseca relação com o período, buscando contribuir com a difusão do conhecimento sobre esse momento tão significativo para as políticas de preservação no Brasil e para o Iphan. Um momento que dado os novos tempos de crise econômica e política, parece definitivamente findado.

A primeira inquietação ao se conhecer melhor o objeto de estudo no município de Iguape/SP, e a mais evidente, foi tentar compreender de que forma os conceitos e critérios abordados pelo Iphan no tombamento permeiam as ações de gestão do sítio urbano protegido. Outros questionamentos surgiram à medida em que se desenvolvia o trabalho de pesquisa, tais como: de que forma as características arquitetônicas têm sido preservadas nesta abordagem e quais instrumentos auxiliam nessa preservação; de que maneira essa gestão pelo órgão federal de preservação se relacionou à gestão pelo órgão estadual de preservação (Condephaat) e pelo governo municipal; como a ação do Iphan em Iguape demonstra mudanças em relação às práticas tradicionais do Iphan; e qual o saldo que ficou para a população iguapense a partir do tombamento realizado em 2009 e desses quase dez anos de gestão pelo Iphan. Por fim, indagações sobre o PAC CH se apresentaram, especialmente após a participação em eventos¹ que discutiam os programas de preservação implantado nacionalmente: O PAC CH de fato trouxe novidades ao campo das práticas de preservação? De que forma o PAC CH se desenvolveu em Iguape? Qual o resultado do programa para a cidade? Estas foram algumas das inquietações que permearam a pesquisa que resultou nesta dissertação. Algumas, a sua medida, puderam ser respondidas, outras, devido a impossibilidade de tempo, não, mas indicam um campo fértil para novos trabalhos.

Iguape, é uma das cidades mais antigas do Estado, e antes do tombamento federal, em 2009, Iguape já era tombada desde 1975 pelo órgão estadual, o Condephaat. Como vários estudos recentes² abordam, a proteção oficial iniciada nos anos 1970 não foi seguida de uma efetiva política de preservação para Iguape, o que produziria, ao longo das décadas um cenário progressivo de abandono. Foi preciso a atenção do órgão federal de preservação, que por décadas³ postergou a preservação de Iguape, para que houvesse uma efetiva preservação de seu núcleo histórico. O tombamento de Iguape pelo Iphan, colocou a cidade no mapa das discussões do patrimônio nacional e trouxe um novo cenário de esperança para a cidade. A instalação da Casa de Patrimônio e posteriormente do Escritório Técnico do Iphan aproximou o “patrimônio” da população e da administração local, e tem, na medida de seu trabalho, se mostrado uma experiência positiva do ponto de vista técnico. Com a capacidade fiscalizatória melhorada, devido a presença dos técnicos locais, a descaracterização e destruição do patrimônio cultural, comuns durante os anos em que o Condephaat encontrava-se física e institucionalmente distante da cidade, diminuíram consideravelmente.

A partir das inquietações levantadas durante o processo de pesquisa, e compreendendo que o Iphan estabeleceu uma série de ações em prol da preservação do patrimônio local,

¹ A autora participou dos eventos: “Seminário: O PCH/Programa de Cidades Históricas: um balanço após 40 anos” 16 e 17 de novembro 2015, e do “O ArquiMemória 5” entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 2017. Nestes eventos foram colocadas importantes questões quanto a atuação dos programas de preservação do patrimônio implantados nacionalmente como o PCH, o Monumenta e o atual PAC CH.

² Zagato (2017), Pinheiro (2013), Martins; Pinheiro (2014) e Nascimento e Scifoni (2016).

³ Como veremos adiante, por diversas vezes ao longo da história do órgão houve possibilidades para realização do tombamento de Iguape, que só foi efetivado em 2009.

objetivou-se com essa dissertação construir uma síntese do que foram esses oito anos iniciais de gestão da primeira cidade histórica tombada em nível federal no Estado de São Paulo.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa dissertação consistiu-se em dois enfoques principais. O primeiro enfoque diz respeito fontes secundárias que possibilitassem contextualizar e embasar a pesquisa, como estudos que abordam as políticas de preservação desenvolvidas pelo Iphan nos anos 2000 e o histórico de tombamento do Centro Histórico de Iguape. O segundo enfoque diz respeito ao cerne da pesquisa precisamente, a pesquisa de fontes primárias. Nestas se buscou coletar e analisar o material relativo à gestão do Centro Histórico de Iguape, desde 2009 até os dias atuais. Para este fim, foi realizado um exaustivo levantamento documental no Arquivo da Superintendência do Iphan em São Paulo e a posterior tabulação das solicitações de intervenção referentes ao tombamento do Centro Histórico de Iguape. Sobre esses documentos vale destacar que o material englobava não só as solicitações, mas também os pareceres técnicos resultantes das análises e todo o material necessário à análise, como plantas, relatórios fotográficos, etc. Além desses, foram levantados documentos referentes à gestão da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira, nos anos iniciais, entendendo que a educação patrimonial foi um eixo importante do tombamento. Ainda como fontes primárias, consideramos fundamental pesquisar documentação sobre o Plano de Ação das Cidades Históricas e do PAC CH em Iguape.

A partir dos documentos foi identificado que, pautados na lógica de que o processo de gestão deveria ser uma continuidade do processo de tombamento, a Prefeitura de Iguape utilizou-se do dossiê de tombamento de Iguape como base de estudo para as proposições do Plano de Ação para a cidade. Dessa forma, estabeleceu-se objetivos que contemplassem os três setores propostos no pelo tombamento da Cidade. Assim foram indicadas ações de valorização e requalificação do patrimônio, através de restauro de alguns edifícios da cidade; implantação de programa de educação patrimonial na rede municipal de ensino; desenvolvimento de normatização (legislação-zoneamento) e gestão do patrimônio cultural, projetos de infraestrutura e recuperação do parque ecológico e histórico do morro da Espia, projetos de infraestrutura para o complexo estuário lagunar do Mar Pequeno e do canal do Valo Grande. Enfim, uma série de propostas que visavam tratar os problemas estruturais de forma global e integrada, com uma leitura voltada ao tecido urbano e sua articulação com a paisagem local, acompanhando a proposta de tombamento da cidade. Devido a uma série de questões políticas e econômicas, o programa PAC CH vem sendo executado com uma proposta bastante reduzida, concentrando seus esforços e recursos em execuções de obras pontuais e em poucos municípios, diante da demanda: dentre as 170 cidades que participaram do Plano de Ação das Cidades Históricas, apenas 44 foram contempladas pelos recursos do PAC CH. Nesse cenário, no estado de São Paulo foram selecionados, para participação no programa, apenas três municípios: Iguape, Santo André (restauros na Vila de Paranapiacaba) e São Luiz do Paraitinga. Em Iguape, com o orçamento disponibilizado foi possível restaurar a Antiga Casa de Fundação, e espera-se que logo sejam iniciadas as obras do Paço Municipal e Sobrado dos Toledo. Todo o material referente ao

processo do PAC CH, incluindo os projetos das obras, foi levantado junto ao Iphan, e pôde embasar o capítulo quatro da dissertação.

Buscando complementar a pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas que propiciaram momentos de diálogo com alguns dos agentes envolvidos no processo de gestão da cidade.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos:

O primeiro capítulo apresenta um panorama das práticas de preservação desenvolvidas pelo Iphan nos anos 2000. Neste período, o órgão passa por uma grande reestruturação técnica, administrativa, e também conceitual, que resulta numa nova política de proteção, e na ampliação da atuação do órgão. Neste contexto foram abordadas questões sobre: a ampliação dos conceitos de patrimônio, a criação de novos instrumentos de proteção, como a chancela da paisagem cultural, a reestruturação técnica e administrativa do Iphan e a política de ampliação do chamado “estoque patrimonial”. Por fim o capítulo aborda de forma sucinta a atuação da Superintendência de São Paulo na história do órgão, desde o início de sua estruturação em 1937, até a atuação da superintendência paulista nos anos 2000.

No segundo capítulo, é apresentado o caso singular do processo de patrimonialização do Centro Histórico de Iguape, concluído em dezembro de 2009. O tombamento insere-se no contexto da transformação das políticas de preservação do patrimônio cultural. Neste capítulo foi abordada a formação urbana do sítio, sua a proteção em instância estadual pelo Condephaat nos anos 1975, e por fim o processo de tombamento de seu Centro histórico, realizado pelo órgão federal em dezembro de 2009. Buscou-se apresentar o processo de tombamento pelo Iphan, com o intuito de discuti-lo no contexto das novas políticas do órgão apresentadas no primeiro capítulo, abordando como esse cenário foi definidor do processo singular de patrimonialização do objeto de estudo. Nessa perspectiva foi apresentado a forma como esse processo se deu: como foram realizados os trabalhos e workshops com a participação da sociedade, e o resultado dos estudos, com a definição do complexo e amplo perímetro de proteção da primeira cidade histórica tombada pelo Iphan no Estado de São Paulo.

No terceiro capítulo foram abordadas as ações de gestão do patrimônio empreendidas pelo Iphan nos primeiros anos pós-tombamento, indo da instalação da Casa do Patrimônio ainda durante o processo de tombamento, em 2009, até a atuação institucional por meio dos processos de licenciamento na área tombada e seu entorno. Ao abordar a instalação da Casa do Patrimônio de Iguape são apresentadas as primeiras iniciativas de educação patrimonial voltadas para sua estruturação e consolidação como espaço especializado na temática do patrimônio cultural, e os trabalhos de educação patrimonial realizados no espaço nos seus primeiros anos de atuação. No capítulo também são apresentadas as iniciativas para regulamentação do centro histórico, como a elaboração das cartilhas de orientação para reformas simplificadas no Centro Histórico de Iguape/SP, e os trabalhos para normatização do sítio tombado e seu entorno. Ambos se relacionam à necessidade de consolidar critérios e diretrizes para o centro histórico. O primeiro

resultou na construção de manuais para auxiliar a moradores e técnicos nos processos de licenciamento, os quais passaram a balizar os licenciamentos, buscando evitar as análises "caso a caso". O segundo nasceu de uma iniciativa do Iphan, com apoio da Prefeitura Municipal que incluiu a iniciativa no Plano de Ação das Cidades Históricas para Iguape. Isso resultou na contratação da consultoria sobre o centro histórico para subsidiar a normatização do sítio. Contudo, até hoje a normatização do Centro Histórico de Iguape não foi finalizada.

Finalizando o capítulo ainda foi abordada a implantação do Escritório Técnico (não oficial) do Iphan dentro da Casa do Patrimônio e os procedimentos cotidianos do Iphan, realizados num primeiro momento pelos funcionários locados na Superintendência paulista, e posteriormente pela arquiteta residente do Escritório de Iguape. Neste contexto, é apresentado um estudo dos processos e procedimentos de licenciamento realizados entre 2010 a 2014. Para isso, foram levantados e estudados os processos de análise e aprovação de projetos de intervenção e processos de fiscalização referentes aos perímetros tombado e de entorno de Iguape, demonstrando a atuação do Iphan na preservação do patrimônio local.

O último capítulo corresponde à discussão sobre a participação do Município de Iguape no PAC CH, que resultou na seleção nas três ações de restauro: a Casa de Fundação (Museu Histórico Municipal), o Paço Municipal e as ruínas do Sobrado dos Toledo (Atendimento ao Turista/Romeiro). O capítulo se inicia pela participação de Iguape no Plano de Ação das Cidades Históricas, lançado pelo governo federal no ano de 2009. O plano, entre outros objetivos, apresentava como meta enfrentar problemas estruturais das cidades históricas e promover o desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural. Além disto, visava orientar a priorização de investimentos no âmbito do planejamento integrado para o patrimônio cultural e definir ações e projetos para implementação do PAC Cidades Históricas. Abordamos, neste capítulo a forma como os trabalhos de planejamento aconteceram, e de que maneira foram estabelecidas as 27 ações que conformaram o PACH para Iguape. Da mesma forma é apresentada uma análise sobre quais ações conseguiram ser efetivadas. Dentre essas ações, uma das poucas que conseguiram ser efetivadas, foi o restauro do Correio Velho, promovida pelo Iphan, e iniciada ainda no início do ano de 2010. O restauro da edificação, antiga demanda da comunidade, também foi abordado no capítulo 4, já que sua execução está ligada ao Plano de Ação estabelecido pelo município. A participação no Plano de Ação das Cidades históricas possibilitou que em 2013 a cidade fosse uma das 44 selecionadas no PAC Cidades Históricas. Finalizando o capítulo é apresentado o PAC CH, último programa federal idealizado para a recuperação do patrimônio cultural, executado no âmbito do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, e as três ações de restauro selecionadas no município de Iguape: A Casa de Fundação, que abriga o Museu Histórico Municipal, o Paço Municipal, e o restauro do Sobrado dos Toledo, para instalação de um Centro de Atendimento ao Turista/Romeiro.

Ressaltando que a presente pesquisa está inserida no âmbito das novas práticas para preservação do patrimônio, que têm resultado numa ampliação e democratização daquilo que denominamos patrimônio cultural, reconhecendo uma maior diversidade das expressões e dos valores culturais, espera-se que esta pesquisa contribua para estudos das políticas públicas de patrimônio, principalmente no que tange a gestão de cidades históricas ou núcleos urbanos tombados.

Capítulo 1 - Políticas de preservação: o Iphan na década de 2000

1.1 - Políticas de preservação dos anos 2000

A década de 1990 configurou-se em um período de desmonte das instituições federais de cultura, interrompendo o momento de avanço das políticas de preservação da década de 1980. Iniciado no governo Collor (através da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990) este desmonte é marcado, entre outras ações, pela extinção da FNPM (Fundação Nacional Pró-memória), e do Iphan e pela criação do IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural), que absorveu os dois órgãos. Segundo Pereira (2015), o período do IBPC é marcado por demissões e mobilizações que paralisaram a Instituição, que perdeu quase a metade de seu corpo técnico ao longo da década de 1990. Com o esvaziamento de seu quadro técnico, e os problemas enfrentados com falta de orçamento, durante toda a década de 1990 o Iphan teve uma atuação bastante restrita - o número de tombamentos no período caiu a nível mínimo, registrando-se durante toda a década 41 tombamentos, sendo que pela primeira vez na história da Instituição não houve tombamentos por dois anos consecutivos: 1991 e 1992 (Porta, 2012). Um fator, que contribuiu para que a década 1990 fosse um período menos próspero na história das políticas públicas de preservação, foi o estabelecimento de governos com uma política neoliberal nos anos que se seguiram. A autora aponta que os governos que sucederam Collor seguiam uma política de redução da ação do Estado, onde atribuía-se baixa relevância e investimento mínimo à cultura.

Como apontam Rubim (2010), Porta (2012), Sant'Anna (2003) e o Iphan (2010a), na década de 1990, os orçamentos para a Cultura foram reduzidos ao extremo, e os órgão ligados ao Ministério da Cultura não conseguiam cumprir suas funções e missões constitucionais, dada a escassez de recursos financeiros e humanos. Nas palavras de Juca Ferreira:

O governo herdou um Ministério da Cultura muito aquém da grandeza cultural do país; era como se o Estado houvesse renunciado a cumprir seu papel no desenvolvimento cultural da sociedade brasileira e de gestar as políticas públicas para satisfazer as necessidades e demandas culturais da sociedade" (Brasil, 2007c, apud Iphan, 2008, p.43)

O Iphan, esvaziado, sem recursos, com suas funções reduzidas e uma estrutura precária, deixou de ser o *locus* principal da ação preservacionista na década de 1990. Perdendo, portanto, grande parte de suas atribuições e de sua importância institucional.

Além do desmonte das estruturas de gestão da cultura nos primeiros anos de 1990, a década foi assinalada também por um período, segundo Marcia Sant'Anna, de "cidade-atração", momento da história da preservação marcado por uma série de intervenções em sítios históricos e áreas centrais, cujo objetivo visava a requalificação destes espaços destinando-os a usos

relacionados ao turismo e ao lazer. Essas intervenções foram executadas inicialmente em cidades do Nordeste, realizadas pelos governos locais, e foram consideradas “bem-sucedidas” do ponto de vista político, visto que colocaram as cidades em evidência no cenário nacional, funcionando, como bem explica Sant’Anna, como “poderosas peças promocionais das respectivas cidades e seus patrimônios” (Santa’Anna, 2003, p. 156). Nos anos 1990 o patrimônio, portanto, surgia como um recurso econômico e instrumento de promoção das cidades históricas, sendo considerado “uma excelente ‘porta de entrada’ para o desenvolvimento de negócios nas áreas de projeto, consultoria, (...) e serviços urbanos.”

Compreendendo como necessária a recuperação das instituições de cultura, inclusive como fator para o desenvolvimento social, a partir do governo Lula, em 2003, é construída uma nova política pública cultural baseada num entendimento da cultura em três dimensões: 1) cultura como produção simbólica, com foco na valorização da diversidade, das expressões e dos valores culturais (visão que resultou num entendimento mais amplo de cultura, como veremos a diante); 2) cultura enquanto direito e cidadania, com foco nas ações de inclusão social por meio da Cultura; 3) cultura como economia capaz de produzir riqueza, trabalho e renda (Porta, 2012). O Estado volta a ter um papel ativo no campo cultural e a cultura passa a ter um papel estratégico, como complemento das demais políticas estabelecidas nesses anos para desenvolvimento social (Rubim, 2010). Nas palavras do então Presidente da República:

Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como a base da construção e da preservação da nossa identidade, como espaço para a conquista da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da auto-estima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as dimensões, da simbólica à econômica. Vem daí o nosso entendimento da cultura como uma das preocupações centrais do Estado. (Lula da Silva, 2007, apud Rubim, 2010, p.20)

Durante o governo Lula, o orçamento do Ministério da Cultura (MinC) e de suas vinculadas foi paulatinamente se recuperando, as instituições culturais voltaram a crescer, e buscou-se a implementação de políticas duradouras para a área da cultura e especialmente do patrimônio cultural (Rubim, 2010). Para isso, o governo focou seus esforços no fortalecimento das instituições culturais, e na ampliação do diálogo com a sociedade, para o desenvolvimento de um trabalho democrático, de abrangência territorial, de inclusão social e de atendimento à diversidade cultural (Motta, 2012). Nesse período inicial de governo (de 2003 a 2008) o orçamento do Iphan dobrou, da mesma forma cresceu o campo do patrimônio cultural brasileiro, incluindo não apenas os bens materiais, mas também as manifestações imateriais da cultura brasileira (Iphan, 2008), isso graças a adoção da noção “antropológica” de cultura.

Buscando valorizar a diversidade das expressões culturais brasileiras, fomentar o respeito à diversidade cultural e o fortalecimento do sentido de pertencimento a determinados grupos sociais, o MinC dos anos 2000, amplia o conceito de cultura “de conjunto de formas tradicionais das Belas-Artes para o sentido antropológico do termo” (Iphan, 2008, p.21). Usa-se a definição da

Organização das Nações Unidas (UNESCO) (definição de Monticault, 1982), para apresentar que, nesta concepção cultura seria: “o conjunto de características distintas espirituais e materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abarca além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (apud Iphan, 2008, p.21). Trabalhar com essa noção antropológica de cultura permitiu que o MinC deixasse de ter seu raio de atuação focado ao patrimônio material e às artes reconhecidas e abrisse suas fronteiras para outras culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; audiovisuais; das redes e tecnologias digitais, etc. (Rubim, 2010).

Nesse contexto de transformações das políticas públicas culturais, os anos 2000 marcam também no Iphan um período de intensa atividade, quando o órgão passa por uma reformulação, recebendo considerável aumento de investimentos e apresentando uma preocupação em fortalecer sua gestão. O período representará importantes ações na agenda do patrimônio, como a criação da Chancela da Paisagem Cultural em 2009 e realização de diversos tombamentos emblemáticos.

Acompanhando o trabalho desenvolvido pelo MinC, e buscando colocar o patrimônio cultural e sua preservação na agenda do desenvolvimento social no país, neste mesmo momento são estabelecidas as diretrizes que passaram a nortear a formulação e implantação dos programas e das ações do Iphan. Por exemplo, entendendo que na dimensão econômica do patrimônio cultural, se reconhece a importância deste como gerador de emprego e renda, o órgão propõe o objetivo de fortalecer a utilização econômica do patrimônio cultural brasileiro. Para isto, são definidas como diretrizes: a reinserção do bem protegido na dinâmica social, a qualificação do contexto urbano no qual se encontra inserido o bem, e a promoção do desenvolvimento local através da potencialidade do patrimônio cultural (Iphan, 2008). De acordo com o Iphan:

Não se trata mais simplesmente do Estado fazendo o papel de patrocinador das artes, de mecenas [embora esse também seja um papel importante, em muitos casos], trata-se da possibilidade de intervenção sistemática para a criação de ocupações e geração de renda relacionada às atividades culturais, levando ao desenvolvimento de regiões menos dinâmicas economicamente. (Iphan, 2008, p. 24)

Portanto, buscando uma “auto-sustentabilidade” do bem cultural, o Iphan tem como objetivo garantir uma maior efetividade das ações de salvaguarda para o patrimônio cultural local, através da composição destas diretrizes de ação. Para Porta (2012, p.7), é um momento em que “...há um renascimento da política de preservação do patrimônio como política de Estado, após um longo período de difícil sobrevivência”. Constituem os principais aspectos desta política de preservação, segundo a autora:

- A formulação de diretrizes para orientar a ação institucional, tendo como um dos principais focos o envolvimento da sociedade, e a promoção do desenvolvimento local através da preservação e valorização do patrimônio cultural, acima mencionada;
- A atualização do conceito de patrimônio, adequando-o à diversidade cultural brasileira;

- O fortalecimento institucional do IPHAN e a ampliação do seu campo de ação;
- O aumento de investimentos em preservação e promoção dos bens culturais.
- A abertura para novas áreas de atuação como forma a abranger os diferentes legados da cultura brasileira.
- A formulação e a implantação de novos instrumentos de ação, como o registro Imaterial e a chancela da paisagem cultural.
- O esforço para construir instrumentos de ação conjunta e de gestão compartilhada do patrimônio entre União, estados e municípios. (Porta, 2012, p.7)

Está na base destas propostas a noção de “patrimônio cultural”, o conceito que norteou os princípios, estratégias, programas, e instrumentos do Iphan (Figueiredo, 2014). A noção ampliada de patrimônio cultural passou a ser bastante presente a partir da década de 2000, no reconhecimento dos diversos bens nacionais, porém já aparecia em ações nacionais desde os anos 1970, com mais ênfase na década de 1980. Uma percepção de bem cultural que engloba não só bens materiais, mas também as outras diversas formas de expressão do povo brasileiro, e que está definida nos princípios estabelecidos pela Constituição de 1988 (Iphan, 2008), que estabelece:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Constituição da República Federativa do Brasil, 5/10/1988. Artigo 216.)

Desde a fundação do Iphan, em 1937, o conceito norteador era principalmente relacionado ao valor histórico e artístico. Com essa visão, durante as décadas iniciais, o Iphan se dedicou à proteção principalmente do patrimônio edificado remanescente da colonização portuguesa e do período imperial. (Porta, 2012). Como aponta Scifoni (2017, p.117) o conjunto patrimonial resultante desse período representava “uma visão monolítica do passado brasileiro” que retratava sobretudo as elites políticas, econômicas, religiosas e militar, através de um conjunto de bens formado essencialmente por igrejas católicas, fortes e fortalezas militares, casas de fazendas e engenhos. Segundo a autora, acompanhando Marins (2008), neste conjunto estão muito ausentes sujeitos sociais como os trabalhadores, fossem eles os escravos, os camponeses ou operários. Esse foco induziu a concentração da atuação do Iphan nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, traduzindo-se em uma distribuição desigual do patrimônio nacional no território brasileiro (Rubino, 1996), e uma pouca representatividade do vasto patrimônio da cultura brasileira, já que a política preservacionista se concentrou em “determinados períodos

históricos e determinadas tipologias de bens”, ao que Scifoni(2017) chamou de “caráter desigual do patrimônio”⁴.

Paula Porta (2012)⁵ defende que a política de preservação refletiria de forma mais consistente a diversidade cultural brasileira ao abarcar os diversos legados da cultura. Para isso era necessário incluir a cultura indígena, a cultura afro-brasileira e a cultura popular. Como menciona a autora, tais legados eram pouco presentes na forma de edificações ou monumentos, mas, “largamente reconhecíveis em saberes, modos de fazer, celebrações e expressões artísticas”. Assim o campo de atuação do Iphan passa a incluir “não apenas os bens materiais, mas também as manifestações imateriais da cultura brasileira; não só os bens materiais relacionados à cultura europeia, mas os bens relacionados a todas as matrizes do povo brasileiro” (Iphan, 2008, p.43).

A “política de universalização da cultura” empreendida pelo Iphan, durante a Era Lula, com base numa visão ampliada de patrimônio cultural resultou em importantes tombamentos considerados emblemáticos como: o Roteiros Nacionais da Imigração, que protegeu diversos bens relacionados à imigração alemã, italiana, ucraniana e polonesa em Santa Catarina em 2007; o tombamento da Casa de Chico Mendes, em 2008; o tombamento dos bens da imigração japonesa em Registro e Iguape-SP, em 2010. Desta forma, a ampliação das linhas de atuação do Iphan, resultou em uma expressiva ampliação do número e da diversidade de bens documentados, divulgados e protegidos pelo órgão federal.

Restruturação institucional do órgão

A ampliação do campo de atuação do Iphan, tanto em sua abrangência temática, quanto territorial resultou na primeira reestruturação administrativa do Instituto, em 2004. Segundo Motta (2012), para execução dos novos trabalhos, o Iphan passou a contar com uma estrutura técnica que era composta pelos já existentes Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), Coordenação Geral de Promoção do Patrimônio Cultural, e os então recém-criados Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (Copedoc) e Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) para os acervos museológicos.

Além de ser caracterizado como um período de implantação de políticas públicas de preservação, que buscam compreender o patrimônio cultural em sua diversidade e abrangência

⁴ Ao que a autora, apoiada em Rubino (1996), esclarece que: Em primeiro lugar temos desigualdades regionais, uma vez que o patrimônio está extremamente concentrado em determinados estados da federação; em segundo lugar as desigualdades sociais, o que se verifica nos sujeitos sociais ali representados; por fim, há desigualdades de ordem histórica, que dizem respeito a valorização e ocultação de determinados processos históricos. Além disso, aponta Scifoni (2017) que também valoriza-se até hoje “um determinado tipo de patrimônio” e “uma determinada forma de cultura”, deixando de fora da preservação outros tantos patrimônios referenciais de memória coletiva, como por exemplo as relacionadas ao trabalho e a memória operária.

⁵ Como aponta a ampla bibliografia a respeito: Nascimento (2017), Nascimento e Marins (2016), Fonseca (2005), na década de 1970 e 1980 tiveram início as discussões sobre a necessidade de atualização e ampliação do conceito, para que este fosse capaz de abarcar os diversos legados históricos e culturais da trajetória brasileira.

territorial, a década de 2000, também foi marcada pelo fortalecimento institucional do Iphan (Motta, 2012). Este fortalecimento institucional seria possível através da ampliação dos recursos financeiros procedentes do MinC, e seria caracterizado por uma reestruturação administrativa que criou novas estruturas e recompôs parte do quadro de funcionários e expandiu as sedes do Iphan pelo território nacional.

Um passo importante no fortalecimento institucional do Iphan foi a realização dos concursos públicos para provimento de cargos na Instituição. Após mais de 20 anos sem nenhuma contratação, em 2005 é realizado o primeiro concurso público do Iphan, com o provimento de 148 vagas. Como aponta Motta (2012), embora ainda muito aquém do necessário, e sem conseguir repor as vagas nem abranger o conjunto de necessidades, o concurso foi importante pois proporcionou o ingresso na Instituição de profissionais de diversas áreas, como geografia, história, antropologia, arqueologia, arquivologia, arquitetura, biblioteconomia, engenharia e pedagogia.

Segundo o relatório de gestão do Iphan do ano de 2006 (Iphan, 2006b), houve uma certa melhoria da capacidade e qualidade do trabalho do Iphan, em decorrência da efetivação destes concursados de 2005. Para a Instituição, esse foi o início do processo de fortalecimento e reposição dos quadros técnicos, medida que juntamente com o Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), seria um importante passo para o revigoramento da capacidade institucional e de estímulo ao aspecto intelectual de sua missão (Iphan, 2006b). Contudo o relatório do ano seguinte (2007) não apresenta o mesmo otimismo quanto a renovação do órgão através do concurso. Na publicação, é declarado que o ano de 2006 foi de fato marcado pela chegada dos 222 novos concursados ao Iphan (148 vagas, e mais 74 convocados posteriormente), porém parte significativa dos ingressantes abandonou a Instituição, em função do baixo salário oferecido. Ainda, em função dos baixos salários, o desempenho do Instituto em 2007 foi fortemente prejudicado por uma greve, que teve 70 dias de duração. Esta greve levou a um acordo que previa a implementação de um Plano de Cargos e Salários (Iphan, 2010a). Devido a saída de vários dos funcionários concursados de 2005, e de funcionários antigos, fez-se necessária em 2009 a realização de novo concurso, desta vez com o provimento de mais 187 vagas. Essas vagas foram efetivadas em 2010, dando continuidade à tentativa de recomposição dos quadros técnicos da instituição (Iphan, 2010a; 2011)

Como foi mencionado, o próprio Iphan tinha esperança de que a entrada dos novos funcionários, agora concursados⁶, fosse capaz de proporcionar certo “revigoramento” no órgão. Para os pesquisadores dedicados a estudar este período (Porta, 2012; Figueiredo, 2014; Pereira, 2015), de fato essa renovação de corpo técnico trouxe revigoramento as práticas do Iphan, e foi um importante fator no contexto da efetivação da nova política de preservação do órgão. Para Figueiredo (2014, p.188), por exemplo, foi “essa jovem guarda” introduziu na instituição um novo

⁶ Foram os primeiros concursos públicos, já que os anteriores à Constituição Federal de 1988 eram feitos para pessoal interno, visando à regularização de sua situação funcional. Na década de 2000, a maior parte dos quadros do Iphan haviam sido admitidos pela PróMemória e passaram a servidores estatutários com a extinção da Fundação em 1990 (Motta, 2012).

perfil de gestores, mais abertos e conectados com as mudanças conceituais da área do patrimônio desenvolvidas nas últimas décadas, e mais habilitados para lidar com os novos desafios da gestão do patrimônio, como a supressão de lacunas institucionais e a articulação do órgão com outras áreas e instituições.

Outra estratégia de atuação do Iphan nos anos 2000, é a ampliação do acesso às políticas de patrimônio e às informações sobre as práticas preservacionistas pela população em geral⁷ (Iphan, 2008), e, portanto, a criação de uma estrutura responsável pelo desenvolvimento e fomento a pesquisas sobre o patrimônio cultural seria uma importante ferramenta de difusão do conhecimento, nesta tarefa. Para Motta (2012, p.321), a criação da Copedoc em 2004 atendeu a uma antiga demanda de alguns segmentos do Iphan, que queriam estabelecer um espaço específico para o desenvolvimento de pesquisas sobre as práticas empreendidas no campo da preservação, associadas à área de documentação. Reivindicava-se dentro do Iphan “a produção de conhecimento sobre as práticas de preservação” (Motta, 2012, p.321).

Portanto, com este fim, a Copedoc desenvolveu estudos sobre o campo do patrimônio e implantou uma política de fomento à pesquisa, fosse por meio de oficinas para a troca de conhecimento entre os servidores do Iphan⁸, fosse por meio de editais públicos para o envolvimento de pesquisadores externos. Através da Copedoc, foram criadas séries de publicações dedicadas à difusão das pesquisas e dos acervos documentais do Iphan, composta por livros, cadernos técnicos, cadernos de pesquisa e documentação, catálogos de patrimônio, reedições, entre outros. Em 2004, ainda com intensão de fortalecer o campo da preservação, foi criado também o Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan (PEP), dentro da estrutura da Copedoc. O programa foi estruturado contando com a cooperação técnica da Unesco e tinha por objetivo contribuir para a formação, em nível de especialização, de profissionais de diversas áreas do conhecimento, de modo interdisciplinar, visando sua atuação no campo da preservação. Para isso, a proposta pedagógica do PEP associa às práticas de preservação nas unidades do Iphan ao aprendizado teórico-metodológico e à pesquisa⁹.

⁷ Desde 2006, em cumprimento à Instrução Normativa nº 47, de 27 de outubro de 2004, do Tribunal de Contas da União, que “estabelece normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas”, o Iphan apresenta anualmente o Relatório de Gestão do Instituto, uma publicação que se refere às atividades realizadas no exercício anual financeiro. Através da publicação destes relatórios é possível acompanhar o orçamento e gastos, além de programas desenvolvidos anualmente pelo órgão. Torna-se também um precioso documento de investigação sobre o Iphan, que pode contribuir com a produção acadêmica acerca do órgão.

⁸ Apesar de não ter sido realizado precisamente pelo Copedoc, merece aqui destaque especial o 1º Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, realizado pelo Iphan em 2009. O 1º Fórum do patrimônio cultural - Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão foi realizado na cidade de Ouro Preto, entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2009. Desde 2007 o Iphan empreendia esforços para a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), e o fórum também fazia parte do processo de construção do SNPC e tinha por objetivo a “discussão, a reflexão, a construção e avaliação conjunta da Política Nacional de Patrimônio Cultural” (Iphan, 2012, p.3). Apesar de projetar que o Fórum se tornaria recorrente, este foi o único encontro de fato realizado. No fórum foram realizados uma série de conferências temáticas e mesas, cujo material de discussões foram editados e publicados pelo Iphan em 2012.

⁹ O programa oferece bolsas de estudos compatíveis com outras agências de fomento à pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo período de dois anos, para

Além da conservação dos documentos e seu tratamento arquivístico, a prioridade do Iphan, através do Copedoc, é também dar acesso informatizado às informações resultantes das atividades de preservação do patrimônio cultural. Para isto, ao longo da década de 2000, e depois na década de 2010, foram disponibilizados investimentos constantes tanto para digitalização do acervo documental pertencente ao Iphan, quanto para disponibilização de informações via internet. Também foram realizados constantes investimentos na dinamização e aprimoramento da página virtual da instituição. De acordo com o último relatório de gestão (2015)¹⁰, a implantação do novo portal, em 2015, “ampliou consideravelmente a difusão do conhecimento e informações, bem como permitiu o acesso a cerca de 14 mil páginas de informações, centenas de livros e documentos técnicos bem como considerável acervo de vídeos e imagens” (Iphan, 2016, p. 21).¹¹

A ampliação dos instrumentos de preservação, e do campo de ação promovida nestes anos permitiu conhecer e preservar um universo muito mais extenso dos bens culturais brasileiros. Porém, tal ampliação exigiu uma presença mais efetiva do Iphan no território nacional, assim, o órgão começou um processo de “capilarização” da instituição no território Nacional, com o aumento de sedes pelo território. Um processo realizado ao longo da década e finalizado em 2009, quando afinal a rede de Superintendências foi completada, com a instalação de sedes em todos os Estados. Ao todo foram criadas 13 novas sedes, e o número de Superintendências passou de 14 em 2000, para 27 em 2009. Esse processo ganhou incentivo durante a gestão de Luiz Fernando de Almeida, que assumiu a presidência do Iphan em 2006. Em seu discurso de posse, durante a 49ª reunião do Conselho, Luiz Fernando declara sua preocupação em destinar recursos financeiros para a criação de novos espaços físicos para a instituição, e transformar as Superintendências regionais em estaduais:

Tenho caminhado também no sentido de fazer um investimento nos espaços físicos da instituição. E preciso explicitar que lançamos, há poucos dias, um concurso público nacional de projetos para a construção da sede do Iphan, em Brasília e estamos também em um processo de compra de várias sedes regionais. Em passado recente, foram criadas várias Superintendências em diversos estados. Penso que precisamos denominá-las Superintendências Estaduais, porque hoje as regionais são a exceção, as estaduais são a regra. (Iphan, 2006^a, p.4 e 5)

A transformação de sedes que tratavam o território de forma regional, para sedes estaduais é uma mudança que contribuiu para a efetivação das estratégias adotadas pelo órgão. Para Porta

alunos selecionados por meio de edital público, a partir de temas e áreas profissionais indicadas pelas unidades do Iphan. A dimensão prática do curso ocorre pela integração dos bolsistas às atividades de rotina nas unidades do Iphan, já a parte teórico-metodológica é organizada pela coordenação do programa, de responsabilidade da Copedoc, no Rio de Janeiro. Em 2011, o PEP foi transformado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) como um Mestrado Profissional. Desde este período, a única modificação significativa do PEP para seu funcionamento como Mestrado Profissional foi a introdução das bancas examinadoras do trabalho dissertativo de conclusão, mantendo-se o restante de seu projeto pedagógico. (Motta, 2012)

¹⁰ Sendo que o último ano a que se teve acesso via internet é o ano de 2015. Não se sabe se este não foi desenvolvido, ou não foi publicado.

¹¹ Apesar de não ter sido disponibilizado novo relatório de gestão contendo tais informações, sabe-se através de acompanhamento constante ao site institucional, que este continua tendo permanente manutenção e atualização.

(2012): “As Superintendências passaram a ter um território mais delimitado sob sua jurisdição, permitindo melhor planejamento de ações, melhoria na capacidade fiscalizatória, maior aproximação da população e maior foco na documentação do patrimônio local.” (Porta, 2012, p.92)

Para o Iphan, esta é considerada uma nova reestruturação, constituindo o fim das sub-regionais com sua substituição por sedes estaduais, o que significou uma ampliação na capacidade diretiva, afinal o principal dirigente, ou seja, o Superintendente, agora se encontra em seu Estados. Dessa forma em 2009, o Iphan aprofundou a sua política de descentralização, o que significou recurso importante não só para a própria instituição, como também para o MinC, uma vez que, dentre suas vinculadas, o Iphan foi o primeiro a possuir representações em todos os Estados brasileiros. Além disto, as sedes das Superintendências começaram a deixar de ser apenas um escritório administrativo para se transformarem em espaços de atendimento ao público.

Outra estrutura de descentralização ampliada durante os anos 2000 foi a dos escritórios técnicos. Segundo relatório de gestão de 2006 (Iphan, 2006b), em 2004 o número de sedes deste tipo era de 11, em 2007 passam a 27, e atualmente existem 31 (Iphan, 2015a). Segundo a Carta de Olinda (2009), a implantação dos escritórios, em conjunto as demais estruturas mencionadas, aumentou significativamente a capilaridade do Iphan e sua presença no território nacional, e de acordo com a visão do órgão, isso possibilitaria que se melhorasse a relação entre a população e os gestores locais do patrimônio.

Apesar de ver de forma positiva, e como uma finalização bem-sucedida do processo de descentralização do órgão - almejado desde 2006 - como consequência dessa política de expansão pelo território nacional, foram diagnosticadas implicações negativas pelo Iphan como o aumento nos gastos com coordenação das atividades das unidades e com a manutenção de novas instalações físicas, tais como a aquisição das novas sedes, gastos com energia, telefone, etc. (Iphan, 2010a).

Portanto, é importante destacar que tal qual aumentaram os gastos internos do órgão, também houve a ampliação de verbas destinadas ao Iphan em 2000, viabilizando toda a reestruturação e fortalecimento institucional ocorridos na década. Porta (2012) demonstra em sua publicação que, no período, o orçamento do Iphan cresceu 502%, de cerca de R\$64 milhões em 2000, para cerca de R\$ 308 milhões em 2010. Tais números são baseados nos dados apresentados por Porta (2012), destacados na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Investimentos federal por fonte de recursos.

ANO	IPHAN*	MONUMENTA**	PRONAC ***73	TOTAL
	orçamento executado	orçamento executado	investimento efetivado	
2000	64.226.000,00	3.432.857,00	88.343.499,37	156.002.356,37
2001	72.675.000,00	14.404.880,00	89.188.242,82	176.268.122,82
2002	80.824.000,00	12.098.160,00	140.597.152,17	233.519.312,17
2003	101.668.000,00	14.517.456,00	166.706.087,35	282.891.543,35
2004	110.571.000,00	22.650.288,00	124.330.034,81	257.551.322,81
2005	116.368.000,00	37.880.442,00	124.437.986,07	278.686.428,07
2006	171.622.000,00	56.282.555,00	131.054.094,69	358.958.649,69
2007	200.032.000,00	69.415.665,00	97.081.414,55	366.529.079,55
2008	240.489.000,00	43.015.676,00	82.149.085,39	365.653.761,39
2009	267.847.000,00	35.586.844,00	30.311.031,00	333.744.875,00
2010	308.746.536,00	15.365.245,00	53.270.649,90	377.382.430,90
Total	1.735.068.536,00	324.650.068,00	1.127.469.278,12	3.187.187.882,12

*Siafi, **Iphan, ***SalicNet (Ministério da Cultura).

Fonte: Porta, 2012, p. 95.

Dada a dimensão do território nacional, da diversidade cultural brasileira, e a ampliação de atuação do Iphan e sua expansão no território, o orçamento destinado ao Iphan ainda fica aquém do necessário, contudo. É inegável, entretanto, a importância do incremento de verbas ao longo dos anos. Como vimos, durante o governo Lula, o orçamento do MinC e de suas vinculadas foi paulatinamente se recuperando, foi a partir deste aumento de verbas que foi possível não só o fortalecimento e expansão do Iphan, como também o desenvolvimento de mais programas destinados à salvaguarda de bens culturais, até a capacitação de funcionários. Além disso, podemos ver através dos dados fornecidos institucionalmente através de Porta (2012), que o Iphan desempenhou não só importância política como também econômica quanto ao financiamento de projetos para a recuperação do patrimônio cultural.

Como demonstrado na tabela, em 2001 a preservação do patrimônio era financiada em grande parte através do Pronac - um remanescente da política neoliberal desenvolvida nos anos 1990. A partir de 2010, a situação se inverte e o Iphan passa a ser responsável pela maior parte da fonte de recursos das políticas de preservação do patrimônio cultural, chegando em 2010 a ser responsável por 82% dos recursos (Pereira, 2015). Para Porta (2012), configura-se um avanço que a instituição responsável pela política de preservação passe a ser principal fonte de investimento das políticas de preservação.

Com as ações de fortalecimento institucional do Iphan durante o período, a partir de 2003 o Iphan e o programa Monumenta voltaram a se aproximar, culminando em 2007 com a incorporação do programa por parte do órgão, quando há a nomeação do coordenador nacional do Monumenta, Luiz Fernando de Almeida, como presidente do Iphan. Neste período houve uma

mudança de enfoque do programa, que migra do retorno econômico, por meio do incentivo principalmente ao turismo, às potencialidades locais (Giannecchini, 2014), em consonância com a nova política nacional de preservação. Assim, como mencionado, o Iphan passa também a recuperar sua importância política e simbólica no cenário das práticas de preservação.

Por fim, a última estratégia de desenvolvimento do Iphan projetada durante os anos 2000 foi a iniciativa em fins de 2007 de se estabelecer um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). Este programa consiste num sistema integrado de gestão do patrimônio cultural. Ainda em fase de formulação, desde 2008, o SNPC tem por objetivo estabelecer em conjunto com os demais entes federativos – órgãos municipais e estaduais, uma gestão compartilhada dos patrimônio cultural, para isso, até o momento o Iphan fez um mapeamento da estrutura e ações dos órgãos municipais e estaduais de patrimônio cultural e promoveu encontros com representantes de prefeituras, dos governos estaduais e de instituições de preservação do patrimônio cultural, no sentido de constituir as bases para a consolidação da política do SNPC (Motta, 2012). Segundo o Iphan (2010a), em 2009 o programa vivenciou uma evolução com a realização do I Fórum Nacional do Sistema Nacional de Patrimônio, em Ouro Preto, quando foram discutidos temas de interesse comum e procedimentos para a continuidade dos trabalhos.

O SNPC ainda não está ativo, e segundo o Iphan (2015):

A construção de um Sistema Nacional do Patrimônio, à luz do preconizado pelo Artigo 216 da Constituição Federal, reveste-se, no caso de uma instituição com atribuições legais como as do Iphan, de particularidades que mereceram reflexão no período, mas ainda com poucos avanços.

Um desenho mais consistente e pragmático encontra-se em curso, respaldado pelo Planejamento Estratégico e apoiado na experiência já acumulada pelo Ministério da Cultura e outros setores da administração pública federal. (Iphan, 2015b, p. 59)

O IPHAN passou a projetar em seu plano estratégico para o período de 2015-2018 a materialização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Para isso, segundo o próprio órgão:

o Iphan deve assumir metas ousadas na produção de parâmetros normativos para os bens protegidos, especialmente os conjuntos urbanos. É preciso aprofundar o processo de descentralização por meio da capacitação de estados e municípios para melhor apropriação e implementação de uma política consistente de patrimônio imaterial. (Iphan, 2015b, p. 69)

Com isso, o objetivo do Iphan é que o Sistema Nacional do Patrimônio nos próximos anos se traduza “no efetivo compartilhamento de instrumentos, conhecimentos e práticas de gestão, preservação e salvaguarda do patrimônio protegido, por meio da incorporação, na legislação local que trate de matéria urbanística, cultural e ambiental, de princípios que garantam a proteção dos bens acautelados” (Iphan, 2015b, p. 69).

A participação social na política dos anos 2000

Das diretrizes estabelecidas pelo Iphan nos anos 2000, é importante destacar que a participação social foi uma importante norteadora da ação do órgão. Segundo aponta Porta (2012)¹² a colaboração da comunidade na política de preservação, preconizada no texto constitucional, passa a ser entendida como importante fator para a eficácia das ações de preservação, principalmente a longo prazo.

A Constituição de 1988 prevê o envolvimento da sociedade em seu texto: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação” (Constituição da República Federativa do Brasil, 5/10/1988. Artigo 216, grifo da autora).

O Iphan identifica a participação social como instrumento para a eficácia das ações empreendidas pelo órgão. Para isso busca estimular o envolvimento da comunidade e sociedade civil organizada nos processos de reconhecimento de valor e preservação de seu patrimônio (Vieira Filho, 2011).

É importante ressaltar que no caso do patrimônio imaterial a participação social nos processos de reconhecimento é mais presente e significativa. Segundo o Iphan, as políticas de patrimonialização do imaterial se fazem a partir do consentimento prévio e informado, e do diálogo do poder público com grupos, comunidades e segmentos sociais interessados nesses processos de pesquisa, instrução de Registro e salvaguarda de fatos culturais. Segundo o órgão, a participação social nesses processos é fundamental para o sucesso da política de patrimônio imaterial, uma vez que os bens dessa natureza só podem ser preservados por meio da ação de seus atores sociais:

São as pessoas, em suas práticas cotidianas, que atualizam permanentemente suas tradições e fazem espontaneamente a salvaguarda de suas referências culturais. Aos poderes públicos cabe a interlocução estreita com as bases sociais, no sentido da implementação dos processos de patrimonialização; em cada caso, em função e em respeito às dinâmicas socioculturais de cada grupo, atuando para facilitar os meios ou as condições de permanência. (Vianna. Verbete do Patrimônio Imaterial. Em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85/patrimonio-imaterial>>)

No caso do patrimônio material, porém, o tema da participação social aparece de forma mais pontual, existindo poucos casos de tombamento com envolvimento da sociedade. Contudo, como aponta Porta (2012) na década de 2000, observa-se um aumento de solicitações de tombamentos por parte de organizações sociais e prefeituras, o que para Figueiredo (2014) demonstra a inserção da participação da sociedade na política de preservação do patrimônio material. Pode-se ilustrar tais iniciativas com os pedidos de Raquel de Queiroz para o tombamento do Conjunto Paisagístico e Parque Nacional do Serrote em Quixadá (CE); do diretor e ator Zé

¹² Importante ressaltar que a bibliografia em questão, foi realizada pelo Iphan, portanto se pressupõe que tal afirmação da autora representa também uma postura da própria instituição.

Celso Martinez para o reconhecimento do Teatro Oficina (SP); da Associação Amigos da Areia para o do Centro Histórico Areia (PB); da Sociedade Cruz Santa para o tombamento do Terreiro do Bate-Folha Manso em Salvador; e das associações ferroviárias para a Estação Central do Brasil (RJ) e para a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (RO).

Sobre a participação da sociedade durante o processo de reconhecimento de valor do patrimônio, podemos citar o caso de Iguape como paradigmático, com a inserção da participação social em grande parte do processo de tombamento. Primeiramente, o pedido de tombamento da cidade foi feito ao diretor do Depam – Departamento do Patrimônio Material, a partir de solicitação da prefeita de Iguape Maria Elizabeth Negrão Silva (Nascimento e Scifoni, 2015). O pedido foi realizado em julho de 2008, ainda durante a finalização dos trabalhos de inventariação do patrimônio cultural do Vale do Ribeira, sendo a segunda proposta de tombamento demandada a partir do estudo da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira¹³ (Iphan/SP, 2009a).

Como apontam Nascimento e Scifoni (2015), o pedido de tombamento ao Iphan informava da importância do patrimônio cultural para a identidade da cidade de Iguape e demonstrava que a população queria ver reconhecido e valorizado seu patrimônio. A partir da formalização do pedido, iniciou-se o estudo de tombamento, com uma estreita aproximação entre órgão federal e a municipalidade, que esteve em todo o processo de elaboração do dossiê de tombamento ajudando com documentos, informações e logística.

Outra questão importante neste caso foi a participação da sociedade local durante o processo de reconhecimento do patrimônio local. Procurando compreender e atender a demanda social quanto ao tombamento da cidade, foi realizada em 2008 a “Oficina de Educação Patrimonial Mapa do Patrimônio de Iguape”. A oficina tinha como objetivo principal envolver a população local no processo de identificação dos bens culturais da cidade, complementando o trabalho de pesquisa de gabinete para a seleção dos bens a serem incluídos no perímetro de tombamento (Pereira, 2015).

As Oficinas de Educação Patrimonial “Mapa do Patrimônio de Iguape” foram realizadas em parceria com a prefeitura de Iguape e tinham como objetivo estabelecer um mapeamento participativo, com foco na identificação, por parte dos moradores locais, do que deveria ser incluído na proposta de tombamento. Como resultado do mapeamento participativo do patrimônio cultural local foram identificados, além dos bens considerados icônicos do centro histórico, outras edificações e lugares representativos da memória coletiva como, por exemplo, ruínas de uma antiga fábrica ou a orla do Mar Pequeno. As oficinas foram, portanto, um importante instrumento que contribuiu para a definição do perímetro de proteção, estabelecendo de forma coletiva o objeto do tombamento, em conjunto com a comunidade local e que seria diretamente afetada por este (Nascimento e Scifoni, 2015; Pereira, 2015).

¹³ O primeiro foi o processo de tombamento dos “Bens Culturais da Imigração Japonesa em Registro e Iguape”, estudo concluído em setembro de 2008, visando à proteção de quatorze bens culturais testemunhos da ocupação de colônias japonesas nos municípios (Iphan/SP, 2009).

O trabalho desenvolvido nas oficinas foi complementado com o trabalho realizado em gabinete pelos técnicos do Iphan. Havia, porém, uma preocupação em apresentar uma proposta que contemplasse as expectativas geradas por meio da participação social. Assim, foi apresentado ao Conselho Consultivo do Iphan uma proposta que, baseada no levantamento realizado pelo Iphan, incluía bens de valor afetivo ou simbólico para população e que provavelmente estariam excluídos do perímetro de proteção sem a participação da comunidade local. Dessa forma a população e administração local foram envolvidas no processo de tombamento.

Inserido na política de ampliação da participação social e completando o processo de capilarização do órgão pelo território nacional, foi implantado a partir de 2009 o programa Casas do Patrimônio. Este tinha por objetivo transformar os escritórios em centros de referência do patrimônio cultural, cujo objetivo era aproximar o Iphan, e a Política Nacional de Preservação, da população e dos gestores públicos locais (Porta, 2012). Segundo a autora, há um neste período um grande esforço de aproximação do Iphan com a administração municipal e com os órgãos estaduais de preservação, buscando somar recursos e capacidade de gestão, em busca de resultados mais expressivos e de longa duração, e também uma maior aproximação com as comunidades, entendidas como atores fundamentais no processo de preservação.

O projeto das Casas do Patrimônio foi concebido pelo Iphan como uma proposta de transformar as sedes de representação local do órgão nos estados, em polos de referência regional, com o objetivo de qualificar e atender a população residente (Melo, 2011), apoiado em uma política de diálogo e reflexão, compatível com as discussões sobre educação patrimonial desenvolvidas no meio acadêmico e intelectual do período. Um projeto de âmbito nacional, existindo hoje 19 casas do patrimônio espalhadas por todo o país (Iphan, 2015b), sediadas em cidades com centros históricos tombados pelo Iphan.

No conceito, desenvolvido pelo Iphan:

De forma geral, a casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. (Carta de Olinda, 2009, p.4)

Dentre as premissas básicas para as Casas de Patrimônio destacam-se: servir como um espaço para colaboração de saberes e difusão do conhecimento; realizar e fomentar ações educativas das áreas de patrimônio cultural, meio ambiente, turismo, dentre outros campos da ação pública; garantir a manutenção e disponibilização das informações e acervos sobre o patrimônio para acesso da população, com a destinação de um espaço para biblioteca temática de acesso a população; estimular a participação da população na gestão, salvaguarda e valorização do patrimônio cultural; promover permanentemente oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos com a população e à qualificação de profissionais para atuar na área (Carta de Olinda, 2009).

Em Iguape a Casa do Patrimônio se estabeleceu de forma pioneira: a Casa foi estruturada numa edificação tombada na área central durante os trabalhos de identificação do patrimônio cultural do Vale do Ribeira, e em julho de 2009, seis meses antes do tombamento oficial, a Casa do Patrimônio foi inaugurada. (Nascimento e Scifoni, 2015; Melo, 2011)

A implantação da Casa do Patrimônio em Iguape foi viabilizada através de parceria entre o Iphan e a Prefeitura Municipal, que enxergou o projeto como uma oportunidade de potencializar as ações locais de preservação e educação patrimonial, junto à população. O projeto constitui, ainda, uma estratégia para reverter a visão negativa da população em relação à instituição. Na casa do Patrimônio (Figura1), nos primeiros anos de gestão, foram realizados workshops e oficinas de capacitação, como a oficina de maquetes (Figura 2), em julho de 2009, voltada à formação e capacitação de jovens, visando torná-los aptos em relação a essa técnica de representação espacial (Melo, 2011).

Figura 1 – Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira

Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

Figura 2 - Oficina de maquetes na Casa do Patrimônio em 2009.

Fonte: Diário de Iguape, 2009.

Posteriormente, em 2012, houve a iniciativa de instalação de um escritório técnico do Iphan na casa, por onde a população teria um contato mais direto com o órgão, especialmente quanto a questões práticas, como aprovação de intervenções dentro do núcleo tombado e seu entorno, tornando o processo para pedido de intervenções mais ágil e rápido. A iniciativa, faz parte das novas diretrizes da política do Iphan, e tem por objetivo geral estabelecer uma maior aproximação entre Iphan-administração local, e Iphan-comunidade, e contribuir para o processo de capilarização do órgão pelo território, melhorando a capacidade fiscalizatória e de gestão do patrimônio. As questões referentes a Casa do Patrimônio e a gestão do sítio serão aprofundadas no Capítulo 2.

1.2 - Novos instrumentos de reconhecimento do patrimônio pelo Iphan

O fortalecimento das políticas de patrimônio descrito acima, levou à criação de novos instrumentos de salvaguarda, tais como o cadastro do Patrimônio Ferroviário, de 2007 e a

Chancela da Paisagem Cultural, de 2009. Um processo que já havia se iniciado com o registro do patrimônio imaterial.

O registro do imaterial foi instituído com o decreto de n. 3551 de 2000. A partir deste decreto o Iphan passou a proteger além dos bens materiais, os aspectos culturais imateriais da cultura nacional. É importante salientar que a criação registro do Patrimônio Imaterial não é relacionada diretamente a era Lula, pois se deu ainda em 2000, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, como uma conclusão dos estudos traçados internamente no Iphan na década de 1990 sobre o tema. Como destaca Pereira (2015), porém, as primeiras discussões sobre a forma de incorporar o patrimônio imaterial às práticas da política de preservação tiveram início ainda nos anos 1970-1980.

Com a criação do instrumento do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial havia a possibilidade de proteger os aspectos imateriais da cultura brasileira, que, assim como ocorre no tombamento, podem ser registrados através da inscrição em quatro diferentes livros: o Livro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Como aponta Pereira (2015), além de conferir valor simbólico ao bem, o registro é o reconhecimento formal do Estado, o que possibilita a utilização de recursos públicos para o fomento e salvaguarda deste.

Segundo Motta (2012, p.319), para identificação dos bens de natureza imaterial vêm sido aplicada a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Iphan, que sistematiza os levantamentos e pesquisas sobre as referências culturais.¹⁴ Como aponta a autora, o INRC sistematiza as informações necessárias à atribuição de significados às coisas, levando em conta as referências de seus usuários e detentores. A metodologia é considerada inovadora e bem-sucedida pois, como aponta a autora, além de propor a realização de pesquisas em fontes secundárias, com fins de conhecimento histórico e delimitação dos territórios ou bens a serem inventariados, usa metodologia etnográfica e de pesquisa de campo para o registro dos valores de referência dos grupos sociais.

Já o objetivo do PNPI é garantir a viabilização de projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural brasileiro, sendo considerado pelo Iphan um programa de apoio e fomento que visa estabelecer parcerias com instituições do governo federal, estadual e municipal, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimentos e organizações privadas ligadas à cultura, em prol da preservação deste patrimônio. Com esta finalidade, desde 2005 o Iphan lança anualmente o edital do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, que é uma seleção pública de projetos voltados à identificação, documentação e/ou melhoria das condições de sustentabilidade dos bens

¹⁴ Segundo Pereira (2015) a elaboração do INRC aconteceu no mesmo período que as discussões para criação do registro do Imaterial, a informação é corroborada por Motta (2012) que explica que o método foi estruturado no final da década de 1990. A autora explica que o método: “usa a noção de referência cultural, adotada no Iphan desde a década de 1980 e consagrada na Constituição Federal de 1988 que, no Artigo 216, define o patrimônio como o conjunto dos bens materiais ou imateriais portadores de ‘referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira’” (Motta, 2012, p.319).

imateriais, buscando proporcionar o envolvimento e participação da sociedade civil e demais instituições públicas na política de salvaguarda deste patrimônio (Iphan. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>>).

O primeiro bem imaterial reconhecido foi Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo, em 2002, registrado no livro dos saberes. Hoje são 41 bens culturais registrados, tendo sido o último a Feira de Campina Grande/PB, registrado no livro dos lugares, e outros 20 em processo de reconhecimento¹⁵. Como aponta Pereira (2015), o registro traz duas principais contribuições para as políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro: primeiramente, a incorporação de novos bens representativos de grupos sociais historicamente desprivilegiados, como grupos indígenas e quilombolas; e a produção de conhecimentos dos referidos bens, não apenas por especialistas, mas também pela sociedade civil.

O segundo instrumento instituído na década de 2000 foi o cadastro do patrimônio ferroviário, criado pela Lei 11.483, de 31 de maio de 2007, que como consequência da privatização e extinção da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), atribuiu ao Iphan diversas responsabilidades com relação ao acervo ferroviário. Segundo esta lei cabe ao Iphan receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor histórico ou cultural da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção. Igualmente cabe ao órgão federal ainda a responsabilidade por preservar e difundir a Memória Ferroviária. Desde então, o Iphan avalia, através de suas Superintendências Estaduais, dentre todo o espólio oriundo da extinta quais os bens detentores de valor cultural, para sua preservação.

Por fim, em 2009 é instituída a Portaria nº 127 do Iphan, que cria a Chancela da Paisagem Cultural que funcionaria como instrumento de seleção e valorização da paisagem cultural brasileira, definida na portaria como “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Iphan, 2009b).

Como aponta Pereira (2015), a grande inovação deste instrumento em relação aos antecessores, o tombamento e o registro, está no fato de que a responsabilidade sobre gestão decorrente do reconhecimento de valor não recai apenas sobre o Iphan, mas sobre todos os agentes que atuam sobre o território chancelado, estabelecendo uma tentativa de compartilhamento de responsabilidades entre Estados e Municípios. Apesar de ser considerado um instrumento promissor para a preservação do patrimônio que compõe a chamada paisagem cultural, o instrumento nunca foi usado, encontrando-se atualmente sobrestado. A chancela teria, em determinados casos, a finalidade de orquestrar e integrar diferentes instrumentos específicos de proteção, tais como o tombamento, o registro do imaterial e a proteção do patrimônio natural, através de um único instrumento, considerado inovador já que a responsabilidade sobre gestão da paisagem chancelada não recai apenas sobre o Iphan, mas é compartilhado entre todos os

¹⁵ Informações atualizadas, retiradas do site institucional do Iphan.

agentes que atuam sobre o território chancelado, que podem incluir entes federação, do estado, município e da sociedade civil.

A discussão dentro do Iphan deste novo instrumento que pudesse abarcar uma maior complexidade do patrimônio cultural nos anos 2000, surge no contexto das discussões e experiências desenvolvidas pela Unesco a partir de 1992, quando a instituição adotou o conceito de Paisagem Cultural como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais, e das proposições resultantes da Convenção Europeia da Paisagem em 2000. Apesar da proteção da paisagem no Brasil estar prevista, desde o decreto-lei federal nº 25, de 1937, manifestado na criação do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Ribeiro, 2007), a criação deste conceito como um novo mecanismo de proteção do patrimônio só foi possível dentro do contexto de renovação das práticas de patrimônio vivenciada nos anos 2000 (Nascimento e Scifoni, 2010).

Para Figueiredo (2014), os casos dos estudos Roteiros Nacionais da Imigração do Vale do Itajaí, de 2007 e Projeto Barcos do Brasil, em 2008, contribuíram para que aflorasse ainda mais o interesse no aprofundamento da temática da paisagem cultural. Segundo a autora, a partir destes estudos se identificou a necessidade de consolidação de um instrumento que fosse mais adequado para a preservação de determinados contextos culturais mais complexos.

O caso do Roteiro da Imigração do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, apresentava um conjunto de patrimônio cultural complexo que englobava além de um vasto patrimônio edificado (que incluía casas, ranchos, igrejas, escolas, etc.) e paisagens bastante preservadas, uma cultura viva, expressa em diversas manifestações, como a língua, a culinária, o artesanato, as celebrações religiosas e no trato com a terra. Uma situação em que os instrumentos tradicionais como o tombamento, ou o registro do imaterial se não se mostravam capazes de sozinhos abarcar plenamente todas as dimensões do complexo patrimônio cultural local. Em 2007 foram então tombados como resultado do estudo 47 imóveis, em 11 municípios. Os bens protegidos estão em cidades que formam um conjunto envolvendo áreas e edificações rurais, em sua maioria, mas também edificações urbanas, igrejas, escolas, residências, equipamentos culturais, comércio, depósito, estação ferroviária e uma ponte de madeira. Destes destacam-se o conjunto urbano de Alto Paraguaçu, na divisa com o Paraná, e os conjuntos rurais do Sítio Tribess, em Pomerode, e Testo Alto e Rio da Luz, entre Pomerode e Jaraguá do Sul (Figueiredo, 2014). Além do tombamento, o projeto pretendia resgatar e proteger a cultura dos imigrantes da região, contudo apenas com o instrumento do tombamento, que foi o aplicado no caso em questão, não seria possível garantir a proteção de todos os aspectos culturais identificados.

No caso do Projeto Barcos do Brasil, durante o estudo de tombamento identificou-se a necessidade de ações de preservação cujas competências não eram diretamente relacionadas às atribuições dos órgãos de patrimônio cultural, que envolviam questões como: a obtenção de material para o fabrico de embarcações, a regularização da atividade profissional da carpintaria naval, a continuidade e a transmissão dos saberes e fazeres às gerações mais novas, a definição

de limites entre pesca industrial e pesca artesanal, o estabelecimento de regras para a pesca sustentável, a garantia de mercados consumidores e a sobrevivência dos pescadores. Como a intenção do tombamento era a preservação não só dos bens móveis, mas também das atividades e dos lugares e paisagens onde estas aconteciam, essas eram questões cruciais e deveriam estar no centro da política de proteção. Para tanto era necessário um instrumento que estabelecesse um pacto de gestão que garantisse a preservação de todas as dimensões deste patrimônio, neste caso um pacto entre o Ministério da Pesca e Meio Ambiente, prefeituras e associações civis. Por isto a chancela da paisagem cultural pretende, mais que uma outorga de valor, estabelecer um pacto de gestão entre instituições, que vise garantir a preservação do patrimônio cultural como um todo. É esse o fator inovador trazido por esse instrumento criado pelo Iphan na década de 2000, que é amplamente reverenciado por pesquisadores do tema (Figueiredo, 2014).

Houve apenas uma paisagem chancelada desde a criação do instrumento. Em 2011, dois anos após a criação da chancela da paisagem, foi apresentada ao Conselho Consultivo do Iphan a proposta de tombamento de 12 bens, edificações isoladas, em sete municípios, que haviam ficado pendentes do estudo de tombamento do Vale do Itajaí. Na ocasião, já dispondo do instrumento da chancela, criado em 2009, o Conselho clamou para que o caso viesse a ser reconhecido através do instrumento, e por unanimidade foi chancelada a primeira paisagem cultural brasileira, os Conjuntos Rurais de Testo Alto e Rio da Luz (Figueiredo, 2014). Contudo, a chancela não seguiu o rito processual previsto pela Portaria nº 127, criando um imbróglio jurídico quanto a validade desta única experiência¹⁶.

Desde 2007, quando a paisagem cultural ainda vinha sendo discutida dentro do órgão, vários estudos foram iniciados, sendo alguns realizados no âmbito dos Roteiros Nacionais da Imigração, como o da imigração japonesa em Iguape e Registro, da imigração italiana e pomerana no Espírito Santo, da polonesa e ucraniana no Paraná, da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, e outros de grande reconhecimento como o da Paisagem cultural do Vale do Ribeira e o da Foz do Rio São Francisco. Embora vários desses estudos tenham sido concluídos há muitos anos, nenhum recebeu a Chancela da Paisagem Cultural, contudo alguns destes deram origem a importantes tombamentos realizados dentro da nova política de preservação do Iphan: do estudo da imigração japonesa em Iguape e Registro(SP) foram tombados 14 bens (dentre os quais residências, fabricas de chá, o conjunto KKKK, um conjunto de mudas de chá); do estudo

¹⁶ Atualmente, o instrumento da Chancela da Paisagem Cultural encontra-se sobrestado, tendo sido a única paisagem chancelada os Conjuntos Rurais de Testo Alto e Rio da Luz. Para Figueiredo (2014, p. 233) são quatro os principais problemas enfrentados para a preservação deste patrimônio: “primeiramente existe a dificuldade de colocar em prática os compromissos firmados e estabelecer um pacto mais minucioso de gestão, sobretudo por parte dos governos estadual e municipais; em seguida, uma questão de ordem econômica, de falência das estruturas de produção familiar artesanal e policultura, em função de exigências legais como as da vigilância sanitária e a migração da nova geração para as cidades em busca de melhor remuneração. Uma de ordem política, com a descontinuidade das gestões públicas e a falta de tradição no compartilhamento entre as instituições. Por último, a questão relacionada ao crescimento urbano especulativo das cidades, cujos loteamentos, na maioria das vezes irregulares, vêm transformando áreas rurais em periferias urbanas com asfaltamento de estradas de terra”. Porém, a partir da gestão da atual presidente do Iphan, Kátia Boega, instituída em 2016, estuda-se retomar os trabalhos relacionados à paisagem cultural.

referente a imigração Italiana no Rio Grande do Sul resultou o tombamento do conjunto Urbano e paisagístico de Santa Tereza (RS); e dos trabalhos do estudo da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, resultou o tombamento do núcleo urbano de Iguape, objeto desta dissertação.

Novos tombamentos: a ampliação do “estoque patrimonial”

Além da criação dos novos instrumentos de proteção como o registro do patrimônio imaterial, de 2000, o cadastro do Patrimônio Ferroviário de 2007 e a chancela da paisagem cultural de 2009, reforçou-se o tombamento e o cadastro dos bens arqueológicos.

É importante ressaltar que, no que se refere ao instrumento do tombamento, como aponta Pereira (2015) é evidente a retomada deste no período, em comparação à desaceleração ocorrida nas décadas anteriores: durante a década de 1990, o número de tombamentos no período caiu ao nível mínimo de 41 tombamentos, enquanto na década de 2000 foram registrados 167 bens, dentre os quais merece destaque o aumento dos tombamentos de cidades históricas. Esse período é reconhecido pelo que se denominou “ampliação do estoque patrimonial”, uma política que tinha por objetivo aumentar o reconhecimento e proteção do vasto patrimônio cultural brasileiro, melhorando a representatividade deste no território. Como aponta Scifoni (2017), estamos longe de um processo de esgotamento da atividade de identificação e proteção, tal qual existe na Europa. No Brasil ainda há um grande passivo patrimonial a ser identificado, protegido e valorizado, razão para que o próprio Iphan adotasse como discurso a “necessidade de ampliação do estoque patrimonial”. Além disto, como aponta a autora ainda havia todo um universo de bens culturais relacionados a temas que historicamente haviam sido ignorados pelo “patrimônio” a serem reconhecidos e valorizados. Para Porta (2012), juntamente com o reconhecimento da diversidade cultural, a “ampliação do estoque patrimonial” é um importante instrumento no processo de inclusão social através preservação do patrimônio.

A “ampliação do estoque patrimonial” foi uma política incentivada durante a gestão de Luiz Fernando Almeida¹⁷, a partir de 2006, e buscada com tenacidade na atuação do órgão, como demonstra os textos de trabalho de Dalmo Vieira Filho¹⁸. Na publicação é recorrente o uso do termo “ampliação do estoque patrimonial”, e fica evidente que este era o principal desafio e objetivo a ser alcançado neste período. Frases como: “a oportunidade de ampliar o que podemos genericamente chamar de estoque patrimonial no país, também é relevante, pois amplia a significância social, política e inclusive econômica do tema” (Vieira Filho, 2011, p.165), “a estratégia da direção do Iphan de aumentar o estoque patrimonial brasileiro, proporcionar mais significância e abrangência ao patrimônio protegido no país” (p. 835) e “Efetivamente, o desafio institucional atualmente enfrentado pelo Iphan é o de crescimento coerente do estoque patrimonial” (p.853), demonstram que o que se denominou “ampliação do estoque patrimonial” era a grande chave para o Depam entre 2006 e 2011.

¹⁷ Luiz Fernando de Almeida presidiu o Iphan de julho de 2006 a setembro de 2012.

¹⁸ Dalmo Vieira Filho dirigiu o Depam entre julho de 2006 e agosto de 2011.

Buscando alcançar o objetivo estratégico traçado pela instituição nestes anos de “ampliação do acesso às políticas de patrimônio pela população” (Iphan, 2008), o Iphan definiu ser necessário um redirecionamento da política de acautelamento, de forma que houvesse uma melhor representatividade da diversidade da cultura brasileira no território nacional. Isto era fundamental para a democratização do acesso às políticas públicas na área do patrimônio cultural. Assim, um dos principais eixos estratégicos da política do Iphan na área do patrimônio material passou a ser a ampliação dos bens tombados. Além disso, era necessário inserir o patrimônio preservado nas políticas e nas estratégias regionais de desenvolvimento e assegurar a apropriação das noções de patrimônio como parâmetro de qualidade de vida (Vieira Filho, 2011).

Na minuta redigida por Vieira Filho (2011, p.674), são “funções e objetivos principais” do Depam: “Aumentar o estoque patrimonial, buscando corrigir desequilíbrios regionais, aumentar o leque de abrangência territorial, conceitual e temático do patrimônio reconhecido, acautelado e valorizado” (p.667). Para o Iphan, e depois incorporado nas demais pesquisas produzidas sobre o período, o objetivo da “ampliação do estoque patrimonial” era corrigir as “distorções regionais”, ampliando a abrangência territorial do patrimônio cultural reconhecido.

O Depam, para cumprir esse objetivo, organizou-se e estruturou-se para trabalhar integralmente por objetos: bens móveis, imóveis, cidades, patrimônio natural, arqueologia e patrimônio ferroviário. Igualmente o departamento desempenhou um intenso trabalho de elaboração e condução de inventários de conhecimento. Como aponta Vieira Filho¹⁹:

O Depam vem estimulando, e em muitos casos responsabilizando-se pela condução técnica, de amplos inventários de conhecimento – vale dizer, pesquisando vastos territórios geográficos e áreas de ocorrência de extensos universos culturais por inteiro. Para tanto, foi preciso rever, e mesmo enfrentar, o entendimento interno existente no Iphan sobre inventários, até então exaustivos e praticados principalmente em universos protegidos de antemão (Vieira Filho, 2011 p. 74)

A partir deste trabalho de inventariar o patrimônio cultural, não como finalidade, mas para reconhecimento dos bens representativos de uma cultura, o Depam buscava aumentar a diversidade dos bem protegidos, fosse através de eixos temáticos, ou através de sua localização pelo território. Como explica Dalmo Vieira Filho²⁰, o objetivo era:

(...) amplificar a presença e significância do patrimônio em todo o território brasileiro, através da sistematização do conhecimento das realidades regionais, produzido através da atualização dos métodos de inventários. A partir dos conhecimentos produzidos, buscamos aumentar o número e a diversidade do patrimônio protegido, exemplo: os tombamentos de Porto Nacional, Paracatu e Cáceres tiveram como justificativa maior assinalar os limites norte e oeste do ciclo do ouro na área central do Brasil. A estratégia é fazer com que a ampliação seja quantitativa e qualitativa, e como resultado de fundo implique em maior importância relativa do patrimônio em todas as regiões do país. (Vieira Filho, 2011, p. 678).

¹⁹ Referência retirada da nota: Inventários como forma de proteção, que se tratava de uma reflexão, em 2007, sobre proposta de considerar os inventários como instrumentos de proteção de bens culturais.

²⁰ Referência retirada da nota: Reflexões sobre objetivos e resultados do Depam até 2008. texto que examina objetivos e resultados conseguidos, até 2008.

Como vimos, em decorrência da opção do período colonial como o período “por excelência do patrimônio nacional”, até década de 1990, além de uma limitação na temática dos bens tombados, havia uma concentração dos tombamentos nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e São Paulo (Rubino, 1996).

Para o Iphan (2008), como apresentado, a ampliação da diversidade e da distribuição geográfica dos bens culturais reconhecidos era fundamental para a “correção de distorções regionais e desigualdades de acesso à cultura” (Iphan, 2008, p.34). Para o órgão isso se deve às políticas de acautelamento das décadas anteriores que privilegiaram os bens culturais ligados à arquitetura colonial:

(...)concentrando por isso a responsabilidade legal do Iphan a uma parte restrita do território brasileiro – essencialmente Minas Gerais e o litoral das regiões Sudeste e Nordeste. Tal concentração, obviamente, gerou uma oferta desigual de projetos e equipamentos culturais entre as diversas regiões do país. (Iphan, 2008, p.35)

Essa situação resultava numa distribuição desigual do patrimônio nacional, concentrando a atenção e os recursos às regiões Sudeste e Nordeste, que agrupava 46% e 35% dos bens tombados pelo Iphan, respectivamente. Com a ampliação do estoque patrimonial, buscou-se minimizar essa desigualdade, dando especial atenção para os estados esquecidos dentro da instituição até então.

Segundo dados do Iphan (Porta, 2012), nos últimos anos da década de 2000 foi alcançada certa melhoria na distribuição regional dos tombamentos, crescendo a representatividade de bens especialmente na região Sul, que passou de 13% para 31% do total de bens tombados, e a Região Centro-Oeste, que passou de 5% para 17%, embora quando feita a análise por estados ainda demonstra-se que a maior concentração de bens tombados continua nos mesmos estados: Rio de Janeiro com 19% do total, Minas Gerais com 17% e Bahia com 15%.

A região Norte, entretanto, continua com uma pequena representatividade no conjunto de bens tombados no país, com o mesmo percentual de 3% dos bens. É também na região norte que está o único estado que não possui bem tombado em nível nacional: Roraima. Mas do ponto de vista das novas políticas de preservação encampadas pelo Iphan, nesta região foram realizados tombamentos bastante significativos nas últimas décadas: o Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira- Mamoré, em Rondônia (2005), a Casa de Chico Mendes em Xapuri, no Acre (2008), considerado um tombamento singular, relacionado não há um monumento, mas há um testemunho de um processo social relevante para o país, o Conjunto Histórico da Vila Serra do Navio, no Amapá (2010), e o Encontro das Águas, no Amazonas (2010).

Outra questão que foi levada em consideração na ampliação dos bens protegidos, foi a resolução de processos parados nas Superintendências. Como podemos perceber no discurso de posse de Luiz Fernando ao Conselho Consultivo do Iphan, não só havia uma preocupação em ampliar a atuação do órgão no território nacional com novos estudos, mas também em finalizar antigos processos parados no órgão. Em seu discurso Luiz Fernando aponta os problemas diagnosticados no órgão e que se pretende enfrentar durante sua gestão:

Outro grande problema da instituição, são os processos de tombamento não resolvidos e encaixotados desde 1939, desde 1940, demonstrando que não havia condições de estabelecimento de uma relação com os interessados naqueles processos e que a instituição não tinha uma posição sobre eles. (Iphan, 2006a, p.4)

Dalmo Vieira Filho (2011, p.710) também apresenta indícios em suas notas de que esse era um importante tema a ser enfrentado pelo Depam. Em seu texto que trata sobre as premissas do Depam para o planejamento anual de 2007, uma das premissas²¹ destacadas, quanto a proteção do patrimônio, é a “diminuição do passivo de processos aberto, através de mutirões envolvendo área central e cada uma das SR's”.

A ampliação dos tombamentos de cidades históricas é também um grande marco da década de 2000. Como aponta Nascimento e Scifoni (2015) a gestão de Luiz Fernando de Almeida dedicou especial atenção para o tombamento das cidades históricas. De fato, segundo o Iphan (2008, p.62), em 2007 procurou-se ampliar as áreas tombadas em cidades referenciais, com ênfase na proteção de centros históricos, principalmente das cidades do Norte e do Nordeste, e o estabelecimento de “redes de preservação” em diversos estados.²²

A declaração de Vieira Filho (2011) corrobora com essa posição. Em seu relatório, referente ao trabalho do ano de 2008, ele reforça a ideia de que o principal foco de ação, porém não o único, dentro da política de ampliação do estoque patrimonial foram as cidades. Nas palavras do autor: “Elegemos a cidade como palco principal de nossa ação – priorização evidente no Brasil de hoje, mas ampliamos as ações relacionadas com o patrimônio rural, bens móveis, patrimônio natural, arquitetura moderna patrimônio ferroviário, com as fortificações e com a arqueologia” (Vieira Filho, 2011, p. 678).

A preocupação com o futuro do patrimônio urbano nacional, que motivou essa tomada de posição, fica evidente em um dos textos de trabalho de Dalmo Vieira Filho:

É preciso ressaltar que o Iphan tem um “norte” e que persegue um objetivo estratégico concreto: a ampliação do estoque patrimonial edificado e a maior participação do conceito de centro histórico e memória urbana no contexto do processo urbanizador brasileiro. Perdemos muito das paisagens e da alma das nossas cidades por uma visão de preservação urbana desatualizada, focada no objeto e que consagrava quase que apenas o colonial, o homogêneo e o que aparentemente estava à margem da especulação. A atuação institucional desde muito deixou de ser vanguardista: jogamos na retranca. Estamos imobilizados na área das cidades, também desde muito tempo. (Vieira Filho, 2011, p.389)

²¹ As outras premissas estabelecidas foram:

- Ampliação das áreas tombadas – aumentando estrategicamente o estoque patrimonial em todo o Brasil.
- Efetivação de Proteções territoriais e em rede, viabilizadas pelos inventários de conhecimento relacionados com ciclos econômicos, acontecimentos históricos ou suportes geográficos.
- Agilização na elaboração e abertura dos processos de tombamento, agindo no sentido de celeridade e na busca de resultados imediatos.

²² No período haviam sido recentemente concluídos os estudos para o tombamento que reconhece a importância histórica da Casa de Chico Mendes, no Acre. Iniciou-se o inventário do centro histórico de Manaus e os dossiês relativos aos centros históricos de Belém e São Luís, e ainda estavam em andamento também os estudos de tombamento dos centros históricos de Pedro II, Campo Maior, Amarante, Oeiras, Parnaíba e Piracuruca, no Piauí e; de Serra do Navio, Fordlândia, Belterra e Óbidos, no Pará.

Devido a ampliação do tombamento de núcleos urbanos, atualmente estão protegidos 87 conjuntos urbanos²³, dos quais 22 foram tombadas no período de 2000 até 2012. Como pode ser observado no mapa a seguir, de Pereira (2015):

Mapa 1- Núcleos Urbanos tombados até 2012

Fonte: Pereira, 2015, p. 74, editado pela autora.

O mapa mostra como do ponto de vista geográfico, grande parte dos tombamentos realizados na década se concentra em unidades da federação onde historicamente o Iphan ainda não havia tombado cidades, com prioridade às cidades ainda não representadas no norte e nordeste, de acordo com as premissas estabelecidas pelo Depam. No norte do país foram tombadas cidades nos estados do Amazonas, Amapá e Pará; no Nordeste Estados ainda não representados no campo do patrimônio, como Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba; no Sudeste foram realizados os primeiros tombamentos de cidades no Estado de São Paulo; e no Sul, houve a ampliação da representação do Paraná e Rio Grande do Sul. Como aponta Pereira (2015), esses dados mostram um movimento no sentido de diminuir disparidades da representação das “cidades patrimônio” dentro da política de preservação encampada nos anos 2000.

Segundo Pereira (2015), de acordo com o relato de Fernando de Almeida, o esforço de ampliação do estoque patrimonial, no que se refere as cidades patrimônio, se justificava também pela percepção de que o processo de desenvolvimento brasileiro estava acontecendo por todo o território nacional, não estando mais concentrado em determinadas regiões. Assim, todo o país

²³ Dados do Iphan, retirados do site oficial, que contabilizam a proteção dos conjuntos históricos até janeiro de 2017.

passava a sofrer pressões de processos especulativos, demandando das instituições de preservação do patrimônio que garantissem a preservação destes.

De acordo com Dalmo Vieira Filho, buscava-se dentro do Depam, através da atualização de seus métodos de trabalho, proporcionar, nos tempos e na dimensão necessários, as respostas que a sociedade esperava do Iphan. Desta forma, em resposta às demandas da sociedade, e buscando resguardar o patrimônio urbano ainda existente, na década de 2000 vivencia-se um significativo aumento das cidades históricas protegidas. Segundo Dalmo Vieira Filho, um momento inédito na história do órgão, quando “...vivenciou-se o período com maior número de cidades e núcleos urbanos protegidos em 70 anos de atuação do Iphan”. Um período em que “foram prospectados campos novos e transversais aos temas do patrimônio material, como os universos temáticos e geográficos (Rio São Francisco, Ouro no Sul, Açúcar, Monções, etc.)” (Vieira Filho, 2011, p.314).

Assim, foram tombados, nesta década (até 2010) os centros urbanos das Capitais Norte/nordeste/centro oeste: João Pessoa, Salvador, Belém, Manaus, Natal, Teresina, Aracaju, Rio Branco, São Luís, Complexo Ferroviário de Campo Grande; e das cidades de: Parnaíba, Serra do Navio, São Félix, Cabo Branco, Goiana, Porto Nacional, Cáceres, Piracuruca, Oeiras, Amarante, Pedro II, Campo Maior, Belterra, Fordlândia, Santarém, Óbidos, Santa Teresa, Jaguarão, Bagé, Paranaguá, Antonina, Iguape, São Luiz do Paraitinga, Paracatu, Santana do Parnaíba. Destes destacam-se tombamentos paradigmáticos como o de Natal-RN, João Pessoa-PB, Oeiras-PI, Cataguases-MG, e os tombamentos de Iguape e São Luiz do Paraitinga, as duas primeiras cidades históricas a serem tombadas no estado de São Paulo (Iphan, 2010a; Figueiredo, 2014; Pereira, 2015).

1.3 - A Superintendência de São Paulo: da política tradicional aos anos 2000

A Superintendência do Iphan em São Paulo, está entre as representações regionais mais antigas da Instituição, foi instalada juntamente com as regionais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (SPHAN) (atualmente Iphan). Pautado nos parâmetros da constituição do patrimônio nacional brasileiro Mário de Andrade, responsável pela seleção dos bens de interesse em São Paulo, buscava a representação do “Brasil colonial” no Estado. Assim, no Estado de São Paulo, a seleção dos bens tombados pelo Iphan neste período foi marcada principalmente pela arquitetura da taipa de pilão das casas bandeirista. Além destes, foram consagrados apenas outros bens imóveis, de repertório já bastante conhecido, como: casas de câmara e cadeia, conventos e igrejas. Eram tombamentos que incidiam de forma geral em bens isolados e de valor monumental, não tendo sido, até os anos 2000, nenhum núcleo urbano tombado no estado pelo Iphan (Nascimento e Scifoni, 2015).

Grande parte dos intelectuais que encabeçaram o projeto do Sphan eram figuras reconhecidamente importantes do movimento moderno brasileiro, como Lucio Costa, e Mario de

Andrade. Outros foram importantes na história e na ação desenvolvida pelo órgão, entre os quais se destaca Rodrigo de Melo Franco, como uma das figuras de maior importância e poder do órgão, já que este foi o diretor que por mais tempo comandou o Sphan, 30 anos.

Na Superintendência de São Paulo figuravam como principais personalidades de poder do órgão o intelectual Mario de Andrade, responsável pela regional na primeira década de atividade do Iphan, e o arquiteto Luiz Saia, seu auxiliar e sucessor (Arantes, 1987). Era de Mario de Andrade, principalmente, a incumbência de viajar pelo estado a procura dos registros materiais que deveriam ser reconhecidos e protegidos pelo órgão. Era de Mario, portanto, na primeira década de atuação do órgão, a responsabilidade de seleção dos bens que deveriam integrar o patrimônio cultural nacional no Estado, os bens edificados verdadeiramente representantes da “identidade nacional”.

Como Miceli (1987, p. 44) aponta, os intelectuais modernistas que formavam a rede de poder a frente do Iphan, converteram “sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como memória nacional”. A partir da definição de qual era a memória nacional a ser preservada, os modernistas direcionaram as ações preservacionistas da instituição para valorizar aquilo que reforçava esse ideário de nação, excluindo assim toda uma diversidade cultural presente no território nacional.

Em São Paulo pouco se encontrou em referência a bens materiais dentro da definição de “identidade nacional” estabelecida, e por isso, pouco tombou-se. Além disso, a representatividade da cultura local era bastante limitada, visto que uma série de temáticas e grupos sociais formadores da história e culturas locais foram excluídos nos tombamentos, como aponta Arantes (1987):

Na relação de bens tombados pelo governo federal em São Paulo nada se encontra que se relacione com as grandes transformações urbanas por que passou a cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século, não há referência as ferrovias nem aos guaranis e outros grupos indígenas que habitaram essa parte do Brasil e nem mesmo aos imigrantes. (Arantes, 1987, p. 51)

Segundo Arantes (1987), o próprio Mario de Andrade, que via nas cidades mineiras barrocas o ideal de identidade nacional, não tinha uma grande expectativa quanto a empreitada de encontrar no estado bens que viessem a constituir a contribuição de São Paulo para o patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para Mario de Andrade pouco existiria de histórico ou artisticamente significativo do estado:

Não é possível esperar-se de São Paulo grande coisa com valor artístico tradicional. As condições históricas e econômicas deste meu estado, a continua evasão de paulistas empreendedores para outras partes do Brasil nos séculos XVII e XVIII, o vertiginoso progresso ocasionado pelo café, são as principais causas da miséria artística tradicional. (Andrade, apud Arantes, 1987, p.50)

Como resultado dessa rígida seleção, ocasionada pela política de proteção estabelecida no Iphan da chamada fase heroica, todo o patrimônio reconhecido do período em âmbito nacional

eram: poucos remanescentes da arquitetura de pedra e cal, as casas bandeiristas, e em quase sua totalidade templos, conventos católicos, sedes de propriedades rurais e residências urbanas (boa parte destas, e das sedes de propriedades rurais, foram selecionadas por estarem associadas a figuras ilustres), construídos principalmente entre os séculos XVII e XIX. A maioria destes tombamentos também ficou concentrada em parte do território do Estado: a maioria das edificações tombadas ficavam no eixo entre São Paulo e Santos e nos vales do Paraíba e Tietê. Segundo Arantes (1987) eram até a época da publicação (e não houve aumento de tombamentos nos anos seguintes) 47 edificações tombadas isoladamente, e apenas 3 conjuntos: os remanescentes vila Colonial de São Vicente, a Aldeia de Carapicuíba e as casas modernistas de Warchavichck.

Durante a gestão de Luís Saia foi criado, com a ajuda da Superintendência Regional paulista e sob sua tutela, o órgão de preservação estadual, o Condephaat. Com a criação do órgão, acabou-se delegando a este a preservação de tudo aquilo que o Iphan não entendia como patrimônio de valor nacional. Assim, por exemplo, o Condephaat passou a abarcar as demandas por proteção vindas da sociedade civil, como o tombamento das arquiteturas ecléticas, de bens culturais da imigração, arquitetura industrial e ferroviária, que não representava interesse ao órgão estadual no período. Também coube ao órgão estadual cumprir o papel de proteger os sítios de formação antiga do estado, como: os núcleos de Cananéia (1969, tombado no mesmo ano), São Sebastião (1969, tombado no mesmo ano), Bananal (1970, tombado em 1991), Iporanga (1971, tombado em 1980) e Iguape (1974, tombado em 1975), uma vez que o órgão federal só viria a tombar os núcleos urbanos em São Paulo a partir dos anos 2000.

Segundo os dados apontados por Arantes, durante o início da gestão de Saia, e com o passar das décadas houve um volume decrescente no número de tombamentos, tendo nos períodos de 1968/77 e 1978/1987 ocorrido uma drástica diminuição, quando se registraram sete e dois tombamentos, respectivamente.

Ao analisar a trajetória histórica da Superintendência do Iphan em São Paulo, é significativo notar que, apesar de ser um estado que no século XX já figurava entre os cinco primeiros em concentração de bens tombados, São Paulo não tinha nenhuma cidade histórica protegida pelo instituto de federal até 2009, quando é aceito o tombamento do Conjunto histórico e paisagístico de Iguape, seguido poucos meses depois pelo tombamento do conjunto histórico e paisagístico de São Luiz do Paraitinga.

A proteção dos núcleos urbanos históricos existentes em São Paulo, como mencionado ficou, até então, sob responsabilidade do Condephaat. Como aponta (Pereira, 2015), essa situação recorrente, na qual a Superintendência estadual delegava os tombamentos ao Condephaat, além de funcionar como uma forma de fortalecer o conselho estadual, permitia ao órgão federal se preservar de questões conflitantes. Como consequência, o estado de São Paulo, onde se encontram alguns dos núcleos urbanos mais antigos do país - como os núcleos urbanos

litorâneos remanescentes do período da Capitania de São Vicente - chegou ao século XXI sem nenhuma cidade histórica reconhecida pelo Estado.

Somente após os anos 2000, no contexto das transformações realizadas no Iphan aqui tratadas, a ampliação da atuação do Iphan trouxe outro lugar para o Estado de São Paulo no contexto das políticas federais de preservação, sendo realizados pela Superintendência de São Paulo importantes experiências, dentre as quais destacam-se: Os INRCs do Jongo em 2005, do Ritual do Tooro Nagashi em 2008, e do bairro do Bom Retiro em 2010; o Dossiê de Registro da Celebração do Tooro Nagashi , que foi encaminhado ao Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) em 2008, porém não houve continuidade no processo de seu registro, justificando-se para isto a falta do caráter de ancianidade, visto que a celebração ocorre apenas desde os anos 1950; os Dossiês de Tombamento dos Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira e do Centro histórico de Iguape (no contexto dos estudos da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira), de 2008.

Foram realizados também os tombamentos das primeiras cidades históricas, Iguape e São Luiz do Paraitinga, em 2009, e atualmente encontram-se parados na superintendência também os estudos para o tombamento de mais duas cidades históricas: Santana de Parnaíba e Santos.

Das ações realizadas pela Superintendência de São Paulo elegeu-se para este trabalho o caso do tombamento de Iguape como o de maior significância, compreendendo que, de diversas formas, a experiência reflete o processo de evolução e as novas políticas de preservação do Iphan. O tombamento e as primeiras iniciativas de gestão do sítio tombado serão abordados no capítulo a seguir.

Capítulo 2 - Iguape: da proteção do sítio as primeiras ações de preservação

Na Superintendência de São Paulo foi proposto pelo novo grupo de técnicos, recém ingressados na instituição pelos primeiros concursos públicos do Iphan, estudar o Vale do Ribeira como uma possível área de atuação do Iphan dentro das propostas em tônica no Instituto. A escolha do Vale do Ribeira se justificou por essa região compreender um rico patrimônio cultural: imaterial, material, arqueológico, natural, configurando um cenário em que se combinava muitas possibilidades distintas de se trabalhar com o patrimônio, e nenhuma atuação do Iphan (Nascimento, 2015). Mostrando-se em consonância com as características que conformam o conceito de paisagem cultural, no qual bens materiais, imateriais e contexto natural configuram uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, a região começou a ser estudada na superintendência, trabalhando-se com o conceito da Paisagem Cultural.

O patrimônio da região do Vale do Ribeira compreende inúmeros sítios arqueológicos, um rico patrimônio edificado, que envolve alguns dos núcleos urbanos mais antigos do país como Iguape, Cananeia, Iporanga (todos já reconhecidos e protegidos pelo Condephaat), manifestações culturais ligadas às populações tradicionais caiçaras e quilombolas, os primeiros núcleos de imigração japonesa do país, presença de aldeias indígenas, e um riquíssimo patrimônio natural (Iphan/SP, 2007). O rico patrimônio cultural local encontrava-se em grande parte bastante preservado, entre outros fatores, devido ao baixo desenvolvimento resultante da grande estagnação econômica da região durante as últimas décadas. Como apontam Nascimento e Scifoni (2015), a situação socioeconômica e as condições de vida locais eram marcadas por altos níveis de pobreza e índices de baixo desenvolvimento humano, em comparação com outras regiões do estado. Segundo o Dossiê de tombamento de Iguape:

Razões históricas, dificuldades de acesso e condições naturais adversas às atividades econômicas, determinaram, até hoje, a inserção marginal do Vale nos fluxos mais intensos da dinâmica econômica do país, permitindo que extensas áreas pudessem manter parcela significativa de seu patrimônio histórico, cultural e ambiental, cuja importância é mensurável pelo significativo número de projetos desenvolvidos por universidades e instituições que, de uma maneira geral, visam propor formas mais sofisticadas para o manejo econômico e preservação sócio cultural da região. (Iphan/SP, 2009a, p.20)

Esse estudo, portanto, foi realizado em consonância com as políticas do Iphan nacional nos anos 2000, que buscavam preservar o patrimônio local, promovendo o desenvolvimento social local através da valorização, e promoção do patrimônio cultural (Nascimento, 2015; Nascimento e Scifoni, 2015). Segundo o Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, o projeto foi realizado

no âmbito das ações de “inventário do patrimônio cultural” promovidas nacionalmente pelo Depam, e tinha por objetivo

(...)reconhecer a diversidade cultural da região, atribuir valor ao patrimônio cultural, fomentar ações de salvaguarda a partir da publicização do conhecimento produzido, além de promover o desenvolvimento social e econômico por meio da promoção das referências patrimoniais, contribuindo para a melhoria das condições socioambientais e econômicas da região mais pobre do Estado de São Paulo (Iphan/SP, 2007, p.3)

Do projeto “Paisagem Cultural: Inventário de Conhecimento de Bens Culturais no Vale do Ribeira” resultaram diversos produtos: o Dossiê para a Chancela da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, finalizado em 2009; dois dossiês de tombamento: o do Centro Histórico de Iguape e o dos Bens da Imigração Japonesa em Registro e Iguape; e o Dossiê de Registro do Tooro Nagashi. Destes, lograram êxito os tombamentos de Iguape e dos Bens da Imigração Japonesa, sendo que o registro imaterial do Tooro Nagashi encontra-se em tramitação na sede do Iphan em Brasília²⁴, e o Dossiê para a Chancela da Paisagem Cultural não teve apoio interno na Superintendência, pois entenderam que a área de proteção era demasiadamente extensa, e o mesmo foi arquivado (Pereira, 2015, p.88).

A partir dos trabalhos do dossiê da Paisagem Cultural, em que se estudaram seis municípios da região do Vale do Ribeira (Registro, Iporanga, Eldorado, Apiaí, Cananeia e Iguape), surgiram iniciativas da população e do poder público local, que, interessados na salvaguarda de seu patrimônio cultural, demandaram ações de preservação do Iphan (Pereira, 2015).

2.1 - Iguape, a primeira cidade histórica do Estado de São Paulo

A cidade de Iguape fica localizada na bacia do Rio Ribeira de Iguape, na região sul do Estado de São Paulo, a leste do Paraná, ficando situada a cerca de 150 quilômetros da capital São Paulo. A cidade tem área de 1.977,957 km² (IBGE), população de cerca de 30.000²⁵ habitantes e fica situada na região litorânea do Vale do Ribeira (Figura 3).

²⁴ Devido à falta de anciñalidade da celebração, que é realizada a menos de 50 anos no Brasil.

²⁵ Segundo estimativa do IBGE para 2017, com base em dados estatísticos do Censo 2010. Fonte IBGE.

Figura 3- Foto de satélite da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul do Estado de São Paulo

Fonte: Iphan/SP, 2009a.

A região do Vale do Ribeira é considerada uma das mais pobres do Estado, sendo a economia da região baseada principalmente na pesca, mineração, extrativismo vegetal (palmito) e agricultura (banana, chá, horti-fruticultura). Os municípios do Vale são ocupados predominantemente por pequenos produtores familiares, pescadores, agricultores familiares, representantes de uma sociedade artesanal e de subsistência (Iphan/SP, 2009a).

Iguape em particular, além de exercer parte dessas atividades, ainda tem sobrevivido economicamente como centro de turismo ligado ao balneário de Ilha Comprida, e também como centro religioso, atraindo milhares de romeiros na festa do Senhor Bom Jesus, segunda maior festa religiosa do estado de São Paulo (Pinheiro, 2013).

O núcleo urbano de Iguape está dentre os mais bem preservados centros históricos do estado de São Paulo. É um rico objeto de estudo, com arquitetura e urbanismo de vários períodos distintos capazes de contar a sua trajetória. Eles remontam desde os períodos econômicos da exploração aurífera no século XVI, às atividades ligadas à construção naval, a partir de meados do XVIII e à cultura de arroz, no século XIX (Iphan/SP, 2009a).

A história de Iguape, assim como de Cananéia, está ligada à ocupação inicial das terras do que viriam a ser o território brasileiro e a sua posterior exploração “sertão a dentro”. A região, era ponto de passagem de Portugueses, Espanhóis e Franceses no início do século XVI, e configurava a delimitação das terras pelo meridiano de Tordesilhas, sendo área de constante litígio entre espanhóis e portugueses. Situada em local estratégico no ponto de vista geopolítico, uma povoação no local a garantiria o controle estratégico de toda a região da laguna, assim como do rio Ribeira, principal acesso aos territórios do interior, por isso era região de constantes disputas de exploradores, que buscavam estabelecer assentamentos e explorar as riquezas locais (Iphan/SP, 2009a).

O povoamento de Iguape (Igoapé na época) começou por volta de 1519. Contudo, a data oficial de fundação de Iguape foi estabelecida como dia 3 de dezembro de 1538²⁶. O primeiro povoamento do município de Iguape, ficava situado no local hoje conhecido como bairro Icapara, próximo a foz do rio Ribeira de Iguape. Era uma região litorânea de mar aberto, com poucas defesas naturais, sendo, por consequência, pouco protegida de possíveis ataques de piratas e corsários. Também era uma região sujeita a ventos fortes e pouco provida de água potável para o abastecimento dos seus moradores. Além disto, o pequeno povoado estava localizado em sítio com terra insuficiente para sua expansão. Em vista disto, a população decidiu por transferir o povoado para a região do atual centro histórico de Iguape, em terras doadas por um capitão Francisco Alvares. A transferência gradual da população para o novo núcleo ocorreu entre os anos de 1600 a 1614. Documentos históricos indicavam que neste primeiro núcleo de ocupação da Vila de Iguape teriam existido além das casas de moradores, uma Igreja e possivelmente uma casa de Câmara Municipal, contudo não foram encontrados registros materiais deste primeiro núcleo de ocupação, referido pelos historiadores. Supõe-se, portanto, que estas edificações tenham sido construídas em madeira e por isto, não teriam resistido ao tempo (Iphan/SP, 2009a).

O local escolhido para o estabelecimento da nova vila localizava-se entre o Morro da Espia e o Mar Pequeno. Tal localização apresentava as vantagens geográficas necessárias para a instalação da vila: proteção contra os ataques de corsários e água doce em abundância, que corria no pé do Morro, além da proximidade do Rio Ribeira. As primeiras ruas a serem abertas no sítio atual da cidade de Iguape concentravam-se ao redor da igreja das Neves, atual Praça da Basílica (que só será construída no século seguinte, no contexto das transformações econômicas do ciclo do ouro paulista). O arruamento inicial conforma a rua Tiradentes, a rua das Neves, a avenida Princesa Isabel, o largo da Matriz, o largo do Ipiranga, e os antigos largos da Misericórdia e o largo do Rosário (do Rocio). Parte deste núcleo urbano primeiro (da data de transferência da vila) foi construído com pedra, cal, conchas marinhas, óleo de baleia e melado, e foi tombado pelo Condephaat ainda nos anos 1960, como veremos a diante (Iphan/SP, 2009a).

A primeira fase áurea de desenvolvimento econômico da cidade se deu na primeira metade do século XVII, em decorrência da descoberta de metais preciosos na região do Vale do Ribeira. A descoberta do ouro nas serras de Paranapiacaba, Paranaguá e Cadeado, foi o fator principal que incentivou o intenso processo de ocupação do interior, “sertão a dentro”. Neste período, portanto, a região do Vale do Ribeira adquire certo destaque perante a administração colonial. Surge, no contexto do chamado ciclo do ouro paulista, os povoados de Iporanga, Apiaí, Registro e Eldorado. Por sua localização geográfica, Iguape se torna o principal porto da região aurífera da bacia do Rio Ribeira de Iguape. Na cidade é construída em 1630 a Casa de Fundição, uma das primeiras do país, onde todo o ouro de lavagem encontrado na região era fundido, quintado e enviado à metrópole pelo porto de Iguape. Devido a sua importância dentro da dinâmica

²⁶ Data estabelecida pelo então prefeito, Manoel Honório Fortes, em 1938, baseado em documentos históricos que usam como referência a data de separação de Iguape e Cananéia, como fundação da cidade (Prefeitura Municipal de Iguape).

econômica da região, a cidade passou pela sua primeira fase de desenvolvimento urbano (Iphan/SP, 2009a).

É neste período, por volta de 1647, que surge o culto à imagem do Senhor Bom Jesus de Iguape, que desde então atrai milhares de romeiros de todas as partes do Brasil, e principalmente da região do Vale do Ribeira. O chamado “turismo religioso” se tornaria, nos séculos XX e XI, outra atividade econômica importante na região, como veremos a diante. Devido ao grande desenvolvimento econômico em decorrência da exploração do ouro, foram construídos alguns dos assobradados históricos que compõe ainda hoje a Praça da Basílica (Figuras 4 e 5). É também deste período de opulência, a construção da Basílica do Bom Jesus de Iguape (Figura 6), construída entre os séculos XVIII e XIX.

Figura 4 – Sobrado dos Balaaios, próximo à praça da Basílica.

Fonte: Iphan/SP, 2009a.

Figura 5 – Casarão “Ximbica’s Bar”, Praça da Basílica.

Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Figura 6 – Foto da Praça da Basílica.

Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

O desenvolvimento econômico da região, em decorrência do ouro, logo entrou em declínio com a escassez das jazidas locais e descoberta das “minas gerais”, na segunda metade do século XVII. Por volta da década de 1760, a Casa de Fundição foi fechada a mando da Coroa, decretando o fim do ciclo do ouro na região. Após este período o desenvolvimento econômico local ficou relacionado ao desenvolvimento das atividades ligadas à construção naval, quando diversos estaleiros foram instalados nas margens dos rios da região. A fase seguinte de prosperidade veio de fato com o desenvolvimento da cultura do arroz nas zonas ribeirinhas, no final do século XVIII, até meados do século XIX. Este na verdade foi o período de maior importância econômica da região e que trouxe profundas alterações na cidade. Houve a transformação de traçado urbano, e Iguape passa a contar com um casario expressivo (Figuras 7 e 8), hoje preservados como patrimônio cultural da cidade (Iphan/SP, 2009a).

Figura 7 – Foto da Praça da Basílica.

Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

Figura 8 – Foto da Praça da Basílica e Antiga Casa de Fundição.

Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

São deste período, pós-década de 1830, por exemplo, o Vice-Consulado Português, instalado em 1848 e em funcionamento até 1920, o Sobrado dos Mâncios, o Sobrado dos Toledo, a sede da Prefeitura - antigo Sobrado do Comendador (Figura 9) e o Correio Velho (Figura 10).

Figura 9 – Paço Municipal, antigo Sobrado do Comendador.

Fonte: Iphan/SP, 2009a.

Figura 10 – Foto do Correio Velho.

Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Além das residências de grande porte também foram construídos engenhos para beneficiamento do arroz, assim como outros melhoramentos como jornais, teatro, e uma nova igreja matriz (IBGE). No auge do ciclo do arroz, em meados do século XIX, a cidade contava com dez engenhos de beneficiamento de arroz, o que gerava intenso movimento no porto (Pinheiro, 2013). O dossiê de tombamento do centro Histórico de Iguape informa a importância do ciclo de arroz para a economia e desenvolvimento local:

O arroz destacou a Vila de Iguape como uma das mais importantes do Império: o Porto Grande, um dos principais do país; sua sociedade, elitizada e fina, comparada à da Corte do Rio de Janeiro.

(...)A cultura do arroz significou, na esteira do ouro, o crescimento da cidade e o incremento da sua estrutura urbana, com a abertura de diversas ruas, a instalação de prédios que abrigaram a vida cultural e social da cidade e a instalação dos diversos serviços urbanos, tais como lâmpioes para iluminação pública e chafarizes para abastecimento de água. É também neste período que a cidade de Iguape viverá um aumento no número de construção de casas para moradia (Iphan/SP, 2009a, p. 60).

Segundo o Iphan/SP (2009a), em 1815 existiam na Vila cerca de duzentas e vinte e nove casas (mapa 2); em 1823, duzentas e sessenta e quatro e 1826 chegavam a duzentas e setenta e três casas na cidade. O Iphan/SP, no âmbito da elaboração do Dossiê de Tombamento de Iguape, elaborou os mapas a seguir que demonstram a evolução urbana ocorrida na cidade em 1815 (mapa 2), 1880 (mapa 3), 1945 (mapa 4) e 1975 (mapa 5):

Mapa 2- Mapa de evolução do traço urbano. 1815.

Fonte: Iphan/SP, 2009a.

Mapa 3- Mapa de evolução do traço urbano. 1880.

Fonte: Iphan/SP, 2009a.

O Porto do Mar Pequeno era o único meio de escoamento da produção de arroz de toda a região, até a decadência da atividade econômica no início do século XX, em grande parte em decorrência das consequências ecológicas da construção do “Valo Grande” (Pinheiro, 2013), considerado um dos maiores desastres ambientais da região.

O Valo Grande foi uma obra civil de construção do canal que tinha por objetivo facilitar o escoamento da produção ribeirinha até o porto do Mar Pequeno. O arroz que era produzido nas fazendas, que ficavam ao longo das várzeas do Ribeira de Iguape, era transportado por embarcações pelo rio até o Porto do Ribeira, de onde era conduzido por carroças, por mais de três quilômetros até o Porto Grande, no Mar Pequeno. O transporte terrestre era considerado oneroso pelos produtores, e assim vereadores locais, apoiados pelos agricultores, decidiram optar pela construção de uma vala que pudesse ligar diretamente o Rio Ribeira ao Mar Pequeno. O Valo Grande começou a ser escavado em 1827, por centenas de escravos, e as obras foram concluídas em 1852 (Iphan/SP, 2009a). A vala, que tinha cerca de 4 metros de largura (2 metros de profundidade e cerca de 2 km de extensão), com o tempo se transformou num imenso braço de rio de mais de 200 metros de largura. Suas margens pouco a pouco começaram a desbarrancar, e como consequência inúmeras casas e ruas foram tragadas pela erosão. Ocasinou-se também o assoreamento do Porto Grande, tornando-se impossível sua utilização, já que não era mais possível a entrada de navios de grande porte.

O desastre ambiental foi tão intenso que chegou, inclusive, a comprometer o equilíbrio ecológico da laguna de Iguape, ocasionando a alteração do ciclo de cheias da várzea que tornava a região fértil, e comprometendo assim a produção de arroz, que entrou em declínio definitivamente nas primeiras décadas do século XX. Na segunda metade do século XIX, tais consequências levaram a um declínio sem precedentes da economia local. A economia da cidade entrou em decadência, passando em poucos anos, de um importante centro agroexportador para uma comunidade pobre (Iphan/SP, 2009a).

A partir do século XX, tiveram início outras atividades econômicas que visavam restaurar a economia local: no fim da década de 1920, tiveram início as plantações de bananas no município, ciclo econômico que continua tendo muita importância para a região; A partir da década de 1930, começou a exploração da pesca oceânica e se estabeleceram no município indústrias de pesca, para a industrialização da manjuba principalmente, com seu auge entre 1930 a 1950; Na década de 1940, teve início na região a indústria extrativa de palmito, que representou, na década de 1950 e 1960, o mais importante ramo da economia do município. Contudo, nem a lavoura de banana, nem mesmo as indústrias de pesca e palmito foram capazes de reerguer a economia local.

Apesar disso, o núcleo urbano continuou crescendo durante o século XX, se estabilizando no patamar que encontramos hoje desde o fim do século (Mapa 6). Hoje, a demanda por novas construções se dirige a Ilha Comprida que fica junto a praia, de modo que a pressão imobiliária sobre o Centro Histórico hoje encontra-se estabilizada (Iphan/SP, 2009a).

Mapa 6- Mapa de evolução do traço urbano. 1993.

Fonte: Iphan/SP, 2009a.

Atualmente um incremento importante a economia local, é o turismo, tanto aquele ligado ao balneário de Ilha Comprida, como o ligado a religião. Iguape se estabeleceu como centro religioso, e atrai anualmente milhares de romeiros na festa do Senhor Bom Jesus (Pinheiro, 2013). A festa (figura 11), realizada entre 28 de julho a 06 de agosto de cada ano, é considerada a segunda maior festa religiosa do estado de São Paulo, atraindo em média um público de aproximadamente 200 mil pessoas, segundo a prefeitura.

Figura 11 – Foto da Basílica do Senhor Bom Jesus em Iguape, durante a festa do Senhor Bom Jesus, em 2015.

Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

2.2 – Antecedentes do tombamento: a gestão do Condephaat, e as iniciativas locais

Antes do tombamento pelo Iphan, Iguape já era tombada desde 1975 pelo órgão estadual, o Condephaat. Contudo, o tombamento do Condephaat é bastante diferente do tombamento realizado pelo Iphan em 2009. Enquanto o tombamento pelo órgão federal estabelece um único perímetro de proteção, o tombamento pelo órgão estadual, foi definido a partir de manchas urbanas, metodologia já utilizada pelo órgão na revisão do tombamento de Cananeia²⁷, poucos anos antes (Pinheiro, 2013).

Em Iguape, as primeiras ações preservacionistas do órgão estadual ocorrem ainda em 1969, início de atividades do Condephaat, a partir das solicitações do governo local para o tombamento três edifícios isolados: a Casa de Fundição de Ouro, a Igreja Basílica do Bom Jesus de Iguape e o prédio da Câmara Municipal. Porém, logo realizados estes primeiros estudos, apontou-se a existência de outros imóveis de interesse para tombamento, abrindo-se assim em 1970 o processo de tombamento da área urbana e histórica de Iguape (Pinheiro, 2013).

Como aponta Pinheiro (2013) a iniciativa do órgão era se trabalhar com a ideia de manchas urbanas, uma metodologia de trabalho a exemplo das legislações francesas que estavam “muito

²⁷ O Condephaat, no mesmo período, tentou realizar em Cananeia um tombamento com definição de um único perímetro de proteção. Porém tal estudo foi revisado, em 1973 (poucos anos antes do tombamento de Iguape pelo Condephaat), a pedido do prefeito da cidade alegando que inúmeros imóveis tombados “não desfrutam da aparência de ancianidade”, casos em que não se justificaria “tal impedimento do progresso da cidade”. O pedido foi acatado pelo órgão, que julgava o parecer técnico que definia o perímetro exagerado, e que já previa a necessidade de reavaliação, já que considerava dignos de proteção apenas a Igreja Matriz e “uma ou outra casa”. Foi feito então um novo estudo que definiu manchas urbanas de interesse, ficando o tombamento de Cananeia definido então a partir destas manchas (Pinheiro, 2013).

em voga na época”²⁸ para estudos do campo do patrimônio (Nascimento, 2015). Como aponta Zagato (2017), é dada sequência ao processo, com “a burocracia técnica” realizando a atribuição de valor cultural ao conjunto urbano de Iguape, destacando-se sobretudo os aspectos da arquitetura colonial. Ressalva-se, porém, a existência de setores considerados “desfigurados, devido a transformações ocorridas” (p.110). A partir dessa análise, foi recomendado o tombamento alguns edifícios, privilegiando o núcleo mais antigo da cidade que remonta ao período colonial:

Assim, o conjunto arquitetônico de Iguape é típico do século XIX, encobrindo exemplares de épocas anteriores e estruturado em parte, em traçado urbanístico colonial.

Nem toda a área urbana histórica de Iguape merece tombamento porque há locais já totalmente desconfigurados. (...)

Somos da opinião que se deva tomar trechos da cidade, ou melhor, o antigo núcleo formado pela rua das Neves, Rua XV de novembro e travessas que as unem, até a altura da rua 9 de julho. (...) (Condephaat, P 17203, V II, p. 17)

Contudo, como aponta Zagato (2017, p.111) a inexistência de uma articulação entre os atores governamentais, e uma relação distante, resultava em demolições, construções e reformas irregulares nas áreas protegidas. Isto motivou o técnico, arquiteto Carlos Lemos, em fins de 1974, a reforçar a proposta anteriormente sugerida (Figura 12) de tombamento em manchas. O tombamento seria acompanhado de proposta de entorno de 300 metros, em conformidade com o art. 15 do decreto 19 de dezembro de 1969 (Condephaat, P00469, p. 10-12), o que acreditavam que permitiria uma melhor proteção do conjunto e da ambiência.

²⁸ Metodologia que inclusive seria utilizada nos anos 70 para definição de áreas de interesse para proteção do patrimônio cultural na cidade de São Paulo.

Figura 13 - Conjunto urbano tombado pelo Condephaat, com projeção do entorno.

A mancha protegida definiu-se a partir da sobreposição das diversas áreas de entorno de 300 metros de raio a partir dos limites dos lotes dos elementos listados na resolução de tombamento do Condephaat (Zagato, 2017).

Fonte: Zagato, 2017.

Durantes estes 45 anos, pré-tombamento do Iphan, o Condephaat foi o órgão responsável pela proteção do sítio, e como apontam Pinheiro (2013), Martins (2014), Nascimento e Scifoni (2015) e Zagato (2017), a gestão do sítio se mostrou conturbada tanto para população e administração local quanto para o órgão estadual, não existindo um bom relacionamento entre Prefeitura e Condephaat. Para o órgão estadual, era um trabalho de fôlego estudar, tomba e gerir (através das aprovações de intervenções, por exemplo), tendo um corpo técnico limitado em número, além da distância física entre órgão e município, que dificultava a fiscalização local. Em decorrência desse distanciamento e das circunstanciais, ao longo das décadas seguintes, ocorreram sucessivas denúncias de abandono, descaracterização ou destruição de imóveis na cidade, cuja preservação deveria ser garantida pelo tombamento estadual (Zagato, 2017).

Pinheiro (2013) também aponta que as iniciativas preservacionistas do órgão nem sempre eram bem recebidas, inclusive pela administração local, e que a partir das pesquisas realizadas nos processos relativos a Iguape, foi notado que em todos os processos de tombamento eram reiteradas solicitações no sentido de que a Prefeitura garantisse a integridade dos bens em questão, durante o processo de tombamento. Em um dos processos é informado que

(...) as providências preservadoras deste conselho são sistematicamente ignoradas tanto pela prefeitura como pela delegacia de polícia, não havendo um

mínimo de colaboração no sentido de se salvaguardar os remanescentes da outrora rica cidade. Ali demole-se, reforma-se e constrói-se sem aprovações prévias de plantas e todos os nossos pedidos de maior vigilância foram esquecidos (Condephaat, PI00469/74, fls. 6-7).

Segundo a autora, se no início a população via com boa vontade o tombamento pois existia a expectativa de que “o tombamento traria o aporte de recursos do governo para a manutenção das construções a serem preservadas”, conforme os anos passavam e o aporte financeiro não se concretizava, devido o minguado orçamento que o órgão dispunha, o Condephaat acabava sendo visto pela população como “agente repressor, inimigo do progresso e do direito de propriedade, e ao mesmo tempo incapaz de oferecer qualquer contrapartida atenuante” (Pinheiro, 2013, p.10).

Segundo Zagato (2017), diante do crescente volume de demandas ao longo das décadas, ao que se contrapunha um esvaziamento do quadro funcional do Condephaat, vistorias e fiscalização ocorreram de forma inconstante, concentrando-se a atuação do órgão sobretudo na análise das solicitações de aprovação de intervenção nos imóveis (licenciamento) na área sob jurisdição do Condephaat, “se e quando protocoladas pelos atores locais” (p.115). Para o autor, essa atuação inconstante, e o distanciamento ocorrido entre o órgão paulista, a comunidade e governo locais, convergiu em um sentimento de resistência ao tombamento e à preservação do patrimônio de Iguape.

Em 2006, a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), departamento técnico do Condephaat, realizou um estudo de revisão do tombamento do conjunto urbano de Iguape. Nesta ocasião os técnicos buscavam atualizar as informações do estado de conservação dos imóveis, e delimitar com maior precisão a área de jurisdição do órgão estadual, identificando os imóveis individualmente (Figura 14) e criando uma hierarquização que definiria o que era tombado efetivamente, e os graus de proteção dos bens dentro do conjunto urbano (Zagato, 2017; Nascimento, 2015). Segundo Zagato (2017) o objetivo desse estudo era conferir maior efetividade à atuação do órgão. No entanto, não houve a regulamentação pelo conselho do Condephaat, apesar de, na prática, os técnicos trabalharem dentro do órgão estadual tendo como referência este estudo. Isso criava um conflito e uma falta de entendimento por parte da população local, que nem sempre compreendia os parâmetros de definição que conferiam o valor de patrimônio a um imóvel, enquanto seu vizinho não representava qualquer valor perante o órgão (Nascimento, 2015). Para a autora, essa situação também contribuiu para a conflituosa relação que se estabeleceu entre população e Condephaat e, portanto, era uma perspectiva que precisava ser superada na atuação proposta pelo Iphan.

Figura 14- Proposta de revisão do tombamento de Iguape pelo Condephaat.

Fonte: Zagato, 2017

Esta visão, que ainda permeia a atuação do Condephaat em Iguape, e que pode ser observada também em outros tombamentos de núcleos realizados pelo órgão no mesmo período, mostra uma concepção de centro histórico através de uma “somatória de valores individuais isolados e não um conjunto de relações que conforma e define um sítio urbano” tal qual o definido na Carta de Veneza de 1964²⁹ (Nascimento e Scifoni, 2015, p. 29). O tombamento do Iphan, que viria apenas 45 anos depois, foi proposto baseando-se numa concepção de centro histórico como testemunho dos sucessivos processos urbanos, se propondo superar a valoração estabelecida pelo Condephaat, pautada nos valores estético-estilísticos da arquitetura (Nascimento, 2015).

Neste contexto, a partir de 2007, o governo local de Iguape, adotou “a agenda do patrimônio” como um vetor de desenvolvimento local. No período foram formuladas e implementadas diversas ações de preservação do patrimônio na cidade, dentre as quais pode se destacar a criação de conselho local e legislação municipal de patrimônio e a estruturação do Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios (POEAO), considerado um programa de grande importância social local (Zagato, 2017, p116).

²⁹ No texto (p.29) as autoras lembram que, apesar do Condephaat ter sido fundado quando já se consolidara a discussão contida na Carta de Veneza de 1964, vários tombamentos realizados no período não acompanham a concepção contida na carta. A carta apresenta uma concepção de sítio urbano no art.1: “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, significação cultural”.

Durante a gestão de Ariovaldo Trigo Teixeira (PMDB) como Prefeito Municipal de Iguape (2005-2007), algumas ações vinculadas à agenda do patrimônio começaram a ser formuladas, com a criação dos conselhos locais de Cultura, Patrimônio Cultural e Turismo, em 2007. No mesmo ano, o projeto da POEAO em Iguape começou a ser viabilizado, através da promulgação da Lei n. 1.909, de 10 de maio de 2007, que autorizou o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com Santana de Parnaíba para implantação, desenvolvimento e execução de projeto de cooperação técnica cultural, visando a implantação da Escola Oficina em Iguape³⁰. No entanto, foi no governo de sua sucessora, Maria Elizabeth Negrão Silva (PP)³¹, que se fortaleceu a agenda do patrimônio como um meio para desenvolvimento da cidade (Zagato, 2017). Foi durante a gestão de Elisabeth, que ocorreu o efetivo funcionamento da POEAO, e que foram vivenciadas as experiências resultantes do contato entre Iphan e Iguape: o tombamento federal, e estabelecimento da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira, em 2009, e a participação da cidade no Plano de Ação das Cidades Históricas (PACH), entre 2009 e 2012.

O Projeto Oficina, que teve seu desenvolvimento e evolução durante o governo de Elisabeth, era um programa municipal que visava à “conservação, restauração e preservação do acervo arquitetônico-histórico e o fornecimento de conhecimento técnico para formação e o aperfeiçoamento de profissionais do município nessas áreas, por meio da capacitação técnica de mão-de-obra juvenil especializada para atuação no mercado” (Iguape, 2007d apud Zagato, 2017, p.160). O projeto tinha grande importância no contexto social em que se encontrava Iguape, tendo por objetivo: atender às necessidades sócio educacionais de jovens e adultos do município e estimular sua inserção socioeconômica, valorizando as vocações ocupacionais, a experimentação e habilitação profissional no local de trabalho, e facilitar a inserção na vida e a continuidade dos estudos de jovens residentes em Iguape. Os jovens que participavam do programa, além de aprender o ofício dos saberes técnicos relativos a preservação do patrimônio (para pequenos reparos, principalmente nas fachadas dos imóveis), recebiam uma bolsa-auxílio financiada pelo governo local. Além disso, o projeto se mostrava positivo inclusive do ponto de vista da preservação do casario privado local, visto que vários moradores e comerciantes aderiram ao projeto, e puderam restaurar suas fachadas a um custo bastante inferior se comparado com o de mercado. Nos anos que se seguiram o projeto cresceu e tomou visibilidade através de convenio associado ao Senai. Entretanto, com a mudança de governo na Prefeitura Municipal de Iguape, em 2013, o projeto foi interrompido³².

Outra importante ação realizada em nível municipal foi a valorização do patrimônio cultural local, visando “um processo de autoafirmação e aumento da autoestima” da comunidade³³ (Iphan/SP, processo 01506 001024/2010-38, fl 55). Como aponta Zagato (2017) ao assumir a

³⁰ A implementação da oficina foi, a partir de então, iniciada paulatinamente, com a primeira turma de Iguape começando as aulas ainda em 2007.

³¹ Nomeada prefeita após a cassação de Ariovaldo Teixeira, devido a decisão do Poder Judiciário em função de questões administrativas (Zagato, 2017)

³² Sobre o POEAO Iguape, ver mais em Zagato (2017).

³³ Esse será inclusive apontado pela cidade como um dos “objetivos” do Plano de Ação de Iguape.

prefeitura, Elisabeth estimulou que os membros da gestão buscassem soluções que atentassem para a preservação do patrimônio cultural da cidade. O Autor aponta que, para o então Secretário de Cultura, Carlos Alberto Pereira Junior, o primeiro e fundamental desafio para lidar com o patrimônio em Iguape era ressignificá-lo, transformando a percepção e a memória de algo “associado a aspectos negativos e dolorosos” para a população, em algo positivo e com a potência de oferecer novas perspectivas para os iguapenses. Em busca de um apoio institucional para enfrentar tais desafios, foi feito contato com o órgão estadual de patrimônio, o qual segundo Zagato (2017) mostrou-se foi infrutífero. Neste período a ação do Condephaat em Iguape já concentrava-se apenas nas atividades de licenciamento de obras nas áreas sob sua jurisdição, e diligências técnicas esporádicas à cidade, em geral para apuração de irregularidades ou atendimento de demandas pontuais. Como pontua Zagato:

A complexidade da gestão do conjunto urbano tombado, cujas dimensões extrapolavam essas atividades, não encontrava ressonância no órgão naquele momento. Ou seja, o tombamento era tratado como fato desde 1975, mas não era garantida a efetiva preservação do conjunto – até mesmo num sentido mais estrito, de conservação das estruturas físicas, pois muitas [encontravam-se] em franco estado de deterioração. Assim, embora a existência do regramento estadual fosse conhecida entre boa parte dos atores locais, sua efetividade e eficácia eram questionadas, dada a ausência de uma política de preservação pelo órgão de patrimônio paulista (Zagato, 2017, p.129).

Corroborando com o que aponta Pinheiro (2013) ao dizer que o Condephaat era visto pela população como “agente repressor” e “inimigo” (p.10), Zagato (2017), traz uma visão contemporânea, que também relata a difícil relação entre população e órgão estadual: teria se tornado “nociva” e “dolorosa” (Pereira, 2017, apud Zagato, 2017, p.129) para parte dos cidadãos e governos locais, pois as exigências que o tombamento trazia não eram acompanhadas da atuação esperada. Nascimento e Scifoni (2015, p.29) também apontam que os moradores de Iguape reclamavam da “ínfima presença do órgão no município, de pedidos de intervenção que demoravam a ser respondidos, de posturas ambíguas em relação às autorizações de obras e principalmente da ausência de diálogo” (p.29). Essa impressão da população e administração local acerca do Condephaat também foi exposta na Ficha Consulta do PACH, na qual se descreve – no campo “Principais problemas de infraestrutura e legislação municipal existente”:

A legislação Municipal existente tem cumprido o seu papel a contento, no qual diz respeito a proteção do patrimônio, entretanto o distanciamento com o órgão regulador de patrimônio do estado, bem como a ineficiência de atuação deste e inexplicável morosidade na tramitação de documentação inviabilizam ações eficientes, outro grave problema da infraestrutura é o número de fiscais, bem abaixo do necessário. (...) (Iphan/SP, P 01506.001024/2010-38, fl.14)

Nascimento e Scifoni (2015) relatam que foi neste contexto “conflituoso” entre órgão de preservação e população local que se iniciaram os estudos no Vale do Ribeira e que resultaria na proteção federal da cidade, e, portanto, esse contexto se constituiu no primeiro grande desafio da experiência. Assim, ao que parece, através dos dossiês e trabalhos que relataram o tombamento, é que o Iphan, em contraposição a atuação do Condephaat, desde o início tentou estabelecer uma maior aproximação da população e da prefeitura. Além das oficinas participativas e do estudo de

tombamento realizado com participação dos agentes locais, outra ação inovadora e que demonstra tal cooperação entre agentes, foi a abertura da Casa do Patrimônio. Segundo as referidas autoras, no caso de Iguape, a iniciativa surgiu da prefeitura municipal que se responsabilizou pela viabilização de infraestrutura. A Casa foi estruturada numa edificação tombada na área central durante os trabalhos de identificação do patrimônio cultural do Vale do Ribeira. Em julho de 2009, portanto seis meses antes do tombamento oficial, a Casa do Patrimônio foi inaugurada. Um feito inédito, e que torna esta outra questão pioneira quanto ao objeto de estudo.

2.3 - O tombamento de Iguape pelo Iphan

Antes do processo de tombamento, ocorrido nos anos 2000, Iguape foi por duas vezes alvo de interesse por parte do Iphan, contudo seu tombamento nunca se concretizou, pois, seu núcleo histórico não se enquadrava no tipo de arquitetura que representava o ideal de nação construído pelo então Sphan, naquele período. O primeiro estudo do núcleo histórico foi realizado em 1942, encomendado pelo técnico Luiz Saia. Neste período, Hermann Kruse, fotógrafo a serviço do Iphan, foi encarregado de viajar até o município para realizar levantamento documental e iconográfico a fim de identificar edifícios antigos, sambaquis, ou outros monumentos naturais que pudessem ser de interesse artístico ou histórico nacional. Em sua missão, Kruse constatou que a cidade poderia vir a ser campo de estudos do órgão, diagnosticando a cidade como de interesse histórico, visto que abrigava uma série de construções de pedra e cal de diversos períodos e “cujas idades ninguém poderia saber” (Iphan/SP, 2009a, p.13). Porém, Iguape teve seu tombamento recusado por seu conjunto arquitetônico não se enquadrar na política da época, de construção indenitária nacional por meio do patrimônio, sendo alegado para o não tombamento do sítio: pouco valor individual, falta de originalidade nas edificações, e as sucessivas sobreposições de processos históricos. Em 1968, uma nova solicitação de tombamento do núcleo urbano de Iguape foi feita pelo senador Lino de Mattos. Contudo, o tombamento da cidade só viria a se realizar em 2009, inserido neste novo contexto de mudanças institucionais no órgão (Nascimento, 2009).

Se, em 1942, o tombamento do núcleo histórico de Iguape foi recusado pela “falta de originalidade e um tecido urbano sucessivamente sobreposto pelos processos históricos”, a justificativa que levou ao tombamento do centro histórico da cidade em 2009, defende sua proteção, entre outros fatores, justamente pelo fato de seu centro histórico ser caracterizado por construções que são capazes de contar a trajetória da cidade e seus sucessivos processos históricos, como consta no trecho:

O núcleo urbano de Iguape (figura 15) está dentre os mais bem preservados e caracterizados centros históricos de São Paulo, com arquitetura e urbanismo capazes de contar a sua trajetória. Eles remontam ao período da exploração aurífera no século XVI, às atividades ligadas à construção naval, a partir de meados do XVIII e à cultura de arroz no século XIX. (Iphan/SP, 2009a, p.13)

Figura 15 – Foto do núcleo urbano de Iguape.

Fonte: Iphan/SP, 2009a.

O processo de tombamento de Iguape pelo Iphan, cuja proteção legal foi realizada pelo Conselho Consultivo em 2009 (P1584-T-09) é considerado um caso paradigmático, tanto pelo caráter inédito da participação popular no processo, quanto pelo resultado da definição do perímetro de tombamento.

No âmbito da participação social, foram realizadas durante o processo de elaboração do dossiê uma série de oficinas com a população local, no qual se procurava compreender e atender a demanda social quanto ao tombamento da cidade. Dentre essas oficinas foi realizada em 2008 a “Oficina de Educação Patrimonial Mapa do Patrimônio de Iguape”, que tinha como objetivo principal envolver a população local no processo de identificação dos bens culturais da cidade, complementando o trabalho de pesquisa de gabinete para a seleção dos bens a serem incluídos no perímetro de tombamento (Pereira, 2015).

As Oficinas de Educação Patrimonial “Mapa do Patrimônio de Iguape”, coadunando com a ideia de cooperação entre diferentes instituições e instancias presente nas novas diretrizes do Iphan, foram realizadas em parceria com a PMI. As oficinas (figuras 16 e 17) seguiram metodologia baseada na denominada cartografia social, com “estratégias de mapeamento participativo com foco na identificação, por parte dos moradores locais, do que deveria ser objeto de inclusão na proposta de tombamento, ou seja, um processo de escuta como instrumento de decisão” (Nascimento e Scifoni, 2015, p.35). O resultado deste mapeamento participativo do patrimônio cultural local contribuiu para a definição do perímetro de tombamento, complementando o perímetro de proteção proposto pelos estudos técnicos.

Figura 16 - Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape

Fonte: Iphan, 2008. Retirado de Pereira (2015)

Figura 17 - Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape

Fonte: Iphan, 2008. Retirado de Pereira (2015)

A proposta de tombamento do Iphan, resultante do estudo desenvolvido em Iguape, definiu um perímetro de tombamento extenso e complexo, que englobava três grandes setores: Setor Núcleo Urbano, Setor Morro da Espia, Setor Portuário.

No setor Núcleo Urbano foi proposta a proteção de uma extensa área de tombamento, especialmente em comparação com a área de proteção do tombamento realizado pelo Condephaat, em 1975. Tal área proposta englobou não só o trecho urbano de tecido mais antigo, com os vestígios da cidade colonial, mas também as áreas correspondentes as diversas fases de sua ocupação e que retratavam “as diferentes manifestações arquitetônicas e urbanísticas destes referidos períodos” (Iphan/SP, 2009a, p.239). Neste perímetro de tombamento incluiu-se as mais diversas construções, tal como construções privadas de uso residencial e comercial, os antigos sobradões, Igrejas (Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, São Benedito e a Basílica do Bom Jesus de Iguape), edificações de uso institucional, e diversos edifícios remanescentes da história da cidade, como a Fábrica Única, o Hospital Feliz Lembrança, as chácaras Carneiro Muniz e Yanaguisawa, o Sobrado da Fábrica da Pirá e as ruínas do Engenho da Porcina (Iphan/SP, 2009a).

A proposta de tombamento, que reconheceu e buscou proteger a sobreposição dos sucessivos processos históricos no tecido urbano, é também um dos caracteres singulares do tombamento em questão, visto que uma grande parte do núcleo urbano foi protegido de forma única, sem hierarquização, reconhecendo a importância de cada período do processo histórico de forma igualitária. Uma atuação diferente da abordagem tradicional do órgão, que por muitos anos reconheceu como de “maior importância” determinados períodos ou exemplares arquitetônicos em detrimento a outros.

Sobre a proposta de proteção do tecido urbano, as autoras do dossiê revelaram:

As edificações em si, informadas simplesmente por seu valor para a historiografia da arquitetura, não interessavam à proteção proposta. O centro histórico de Iguape foi entendido e estudado no âmbito dos processos históricos formadores da sua materialidade. O que significa dizer que, ao se pensar na materialidade urbana de Iguape atentou-se com muito interesse para as inúmeras sobreposições e rearranjos espaciais constituídos ao longo de muitas décadas, entendendo até mesmo a proteção pelo Condephaat como um dos momentos da

história da cidade. As representações históricas de diversos momentos eram a parte evidente de sua feição atual e só teria sentido fazer a proteção legal da cidade, tal como ela havia chegado até o momento presente. Era essa cidade, com seu sítio, seu arruamento e suas edificações e espaços livres que compunham os sentidos identitários, sociais e históricos dos que a habitavam e que assegurariam sua permanência tanto física, quanto simbólica.” (Nascimento e Scifoni, 2015, p. 31)

Ademais, outra novidade trazida por este caso para a Superintendência de São Paulo, é a atuação que considerou e incluiu o patrimônio natural como parte integrante dos bens edificados no perímetro a ser tombado. Partindo do conceito de cidade-documento,³⁴ a equipe técnica envolvida no trabalho compreendeu que “os processos históricos de formação urbana de Iguape eram o ponto de partida para o estudo de seus bens materiais, quer edificados, quer naturais”. Assim foi inserida no perímetro de tombamento, juntamente com a proposta de proteção aos bens edificados, a proteção do patrimônio natural local (Nascimento e Scifoni, 2015). Para as autoras não fazia sentido tomar somente o conjunto de construções, visto que este estabelecia uma relação histórica e cultural com o ambiente natural:

Situada entre importantes marcos referenciais da paisagem, o Morro da Espia, o Canal do Valo Grande e o braço de mar chamado Mar Pequeno, Iguape caracteriza-se por ser plana e composta por importantes casas e sobrados de pedra e cal, com coberturas de telha de barro. Tombar somente as construções significaria apartar da compreensão de sua formação histórica esses elementos e as relações tecidas com a natureza. O estudo buscou, assim, conceber o sítio urbano a partir das relações tecidas com o sítio natural. (Nascimento e Scifoni, 2015, p. 31 e 32)

Portanto, para além do setor urbano, os outros dois setores, o Setor Morro da Espia e o Setor Portuário, compreendiam elementos da natureza que estabeleciam relação histórica e cultural com o sítio urbano.

O setor definido Morro da Espia, compreendeu “todo o morro conhecido como morro da Espia, a partir da cota altimétrica de 10 metros, a qual constitui o limite ou contato entre a planície arenosa e a encosta do morro”, e com essa delimitação procurou-se proteger as encostas florestadas e a cumeada do morro, incluindo as nascentes e respectivos cursos d’água. Incluiu-se neste setor ainda a Fonte do Senhor e as ruínas do Engenho de Itaguá. (Iphan/SP, 2009a, p.241). A inclusão do Morro da Espia no tombamento foi definida a partir da compreensão do morro como um importante elemento da paisagem local, com valor histórico e cultural na formação do núcleo urbano (em sua localização atual), que faz dele um lugar singular e simbólico a cidade. O valor histórico conferido ao morro advém do fato que o local possui um riacho, que desce pelas suas encostas, e que é fonte de água potável abundante, fator decisivo para a escolha do local como núcleo de formação da cidade. Igualmente o local adquiriu importante função simbólica-religiosa na cultura local, uma vez que, foi às margens deste riacho que os moradores lavaram a imagem de Bom Jesus, encontrada em na praia da Juréia, por volta de 1647 (Iphan/SP, 2009a).

³⁴ As autoras relataram que partiram conceitualmente das experiências de preservação do Iphan (anos 80) de proteção de sítios urbanos, como as de Laguna/SC e Cuiabá/MT, em que o conceito de cidade-documento era norteador das ações de proteção (Nascimento e Scifoni, 2015).

A imagem posteriormente foi colocada no altar da igreja local e, nos anos que se seguiram deu origem à grande devoção local pelo Bom Jesus. Tal devoção deu origem a festa popular religiosa conhecida como Procissão do Bom Jesus de Iguape, que hoje é considerada a segunda maior do estado de São Paulo. O riacho onde se lavou a imagem é conhecido como a Fonte do Senhor, e está incluído no tombamento, dentro no setor do Morro da Espia (Nascimento e Scifoni, 2015, p. 32).

O Setor Portuário, foi definido pelo conjunto formado pelas áreas do “antigo Porto da Ribeira, o Canal do Valo Grande, com suas respectivas margens, e a zona da orla marítima, até o canto do Morro da Espia”. É nesse setor também que fica a área da Capela de São João Batista, anexada ao perímetro de tombamento a partir da demanda popular, através da oficina participativa (Iphan/SP, 2009a, p. 242). Os elementos da natureza compreendidos neste setor foram incluídos no perímetro de tombamento a partir também do entendimento destes como importantes elementos da formação histórica da cidade: O Antigo Porto do Ribeira, também chamado de Porto Grande, corresponde aos remanescentes do porto fluvial do século XVII, onde por séculos se consolidou a função portuária da cidade, que levou a cidade ao seu auge econômico e de dinâmica urbana, até o declínio da atividade em decorrência da abertura do Canal do Valo Grande; O Valo Grande foi igualmente incluído no perímetro de tombamento por compreender-se que além de corresponder a uma obra pioneira de engenharia do século XIX, que teve como objetivo ligar o porto fluvial ao marítimo, o Valo Grande constituiu um elemento significativo da história local, que explica a decadência da função portuária e da cidade de Iguape no contexto da economia paulista. Para as técnicas (Nascimento e Scifoni, 2015, p. 33) “incorporá-lo ao patrimônio tombado significou reconhecer a função social da memória para além do que é celebrativo”.

O Mapa 7, a seguir, representa o perímetro final proposto para o tombamento de Iguape:

Mapa 7- Mapa ilustrativo da proposta de áreas de tombamento e de envoltória do Núcleo Histórico e Paisagístico de Iguape/SP.

Na figura são representadas as áreas de tombamento (em roxo), as áreas de entorno (em amarelo). Representam os setores: 1 – Setor Núcleo Urbano, 2- Setor Morro da Espia e 3 – Setor Portuário.

Fonte: Iphan/SP, 2009a, editado pela autora.

Finalizando o processo, em três de dezembro de 2009, foi aceito o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape/SP pelo Conselho Consultivo do Iphan, em reunião realizada na cidade de João Del-Rei/MG.

Logo no início da 62ª reunião do Conselho Consultivo, em que se tombou Iguape, foi anunciado pelo então presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, que estavam incluídas na pauta daquele dia duas importantes propostas de tombamento: o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá/PR, e Centro Histórico de Iguape/SP, observando que elas resultavam de um trabalho que o Iphan estava desenvolvendo nos anos 2000, em escala regional brasileira, de inventários temáticos, associando o tombamento de Iguape ao tema do primeiro ciclo do ouro no Brasil, o da Repartição do Sul. Na reunião, Dalmo Vieira Filho, na qualidade de diretor do Depam, discursou:

"Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Exatamente como disse o Presidente, o Iphan está trazendo a este Conselho o produto de uma estratégia implantada na gestão atual do Iphan, que visa direcionar os processos de tombamento para análises de territórios culturais, que podem ter base geográfica ou base temática, como é o caso de hoje. Gostaria de trazer mais uma vez a consideração desse Conselho uma série de propostas de tombamento relacionadas com a estratégia do Iphan de aumentar o estoque patrimonial, a significância do patrimônio do país e a significação do conjunto de bens tombados. (...)

(...) hoje abordaremos os dois núcleos urbanos mais representativos do primeiro ciclo do ouro no Brasil, o da repartição do Sul, representado por Iguape e Paranaguá. Esses processos não estão formalmente acompanhados das

normativas por razões específicas. Em Iguape, essa normativa está contratada, mas o núcleo, tombado pelo Governo do Estado de São Paulo, é zelosamente mantido pela Prefeitura Municipal, aqui representada; e o Iphan incorporou esses parâmetros desde a notificação de tombamento do centro histórico. (...)

(...) a repartição do Sul marca os primórdios da mineração do ouro e a fundação de algumas das primeiras vilas do país. Esse foi um dos primeiros estudos de universos culturais contratados pelo Iphan e contou com a participação do Prof. Nestor Goulart Reis na sua coordenação. (...) é importante, porque essa visão de suprir lacunas na abrangência dos tombamentos efetuados pelo Iphan nos últimos 70 anos, tentando sempre implantar essas propostas de tombamentos numa visão de rede, onde os bens se conectam e contribuem para explicitar seus valores para a sociedade. Agregando-se ao conceito de paisagem cultural, nesses estudos foram consideradas a estrutura do território e suas características geográficas, as formas de articulação da ocupação urbana, o intercâmbio cultural entre colonizadores e populações indígenas, as formas de organização social e as atividades econômicas que justificaram a implantação de uma rede urbana no sul do Brasil, ainda no século dezesseis. Esse momento da história do ouro, esse momento da história econômica do país, ainda pouco conhecido, se relaciona com algumas das primeiras fundações e núcleos urbanos no Brasil e com várias especificidades ainda não devidamente ressaltadas.” (Dalmo Vieira Filho, in Iphan, 2009a, p.2 a 4)

O Conselheiro relator, Phelipe Andrès, em um longo parecer, ressalta pontos de importância para a configuração do tombamento deste sítio histórico: os exemplares de edificações que exibem tipologias arquitetônicas, que são um testemunho das contribuições de cada período da história da arquitetura na forma peculiar como se adaptaram aos usos regionais e locais, e como o caso enfatiza a adoção de uma estratégia na qual a proteção federal é implementada a partir do sítio natural, e das influências culturais presentes, considerando estes aspectos como interligados e que guardam uma vinculação lógica e de respaldo histórico e urbanístico.

Andreas salienta também como outro aspecto bastante relevante é a iniciativa de educação patrimonial simultaneamente ao processo de tombamento, envolvendo a comunidade e propiciando a oportunidade de apropriação do conhecimento, de forma que, pelo seu entendimento, o resultado é que o instituto do tombamento tenha se tornado um instrumento legal bem aceito e compreendido, devolvendo ao cidadão comum o sentimento de orgulho e valorização. E que transparece no caso que, embora já existam instrumentos de proteção legal criados na esfera do poder local, a municipalidade buscava o reconhecimento do Iphan, na expectativa de se fortalecer através da parceria e do apoio das instituições de nível federal.

Para Andrès:

Iguape surpreende. A região parece constituir uma síntese perfeita de toda a história do país. Moradia dos caiçaras, na era das grandes navegações assistiu a chegada dos europeus, foi testemunha e protagonista da saga dos exploradores em busca desenfreada pelas riquezas, foi cenário de um ciclo de ouro antes das Minas Gerais, abrigou milhares de escravos negros, atravessou o período do império como grande fornecedora de arroz e outros produtos agrícolas para exportação. No século vinte recebeu as primeiras levas de imigração japonesa que nos legaram a sofisticação de sua cultura milenar na agricultura do chá e na arquitetura de suas casas de madeira desmontáveis e portáteis. Iguape nasceu e cresceu sob o manto de uma natureza de beleza e força incomensurável. Sua gente resistiu aos embates de um modelo de economia cujo cerne sempre foi a concentração da riqueza e suas mazelas que atingem até hoje a nação. Nos dias

atuais é também um repositório de cultura popular dos mais ricos em nosso país. Seu patrimônio imaterial é diverso nas formas de expressão como a Congada, a Reisada, o Fandango e a Marujada. No modo de fazer os objetos de cestaria produzida a partir de uma grande variedade de fibras, ou de madeiras entalhadas como a gaxeta, assim como de cerâmica utilitária com as panelas de barro de suas paneleiras, em tudo semelhantes na técnica com aquelas do Espírito Santo, ou as Rabecas de Coxo que são equivalentes a Viola de Coxo, ambas (panelas de barro e violas de coxo) já consagradas como patrimônio cultural brasileiro. E forte também herança da cultura caiçara e negra na culinária e na fala do povo. (...) (Iphan, 2009a, p. 20 e 21)

E conclui recomendando seu tombado com a afirmação:

De tudo que se informa neste dossiê, especialmente por sua importância estratégica no contexto do desenvolvimento da região sul no papel de se haver constituído como território seguro de integração entre o litoral e o interior, não seria justo pois, que tal acervo de arquitetura urbana, testemunha incontestada da saga de ocupação de parte significativa do território brasileiro permanecesse à margem das atenções da maior instituição nacional que visa a preservação da memória e da história do país.

(...) O conjunto formado pela cidade de Iguape, e a paisagem do Vale do Ribeira, compõe um cenário de excepcional harmonia entre o patrimônio erigido pela mão do homem e o ambiente que o cerca e estes elementos constituem um habitat perfeito para a gente que ali vive e trabalha e que de toda forma o mantiveram até os nossos dias como provas materiais e imateriais de que são também um belo testemunho remanescente e revelador da alma do povo brasileiro.

(...) sendo assim e acompanhando as recomendações e os pareceres do Departamento de Patrimônio Material e da Procuradoria Federal que integram os autos deste processo, declaro-me favorável ao tombamento, e à consequente inscrição nos livros de tombo 1) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: 2) Histórico. Este é o parecer que submeto ao Pleno deste Egrégio Conselho. São João Del Rey, em 3 de dezembro de 2009. (Iphan, 2009a, p. 22 a 24)

Desta forma, considerando que “a figura do tombamento” se apresenta neste caso para além da materialidade da questão, e que este tombamento “passará a incidir também sobre a autoestima do povo do Vale do Ribeira”. E, reconhecendo que este ato de proteção configura “grande responsabilidade assumida pelo Iphan, não só no sentido de não frustrar as expectativas daquelas comunidades como objetivamente pelo fato de que passa a ser administrativa e legalmente responsável pela preservação daqueles bens”, o Conselho Consultivo aceita o parecer de Andrès e a proposta de tombamento, e aprova por unanimidade o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape, no Estado de São Paulo, e a sua inscrição nos Livros do Tombo Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Iphan, 2009a).

Capítulo 3 - As ações de preservação em Iguape após o tombamento federal (2009 – 2014)

Como pode se perceber, durante o processo de estudo de tombamento já se apresentava uma preocupação com a posterior gestão do sítio. Desde o trabalho de tombamento que se percebeu o contexto conflituoso entre municipalidade e Condephaat na gestão do sítio tombado. Também nas palavras do relator Phelipe Andrès se evidenciava a responsabilidade do Iphan de não frustrar as expectativas da comunidade, e a preocupação com o tipo de relação que deveria ser construído após o tombamento. Andrés, por exemplo, em seu parecer de tombamento, destaca ações que devem acompanhar o tombamento logo nos primeiros anos de gestão:

Torna-se, portanto, necessário, envidar imediatos esforços para fortalecer a pioneira experiência que ali se verifica, da criação da Casa do Patrimônio de Iguape, garantindo aos técnicos locais mais uma estrutura que venha permitir uma verdadeira integração com a comunidade, bem como na condução de trabalhos de proteção do acervo, na medida em que favoreça parcerias entre os órgãos municipais, estaduais e o Iphan. Nestes termos, seu funcionamento ao lado de um futuro Escritório Técnico do Iphan, deverá possibilitar economia de meios e esforços, aumentando a rapidez e eficiência das ações, com todos falando a mesma linguagem e trabalhando com critérios nivelados e mais próximos da realidade local (Iphan, 2009a, p23).

Podemos considerar que as primeiras ações de preservação ocorreram logo após o tombamento da cidade, a partir de 2010 e se configuraram em duas principais ações: 1. a construção e estabelecimento da Casa do Patrimônio como espaço de constante diálogo e educação patrimonial inclusiva, instalada no centro histórico, e dando continuidade ao trabalho realizado durante os processos de reconhecimento de bens do Vale do Ribeira, numa frente relacionada a educação patrimonial e aproximação a comunidade; 2. a gestão do sítio, realizada via aprovação de processos de licenciamento no centro histórico, como parte dos trabalhos do órgão do patrimônio.

3.1 - A Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira

A instalação da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira foi realizada antes mesmo do tombamento do núcleo urbano pelo órgão federal, estruturada durante os trabalhos de identificação do patrimônio cultural do Vale do Ribeira e viabilizada através de parceria entre o Iphan e a Prefeitura Municipal de Iguape.

À Prefeitura de Iguape cabia a responsabilidade de administrar e gerenciar a Casa do Patrimônio, disponibilizando o imóvel-sede para funcionamento, arcar com os custos de manutenção e conservação da casa, disponibilizar material (mobiliário, computadores, etc.) de acordo com o recomendado pela Superintendência e, finalmente, disponibilizar um responsável

técnico para abertura e funcionamento cotidiano da casa. Da mesma forma, o Iphan seria responsável pela organização, implantação e atualização da biblioteca especializada em patrimônio, bem como orientação técnica para seu funcionamento e empréstimo de livros; realização de oficinas e atividades de educação patrimonial; elaboração de exposição temática para abertura e funcionamento da Casa; elaboração de divulgação da Casa; e disponibilização de material de educação patrimonial do projeto Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (Iphan/SP, 2009b). O Termo de Cooperação foi assinado pelas partes no dia 13 de abril de 2009, contando inclusive com a presença do Presidente do Iphan, o arquiteto Luiz Fernando de Almeida.

Desta forma, firmada a cooperação entre Prefeitura de Iguape e Iphan, em 02 de junho de 2009 é aberta oficialmente a Casa do Patrimônio de Iguape. Como aponta Scifoni (2009), a Casa do Patrimônio de Iguape foi uma iniciativa em conjunto das instituições que nasceu de um desejo comum de aproximar o trabalho de proteção do patrimônio cultural da população local. O objetivo era que este fosse um espaço de fomento à participação social nos processos de identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural, “por meio do estímulo à realização de pesquisas, à promoção de debates e à formação e capacitação na área” (Scifoni, 2009). Para isso, foram estruturados na casa um espaço físico para realização de diálogos, que contava, inclusive, com aparelhos multimídia e biblioteca especializada, com produções que contemplavam temas como patrimônio histórico, arquitetônico, imaterial, natural, paisagem cultural, sítios arqueológicos e instrumentos jurídicos de proteção.

Com o objetivo de socializar conhecimento e estimular o debate sobre os mais variados aspectos do patrimônio cultural, estavam previstos no termo de cooperação técnica: o oferecimento de cursos e oficinas para capacitação na atuação na área do patrimônio; organização de eventos que propiciassem a troca de experiências e o debate, para contribuir na formação de novos quadros atuantes na proteção do patrimônio; organização de exposições temáticas sobre o patrimônio, tendo como primeira iniciativa a socialização dos conhecimentos produzidos durante a realização do Dossiê de Tombamento de Iguape; e divulgação do projeto casa do Patrimônio, buscando atrair público participante (Iphan/SP, 2009b).

Como aponta Melo (2011, p.16), com sua inauguração em meados de 2009, as primeiras ações desenvolvidas na Casa do Patrimônio foram voltadas principalmente para sua estruturação e consolidação como espaço especializado na temática do patrimônio cultural. Como estabelecido pelo termo de cooperação, foi montada a biblioteca especializada, e, para a inauguração da casa foi organizada a exposição sobre a atuação do Iphan no Vale do Ribeira. Além disso foram realizados workshops e oficinas de capacitação, bem como uma série de encontros buscando construção da informação e das diretrizes para gestão, e valorização, do sítio tombado.

Dentre essas atividades, destacam-se nos anos de 2009: a realização da Oficina de Maquetes (Figuras 18 e 19), com duração de 80 horas entre os dias 15 de junho e 15 de julho, ministrada por especialista da área e que tinha por objetivo capacitar estudantes e educadores na técnica de representação espacial; a Oficina de biblioteca, visando transmitir orientações básicas

na formação e gestão de bibliotecas; e a apresentação dos Planos de Ações das Cidades Históricas (PAC CH). Foram realizadas também outras atividades como palestras de Educação Patrimonial para escolas da rede pública, privada e ensino superior, exibição de filmes e do vídeo “Iguape: a história do Brasil passa por aqui”, a montagem e funcionamento do estande Iphan/SP no Revelando São Paulo Edição do Vale do Ribeira, e a participação da experiência de Iguape no I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio (Melo, 2011).

Figura 18 – Maquete confeccionada na Oficina de Maquetes

Fonte: Melo, 2011

Figura 19 - Oficina de Maquetes

Fonte: Melo, 2011

Ao que consta em documentação referente à Casa (Carvalho, 2011a), em 2009, dentro da Casa do Patrimônio eram exercidas atividades administrativas de organização e monitoria do espaço administrativo, e apoio técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Patrimônio Histórico de Iguape, além de atendimento ao público, controle de visitas, elaboração de relatórios de visitação e consulta à biblioteca.

A respeito da biblioteca, as únicas informações oficiais (Carvalho, 2011a) disponíveis informaram que em 2009, ainda no ano de abertura da Casa, estimou-se uma visitação de cerca de 95 pessoas, com o empréstimo de 18 membros do acervo, que incluía livros, cds e dvds. Já sobre o ano de 2010, foi registrado um movimento ainda mais intenso: a biblioteca teria recebido no ano um total de mil visitantes, que teriam feito “uso contínuo” da biblioteca, tendo sido “utilizados” cerca de 150 livros da biblioteca³⁵ (Carvalho, 2011a).

Em 2010 destacou-se a realização dos chamados “Iphan conversa”, encontros entre profissionais ligados à área do patrimônio cultural e a comunidade, que abordaram uma série de temáticas sobre a preservação do patrimônio cultural, e sobre a gestão do sítio. Como aponta Melo (2011, p. 17), este título foi utilizado primeiramente para denominar uma série de encontros técnicos realizados na própria Superintendência de São Paulo, para discutir a temática do patrimônio cultural entre órgãos preservacionistas. Segundo a autora, a nomenclatura pareceu adequada aos encontros que se pretendia realizar em Iguape, uma vez que o termo “conversa”

³⁵ Importante salientar neste ponto que, neste mesmo documento, ao tratar sobre o ano de 2009, a palavra utilizada era de empréstimos, portanto infere-se que já a partir de 2010 não era mais possível pegar emprestado qualquer espécime do acervo, sendo permitida apenas consulta no local.

remeteria à ideia do “diálogo” e o que se buscava nos encontros não era a transmissão de informação de caráter unilateral, mas a “construção dela, a partir de um formato aberto, onde além de esclarecimentos e orientações são possíveis intervenções, sugestões e críticas” (Melo, 2011, p.17). Em 2010 foram realizados os seguintes “Iphan conversa” com a população local: tombamento de Iguape, realizado pelo Iphan, com a parceria da Prefeitura de Iguape, esclarecendo o recente tombamento; oficina de sensibilização em Educação Patrimonial para professores e diretores da Rede Municipal de Ensino; Patrimônio material, direcionada a arquitetos, engenheiros e profissionais da construção civil; Patrimônio Imaterial (Carvalho, 2011a).

Entre os projetos de Educação Patrimonial realizados na Casa, entre os anos de 2010 e 2011, destaca-se o projeto Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania, que visava a capacitação de monitores locais para aplicação da metodologia de roteiros sensoriais. Os roteiros sensoriais a serem desenvolvidos no programa tinham por objetivo estabelecer uma interpretação do patrimônio cultural por meio da percepção sensorial do ambiente, fazendo uso dos sentidos como meio de explorar caminhos cotidianos (Carvalho, 2011a, p. 43). Segundo Melo (2011) foi durante o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, realizado entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 2009, em Nova Olinda/CE, que a Superintendência de São Paulo tomou conhecimento do Programa Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania, desenvolvido pela Casa do Patrimônio de Ouro Preto/MG e que funcionava como projeto condutor das ações educativas da Casa. Conhecendo este trabalho, a técnica do Iphan Carina Melo, responsável então pela gestão da Casa do Patrimônio de Iguape enxergou no projeto “um grande potencial para trabalhar a sensibilização para a normatização do centro histórico tombado de Iguape” (Melo, 2011, p.18). Com isso, por meio da Rede Casas do Patrimônio, se organizou um intercâmbio de experiências com a Casa do Patrimônio de Ouro Preto/MG para a capacitação de monitores locais para aplicação destes roteiros sensoriais. A iniciativa resultou em três módulos de oficinas de capacitação entre fins de 2010 e meados de 2011.

Outra novidade trazida pelo encontro das Casas de Patrimônio foi a mudança do nome da Casa de “Casa do Patrimônio de Iguape”, para “Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira”. Segundo Melo (2011) as reflexões sobre educação patrimonial e o papel do Iphan neste processo, estimuladas pelo encontro, reposicionaram a Casa do Patrimônio de Iguape como parte de uma rede nacional de Casas do Patrimônio. Segundo Melo, este fato apontava um caminho capaz de fortalecê-la enquanto seu papel como pólo referencial regional em ações educativas na temática do patrimônio cultural, portanto, após o encontro o nome da casa foi alterado.

Em 2011, ainda no âmbito dos trabalhos de educação patrimonial, foi realizado o projeto Memórias Urbanas de Iguape. O projeto foi uma parceria entre a Casa do patrimônio do Vale do Ribeira, a PMI, e o Laboratório de Geografia Urbana (Labur) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), durante o ano de 2011 (Scifoni, 2011b). Compreendendo a educação patrimonial como uma ação para além da simples divulgação do patrimônio, reprodução de informações ou marketing institucional (Scifoni, 2011a; 2011b),

buscava-se construir uma outra relação – que não aquela dolorosa, mencionada por Zagato, 2017- das comunidades e o seu patrimônio. Dessa forma, o trabalho tinha por objetivo envolver a comunidade local na valorização das memórias e do patrimônio cultural, registrar e documentar a memória urbana, para dar visibilidade e socializar conhecimentos populares, e fortalecer o vínculo das comunidades com o seu patrimônio cultural, fomentando o reconhecimento de sua importância e incentivando, a participação social na sua proteção (Scifoni, 2011b, p.11). Com esse intuito foram organizados quatro encontros temáticos, chamados “rodas de memórias”, nos quais os moradores foram convidados e incentivados a relatar suas vivências (Figura 20), contar histórias iguapenses e “causos”. Os temas abordados foram: “a cultura caiçara”, “os quilombos do Ribeira”, “histórias de pedra e cal” e “águas de Iguape”.

Figura 20 – Roda de memória da cultura caiçara.

Fonte: Scifoni, 2011c, p.59.

Como produto do trabalho desenvolvido no Projeto Memórias Urbanas – Iguape/Vale do Ribeira, foi organizada uma cartilha, que tinha por objetivo ajudar os educadores que atuam em Iguape a trabalhar com a educação patrimonial pensada nesses moldes: inclusiva, participativa, construída a partir das percepções e vivências da comunidade. A publicação apresenta artigos nos quais as técnicas do Iphan que trabalharam em Iguape relatam suas experiências. Ainda são apresentados os relatos da comunidade resultantes das “rodas de memórias”, e na parte final, sugestões de práticas educativas “para que os professores possam se inspirar criando, assim, suas próprias atividades em sala de aula” (Scifoni, 2011b). A expectativa era de contribuir para a formação em educação, através da memória e do patrimônio cultural.

Para Zagato (2017), com essa atuação intensa da Casa do Patrimônio – com uma série de atividades que buscavam dialogar com a população- a educação patrimonial tornou-se mais vinculada ao cotidiano da cidade, aspecto que, como o autor aponta, é considerado essencial para tornar bem-sucedido o processo de preservação do conjunto urbano.

Em 2011 também foram realizadas outras atividades, oficinas e workshops, de caráter técnico, dando continuidade ao trabalho inicial de consolidação da casa como espaço do patrimônio cultural. Dentre essas oficinas, merece destaque a oficina para capacitação sobre preservação do patrimônio arquitetônico, realizada no equipamento cultural do estado, o Centro Gerson de Abreu, através da parceria entre Secretaria de Estado de Cultura, Condephaat, Iphan e Prefeitura Municipal de Iguape/SP. A oficina foi uma iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e tinha por objetivo qualificar profissionais e estudantes do interior para preservação do patrimônio cultural (Carvalho, 2011).

Cartilha: orientações para reformas simplificadas no Centro Histórico de Iguape

Do ponto de vista da prática de preservação e gestão do núcleo urbano através do licenciamento, foi realizado um importante trabalho que resultou na “Cartilha: orientações para reformas simplificadas no Centro Histórico de Iguape”, que viria a contribuir para o entendimento, por parte da população, das intervenções mais simples e comuns permitidas, e dos critérios adotados pelo Iphan para preservação do sítio. Os primeiros trabalhos a esse respeito foram os “Iphan conversa” que abordaram o tema da instalação de toldos e letreiros em Iguape, ainda em 2010, quando a gestão do sítio começava a se estabelecer. Para o Iphan (2011), grandes trechos do casario de Iguape encontravam-se escondidos sob tintas inadequadas, letreiros e toldos sem padrão, portanto mostrou-se a necessidade de buscar uma padronização. Nesse sentido, como aponta Melo (2011), foi elaborado um primeiro estudo realizado por técnicos da instituição, que contou com a participação e anuência da Prefeitura e do órgão de preservação estadual (Condephaat). Essa proposta foi apresentada em dois encontros “Iphan Conversa” abertos à comunidade. Segundo aponta Zagato (2017)³⁶ os comerciantes da área central demonstravam inicialmente certo receio e contrariedade a essa normatização, temendo as multas que poderiam resultar do descumprimento de exigências do Iphan. Entretanto, a partir dos encontros, houve uma interação entre o grupo afetado e os técnicos, e à proposta técnica apresentada, foram apontadas as inadequações, e posteriormente a proposta foi ajustada as necessidades indicadas pelos comerciantes (Melo, 2011; 2016). Zagato (2017) relata que, tanto esse processo, quanto o projeto “Cores para Iguape” foi acompanhado de perto também por agentes da Oficina Escola.

Dando continuidade ao processo de consolidação de diretrizes para a área preservada de Iguape, em 2011 foi realizado na cidade o “Projeto Cores para Iguape”. Segundo Melo (2016, p20), esse projeto nasceu da necessidade da consolidação de diretrizes e normas para o centro histórico que Iguape, que indicavam a urgência da construção de manuais para auxiliar a moradores e técnicos nos processos de licenciamento. Da mesma forma que o caso de “toldos e letreiros”, o Projeto Cores partiu de uma negociação com os moradores da cidade, para regulamentação dos serviços de pintura no Centro Histórico.

A partir de uma parceria com a Prefeitura Municipal, com o Oficina Escola, e com a empresa de restauro Estúdio Sarasá, foi realizada a oficina em dois módulos. Em maio de 2011 aconteceu o primeiro módulo onde, a partir de uma ação na qual foi estimulado que a comunidade trouxesse as fotos antigas do centro histórico e seu entorno, se discutiu tipos de tintas, cores e padrões de pinturas adotados tradicionalmente na área, com a finalidade de subsidiar o primeiro estudo para regulamentação para pintura das fachadas. O segundo módulo da oficina, em junho, foi destinado à apresentação do documento sobre pinturas, juntamente com a proposta para regulamentação de letreiros e toldos, que já havia sido apresentado à população em 2010. Neste mesmo módulo foi elaborada uma paleta de cores (Figura 21) no muro dos fundos da Casa do

³⁶ Zagato realizou sua pesquisa de mestrado abordando a gestão municipal de Iguape, portanto teve o contato com os agentes locais.

Patrimônio, com o objetivo de servir como referência para os moradores que queiram pintar seus imóveis situados em área tombada e seu entorno (Melo, 2011; 2016).

Figura 21 – Paleta de tintas a cal da Casa do patrimônio. Projeto Cores para Iguape.

Fonte: Casa do Patrimônio Vale do Ribeira, 2017.

O objetivo era que, a partir do conhecimento técnico e da análise das combinações, contrastes e tonalidades utilizados em épocas passadas, se pudesse construir diretrizes para o presente e futuro do sítio tombado, pautado não só na conservação e valorização da arquitetura histórica, como também nos anseios da população residente.

Por fim, as cartilhas elaboradas pelos técnicos do Iphan, a partir das oficinas participativas, foram distribuídas pela Casa do Patrimônio, com o objetivo de orientar as intervenções no sítio, facilitando o processo de aprovação das mesmas. Além disso as normas para “toldos e letreiros” e “reformas de telhados” estão disponibilizadas no blog da Casa do patrimônio.

Entre fins de 2010 e meados de 2011 é contratada pela Superintendência de São Paulo uma consultoria sobre a Casa do Patrimônio, com apoio da Unesco (Iphan/SP, P01506.001310/2011-84, 2011). Essa consultoria foi realizada por Agnaldo Ribeiro de Carvalho e resultou na elaboração dos documentos técnicos (Carvalho, 2010; 2011a; 2011b, 2011c e 2011d) que se referem à avaliação e análise dos primeiros anos de funcionamento da Casa do patrimônio e elaboração de novas propostas de educação patrimonial para a Casa, pautadas sobretudo em visitação de escolas públicas ou particulares à Casa. Este trabalho de diagnóstico foi o primeiro a ser realizado, concluído dois anos após a abertura da Casa, e o único estudo oficial encontrado no arquivo da superintendência do Iphan em São Paulo. Não foi possível, portando, estabelecer análises comparativas a partir de documentos oficiais, porém foram feitas considerações com base nas atividades desenvolvidas pela Casa nos últimos anos, acompanhadas via Blog da Casa do patrimônio e através de visita de campo à cidade.

Atualmente as atividades da Casa do Patrimônio são registradas em um blog mantido pelo funcionário do Iphan responsável pela casa, Alberto Bertagna. O blog (Figura,22) é destinado a informar atividades e notícias relacionadas ao patrimônio cultural, não só da região do Vale do Ribeira, mas também notícias relacionadas a superintendência do Iphan em São Paulo, bem como outras sobre o tema patrimônio cultural no Brasil. O blog funciona desde 2010, quando ainda estava sob responsabilidade da arquiteta Carina Melo³⁷. Em 2013 o Blog mudou de endereço, podendo hoje ser acessado através do endereço: <<https://patrimoniovaledoribeira.org/>>.³⁸

Figura 22 – Blog da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira.

Fonte: Blog do patrimônio, 2017.

Além das notícias divulgadas, o blog disponibiliza ainda links para outras Casas do Patrimônio, instituições de patrimônio, como o Iphan e o Condephaat, e outros blogs sobre patrimônio cultural, e disponibiliza também documentos para moradores do centro histórico de Iguape, como os requerimentos e documentos necessários para intervenções no centro histórico e seu entorno, e os manuais com informações técnicas.

Ainda que não haja informes ou relatórios oficiais recentes sobre a gestão e atuais atividades da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira na atualidade, foi feita uma pesquisa no blog, procurando compreender se as atividades propostas nos primeiros anos de funcionamento da Casa ainda existiam. Através dessa pesquisa foi descoberto, por exemplo, que o novo blog da Casa do Patrimônio não faz nenhuma menção quanto ao projeto “Sentidos Urbanos”, e a última publicação relativa ao projeto é encontrada no antigo blog, no ano ainda de 2010, o que faz crer que nos anos seguintes o projeto foi abandonado pela gestão da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira. Da mesma forma, a última menção ao “Iphan conversa” é de agosto de 2012, quando a superintendência do Iphan em São Paulo convidou arquitetos, engenheiros, técnicos, moradores

³⁷Neste período o blog era acessado (e continua disponível) pelo endereço <<https://casadopatrimoniovaledoribeira.wordpress.com/>>

³⁸ Além disso a Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira também conta com fanpage no Facebook e no Twitter.

e demais profissionais da área de “edificação histórica” para diálogo sobre “como conservar telhados”, com palestra do escritório Sarasá.

Nos anos que se seguem, há uma escassez de eventos, oficinas e workshops na Casa do Patrimônio, com o agravamento da situação após 2014, quando a prefeitura municipal de Iguape passou por uma série de problemas administrativos. Neste período foram registradas pelo blog poucas atividades na Casa do Patrimônio, como um workshop sobre o uso da cal, realizada também pelo escritório Sarasá, e uma exposição fotográfica chamada “Olhares ao Bom Jesus”, do fotógrafo Henrique Pellerin. Outras oficinas realizadas no período foram desenvolvidas em outras instituições como a Oficina Gerson de Abreu, mantida pelo Estado de São Paulo³⁹, ou a AAPCI – Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Iguape, contando com o envolvimento da Casa do Patrimônio para divulgação pelo blog.

Para além disso, a principal atividade da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira hoje é a divulgação de notícias sobre a temática do patrimônio cultural e do Iphan, e divulgação de eventos em geral, geralmente organizados por outras entidades⁴⁰, com alguns poucos trabalhos de educação patrimonial para instituições e visitantes. Essas visitas são divulgadas no blog através da tag “gente que vem”, e o último registro de um destes eventos é de novembro de 2016, quando uma turma de Turismo da Escola Técnica Engº Agrônomo Narciso de Medeiros – ETEC do Centro Paula Souza esteve na Casa, participando de “uma Roda de Conversa sobre o tombamento da cidade de Iguape como patrimônio cultural brasileiro e o papel do Iphan como agente fiscalizador e conscientizador desse patrimônio” (Blog da Casa do patrimônio, 2016).

Figura 23 – “Gente que vem” com a ETEC de Iguape.

1 de novembro de 2016

Gente que vem...ETEC Engº Agrº Narciso de Medeiros, de Iguape/SP

Fonte: Blog do patrimônio, 2017.

Figura 24 – Eventos realizados e divulgados pela Casa do Patrimônio

Fonte: Blog do patrimônio, 2017.

³⁹ Encontra-se atualmente fechada.

⁴⁰ Recentemente o Condephaat, realizou um ciclo de “Oficinas de Patrimônio”, nos municípios que possuem conjuntos urbanos tombados pela instituição no Vale do Ribeira: Iporanga, Cananeia e Iguape, e cujo envolvimento da Casa do patrimônio foi apenas de divulgação.

Segundo o Alberto Bertagna, funcionário do Iphan responsável pela gestão Casa do Patrimônio desde 2013, a atividade incipiente da Casa nos últimos anos é decorrente dos problemas de gestão e administração pública da prefeitura municipal. Bertagna relatou que a Casa ficou sem luz e sem telefone por atraso de pagamento das contas pela prefeitura, e que em decorrência disso não teria sido possível organizar mais eventos no espaço (Bertagna, 2017).

Além desses fatos, desde 2016 o imóvel da Casa do Patrimônio é dividido com o Banco do Povo⁴¹ Paulista de Iguape, e, com isso, o espaço fica limitado para atendimento de grupos. De acordo com o Bertagna, esses dois fatores contribuíram para que se ficasse limitada a atividade da Casa do patrimônio, justificando assim que a realização de novas atividades fica em suspenso à espera de alguma resolução por parte da prefeitura de Iguape.⁴²

Figura 25 – Foto da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira em seu antigo imóvel.

Fonte: Arquivo pessoal, 2017

Figura 26 – Foto do escritório do Banco do Povo, dentro da Casa do patrimônio do Vale do Ribeira.

Fonte: Arquivo pessoal, 2017

A biblioteca continua funcionando dentro da Casa, contudo ao que se pôde perceber na visita de campo (Figuras 27 e 28), é que é possível consultar os livros, porém sem poder emprestá-los, visto que não há funcionário disposto para a função de gerir a biblioteca.

⁴¹ O Banco do Povo Paulista é um programa do Governo do Estado em parceria com a Prefeitura Municipal de Iguape, que auxilia pequenos empreendedores no município. A prefeitura sem ter espaço para locação dessa instituição optou por subdividir a Casa do Patrimônio.

⁴² Na época da visita de campo também se aguardava a mudança de endereço da Casa do Patrimônio, que havia sido anunciada.

Figura 27 – Foto com vistas à entrada do antigo imóvel da Casa do Patrimônio.

Fonte: Arquivo pessoal, 2017

Figura 28 -Foto da biblioteca da Casa do patrimônio do Vale do Ribeira.

Fonte: Arquivo pessoal, 2017

A Casa do Patrimônio saiu de seu local original, sendo realocada em julho de 2017 para a Av. Ademar de Barros, 1070, ao lado da Prefeitura de Iguape.

3.2 – A gestão do sítio através dos licenciamentos.

O conceito de gestão, relacionado ao patrimônio histórico, está relacionado a um conjunto de processos que visa conservar e valorizar o patrimônio cultural existente (Unesco, 2016). No caso do patrimônio material urbano, esta gestão implica preservar o patrimônio e conciliar as transformações urbanas que ocorrem naturalmente dentro das cidades. Como aponta Oliveira (2014), incide sobre a cidade uma dinâmica particular, na qual os diversos atores presentes acabam por molda-la no espaço e no tempo de acordo com as relações sociais e culturais estabelecidas nela. Assim, a cidade é constantemente modificada, tendo sua morfologia e funções transformadas de acordo com as necessidades daqueles que ali vivem, desfrutam e alteram o espaço, sendo reflexo dos modos de vida e dos condicionantes de cada tempo. Portanto, concordando com a autora, parece que o grande desafio das instituições de preservação, no que tange o patrimônio urbano, é gerenciar e conciliar de maneira adequada essas transformações, garantindo a fruição do patrimônio, preservando, o máximo possível, sua integralidade, como registro histórico.

Buscando compreender na visão do técnico de uma dessas instituições, que fica na linha de frente deste processo, foram realizadas entrevistas com técnicos do Iphan. Nas entrevistas foram levantadas diversas questões quanto ao processo de gestão, e o que, na visão deles, está inserido nessa gestão. Para a arquiteta Carina Melo:

O Iphan não é uma pessoa. Ou seja, os entendimentos de gestão de um sítio são variados. Mas há aqueles legais, ou seja, determinados por lei, e os quais não se pode negligenciar. O quadro de recursos humanos é em geral escasso. É reduzido em relação ao volume de processos e à dinâmica demandada por um sítio tombado. O método que os gestores utilizam nas Superintendências, geralmente, é direcionar um fiscal para uma cidade ou conjunto de bens tombados. É natural que o fiscal acabe focando as atividades na aprovação de projetos e na fiscalização, pois é o que geralmente consegue dar conta. Outras atividades são levadas a cabo na medida em que seja possível ou na medida em

que conte com ações tocadas pelos gestores e/ou por funcionários de outras áreas de formação (Melo, 2017).

Na visão de Ronaldo Ruiz, a gestão também é um pouco mais do que o licenciamento e a autorização de obras:

Na época do tombamento teve(sic) um trabalho muito em conjunto com a sociedade: antes do tombamento, teve(sic) oficinas, audiência pública, teve (sic) um trabalho de conscientização, e acompanhamento com a população de Iguape. Esse trabalho foi descontinuado logo depois. No primeiro e no segundo ano ainda teve (sic) um trabalho muito focado da Carina com a população. A casa de patrimônio não consegue suprir isso, um escritório técnico talvez conseguisse. Um trabalho de gestão do núcleo tombado passaria também a margem disso, passaria por um trabalho de educação patrimonial continuado, um trabalho de reuniões com a sociedade. Um trabalho participativo junto ao poder municipal de decisões junto ao Centro Histórico, do que melhor o que não é, o que deve ser feito, o que não deve, o que deve se conscientizar. O trabalho é muito maior do que simplesmente aprovar ou não aprovar projeto. É viver o Centro Histórico, e o Iphan não faz isso. Deveria fazer, mas não faz. A gente tem reuniões, tenta se aproximar do poder público, mas é um trabalho muito difícil. Justamente porque a gente não tem um escritório técnico lá. a gente não tem uma gestão administrativa direto na cidade, como deveria ter. A gente deveria participar do plano diretor, das políticas de gestão municipais, sempre focadas no centro histórico, que é o que nos interessa (Ruiz, 2017).

Ou seja, hoje o que o Iphan consegue suprir efetivamente, dentro do que é considerado a gestão do núcleo tombado, no caso de Iguape são aquelas atividades determinadas por lei: análises dos pedidos de intervenção e fiscalização periódica dos bens e núcleos urbanos tombados e seu entorno. Assim como o tombamento, esta atribuição também ficou regulamentada pelo Decreto-Lei nº25/37, de acordo com os art. 17, 18 e 20⁴³.

Para melhoria desse quadro, conseguindo estabelecer uma gestão de fato efetiva e participativa do Iphan em Iguape para Ruiz (2017) seria necessária a efetivação do Escritório Técnico local. É preciso compreender que, em 2012 houve a iniciativa de instalação de um escritório técnico do Iphan dentro do espaço da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira, e com essa iniciativa esperava-se exercer um espaço técnico por onde a população teria um contato mais direto com o órgão, especialmente quanto a questões de ordem prática, como aprovação de intervenções dentro do núcleo tombado e seu entorno, tornando o processo de licenciamento mais ágil e rápido. A iniciativa, faz parte das novas diretrizes da política do Iphan, e tem por objetivo geral estabelecer uma maior aproximação entre Iphan-administração local, e Iphan-comunidade,

⁴³ Artigo 17: As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado; Artigo 18: Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto; Artigo 20: As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa; As ações de rotina do órgão compreendem também vistorias e visitas técnicas, emissão de autorizações, notificações e embargos; acompanhamento da execução de intervenções e projetos; adoção de medidas legais em caso de furto ou dano de bens tombados, entre outros (Iphan, 2008).

e contribuir para o processo de capilarização do órgão pelo território, melhorando a capacidade fiscalizatória e de gestão do patrimônio.

Os Escritórios Técnicos são estruturas administrativas autônomas, criadas em núcleos urbanos tombados, cujas sedes estejam distantes da unidade, ou em estados com grande volume de tombamentos. No entanto, em Iguape, por questões de ordem burocrática não foi possível a viabilização formal do projeto. Isto ocorreu porque, para criar-se um escritório técnico é necessária a criação de uma Unidade de Despesa, com uma estrutura mínima - que contenha funcionário de limpeza, funcionário de escritório, um técnico e um chefe, que vem a receber um DAS⁴⁴, e é responsável administrativamente pela unidade. Segundo Ruiz (2017), a superintendência de São Paulo chegou a estruturar o projeto, e receber o DAS, mas as vésperas da criação da Unidade de Despesa para o escritório técnico, o congresso nacional teria proibido a criação de novas Unidades de Despesas. Assim, como justifica Ruiz (2017), o Iphan/SP não conseguiu instalar escritório técnico como estrutura autônoma. O que acontece hoje, é a existência uma técnica responsável no local, a Valéria Gazafi, que recebe e realiza os pareceres de licenciamentos e a fiscalização, dentro do perímetro tombado e de entorno. Porém, o escritório não tem autonomia administrativa, e toda decisão seja administrativa, ou sobre os pareceres de licenciamentos devem passar pelo crivo técnico da superintendência.

Com a criação do escritório técnico em Iguape, a Superintendência de São Paulo tinha por objetivo criar uma instância técnica de avaliação conjunta, que contasse com o trabalho integrado do Iphan, Condephaat e Prefeitura Municipal para a gestão do sítio tombado, uma ETELF – Escritório Técnico de Licenciamento e Fiscalização - Iguape. Para tanto, foi aberto em 29 de março de 2010 um processo administrativo no Iphan/SP, com o objetivo de tratar dos procedimentos de assinatura de Termo de cooperação técnica entre Iphan/SP, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal de Iguape. A iniciativa fazia parte da tentativa de desenvolver o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), encampado pela instituição federal a partir de fins de ano 2000. O ETELF tinha por objetivo constituir-se como:

espaço de interlocução e diálogo com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural (Iphan/SP, P01506.000505/2010-26, 2010)

Nessa concepção de gestão conjunta entre todas as instâncias de preservação, o ETELF deveria ser estabelecido dentro das seguintes condições: a) conter representação de todos os órgãos envolvidos, com ao menos um técnico de cada instituição e de forma paritária; b) reunir-se ao menos duas vezes ao mês para a realização de trabalhos conjuntos; c) elaborar Plano de Trabalho anual e Relatório de Atividades semestral em conjunto, encaminhando-os às instituições representadas; d) encaminhar às instâncias deliberativas das instituições envolvidas os Pareceres

⁴⁴ O DAS - – Direção e Assessoramento Superior - é um cargo comissionado dentro da estrutura do governo federal que viria a ser entregue ao Chefe do escritório técnico, cargo de confiança a ser desguinando pelo da Superintendente Estadual do Iphan.

Técnicos conjuntos para avaliação e licenciamento; e) promover e divulgar as ações previstas para o Patrimônio Cultural do Município de Iguape/SP (Iphan/SP, P01506.000505/2010-26, 2010).

Essa iniciativa não foi efetivada pois, a proposta formulada foi discutida com três diferentes Secretários do Estado da Cultura em São Paulo ao longo de três anos (de 2010 a 2012), e segundo o despacho da então Superintendente Anna Beatriz Ayroza Galvão, não houve qualquer encaminhamento oficial por parte do Governo do Estado. Assim, em 19 de outubro de 2012, a Superintendente ordena o arquivamento do processo para instalação do ETELF/Iguape declarando “Solicito o arquivamento deste processo administrativo até que haja nova oportunidade de trazer o assunto à pauta junto ao novo Governo Municipal, que tomará posse em 2013, para que em investida conjunta seja construído consenso com a Secretaria de Cultura Estadual” (Iphan/SP, P01506.000505/2010-26, 2010, fl. 27).

Até a fase de levantamento desta pesquisa, em maio de 2017, o escritório técnico era constituído apenas pela Valéria Gazafi, arquiteta representante do Iphan. No entanto, informações posteriores, de junho de 2017, esclareceram sobre a mudança de endereço da Casa do patrimônio e Escritório Técnico do Iphan, para um imóvel junto a Prefeitura Municipal de Iguape. Com este novo dado não se tem informações posteriores se, com a proximidade física, foi feita designação de um funcionário municipal para integração dos trabalhos cotidianos de gestão do escritório técnico, para que este possa atuar enfim de forma compartilhada.

Ainda assim, a presença do escritório técnico local, ainda que administrado somente pela instância federal, tem se mostrado uma ferramenta importante e eficaz, uma vez que tem estreitado as relações entre a comunidade e o órgão regulador, tem facilitado os processos de licenciamento e tem permitido um maior poder de gestão e de preservação do patrimônio local, visto que com o órgão presente na região há uma melhor capacidade fiscalizatória, como veremos adiante.

Normatização do Centro Histórico de Iguape

Buscando estabelecer normas para a preservação dos Conjuntos Urbanos protegidos, o Iphan desde fins de 2000 tem empenhado esforços para a elaboração de normativas para os centros históricos. Destas, destaca-se a normativa de Ouro Preto, publicada em outubro de 2010, como o primeiro e mais importante estudo nesse sentido. Contudo, vários outros sítios tombados tem sido objeto de estudo para a construção de normativas, como São Luís do Paraitinga, em São Paulo⁴⁵. Essas normativas são estabelecidas por meio da publicação de portarias, e servem como um instrumento que visa instituir medidas gerais de preservação, regulamentar a ocupação urbana, as construções arquitetônicas e transformações de qualquer natureza promovidas nos sítios tombados (Iphan, 2010b).

⁴⁵ Foram encontradas 3 portarias publicadas a partir de 2010: A portaria 297, de 2010, que regulamenta as normas e critérios para intervenções no sítio tombado de Areia e seu entorno, no estado da Paraíba; A portaria 312, também de 2010, que regulamenta as normas e critérios para intervenções no sítio tombado de Ouro Preto e seu entorno, no estado de Minas Gerais; e a portaria 402, de 2012, que regulamenta as normas e critérios para intervenções no sítio tombado de Paraty e seu entorno, no Rio de Janeiro.

No caso de Iguape, a Superintendência de São Paulo começou a estabelecer os trabalhos para normatização do núcleo histórico a partir de 2010. Para isso, estruturou uma linha de trabalho que contou com um levantamento realizado por escritório técnico de arquitetura contratado, e oficinas que contaram com a participação popular em Iguape.

O levantamento técnico foi finalizado e entregue à Superintendência em julho de 2012, sob o título de “Levantamento e sistematização de dados para subsidiar a elaboração de normativa para sítios urbanos tombados no Estado de São Paulo - Iguape”. Este trabalho consistia no levantamento, e sistematização dos dados, levando em consideração o perímetro de tombamento e seu entorno. A primeira etapa consistiu na caracterização dos setores e para isso foram avaliados os aspectos históricos e sociais, bem como de seus aspectos geográficos e/ou topográficos, e de seu desenvolvimento urbano, como por exemplo formato das quadras e formas de implantação dos edifícios. Com isso são feitas considerações que:

a) de modo geral, o núcleo central da cidade, composto por cerca de 30 quadras, é conformado por lotes de pequena testada (variando de 2,5 a 8 metros), podendo ser mais ou menos profundos. Podemos verificar a coexistência de quatro tipos de quadras no centro histórico delimitado: 1) estreita e comprida, com lotes que cortam a quadra (frentes para duas vias); 2) retangular, com lotes que se dispõem costas com costas, voltados para duas faces da quadra; 3) retangular, com lotes voltados para as quatro faces; 4) e retangular, com lotes de grandes dimensões.

b) que a predominância de conjuntos arquitetônicos íntegros está nas: Praça da Basílica; Rua das Neves; Praça São Benedito; Rua XV de Novembro; Rua Tiradentes; Rua Nove de Julho. De modo geral, esses conjuntos arquitetônicos mais íntegros apresentam as seguintes características: os imóveis encontram-se alinhados na face do lote, junto à rua; as aberturas mantêm ritmo regular, marcadas pela verticalidade (são mais altas do que largas); alguns imóveis de destinação comercial possuem abertura mais larga; as coberturas são normalmente em duas águas com cumeeira paralela à rua, com telha cerâmica vermelha, tipo capa e canal, já sendo possível perceber outros tipos como a telha “paulistinha”. Os sobrados normalmente se situam nas esquinas das quadras e por isso possuem mais águas. (Iphan/SP, 2012, v I, p.6)

A partir desse levantamento foi ainda diagnosticado que:

A paisagem do núcleo tombado tem aspecto agradável e num exame de pouca acuidade, seu aspecto é encantador e pitoresco. Porém, numa análise mais apurada, percebe-se uma incontável gama de intervenções e interferências de toda a ordem e dimensões (desde pequenas modificações e/ou acréscimos nas alvenarias e caixilharias, até incisivas intervenções e dramáticas) que prejudicam a leitura, aspecto paisagístico urbano e ambientação adequada – com especial atenção aos cuidados técnicos e aspectos estéticos - que devem ser levados em consideração no conjunto urbano tombado. (Iphan/SP, 2012, v I, p. 4)

Essas análises eram importantes pois embasavam de forma mais adequada e técnica a definição dos critérios e normas a serem aplicados em todo o centro histórico, simplificando e normatizando as análises de intervenção. Os resultados desse levantamento foram registrados no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), que estava sendo implantado dentro do Iphan naquele momento. Esses registros foram feitos a partir do preenchimento das Fichas: M202 (Figura 29) – Caracterização dos setores, no qual foi desenvolvida ficha específica para cada setor definido no tombamento, sendo estes a) Morro da Espia, b) setor Portuário e c) Núcleo Urbano;

Figura 29 – Ficha M202 – Caracterização dos setores.

Ficha M202 – Caracterização dos setores		
MÓDULO GESTÃO		
1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Estudo de diretrizes para normalização da área inserida na poligonal de tombamento		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
Centro Histórico de Iguape		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s)	2.2. Município(s)	2.3. Localidade(s)
SP	Iguape	Setor Morro do Espia – área tombada e entorno
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE	2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE	
Litoral Sul Paulista	Registro	
3. IDENTIFICAÇÃO DOS SETORES DE PLANEJAMENTO		
3.1. Critérios de normalização e planejamento do(s) setor(es)		
<p>Contextualização</p> <p>Iguape foi oficialmente fundada em 1538, em uma área de disputa entre portugueses e espanhóis, por situar-se próxima à linha estabelecida no Tratado de Tordesilhas, mas que no período era de difícil precisão a sua posição no novo continente.</p> <p>Seu núcleo pioneiro de povoação das terras de Iguape, teve princípio na barra de Icapara, porém, como sua localização facilitava a pilhagem de piratas e corsários, a partir de princípios do século XVII o primitivo burgo transferiu-se para a situação onde hoje se encontra a sede do município. Icapara, atualmente, é apenas uma pequena vila de pescadores, com particularidades de uma povoação do início da colonização.</p> <p>De acordo com pesquisadores, desde o início da colonização a vila teve dois importantes ciclos econômicos: o ciclo do ouro, no período de 1560 até aproximadamente 1670, e o ciclo do arroz, que foi de 1780 até 1930. Durante muito tempo, Iguape foi uma localidade que se tornou eminente em todo Vale do Ribeira, posto que sua presença junto a caprichosa alga do rio Ribeira de Iguape facilitava seus contatos com o ceme de toda a parte baixa do Vale e possibilitava escoar toda a produção de seus dois ciclos econômicos basilares.</p> <p>Porém, com a implementação do canal Valo Grande, e consequente assoreamento do canal do Mar Pequeno, junto ao Porto Grande, prejudicando a atracação de navios de maior porte, derrubou toda a importância econômica de Iguape. Concomitantemente, outros fatores corroboraram para esse processo de declínio, como por exemplo: as articulações da política local que provocou a dissensão entre agricultores e políticos; a contenda em ocupar o poder entre duas coligações conservadoras que dominavam as decisões locais desde os anos 1930; a incerteza da lavoura do arroz frente à concorrência com outros mais desenvolvidos polos produtores de arroz, situados em outras regiões do estado de São Paulo, foram fatores que também colaboraram para o enfraquecimento da economia da então pujante Iguape.</p> <p><u>Dados Gerais</u></p> <p>Área: 1.964 km²</p> <p>População (dados IBGE 2008): 30.397 hab.</p> <p>Clima: Tropical úmido, amplitude térmica de 22 °C a 28 °C, com expressivas quedas de temperatura nos meses de inverno, devido à sua localização já próxima à região Sul do país.</p>		

Fonte: Iphan/SP, 2012.

Junto a essa metodologia foi desenvolvido mapa ilustrativo (Figura 30), que denominava cada quadra do perímetro de análise, para posterior análise e proposição. Esta análise também foi registrada através das Fichas M203 - Averiguação e proposição local, M204 – diagnóstico urbano/lote, sendo que estes dois foram desenvolvidos para cada quadra do perímetro tombado, e fichas M302 - Bem imóvel - arquitetura/caracterização externa e M303 - Bem imóvel - arquitetura/caracterização interna, aplicadas para algumas quadras específicas.

Figura 30- Perímetro de tombamento do Núcleo Urbano de Iguape, com Nomeação das quadras.

Fonte: Iphan/SP, 2012, v II.

Nessas fichas, primeiramente foram apresentadas as quadras (figura 31), com sua localização dentro do perímetro tombado, depois foram feitas identificações com a descrição geral de cada quadra, informações sobre cada face de quadra e os logradouros que a compõe, analisando por exemplo gabarito e volumetria do conjunto de edificações que compõe a quadra. Complementando este levantamento é construída através de fotos cada face de quadra, de modo a demonstrar iconograficamente a análise morfológica realizada.

Figura 31– M203 – Averiguação e proposição local.

Ficha M203 – Averiguação e proposição local	
MÓDULO GESTÃO	
1.1. Recorte Territorial (identificação da região estudada) Contexto Histórico e Paisagístico de Iguape 1.2. Recorte Temático (identificação do tema do estudo) Estudo de diretrizes para normalização da área inserida no polígono de tombamento 1.3. Nomeação da Unidade/O objeto de Análise Centro Histórico de Iguape	
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO OBJETO DE ANÁLISE	
2.1. UF/RS	2.2. Município(s)
SP	Iguape
2.3. Localização	2.4. Microregião(ões) – Dados IBGE
Centro Histórico	Ribeirão
3. IDENTIFICAÇÃO DA QUADRA	
3.1. Mapa de localização da quadra no sítio	3.2. Identificação
	Quadra nº
	Localizada no Setor
	Sector Portuário – Área Tombada
	Quantidade de Faces de Quadra
	4
	3.3. Recomendações gerais do Setor (informações da ficha M202)
Legislação Federal: IPHAN Tombamento: Centro Histórico de Iguape Número do Processo: 1584-T-09 Iphan: orientações preliminares – ver texto na Ficha M202 – Setor núcleo urbano Ações para preservação dos imóveis - Definir diretrizes para reformas e novas construções em área tombada - Estabelecer critérios para conservação e manutenção de área permeável - Escorrear que nos imóveis existentes, os pontos de cumeeira e as inclinações dos telhados originais não podem ser alterados - Escorrear que as intervenções devem optar por materiais tradicionais - Estabelecer parâmetros para colocação de telhas e lajeiras - Incentivar a pintura a base de cal para o conjunto histórico; - Capacitar mão de obra para restauro; - Estabelecer critérios para colocação de medidores Ações para requalificação urbana e ambiental - Buscar parâmetros para promover o alargamento da faixa aérea - Desenvolver projetos de requalificação dos espaços urbanos; - Desenvolver projeto de mobilidade urbana e acessibilidade - Restaurar os exemplares arquitetônicos de elevado valor histórico, arquitetônico e artístico - Estimular o uso residencial, evitando usos industriais e com impacto irreversível Ações para promoção do patrimônio cultural e desenvolvimento local - Estimular o desenvolvimento de um turismo cultural e ambiental; - Disponibilizar linhas de crédito em condições especiais aos proprietários/inquilinos por morarem em área tombada; - Fornecer a Casa do Patrimônio e os incentivos de educação patrimonial - Implantar Escritório Técnico do Vale do Ribeira; - Estimular o reativar turístico na região - Estimular o método e a implantação de equipamentos culturais.	
3.4. As recomendações do setor atendem integralmente as faces de quadra?	

Fonte: Iphan/SP, 2012, v II.

Como demonstrativo podemos observar a ficha referente a quadra Q0105, na qual estão localizadas as ruínas da Fábrica Única. A quadra (figura 32) fica situada no setor portuário, na ponta do perímetro de tombamento analisado (figura 33), e é conformada pelas ruas Euclides Roque Bastos, Largo Durvalino Vieira, R. Claudino P. da Silva e R. São Miguel.

Figura 32 – Planta da quadra Q0105.

Fonte: Iphan/SP, 2012, v II, p. 1.

Figura 33 – Mapa ilustrativo da

Fonte: Iphan/SP, 2012, v II, p. 2.

A ficha M203 referente a esta quadra apresenta como diagnóstico geral da quadra: Quadra regular composta por quatro faces retilíneas, três em vias de circulação secundária e uma com grande fluxo de veículos, pois margeia a orla do Valo Grande, a Rua Euclides Roque Bastos. Possui um grande exemplar de interesse: o antigo complexo fabril dos Matarazzo, que hoje encontra-se em ruínas, e volta-se para três das quatro faces existentes (exceto o Largo Durvalino Vieira). Na Rua São Miguel também se encontra um conjunto de construções térreas, todas residências, provavelmente do início do século XX, que devem ser preservadas. As demais construções encontram-se bastante descaracterizadas ou em condições precárias. O uso predominante é o residencial, porém há também comércio e serviço. Os lotes aparentemente estão em conformidade ao padrão original. De forma geral, a quadra apresenta gabarito conforme padrão e volumetria regular, exceto pelas construções da Rua Euclides Roque Bastos. Boa parte das envasaduras e caixilharias também se encontra em desacordo, exceto na Antiga Fábrica e em algumas edificações do conjunto da Rua Claudino P. da Silva (Iphan/SP, 2012, v II, p. 1).

Além disso, é feito um diagnóstico mais preciso de cada face, e é apresentada tabela síntese acerca dos aspectos morfológicos, juntamente com a fachada estendida de cada face da quadra (figura 34).

Figura 34 – Elevações de faces da quadra Q0105.

3.7. Análise morfológica das faces de quadra						
Face de quadra	Homogênea (concentração de bens de interesse)	Heterogênea (dispersão de bens de interesse)	Complementar (ausência de bens de interesse)	Logradouro		
Face 1			X	Largo Durvalino Vieira		
Face 2	X			Rua Claudino P. da Silva		
Face 3		X		Rua São Miguel		
Face 4		X		Rua Euclides Roque Bastos		
4. ELEVÇÕES DE FACES DE QUADRA (repetir quantos campos forem necessários)						
4.1.Face	1	4.2.Logradouro	Largo Durvalino Vieira		4.3.Escala	Aprox. 1:250

4.1.Face	2	4.2.Logradouro	Rua Claudino P. da Silva		4.3.Escala	Aprox. 1:250

4.1.Face	3	4.2.Logradouro	Rua São Miguel		4.3.Escala	Aprox. 1:250

Fonte: Iphan/SP, 2012, v II, p.2.

Completando a ficha são anexadas uma série de fotografias que compõe a análise fotográfica da quadra, apresentando as principais visadas. Segue, por fim, à ficha de cada quadra uma caracterização geral que revela os pontos positivos e negativos considerados no Centro Histórico de forma mais ampla, e as orientações gerais para preservação do conjunto arquitetônico, que apresentam as considerações⁴⁶:

Ações para preservação dos imóveis

- Estabelecer normas e critérios para a implantação de toldos, letreiros e publicidade em geral para as atividades comerciais e de serviço;
- Definir diretrizes/normas para construção de anexos/edículas/acréscimos em edificações do centro histórico, de acordo com a especificidade do fundo do lote: com face para vias de circulação ou de meio de quadra, determinando-se alturas máximas de cobertura, área percentual mínima permeável, e possibilidades de implantação destas novas construções, de forma que os acréscimos não interfiram nas fachadas posteriores das edificações antigas;
- Incentivar a pintura à base de cal e o uso de materiais tradicionais em intervenções para todo o centro histórico, evitando-se alumínio, PVC, fibrocimento, cerâmicas, entre outros;

⁴⁶ Além das propostas para preservação dos imóveis são também consideradas as seguintes propostas para requalificação urbana e ambiental:

- Incentivar o uso residencial primordialmente, seguido do institucional e comercial, nos imóveis inseridos na poligonal de tombamento - promovendo a restauração de várias edificações abandonadas e em estado crescente de arruamento - como também nos terrenos ociosos localizados nesta área;
- Promover o aterramento da fiação aérea em todo o centro histórico;
- Desenvolver projetos de requalificação de praças urbanas.
- Estimular, em todo o centro histórico, a melhoria e implantação de equipamentos culturais: bibliotecas, museus, teatros e cinema;
- Estudar, juntamente com a Prefeitura Municipal, o sistema viário do centro histórico, com o intuito de se melhorar os fluxos de circulação de veículos e pedestres, e reduzir ou até mesmo impedir, em determinados pontos do centro histórico, o tráfego de veículos pesados;
- Desenvolver projetos de acessibilidade para todo o centro histórico;
- Fortalecer a união entre a Prefeitura Municipal, os órgãos de preservação Estadual e Federal, órgãos relacionados a questões ambientais, população, instituições e organizações locais, para que o centro histórico seja assistido adequadamente, de forma entrosada, por todas estas esferas, visando maior eficácia e transparência no processo de gestão e valorização do sítio histórico

- Capacitar mão-de-obra especializada em restaurações de edificações históricas;
- Controlar com rigor as reformas, principalmente com modificação de uso, que descaracterizam as fachadas ainda preservadas: alteamento da cumeeira e a modificação da inclinação dos telhados; alteração nas dimensões e no sistema de abertura existentes;
- Oferecer incentivos, tanto fiscais quanto financeiros, aos proprietários/inquilinos que restaurem imóveis preservados (GP1 e GP2), assim como disponibilizar linhas de crédito aos mesmos por morarem em área tombada;
- Promover ações - palestras, mutirões, atendimento - para orientações e esclarecimentos práticos sobre intervenções em bens tombados, a fim de desmistificar as ideias negativas geradas pela população local a respeito dos bens protegidos; (Iphan/SP, 2012, v II, p.7)

Além deste levantamento, bastante completo, foram realizadas diversas oficinas com a comunidade local entre 2011 e 2012. Nesses encontros eram realizados trabalhos de educação patrimonial e mesas redondas públicas, destinadas a discussão da normatização do Centro Histórico. A oficina visava apresentar as percepções técnicas levantadas, e construir em conjunto com população e os órgãos públicos as primeiras diretrizes de preservação para a poligonal de tombamento e seu entrono. Construir a normativa não só pelo levantamento técnico, mas também pelas oficinas era uma estratégia de tornar a gestão transparente e participativa, tal como foi o processo de tombamento. A seguir (Figura 35) o convite feito pelo Iphan, através do blog da Casa do Patrimônio, que incentivava a população a participar dos trabalhos de educação patrimonial e da mesa rendendo sobre a normatização do Centro Histórico de Iguape:

Figura 35 – Convite das oficinas para normatização do Centro Histórico de Iguape/SP.

OFICINAS DE NORMATIZAÇÃO

Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape/SP

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Prefeitura Municipal convidam a todos para o primeiro encontro de normatização do Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape. A oficina visa delinear conjuntamente com a população e órgãos públicos atuantes na área as primeiras diretrizes de preservação para o conjunto tombado e seu entorno a fim de tomar a gestão institucional transparente e eficaz, facilitando a vida do morador e usuário do centro histórico.

Venha participar! Contribua você também!

Programação:

Data: 26 de outubro de 2011 (quarta-feira).

A partir das 9:00hs: Projeto “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania” – roteiros sensoriais.

Ao longo do dia serão disponibilizados diversos horários de roteiros para a população. O roteiro leva cerca de 50 minutos e é voltado para os próprios moradores e usuários do centro histórico de Iguape que são convidados a passear pela sua própria cidade fazendo uso dos sentidos – audição, visão, olfato e tato – como meio de re-descobrir seu patrimônio.

As inscrições poderão ser feitas com o Leone Silva Jr. na Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira.

18:00hs: Apresentação do vídeo “Iguape: a história do Brasil passa aqui”

18:30hs: Mesa Redonda

Normatização do Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape.

Local: Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira

Rua XV de Novembro, 218 - Centro Histórico - Iguape/SP
Tel.: 13.3841.5503

Ministério da
Cultura

Fonte: Blog da Casa do Patrimônio, 2011.

Apesar do levantamento finalizado, e do trabalho desenvolvido nas oficinas, a normatização para o Centro Histórico não foi concluída. Hoje o que ocorre no cotidiano das análises de projetos é o estudo e análise das intervenções no “caso a caso”, embora o estudo de normatização balize os trabalhos, e sirva como um “guia” para a atuação (Gazafi, 2017).

Segundo o arquiteto e técnico do Iphan Ronaldo Ruiz (2017), os trabalhos de normatização do Centro Histórico de Iguape foram negativamente afetados pelas constantes discontinuidades

dos trabalhos, recorrentes das frequentes trocas de técnicos responsáveis pelo estudo, e por isso o estudo não foi finalizado:

Está sendo trabalhado ainda, porque como ele mudou de mãos três vezes, cada vez que muda de mão, quem pega tem um entendimento (sic). Primeiro, tem que ir atrás do entendimento anterior, para poder amadurecer esse entendimento anterior. E nem sempre as pessoas estão aqui, ou estão disponíveis para isso. E aí, tem que construir um novo entendimento. É um retrabalho. (Ruiz, 2017)

Hoje, segundo Ruiz, a partir de diretriz estabelecida pela direção nacional do Iphan, em Brasília, foram retomados os trabalhos de normatização em todas as Superintendências. Em função disso, foi montado em São Paulo um grupo de estudos para resolução das normativas em andamento, para Iguape e São Luís do Paraitinga. Sobre o andamento dos trabalhos, Ronaldo esclarece⁴⁷:

O que está sendo feito agora é um trabalho que, ele foi começado na fase da Carina [Melo], depois passou pela Flávia [Brito], que também não conseguiu concluir. A Flávia saiu, e agora a gente criou um grupo de vários arquitetos. É um grupo de estudo, para tentar concluir este trabalho. Ele não foi concluído ainda, e ele está sendo trabalhado com a sede, junto com o Iphan Nacional. Percebeu-se nos estudos, chegou-se à conclusão, ou está se chegando à conclusão, que a poligonal de entorno é uma poligonal muito grande. E que talvez o recorte dela tenha que ser mexido (sic). Se realmente chegar a essa conclusão, vai ter que ser feito, e aí isso tem que ser feito via Conselho, porque a poligonal foi definida no estudo, e foi confirmada pelo Conselho. Para ela ser alterada, ela tem que ser rerratificada pelo Conselho. Então, teria que ter uma nova proposta de poligonal de entorno para o Conselho validar, e aí validaria junto com a normativa. Mas esse estudo ainda está em curso. (Ruiz, 2017)

A publicação de uma normatização simplificaria e tornaria mais rápido e eficaz a análise de intervenções no Centro Histórico. Com ela, tanto técnicos do patrimônio, quanto moradores, teriam um melhor esclarecimento quanto as intervenções permitidas, ou não, no centro histórico e em seu entorno, e atuação do órgão poderia se dar de forma mais homogênea e técnica, e menos no “caso a caso”, como vem ocorrendo atualmente.

Processos e procedimentos de licenciamentos em Iguape/SP

Como já mencionado, é definido legalmente, pelo decreto-lei 25/1937, que faz parte das atividades institucionais do Iphan ações para preservação dos conjuntos arquitetônicos protegidos. Estas englobam as atividades de fiscalização, monitoramento, análise e prestação de orientação técnica quanto às intervenções passíveis de serem aprovadas nas áreas tombada e de entorno. Hoje esses procedimentos, considerados de rotina dentro das representações do Iphan, são realizados pela arquiteta Valéria Gazafi, funcionária que representa o Iphan dentro do “Escritório Técnico” de Iguape. Tais atividades são hoje orientadas a partir de duas portarias instituídas em 2010: a portaria nº187 – que dispõe sobre os procedimentos de fiscalização e processo administrativo para apuração de infrações por lesão ao patrimônio cultural edificado, bem como

⁴⁷ Sobre São Luiz do Paraitinga o arquiteto esclarece que chegou a sair já uma proposta, que “foi levada a cabo”, e foi mandada para Brasília para análise, voltando pouco tempo, com considerações. Isto porque, segundo Ronaldo, a equipe que assumiu no Iphan Brasília, também indicou um entendimento diferente sobre as questões referentes a poligonal de entorno, e assim como em Iguape, a poligonal definida de São Luís também está sendo questionada e poderia ter que ser revista.

sobre a aplicação de sanções, meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações; e a portaria nº420 – que dispõe e normatiza “os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno”. Embora tenham sido publicadas em 2010, ambas portarias só passaram a ser utilizadas em Iguape a partir de fins de 2012, quando também passa a funcionar o escritório técnico local.

Procedimentos de licenciamento em Iguape

Antes da gestão pelo Iphan, as atividades de análise e aprovação de projetos já integravam a gestão do Centro Histórico sendo realizadas, porém, pelo órgão estadual do patrimônio, o Condephaat. Como já mencionado, os estudos sobre Iguape dão conta, porém, que essa gestão se mostrava bastante conflituosa. Com um corpo técnico incipiente frente as demandas das inúmeras cidades tombadas, a distância física entre Iguape e a sede do Condephaat⁴⁸, e o difícil relacionamento entre o poder executivo local e instituto estadual, foi averiguada grande dificuldade do órgão em estabelecer a gestão e preservar efetivamente o patrimônio local. Por consequência, foram identificadas diversas obras irregulares e demolições dentro do Centro Histórico de Iguape (Pinheiro, 2013; Zagato, 2017).

A partir do tombamento, os interessados em realizar intervenções dentro do perímetro de tombamento ou entorno, precisam entrar com encaminhamento junto ao Iphan, além de continuar precisando enviar requerimento ao Condephaat, quando há sobreposições de tombamento ou área de entorno.

Através do estabelecido pela portaria 10 de 1986, sobre as intervenções em imóveis ou núcleos tombados, é de responsabilidade das Prefeituras Municipais “enviar a competente Diretoria Regional da Sphan, para análise e aprovação, os respectivos pedidos formulados pelos requerentes, preferencialmente já com a viabilidade de sua aprovação ou não pelas leis municipais” (Iphan, 1986, parágrafo 2º)⁴⁹.

Em 17 de março de 2010, a Superintendência de São Paulo enviou os ofícios, destinados a então Prefeita de Iguape e ao Secretário de Obras, esclarecendo estes procedimentos para aprovação de projetos nos imóveis localizados no perímetro tombado e de entorno no município

⁴⁸ Ainda hoje o processo de licenciamento via Condephaat é complexo e despende certo tempo: Primeiramente no caso de quem mora em Iguape, é necessário ir até a sede em São Paulo, ou enviar documentação via carta, dependendo assim dos processos e prazos dos correios. Nesta carta é necessário conter um compilado de documentos, entre os quais: requerimento padrão do Condephaat, com assinatura do interessado; Carta ao Presidente do Condephaat descrevendo a solicitação; Cópia da folha de rosto do IPTU atualizado; Cópia do comprovante de propriedade do imóvel; Croqui de localização do imóvel; Documentação fotográfica do imóvel; 3 vias do Projeto, e 3 vias do Memorial Descritivo, assinado pelo proprietário e pelo responsável técnico; entre outros documentos. Enviada a solicitação esta será analisada pelos técnicos, e será emitido parecer, que precisa ser aprovado pelo conselho deliberativo. Visto que hoje o Condephaat sofre com um quadro reduzido, principalmente se comparado a demanda existente e o número de bens e núcleos urbanos protegidos pelo órgão, esse processo de análise pode se tornar demorado. Além disso, o conselho deliberativo se encontra em média 2 vezes por mês, sendo necessário esperar o agendamento de pauta e a realização de reunião para publicação do parecer.

⁴⁹ Portaria revogada pela portaria nº 420/2010, assinada em 22 de dezembro de 2010. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_10_de_10_de_setembro_de_1986.pdf>

de Iguape/SP. Esclareceu-se ainda que esta dinâmica funcionaria pelo menos até a concretização do ETELF e elaboração da normativa. A partir deste momento os projetos referentes ao perímetro de tombamento ou seu entorno, que eram protocolados na prefeitura, deveriam ser encaminhados para o Iphan. O Iphan/SP analisava os projetos, emitia parecer, devolvendo-os para a prefeitura, que finalmente licenciava a obra.

No ofício destinado ao secretário de obras foi anexada a listagem de documentos necessários para a avaliação pelo Iphan e cópia do documento de requerimento a ser preenchido para entrada do projeto. Além disso, o Iphan/SP informava a prefeitura que seriam programadas visitas a cada 15 dias aproximadamente, na qual seriam recolhidos os processos aguardando análise. O técnico responsável pelo recolhimento, levava para a sede da superintendência, protocolava os requerimentos e assim dava início ao tramites internos na instituição, os devolvendo à prefeitura com os respectivos pareceres técnicos na próxima visita.

Posteriormente, em fins de 2012, quando foi instalado o escritório de Iguape, os requerimentos passaram a ser entregues diretamente a técnica Valéria Gazafi, que analisa e dá o parecer sobre a intervenção. Porém, ainda é necessário aguardar a visita do técnico que recolhe os pareceres e os leva até a superintendência para chancela do superintendente em exercício.

Portanto, o processo de análise de projetos, atualmente normatizados pela portaria 420 de 2010, segue as seguintes etapas: inicia-se quando o interessado protocola no escritório técnico de Iguape o Requerimento para autorização de intervenção, acompanhado de documentação, a saber: identificação do requerente, comprovante de propriedade do bem, projeto arquitetônico e demais documentos necessários para análise, conforme a categoria de intervenção. A documentação é apreciada pela técnica, que analisa o processo e delibera sobre a autorização ou não da intervenção, através do Parecer Técnico. Os processos são levados à Superintendência de São Paulo, onde o parecer é assinado também pelo Superintendente em exercício, e posteriormente retorna à técnica Valéria Gazafi.⁵⁰

Como aponta Gazafi (2017) um ponto positivo da instalação do escritório técnico na cidade é que antes mesmo da solicitação oficial, é comum que os interessados a procurem, buscando informações extraoficiais sobre as possibilidades de intervenções passíveis de aprovação. Assim tem se tornado mais recorrente situações nas quais o interessado propõe intervenção de acordo com as “normas” estabelecidas para Iguape. Portanto, tem se tornado mais recorrente o número de processos passíveis de aprovação, o que tem também facilitado o trabalho técnico da arquiteta.

A portaria 420, é considerada um marco institucional, pois com ela foi possível normatizar os processos, criando uma linguagem interna comum através de padrões de documentação,

⁵⁰ Foi identificado recentemente, porém, pós período de levantamento da pesquisa, que por determinação do Governo Federal, em outubro de 2017 toda a Administração Pública Federal iria passar a usar o sistema Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para instruir e tramitar seus processos, que passarão a ser todos digitais. Para tanto a partir de outubro de 2017, o Iphan/SP, e, por conseguinte o Escritório de Iguape, torna obrigatório que a entrega de qualquer documento seja feita obrigatoriamente em arquivos digitais, gravados em CD. Não é possível mensurar isto ainda, mas espera-se que, através desse sistema digital, os processos de licenciamentos tornem-se mais rápidos.

método e terminologia (Oliveira, 2014; Ruiz, 2017). A Portaria define também os prazos para a tramitação do processo, os procedimentos de recurso, as categorias de intervenção e de requerimento, além dos demais trâmites burocráticos. Outra novidade trazida por esta portaria é a definição de categorias de intervenção em bens tombados, sistematizando ainda a leitura das solicitações, estabelecendo exigências específicas de documentação apresentada e orientações para análise conforme cada categoria de intervenção. São definidas as seguintes categorias de intervenção em bens tombados:

- Consulta prévia - Consulta sobre a viabilidade de determinada intervenção, com vistas ao desenvolvimento de projeto para aprovação.
- Instalações provisórias, equipamento publicitário ou de sinalização - Pedido de instalação de letreiros, anúncios, faixas ou banners, bem como de instalações de caráter não permanente, passíveis de montagem, desmontagem e transporte, tais como stands, iluminação decorativa para eventos, etc.
- Reforma simplificada - Solicitação para obras de conservação e manutenção, ou serviços simples, como pintura de fachada, troca de telha, construção ou reforma do passeio etc.
- Reformas, demolições ou construções novas - Solicitação para realização de obra de reforma que implique em demolição ou construção de novos elementos, como ampliação ou supressão de área construída, modificação de volumes, vãos; aumento de gabarito; substituição significativa da estrutura, alteração na inclinação da cobertura. São consideradas construções novas as propostas de construção de edifício em terreno vazio ou em lote com edificação existente, desde que separado fisicamente desta.
- Restauração - Solicitação para realização de obra que tenha por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções. Bens tombados individualmente enquadram-se obrigatoriamente nessa categoria, caso a intervenção proposta não seja relativa à instalação de equipamento publicitário/sinalização ou reforma simplificada.

Nas atividades do Escritório de Iguape, este padrão de documentos foi adotado somente no fim de 2012, cerca de dois anos após sua publicação, e tem simplificado e tornado mais rápido os processos de licenciamento, como veremos a seguir.

Processos de licenciamento em Iguape

Para compreensão da gestão do sítio tombado foram levantados, através de pesquisa no arquivo da Superintendência de São Paulo, os primeiros licenciamentos realizados em Iguape, entre os anos 2010 e 2014, o que totalizou 309 processos, entre procedimentos de fiscalização e licenciamentos. A partir da análise sobre esses procedimentos foi possível identificar as demandas mais recorrentes da população e como estas foram recebidas pelo órgão.

Pode se constatar, por exemplo, que de forma geral a maior parte dos requerimentos protocolados referem-se a intervenções do tipo “reforma simplificada”, sendo as solicitações, em

sua maior parte, referente à serviços de manutenção tais como: pintura de fachadas, manutenção dos telhados, reforma de calçadas. Em menor número são também solicitadas intervenções como troca de esquadrias, execução ou ampliação de muro, colocação de grades, entre outras.

Em menor número, mas ainda bastante significativo, foram protocoladas solicitações para intervenções enquadradas no tipo “reforma geral”, tais quais como: construção ou subtração de paredes internas; construção de segundo pavimento; alterações na fachada como abertura/subtração de vãos ou transformação de janelas em portas; e ampliação de edificações. Além disso, houve também, no período, solicitações para construção de novas edificações em terrenos vazios, localizados no perímetro tombado ou seu entorno.

Analisando a documentação, pôde-se constatar que uma das dificuldades deste trabalho é conciliar as transformações urbanas e as demandas dos moradores ou usuários do Centro Histórico aos critérios para conservação e preservação do conjunto urbano. Muitas das solicitações, apesar de, do ponto de vista do requerente, serem de simples resolução, poderiam alterar significativamente a volumetria, interferindo na ambiência do conjunto, portanto, não sendo passíveis de aprovação. Exemplificando: é comum observar requerimentos com a intensão de ampliação do imóvel para um segundo pavimento, ou construção de edificação assobradada, estabelecendo alturas com mais de 8m (até a cumeeira). Contudo, edificações dessa altura, alteram ou contrastam com a volumetria local, e podem interferir na ambiência do conjunto. Da mesma forma várias solicitações referem-se à substituição de materiais tradicionais por outros, como por exemplo, telhas de cerâmica por fibrocimento, madeira por alumínio ou ferro, etc. Observando essas solicitações, um dos problemas que se pôde diagnosticar, através de um olhar mais geralista sobre esse levantamento, é que há um indicativo de que uma parte da população ainda tem dúvidas sobre a importância de conservação da volumetria existente, bem como das fachadas e telhados, e até mesmo do traçado urbano e seu calçamento em pedra. Esta percepção será melhor explorada adiante, ao analisarmos as principais proposições feitas para o conjunto.

Chamam atenção também as poucas intervenções no espaço urbano, aqui referidas como obras de infraestrutura. Foram verificadas apenas seis solicitações deste tipo, num universo de 309 solicitações, ou seja, pouco mais de 1% das solicitações. Dessas seis, três foram feitas em 2011: uma pela Elektro Eletricidade e Serviços S.A., para readequação da rede de distribuição de energia; outra feita pela Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações, para implantação de acesso metálico e lançamento de cabo óptico na rede aérea no posteamento existente; e uma última pela prefeitura para construção de calçadão em concreto intertravado, e obras de paisagismo e melhorias na R. Tiradentes. Além dessas, em 2012 é realizada mais uma solicitação da prefeitura, para manutenção da drenagem no cruzamento de algumas ruas. Todas intervenções foram aprovadas, não se tendo notícia, porém se as obras foram realizadas. Já os dois últimos processos referentes a obra de infraestrutura, registrados em 2014, referiam-se a uma mesma obra irregular, realizada pela prefeitura, na qual havia sido instalado poste, sem devida autorização do Iphan, junto a calçada da Igreja do Rosário: o primeiro processo havia sido aberto através de

denúncia de morador local; notificada a prefeitura entrou com um segundo requerimento solicitando a aprovação do Iphan sobre a colocação, o que não ocorreu. A partir desse levantamento apontou-se duas questões: 1- O baixo número de solicitações para intervenções no espaço urbano pode sugerir a indiferença com que o espaço público é tratado, especialmente pela instância municipal, inclusive na área tombada. 2- Após 2014, quando a prefeitura faz a primeira obra sem devida autorização do Iphan, a atuação da prefeitura, já no período de Governo do Prefeito Tony Ribeiro, indica que este governo tinha diferentes interesses com relação a proteção do patrimônio histórico local, gerando uma série de conflitos com o Iphan, que foram também relatados em conversa com agentes locais⁵¹.

Para aprofundar as análises podemos olhar mais precisamente os números: entre os anos de 2010, quando foram estabelecidos os procedimentos cotidianos de fiscalização e licenciamentos, e 2014, foram levantados 309 processos. A maior parte deles referia-se a imóveis dentro do perímetro tombado, contudo, como pode se ver através do levantamento (Tabela 2) também é registrado um grande número de solicitações de intervenções no perímetro de entorno, cerca de 30% do total de solicitações.

⁵¹ Segundo relatado por Cláudia Talib, arquiteta, moradora de Iguape e ex-diretora de obras (da gestão da prefeita Lumi Ishida), um dos casos mais graves ocorreu por volta de 2014, com o início das obras de pavimentação da Av. Princesa Isabel, sem projeto e referido licenciamento nos devidos órgãos. Segundo a moradora, que na época também era funcionária da prefeitura, foi uma situação bastante desagradável na qual foi embargada a obra e posteriormente foi necessário inclusive intervenção da polícia federal. Em nota de esclarecimento divulgada pelo blog do patrimônio e assinada pela então Superintendente, o Iphan esclarece que: o embargo da obra da Av. Princesa Isabel, (Avenida do Mar Pequeno), deveu-se ao fato da mesma ter se iniciado no dia 6 de novembro [de 2014] sem a prévia análise e aprovação de seu projeto por parte deste Instituto, que só foi protocolado no dia 10 de novembro, portanto após a obra ter iniciado. Além disso, foi informado que após sucessivos pedidos informais de paralisação da obra, e mesmo após o embargo administrativo, as máquinas continuaram a arrancar os bloquetes da Av. Princesa Isabel. Assim foi necessário, no final do dia 7 de novembro, que o Iphan entrasse em contato com o Ministério Público Federal com um pedido de orientação e apoio. O resultado foi a intervenção do MPF, que acionou a Polícia Federal para proteger o patrimônio cultural, como única forma de proceder naquele momento. Apesar de estar dentro do recorte temporal da pesquisa, este processo não foi localizado no arquivo do Iphan, provavelmente por estar ainda ativo na Superintendência ou no escritório técnico. Nota de esclarecimento disponível em <<https://patrimoniovaledoribeira.org/2014/11/12/nota-de-esclarecimento-do-iph-an-a-sociedade-iguapense/>>

Tabela 2 – Processos de Fiscalização e Licenciamento (2010 a 2014).

	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Processo de Fiscalização						
Entorno				5	2	7
Perímetro Tombado			1	2	4	7
Total			1	7	6	14
Processo de Licenciamento						
Entorno	11	21	18	19	18	87
Perímetro Tombado	18	48	34	68	40	208
Total	29	69	52	87	58	295
Total Geral	29	69	53	94	64	309

Fonte: Documentos do Arquivo Iphan/SP, pesquisa e organização Catherina Pissato.

Destes processos de licenciamento,⁵² no caso de Iguape foram identificados e classificados para meio comparativo os seguintes tipos de intervenção (Tabela 3): construção de imóvel (novas construções de edificações, geralmente em terrenos vazios dentro do perímetro de tombamento ou seu entorno), consulta prévia, instalação provisória, obra de infraestrutura, reforma, reforma irregular (iniciada sem previa autorização do Iphan), reforma simplificada e regularização de edificação.

Tabela 3 – Tipos de intervenção solicitadas (2010 a 2014).

Tipos de intervenção	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Construção de edificação	2	4	9	4	2	21
Consulta prévia	1		2	5		8
Instalação provisória	1					1
Obra de Infraestrutura		3	1		2	6
Reforma	7	12	14	19	16	68
Reforma (obra irregular)	3	1	2	6	5	19
Reforma simplificada	7	34	20	59	39	159
Regularização de edificação	8	13	5	1		27
Total Geral	29	69	53	94	64	309

Fonte: Documentos do Arquivo Iphan/SP, pesquisa e organização Catherina Pissato.

Alguns aspectos puderam ser observados a partir dessa tabulação. Primeiramente, temos que enfatizar o grande número de solicitações de regularização de edificação, bastante recorrentes até 2012. Isto aconteceu em decorrência da especificação do Iphan à prefeitura, via ofício 100/2010, que estabelecia que “todos e quaisquer projetos que incidam sobre os imóveis contidos na poligonal de tombamento e de entorno sejam encaminhados para a Superintendência do Iphan para aprovação, antes de serem licenciados pela prefeitura”. Dessa forma, encaminhados os processos, o Iphan dava parecer quase sempre favorável à regularização. Em

⁵² Solicitações para intervenção em imóvel tombado ou dentro do perímetro de tombamento no centro histórico, de acordo com denominação interna do Iphan.

todo período uma única solicitação foi indeferida, referia-se à construção contemporânea, edificada posteriormente ao tombamento, cuja construção foi realizada fora dos parâmetros considerados adequados a imóveis dentro do perímetro tombado. Portanto a solicitação foi indeferida. Posteriormente, a partir de 2013, o Iphan passa a esclarecer que a regularização de edificações é de competência da prefeitura. A partir de 2013 é comum, portanto, encontrar em solicitações do tipo “regularização de edificação” os dizeres:

Segundo portaria no 420/2010 que dispõe sobre os procedimentos para concessão de autorização para intervenção em bens edificados tombados e suas respectivas áreas de entorno é competência do Iphan autorizar intervenções para reforma simplificada, reforma ou construções novas, restauração, colocação de equipamentos publicitários ou sinalização e instalações provisórias (Capítulo II, Seção I, Art. 5º). A solicitação feita não se enquadra nas categorias acima, não cabendo ao Iphan dispor quanto a regularização, no entanto, novas intervenções deverão ser autorizadas pelo Iphan conforme dispõe o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937. (Iphan/SP, P01506.005508/2014-80, 2014)

O explicitado demonstra como no início dos trabalhos havia uma falta de entendimento sobre até que ponto iria a competência do Iphan, e da prefeitura, quanto aos processos e intervenções dentro do Centro Histórico.

Cabe destacar ainda que, o maior número de solicitações neste período, foram referentes ao tipo de intervenção “reforma simplificada”, com 51% do total de intervenções, o que corresponde à 159 solicitação, seguido pelos tipos “reforma”, com 68 casos, ou 22%, e “construção de edificação”, com 21 solicitações. Em quarto, com 19 casos, o tipo “reforma (obra irregular)”, definido para método comparativo, exclusivamente para esta dissertação, visto que não existe essa classificação pelo Iphan. Tal denominação foi definida para especificar casos que se iniciaram sem prévia autorização do Iphan. Essa definição mostrou-se uma ferramenta para se determinar a quantidade de casos desse tipo em comparação com o universo de solicitações. Quanto a isso, foi observado que apenas cerca de 6% de todos os processos são referentes a intervenções iniciadas sem autorização do Iphan. Isto pode demonstrar uma conscientização quanto a preservação do patrimônio local por parte da população, já que a maior parte das intervenções são feitas de acordo com o estabelecido pela lei. Outras possíveis explicações são dadas por Carina Melo:

Aqueles que participaram das atividades [de educação patrimonial e oficinas de normativa] acabaram sendo agentes multiplicadores na cidade e “guardiões” do patrimônio. Os procedimentos irregulares começam a incomodar e corre um falatório pela cidade. Mesmo que algumas informações corram distorcidas, os que se sentem lesados e aqueles que são denunciados vêm procurar o Iphan. E, em geral, por meio da conversa consegue-se reverter a situação. (Melo, 2016, p.26)

De forma geral esses processos foram quase todos resolvidos a contento com apenas uma revisão de projeto, desde que levassem em consideração as ressalvas apontadas pelo Iphan. Quanto ao tipo de intervenção, foram observadas intervenções das mais variadas, desde pequenas alterações como colocação de fiadas de tijolos para suporte do telhado, ou de informe publicitário e toldos, até obras de grande alteração, como o caso que será apresentado adiante,

onde, em imóvel dentro do perímetro tombado, foram executadas inúmeras alterações internas, ampliação para um segundo pavimento, criação área de lazer nos fundos, etc.

Por fim, licenciamentos do tipo “consulta prévia”, “instalação provisória” e obra de infraestrutura configuram os últimos 5% de todos os processos registrados entre 2010 e 2014. Como mencionado, dentro das obras de infraestrutura houve apenas seis registros, destes, apenas dois eram referentes a obras de interesse da prefeitura, e outros dois referiam-se a obra irregular realizada pela nova gestão municipal. Quanto aos processos de “consulta prévia”, que remetem as consultas e solicitação de orientações sobre quais intervenções são possíveis em determinado terreno ou edificação, devendo o Iphan informar os critérios e parâmetros incidentes sobre o local da intervenção, foram registrados um total de 8 processos, durante os cinco primeiros anos. A primeira “consulta prévia” registrada, ainda em 2010, foi feita pela prefeitura e tinha por objetivo consultar o Iphan solicitando orientação técnica acerca do fechamento para tráfego de algumas ruas do Centro histórico. No demais, os processos eram sobre a viabilidade de construção de novas edificações, ou ampliação de edificações com construção de um segundo pavimento. Em respostas a essas demandas houve parecer favorável aos projetos, desde que seguissem as diretrizes do Iphan para a área, sendo a mais importante a referente altura máxima permitida para a edificação, e que seria condicionada pela rua ou área em que se inseria o projeto. Por fim, o único processo referente a intervenção provisória, realizado no ano de 2010, foi a instalação de enfeites de natal, solicitada pela Aclguape – Associação Comercial e Empresarial de Iguape, que foi aprovado pelo Iphan.

Retomando a análise dos dados por ano (Tabela 2), foram protocolados um total de 29 Requerimentos no ano 2010, ano que se instala a rotina de procedimentos referentes à aprovação de projetos; 69 no ano 2011; 53 no ano de 2012; 94 no ano de 2013 - sendo esse o ano em que mais requerimentos foram protocolados; e por fim, 64 até o fim de 2014. Portanto, se fizermos uma média mensal, foram protocolados cerca de 5 requerimentos por mês, sendo que o ano de 2010 marca a menor média de protocolos, algo em torno de 2,5 por mês, enquanto em 2013, ano em que já está em pleno funcionamento o Escritório de Iguape, registra a média de 8 processos por mês. Um volume não considerado excessivo de trabalho, se considerarmos que há Escritórios Técnicos que recebem cerca de 19 requerimentos por mês⁵³, e que é respondido pela técnica residente em Iguape, Valéria Gazafi. Além de analisar e avaliar as intervenções, é escopo de trabalho da técnica realizar também fiscalizações periódicas ao centro histórico, trabalho esse que ela realiza ao menos uma vez por semana⁵⁴.

Vale aqui também ressaltar o tempo de tramitação dos processos dentro do Iphan. Para essa análise, foram identificados de cada processo a data de protocolo, que dá início ao procedimento, até a data final, quando o parecer é assinado, e assim cancelado, pelo(a) Superintendente. A partir disso se estabeleceu quantos dias durou a tramitação dos processos, e

⁵³ O Escritório Técnico de Goiás, por exemplo. Para saber mais, ver em Oliveira, 2014.

⁵⁴ Segundo informação da própria arquiteta em entrevista realizada na Casa do Patrimônio em maio de 2017.

foi feita uma análise ano a ano (Tabela 4), estabelecendo o mínimo de dias em tramitação, o máximo, e uma média do período de tramitação em dias. Para uma análise ainda mais precisa foi feita uma segunda média, desconsiderando os processos com mais de um ano de tramitação, considerados exceção dentro do cotidiano das análises de processos.

Tabela 4 -Tempo de tramitação dos processos de licenciamento em Iguape/SP.

	Número de processos	Média (em dias)	Mínimo (em dias)	Máximo (em dias)	Média*
2010					
Processo de Licenciamento	29	59	7	848	31
Processo de fiscalização	-	-	-	-	-
2011					
Processo de Licenciamento	69	34	7	96	34
Processo de fiscalização	-	-	-	-	-
2012					
Processo de Licenciamento	52	107	4	703	71
Processo de fiscalização	1	95	95	95	95
2013					
Processo de Licenciamento	87	51	1	395	43
Processo de fiscalização	7	261	48	522	168
2014					
Processo de Licenciamento	58	46	3	369	40
Processo de fiscalização	64	346	281	445	297

*Média excluindo processos com mais de um ano de tramitação. **Cabe destacar também que os processos muito curtos, com um dia apenas de tramitação, também devem representar anomalia, e podem decorrer por exemplo de uma protocolação tardia, posterior a análise do requerimento.

Fonte: Documentos do Arquivo Iphan/SP, pesquisa e organização Catherina Pissato.

Quanto a análise do tempo de tramitação, usaremos para método comparativo a média referente a coluna final (Tabela 4). Podemos observar que o tempo médio mais curto de tramitação foi entre os anos de 2010 e 2011. Contudo, deve se ater ao fato que no período, como já explicado, o processo só era protocolado após sua chegada na Superintendência do Iphan em São Paulo. Considerando que pelas informações levantadas, os requerimentos poderiam ficar em aguardo até 15 dias para o transporte até São Paulo, essa média poderia chegar até a 45 dias, em conformidade com a média levantada nos anos de 2013 e 2014, quando já estava instalado o escritório de Iguape.

Essa média, de cerca de 40 a 45 dias de período de tramitação do processo está dentro do estipulado pela portaria 420 de 2010, que também dispõe sobre os prazos para análise dos processos. Segundo a portaria:

Art. 15. Para cada requerimento de autorização de intervenção será aberto processo administrativo próprio.

§1º Caberá à unidade administrativa do Iphan que receber o requerimento abrir o correspondente processo administrativo.

§2º O processo administrativo deverá ser aberto no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento do requerimento no protocolo da unidade administrativa do Iphan.

§3º O processo deverá ter suas folhas numeradas sequencialmente e rubricadas, observando-se a ordem cronológica dos atos.

Art. 16. Protocolado o requerimento, **o Iphan terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para concluir a análise e disponibilizar a decisão ao requerente.**

§1º A contagem do prazo será suspensa a partir do momento em que for proferido despacho determinando a complementação de documentos e/ou a apresentação de esclarecimentos.

§2º O prazo voltará a correr a partir do encaminhamento, via sistema de protocolo do Iphan, dos documentos e/ou esclarecimentos requisitados.

§3º O prazo do caput poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado. (Iphan, 2010c, grifo nosso)

Através de análise específica, contabilizando os processos e classificando-os de acordo com o período de análise, foi identificado (Gráfico 1) que a maior parte, cerca de 69% dos processos, foram finalizados em até 45 dias, a contar da protocolização dentro do Iphan, até seu encerramento com elaboração de ofício assinado pelo(a) Superintendente, destinado ao interessado. Destes processos finalizados em até 45 dias, a maioria foi encerrada ainda nos primeiros 30 dias. Apenas 31% dos processos foram analisados em período superior ao estabelecido pelo Iphan, e destes, a maior parte foi concluída dentro de 90 dias, ou seja, em três meses. Ainda foi verificado que durante esses cinco anos iniciais, apenas dez processos, cerca de 3%, foram concluídos com mais de um ano de tramitação.

Gráfico 1 – Tempo de tramitação dos processos de Iguape no Iphan/SP.

Fonte: Documentos do Arquivo Iphan/SP, pesquisa e organização Catherina Pissato.

É importante destacar que longos períodos de tramitação do processo são, em geral, registrados em processos de fiscalização, que tem diferentes tramites e prazos para recursos, ou em processos em que há a necessidade de suspensão para a complementação de documentos e/ou a apresentação de esclarecimentos, como previsto pelo Iphan no Art. 16, §1º da portaria 420. De forma geral, a análise e resolução dos processos foram concluídas dentro do prazo estipulado pelo Iphan.

As principais demandas da população e a resposta institucional

Como já abordado, a maior parte dos requerimentos protocolados referem-se a intervenções do tipo “reforma simplificada”, com 51% do total de intervenção, o que corresponde à 159 solicitação. Que consistem, de maneira geral, em serviços de manutenção tais como: pintura de fachadas, manutenção dos telhados, reforma de calçadas, e ainda no caso das edificações comerciais, colocação de toldos e informes publicitários. Dentre as solicitações de “reforma simplificada”, como podemos observar na tabela 5, a maior parte foi referente a pintura de fachadas.

Tabela 5 – Reformas simplificadas.

Reforma simplificada	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Pintura de fachada	6	30	14	36	18	104
Colocação de informe publicitário ou toldo	-	1	1	14	10	27
Reforma de telhado	-	-	1	9	11	21
Conservação e outros	1	3	3	-	-	7
Total Geral	7	34	19	59	39	159

Fonte: Documentos do Arquivo Iphan/SP, pesquisa e organização Catherina Pissato.

A pintura dos imóveis pode ser considerada uma prática preventiva de conservação e que também valoriza a paisagem urbana e, portanto, pode sinalizar que existe cuidado dos proprietários ou usuários com os imóveis, e um interesse na preservação do patrimônio local. Percebendo essa demanda dos moradores e comerciantes do centro histórico, em 2011, foi realizado o já mencionado programa Cores para Iguape. Neste mesmo ano, a solicitação por intervenções deste tipo chegou a 30, a segunda maior, ficando atrás apenas do ano de 2013, em que se teve 36 solicitações deste tipo.

Como podemos ver (Tabela 5), do total de reformas simplificadas contabilizadas, solicitações que continham o termo “pintura de fachada” fizeram um total de 104 solicitações nesses 5 primeiros anos de gestão, o que configura cerca de 65% de todas as solicitações para reforma simplificada, e cerca de 33% do universo total dos requerimentos. Ao analisar as solicitações referentes a pintura de fachadas foi observado que de forma geral, a análise desse processo ocorre de forma bastante simples, e quase sempre a resposta institucional a essas solicitações é positiva. A maioria das solicitações é prontamente atendida, uma vez que segue as orientações estabelecidas pelo Iphan em 2011, e que constam na cartilha “Orientações para reformas simplificadas no Centro Histórico de Iguape”. Outras, em menor número, são atendidas, constando apenas ressalvas para que sejam seguidas as orientações do Iphan. E por fim, mesmo com o trabalho de elaboração de recomendações referentes a pintura, desenvolvido pelo Iphan em 2011, foram registrados alguns poucos processos com conflito entre o interesse dos moradores e Iphan, e que acabaram indeferidos.

Sobre esses casos, em que houve indeferimento da solicitação para pintura de fachadas, o que pôde ser notado é que em sua maioria tratavam de solicitações que previam a substituições das cores, por cores consideradas “vibrantes” ou fortes, consideradas inadequadas para aplicação

no Centro histórico. Neste caso o parecer do Iphan era acompanhado de recomendação de substituição das cores por outras, e informava da existência de uma paleta de cores, feitas com tinta à base de cal, localizada na Casa do Patrimônio, e que poderia servir como referência. Em muitos casos ainda, a responsável técnica fazia a sugestão de outras cores, consideradas “suaves”.

No que tange às questões referentes ainda às “pinturas de fachadas”, também não é permitido a utilização de cor única, ignorando a diferenciação entre parede, molduras, frisos, elementos decorativos e esquadrias. Outra solicitação que constantemente era indeferida pelo Iphan, eram as pinturas que causavam o “efeito dégradée”, em que uma cor única era utilizada, em tonalidades diferentes com intenção de evidenciar a diferenciação entre parede e elementos decorativos. Quanto a este aspecto, chama a atenção um caso de 2011 (Iphan, P01506.001917/2011-64, 2011), referente à solicitação da Fundação S.O.S mata atlântica para pintura da fachada do imóvel na qual ficava localizada a fundação. A solicitação indicava a intenção de aplicar tons de verde ao imóvel: verde primavera (fundo), verde água (moldura) e verde musgo fosco (esquadrias). A resposta do Iphan, assim como em outros casos desse tipo, foi pelo indeferimento, por a o tipo de pintura escolhido, em “efeito dégradée”, não ser considerado adequado. Em casos como esse, geralmente, os pareceres indeferidos acompanhavam também recomendações de que as fachadas deveriam ter cores diferentes para o fundo (alvenaria) e elementos da fachada (molduras, frisos, elementos decorativos e esquadrias), porém devendo ser evitados o “efeito dégradé”. Para isso era recomendada a substituição da cor de fundo, preferencialmente, por uma cor “neutra”, como branco, ou creme. Caso fossem aceitas as recomendações feitas no parecer, era dispensável ao interessado a entrada com novo requerimento para a pintura das fachadas, iniciativa que acabava por facilitar o trabalho do técnico, visto que não era necessário analisar um novo processo sobre a mesma obra, e poupava tempo dos interessados.

Retomando à análise da Tabela 5, o segundo maior número de intervenções refere-se à colocação de informes publicitários e/ou de toldos, que se configurou em 26 pedidos, cerca de 16% do total de reformas simplificadas durante os 5 primeiros anos. Nota-se também que as solicitações deste tipo foram intensificadas nos anos 2013 e 2014. Em 2013 são realizados 14 solicitações de colocação de informe publicitário ou toldo. Em 2014, foram dez solicitações, cerca de um quarto do total de solicitações realizadas no ano. Se analisarmos o histórico de ações do órgão nesses primeiros anos de gestão, é possível identificar que o crescimento de solicitações de colocação de informes publicitários e toldos tenha decorrido provavelmente da normatização estabelecida pelo Iphan em meados de 2011, e buscando se adequar a padronização comerciantes do centro histórico tenham se empenhado em colocar os equipamentos dentro da norma.

Figura 36 – Foto do comercio nos arredores da Praça da Basílica, em 2011.

Praça da Basílica antes da normatização dos toldos e informes publicitários. Sobre essa foto, foi localizado um processo de fiscalização, de 2012, referente ao informe publicitário/bicicletário em primeiro plano na foto, colocado na época pela Associação Comercial e Empresarial de Iguape. Posteriormente o mesmo foi retirado.

Fonte: Carvalho, 2011a.

Figura 37 - Foto do comercio nos arredores da Rua Tiradentes, em 2011.

Fonte: Carvalho, 2011a.

Figura 38- Foto do comercio nos arredores da Rua 9 de julho, 2017.

Fonte: Arquivo pessoal, 2017

Além disso, a instalação deste tipo de equipamento é normalmente realizada em estabelecimentos comerciais, que podem ter alta rotatividade. Portanto é natural que solicitações desse tipo sejam frequentes ao longo dos anos.

Em geral esse tipo de intervenção é deferido, desde que siga as recomendações do Iphan, e neste ponto a elaboração das cartilhas de orientação foi bastante positivo, visto que dificilmente são registradas solicitações de toldos ou informes fora do padrão. Em poucos casos houve instalações fora do padrão ou irregulares, sem devida autorização do Iphan. Esses casos foram facilmente resolvidos com diálogo entre interessados e Iphan, e solicitação de troca dos equipamentos por outros dentro do padrão considerado adequado, sem maiores ônus aos proprietários.

É identificado ainda que outro tipo recorrente de solicitação de “reforma simplificada” refere-se a serviços de manutenção relacionados à cobertura. Foram registradas 21 solicitações desse tipo ao longo dos cinco anos iniciais. Em geral os serviços são de troca do entelhamento e/ou da estrutura. No caso desse tipo de intervenção a maior preocupação do Iphan é garantir a preservação dos sistemas construtivos e seus materiais originais. Com orientação divulgada pelo Iphan, esse é também um tipo de intervenção comumente aprovado pelo órgão. Apenas duas solicitações desse tipo foram indeferidas, por não apresentarem informações suficientes. As demais, previam manutenção das características e materiais originais, sendo, portanto, passíveis de aprovação. Poucos casos foram registrados de troca total de entelhamento, e nesse caso eram referentes a substituição de telhas de fibrocimento por telhas de cerâmica, como preconiza o Iphan em obras desse tipo para os centros históricos. Outro fato relevante sobre os pareceres dados a esse tipo de intervenção, é que todos ressaltavam a importância de seguir as orientações do Iphan

para reformas de telhados, e em sua maioria o parecer era acompanhado da listagem dessas orientações, que consistiam em:

Os telhados deverão ser executados por etapas, para a manutenção dos diversos pontos de referência da cobertura, tais como cumeeiras, beirais, inclinação, etc.

Deverão ser conservados o sistema construtivo e os materiais de construção originais;

Sempre que possível, as telhas antigas devem se concentrar em uma ou mais águas de telhados mais visíveis, ficando as novas concentradas nas outras águas;

Deverá ser conservado o tipo de arremate do telhado conforme o existente;

A limpeza das telhas deverá ser realizada com sabão neutro e escova de cerda macia;

Todas as coberturas deverão ser em material cerâmico (tom vermelho). O uso de qualquer outro tipo de cobertura, como as de fibrocimento, metálicas, etc. não serão permitidas.

A cobertura deverá ser mantida na sua volumetria e formas originais, não sendo permitido qualquer tipo de alteração, tais como águas furtadas, mansardas, alterações de pontos do telhado, etc. (Iphan/SP, Processo 01506.003019/2013-11, 2011)

As questões referentes a cobertura são consideradas preocupantes para o Iphan tanto em as solicitações de “reforma”, que contemplam intervenções mais invasivas às edificações em comparação com as “reformas simplificadas”, quanto em solicitações de “construção de edificações”. A preocupação do Iphan nesses casos, consiste principalmente em evitar que sejam utilizados, principalmente nas novas edificações, materiais incompatíveis com o centro histórico como telhas de fibrocimento ou metálicas, por exemplo. Além disso, é muito importante garantir a preservação do gabarito existente, tanto para novas construções, quanto para solicitações de reformas que preveem a construção de um segundo pavimento.

Ainda que não tenha efetivamente sido implantada a normatização, muitos dos parâmetros para proteção do Centro Histórico sugeridos ou apontados pelos estudos tem sido utilizado pelos técnicos ao longo desses anos. Exemplificando: a partir dos levantamentos para normatização do centro histórico foram identificados os gabaritos das quadras dentro do perímetro de tombamento. Partindo dessa identificação, se estabeleceu os gabaritos predominantes para as ruas do centro histórico. Quando um processo de solicitação de nova construção ou reforma é analisado no escritório técnico é identificada a localização do bem, e analisado se o projeto respeita a altura máxima permitida para a área. Se a altura máxima, até a cumeeira do telhado, for respeitada, o projeto é aprovado, se não for, é indeferido e pode ser apreciado novamente se houver revisão do projeto, de acordo com as recomendações do Iphan.

Através do estudo dos processos analisados entre 2010 e 2014, foi observada a aplicação dos seguintes parâmetros, quanto à altura das edificações no centro histórico: para o núcleo mais antigo do Centro histórico e onde há predominância de casas térreas, foi adotada como altura máxima 6m, sendo preferível a construção de casas térreas; em outros setores do

perímetro tombado foi determinada como a altura máxima 7m; por fim, às demais construções, fora do perímetro de tombamento, mas dentro da poligonal de entorno, foram permitidas construções de 8m e até 9m de altura máxima. O grande problema desses parâmetros é que eles são conhecidos apenas pelos técnicos do Iphan, já que a normativa não foi finalizada e disponibilizada para conhecimento público. Em decorrência dessa situação, ou o interessado deve entrar com solicitação de consulta prévia, para tomar conhecimento de tais parâmetros, ou submete seu projeto, correndo o risco de tê-lo indeferido, sendo necessário dispende mais tempo e dinheiro para uma nova apreciação do projeto. Portanto, como tem sido exposto ao longo desse trabalho, a criação de uma normativa para o Centro histórico de Iguape é urgente, e importantíssima para aperfeiçoar o trabalho do escritório técnico e estabelecer uma gestão mais transparente do Iphan na cidade.

Por fim, em menor número, foram protocoladas algumas solicitações do tipo “Reforma” (também sendo consideradas as do tipo “Reforma obra irregular”), que previam: construção ou subtração de paredes internas; manutenção ou substituição de esquadrias; alterações na fachada como abertura/subtração de vãos, transformação de janelas em portas, ou transformação de vãos em vitrines; e ampliação de edificações. Quanto às reformas de fachada, especialmente as realizadas sem prévia autorização do órgão eram recorrentes a substituição de materiais tradicionais por novos materiais, como vidro, alumínio, etc. Outras intervenções consistiam em: pintura e colocação de informe publicitário e/ou toldo em desconformidade com o estabelecido para o centro; construção de muro ou mureta, instalação de gradil metálico; revestimento de muro ou alvenaria em textura “grafiato”. Como resposta institucional, de forma geral, era feita análise “caso a caso”, sendo comum que muitos desses projetos fossem aprovados, desde que, cumprissem as recomendações ou ressalvas do Iphan. Isso era ainda mais recorrente dentro da poligonal de entorno, sendo considerado pelo Iphan que para essa área as intervenções pouco causavam interferência visual ao perímetro tombado. Mas de forma geral alguns parâmetros e recomendações em comum apareciam recorrentemente nos pareceres para o centro histórico, tanto no perímetro de tombamento quanto de entorno. São esses: “Não são permitidas texturas ou revestimentos aplicados como cerâmicas, pastilhas, pedras, etc, sendo sugerido sempre substituição por revestimento em argamassa lisa, preferencialmente em cor única, nos muros”; “para as calçadas, o Iphan adota para o Centro Histórico como norma, o uso da pedra Miracema, padrão retangular cinza com colocação sem travamento e paralela à fachada do imóvel, voltada para a rua”; “as fachadas não deverão ter elementos metálicos ou outros materiais que descaracterizem a ambiência do conjunto tombado, como PVC, alumínio, telha de fibrocimento, pastilhas, entre outros”.

Importante destacar também que no cotidiano das atividades de aprovação de projetos do Iphan a maior parte dos processos recebem parecer favorável, sendo aprovados. Chegou-se a essa conclusão por análise (Tabela 6) feita considerando as conclusões de pareceres emitidas ao longo desses anos. Para efeito desta análise, considerando que a “Conclusão” em muitos casos

não se demonstrava tão bem definida, principalmente antes da normatização dos procedimentos segundo a portaria 420, foram criadas para este trabalho cinco classificações:

- Aprovado, denominação que contempla tanto aprovações simples ou com ressalvas ou sugestões.
- Aprovado parcialmente, que contempla processos com mais de uma solicitação, na qual somente parte da intervenção foi aprovada.
- Indeferido, que se referem a processo que não eram passíveis de aprovação.
- Indeferido e aprovado posteriormente, que se refere a processos que foram indeferidos num primeiro momento, sendo posteriormente aprovados, após revisão de projeto.
- Arquivados, que se referem a processos em que houve desistência por parte do interessado, antes de sua conclusão.

Tabela 6 - Tipos de processos de licenciamento e situação dos pareceres.

TIPO DE INTERVENÇÃO	APROVADO	APROVADO PARCIAL	INDEFERIDO	INDEFERIDO E APROVADO	ARQUIVADO
CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL	13		1	7	
CONSULTA PRÉVIA	8				
INSTALAÇÃO PROVISÓRIA	1				
OBRA DE INFRAESTRUTURA	4		2		
REFORMA	48	2	8	10	
REFORMA (OBRA IRREGULAR)	7		2		
REFORMA SIMPLIFICADA	135	4	15		1
REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÃO	25		1		1
TOTAL	241	6	29	17	2

Fonte: Documentos do Arquivo Iphan/SP, pesquisa e organização Catherina Pissato.

Do total de processos de licenciamento, a grande maioria foi aprovada, ou aprovada parcialmente, contabilizando um total de 83% do total de solicitações para licenciamento. Se somarmos a este o número de processos indeferidos e posteriormente aprovados, que contabilizam 17 processos, chegamos à conclusão que cerca de 90% das solicitações realizadas nos cinco primeiros anos de gestão do Iphan foram aprovadas. Apenas 29 requerimentos, menos de 10%, foram indeferidos e somente dois processos arquivados. Isso demonstra como o reconhecimento de Iguape como patrimônio cultural e seu consequente tombamento não tem de forma alguma “congelado a vida urbana” ou “transformado a cidade em museu” já que, como podemos ver, grande parte da demanda dos usuários do centro histórico tem sido atendidas. E que a atual gestão, realizada pelo Iphan, tem feito de fato um empenho em preservar a ambiência urbana e integralidade do conjunto, permitindo e conciliando à dinamização urbana, comum a qualquer cidade, seja ela tombada ou não.

Estudos de caso

A seguir, de forma a explicitar melhor os parâmetros adotados pelo Iphan em Iguape, serão apresentados dois casos emblemáticos, escolhidos a partir dos processos de licenciamento e fiscalização levantados. Um é referente a um processo de licenciamento, e o outro a um processo de fiscalização que culminou na única aplicação de multa levantada.

O primeiro refere-se a uma casa histórica, localizada dentro do perímetro tombado, cujo projeto foi iniciado sem aprovação prévia no Iphan, sendo considerada obra irregular. Neste caso pôde se observar a aplicação dos parâmetros referentes a preservação da volumetria, altura máxima da edificação e alguns dos parâmetros para fachadas. O caso é de 2011, quando a obra foi fiscalizada e paralisada pela prefeitura, em seguida o Iphan é informado, e abre procedimento.

O segundo refere-se a um imóvel comercial, no perímetro de entorno do tombamento do Iphan, no qual foram feitas significativas alterações na fachada. Foi um caso de obra irregular registrado em 2013, identificado a partir de fiscalização periódica da técnica do escritório de Iguape. Esse caso demonstra a aplicação dos parâmetros adotados para fachadas, mesmo no perímetro de entorno, e ainda demonstra os procedimentos de um processo de fiscalização. Neste caso, seguidos todos os tramites, foi encerrado o processo com a definição de multa a ser paga pelo proprietário.

Obra da Rua XV de novembro, 340

A intervenção em questão foi realizada em imóvel da rua XV de novembro, considerada uma das mais importantes ruas de Iguape, onde são observadas diversas tipologias construtivas que dão uma mostra da diversidade da malha urbana de Iguape. Uma das ruas da cidade capaz de ilustrar seu conjunto arquitetônico coeso formado por sobrados da elite econômica da cidade, casas de moradas inteira e meia morada e edifícios para comércio (Iphan/SP, 2009a, p.163).

Figura 39 -Localização da intervenção na rua XV de novembro.

Fonte: Mapa com poligonal de tombamento Iphan/SP, 2012, v I, editado pela autora.

A quadra, identificada como Q1409 no estudo de normativa, é considerada uma quadra regular, de uso diversificado, mesclando comércio e residências, com predominância de instituições. Do ponto de vista da preservação do patrimônio edificado é uma quadra de grade interesse, possuindo vários exemplares históricos, concentrados principalmente nas ruas 9 de julho e Capitão Dias, e distribuídos dispersamente nas demais vias. A maioria das edificações preservadas pertencem a segunda metade do século XIX, com destaque para o Antigo Sobrado do Comendador, atual Paço Municipal, na esquina da rua XV de novembro, com a 9 de julho (Iphan/SP, 2012, v II).

Foi identificado que a face da rua XV de novembro (Figura 40), na qual o imóvel em questão está localizado, apresenta gabarito desconforme e a volumetria geral está prejudicada por acréscimos diversos; apesar disso apresenta exemplares de grande interesse. Boa parte das caixilharias encontram-se em desacordo ou adulteradas, e há presença de elementos descaracterizadores, como parabólicas, postes de entrada de energia domiciliar, construção fora de padrão de cumeeira no interior da quadra (Iphan/SP, 2012, v II).

Figura 40- Fachada estendida da quadra Q1409, na face da R. XV de novembro.

Fonte: Iphan/SP, 2012, v II, p. 347, editada por Catherina Pissato, 2018.

Nesse caso, o processo teve início a partir de fiscalização realizada pelo departamento de obras e serviços da prefeitura de Iguape, que realizou em 25/03/2011 vistoria para averiguar a

veracidade das informações prestadas em processo administrativo municipal referente a obra. Na ocasião foi constatada pela prefeitura a realização de obra irregular, já que a situação não condizia com as informações prestadas no processo. Vale ressaltar que nesse período ainda não havia sido instalado o escritório do Iphan em Iguape, e, portanto, sem esse trabalho de fiscalização e comunicação ao Iphan, realizado pela prefeitura, talvez a instituição federal não viesse a ter conhecimento da obra.

Na vistoria foi constatado que havia sido executado um segundo pavimento, uma área de lazer nos fundos da edificação e a porta frontal, que era em ferro fundido, havia sido substituída por outra de madeira. Portanto, o projeto apresentado à prefeitura, como projeto de conservação, não correspondia ao executado *in loco*, um projeto de reforma. Foi constatado também que o projeto, tal qual estava sendo executado, não havia sido submetido a nenhum dos órgãos de preservação atuantes na área, Condephaat e Iphan. Assim sendo, configurava-se em uma obra completamente irregular. A prefeitura, através de seu fiscal de obras, tomou providências de embargar a obra, aplicar multa e comunicar aos órgãos de preservação do patrimônio. Na mesma data, foi apresentado ofício destinado ao Iphan, redigido pelo arquiteto responsável pela obra, requerendo aprovação no órgão, dando início assim ao processo administrativo no Iphan/SP nº 01506.000449/2011-19.

Da mesma forma com o que ocorreu com o processo na prefeitura municipal, foi apresentado ao Iphan um projeto de conservação de 2006, portanto 5 anos antes, assinado por outra arquiteta. No ofício ao Iphan, o novo responsável pela obra declara:

Respondendo a esse ofício, tendo em vista que esse imóvel possui projeto aprovado pelo Condephaat no 53763/06, aprovado em 01/09/2006 e aprovado na prefeitura municipal de Iguape, processo no 3199/06, aprovado em 12/12/2006. O antigo proprietário começou a reforma depois do projeto aprovado, mas no meio da reforma revolveu vender ao (...), que retomou a reforma, o que hoje, lá se encontra.

O projeto de reforma do imóvel foi aprovado, respeitando as leis e diretrizes requeridas pelos órgãos para sua provação.

Enfim, o anseio do proprietário é preservar historicamente o seu imóvel, fazendo com que, ele seja mais um imóvel restaurado no centro histórico de Iguape, contribuindo para que a cidade continue sendo uma referência em patrimônio histórico, visitada por inúmeros turistas que vem a procura desse tipo de turismo (Iphan, Processo no 01506.000449/2011-19, 2011)

O arquiteto afirma que o projeto de restauro foi **aprovado**, “respeitando as leis e diretrizes requeridas pelos órgãos para sua provação”, contudo o que foi aprovado foi um projeto que previa apenas a conservação do imóvel sem as alterações realizadas em obra. O arquiteto apresenta então o mesmo projeto, de 2006, ao Iphan, esperando assim sua aprovação. No projeto, além de um memorial descritivo que relata serviços de conservação a serem realizados, são apresentados as plantas e cortes (Figuras 41 e 42), que claramente não correspondem a obra que havia sido iniciada (Iphan, Processo no 01506.000449/2011-19, 2011).

Figura 43- Planta do projeto da casa na R. XV de novembro, 340.

Fonte: Iphan/SP, P01506.000449/2011-19, 2011.

Figura 44- Corte e do projeto da casa na R. XV de novembro, 340.

Fonte: Iphan/SP, P01506.000449/2011-19, 2011.

Figura 45 - Foto anterior da casa na R. XV de novembro, 340.

Fonte: Iphan/SP, 2009a.

Figura 46 - Foto da obra da casa na R. XV de novembro, 340.

Fonte: Iphan/SP, P01506.000449/2011-19, 2011.

A partir da comparação das fotos anterior (Figura 45), levantadas pelo Iphan no dossiê de tombamento, e posterior (Figura 46), apresentada no relatório fotográfico do projeto, pode se perceber a alteração da inclinação do telhado, ocasionando aumento total da altura da edificação. Além disso, pode se notar ainda como o vão da porta precisou ser ampliado para colocação da nova porta de madeira, descaracterizando a fachada original.

Constatada essas alterações, a arquiteta Carina Melo, então técnica responsável pela gestão de Iguape, elaborou o segundo parecer sobre o projeto, datado de 05/05/2011, no qual este foi considerado inadequado, pois alterava a volumetria do imóvel e tamanho das aberturas existentes na fachada” (Iphan/SP, P01506.000449/2011-19, 2011). Foi exposto então que para adequação do projeto seriam necessários: a manutenção da volumetria original, ou seja, deveriam ser mantidas as alturas existentes, inclusive do telhado – ponto de cumeeira – e dos panos de fachada, frontal e dos fundos; a manutenção das dimensões das aberturas da fachada principal, a menos que o requerente possua registros, que permitissem aferir que a proposta era justificável, por meio de documentação histórica; a abertura de poço de ventilação/iluminação só seria permitida na água posterior do telhado, devendo ter dimensão mínima necessária para o atendimento da legislação municipal; e o acréscimo de área seria possível por meio de edificação anexa na parte posterior do terreno, desde que o ponto mais alto da cobertura do anexo não ultrapassasse o ponto de cumeeira.

Em 06/06/2011, o requerente entrou com um novo requerimento, para apreciação do Iphan, acompanhado de justificativa e novos desenhos do mesmo projeto já apresentado. A justificativa argumentava que a volumetria do imóvel estava sendo mantida, juntamente com a inclinação original do telhado, porém as telhas do tipo “colonial” haviam sido substituídas por telhas do mesmo modelo e tamanho. Segundo o arquiteto, antes da troca de proprietário, uma avaliação de “habite-se” identificou que todo o madeiramento estava “podre”, e as telhas existentes “não continham condições quando as NBRs de serem utilizadas”. Apesar de não ser descrito, entende-

se implicitamente que todo o telhado, madeiramento e telhas, foi substituído, portanto, é possível que tenha havido alteração da inclinação do telhado. Porém o arquiteto descreve que:

O ponto de cumeeira foi mantido, e para manter uma inclinação harmoniosa do pano do telhado posterior, e para que a abertura do duto de ventilação no telhado não ficasse exposto para a fachada, foram inseridos dois pequenos panos de telhado direcionados para o duto, que não interfere na volumetria e nem no visual do imóvel, sendo esse pano de telhado encravado entre os panos de telhado da fachada e dos fundos (...) (Iphan/SP, P01506.000449/2011-19, 2011)

O arquiteto alegou ainda que as aberturas da fachada (portas e janelas), não foram modificadas nas suas dimensões, sendo somente substituída a porta de entrada principal, de um gradil de ferro fundido, para uma porta em madeira. Contudo, como já exemplificado pela comparação entre fotos, o fato não condiz com o encontrado *in loco*.

Diante de um novo requerimento que não apresentava revisão do projeto conforme orientado pelo Iphan, a técnica novamente indefere a solicitação em 04/07/2011. Em sua argumentação, a técnica informou que o projeto apresentado era o mesmo apresentado anteriormente e que não haviam sido realizadas as adequações necessárias, conforme o Ofício no 353/2011, enfatizando os mesmos aspectos que já haviam causado o indeferimento anterior: o vão da porta de entrada foi alterado na sua largura para receber nova porta; a porta poderia e deveria ser de madeira, mas deveria seguir as dimensões do vão existente; a abertura de poço de ventilação/iluminação só seria permitida na água posterior do telhado, devendo ter dimensão mínima necessária para o atendimento da legislação municipal; e o mais importante, a volumetria original deveria ser mantida - e por volumetria o Iphan entende o conjunto das dimensões que determinam o volume de uma edificação, inclusive a altura e forma dos telhados e das fachadas do imóvel principal. Além disso, o projeto interrompia a cumeeira, deixando um vão entre as águas da frente e dos fundos, acrescentando ainda duas águas menores dentro desse vão.

Nos parâmetros do Iphan para o centro histórico, manter a volumetria e fachadas originais está entre as questões mais fundamentais para a preservação do sítio, tanto que, são as recomendações que mais aparecem nos pareceres e está explicitada nas cartilhas. Para reformas dos telhados, por exemplo, é imprescindível que seja mantida sua volumetria e formas originais, não sendo permitidas alterações dos pontos do telhado, nem das águas. Apesar de, no período, ainda não terem sido distribuídas as cartilhas, esses parâmetros já eram aplicados em solicitações do tipo desde 2010. Não tendo compreendido que a forma do telhado também significa a alteração da volumetria da edificação, o arquiteto não apresentou projeto passável de aprovação, e o projeto foi arquivado com 2 pareceres de indeferimento, não podendo a obra ser regularizada.

Não há informações oficiais posteriores a essa, mas especula-se aqui que a obra foi finalizada nos moldes do projeto apresentado, já que a reforma em prática já havia sido executada.

Obra da Rua Major Rebelo, 590

Antes de abordar esse estudo de caso, que resultou em aplicação de multa, é necessário compreender como ocorreu a instituição do procedimento de fiscalização pelo Iphan. Apesar de estarem previstos desde a instituição do órgão, em 1937, os procedimentos de fiscalização só

foram normatizados em 2010, a partir da publicação da portaria 187 de 2010. Considerando a necessidade de fazer cumprir as disposições do Decreto-Lei nº 25/37 sobre a aplicação de multas por infrações contra o patrimônio histórico e artístico nacional, e a necessidade de estabelecer procedimento específico para apuração das infrações, o Iphan, publica a portaria 187 sob a qual, resolve: “Regular os procedimentos para imposição de penalidades decorrentes de infrações contra o patrimônio cultural edificado, tipificadas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937⁵⁵, os meios de defesa dos autuados, o sistema recursal, bem como a forma de cobrança dos créditos decorrentes das infrações” (Iphan, 2010d).

Para um maior controle das infrações ao patrimônio cultural foram estabelecidos pela portaria que a ação de fiscalização seria empreendida a partir de plano de fiscalização elaborado pela Coordenação Técnica de cada Superintendência Estadual. Os agentes de fiscalização foram assim designados e capacitados pelo Iphan, conforme indicação dos superintendentes estaduais, sendo preferencialmente ocupantes de cargos técnicos de nível superior. Esses agentes, de forma geral são responsáveis por fiscalizações periódicas dentro do conjunto urbano, quando da existência de Escritório Técnico, e averiguação de denúncias referentes a infração contra o patrimônio cultural, podendo aplicar os três instrumentos criados pela portaria: Notificação para Apresentação de documentos – NAD; Auto de Infração – AI e Termo de Embargo – TE. A aplicação de cada um desses instrumentos é condicionada ao nível de ameaça do dano ou sua efetiva ocorrência.

Como prevê o Art. 7º da portaria 187, a NAD é expedida quando: I - é constatada, em bem tombado edificado e/ou em seu entorno, a realização de intervenção cujo projeto não tenha sido aprovado pelo Iphan e não seja possível, de plano, constatar a ocorrência do dano, ou; II – Houver incerteza sobre autoria ou algum elemento que componha a materialidade de infração ao patrimônio cultural edificado e seja necessária a apresentação de informações complementares por parte do notificado.

No ato da NAD, o autuado deverá receber do fiscal responsável adequada orientação sobre quais as informações e/ou documentos devem ser apresentados para regularização das obras. Recebida a notificação, o interessado tem um prazo de cinco dias, que pode ser prorrogado por igual período, para apresentar as informações e/ou documentos requeridos na NAD. Não sendo cumprida a notificação no prazo estabelecido, se pressupõe a ocorrência do dano e isso acarretará no embargo da obra, seguido da lavratura do AI. Constatada a ocorrência de infração às normas de proteção do patrimônio, será lavrado o respectivo AI, do qual deverá ser dada ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme define o art. 8º da portaria. E, constatada a existência de obra irregular em andamento, será determinado o embargo dela, com a lavratura do respectivo Termo de Embargo (art. 15). Todos esses instrumentos devem ser

⁵⁵ São consideradas infrações neste caso, os termos dispostos nos artigos 13, 17, 18, 19, 20 e 22 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

preenchidos conforme normatização e modelo definido pelo Depam, e estabelecido pela portaria 187.

Iniciado o processo administrativo, há um trâmite a ser percorrido, que prevê instâncias de recurso, o julgamento e as penalidades a serem aplicadas, e, caso haja descumprimento da decisão, é estabelecido recolhimento da multa, como no caso a ser abordado. Como é definido pelo art. 8º, ao autuado é assegurado “o contraditório e ampla defesa”, podendo este no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer defesa contra o AI, juntando os documentos que julgar convenientes e acompanhando o procedimento administrativo, sendo garantida a vista dos autos. Porém não havendo apresentação de defesa no prazo legal, este fato é certificado, e o processo vai diretamente para julgamento pela Autoridade Julgadora. À Autoridade Julgadora compete decidir em primeira instância sobre os Autos de Infração lavrados pelos agentes de fiscalização, confirmando-os ou não, cabendo-lhe ainda, caso seja o caso, indicar o valor da multa.

Conforme estabelece a portaria, realizado o julgamento, o autuado poderá apresentar recurso ao Superintendente Estadual, em uma segunda instância, e, mantida a decisão, ainda caberá recurso ao Presidente do Iphan, em última instância. Da decisão final proferida pelo Presidente do Iphan não cabe recurso. Caso seja mantida a aplicação da penalidade de multa, o recorrente deverá realizar o pagamento da multa que será calculado tendo-se por parâmetro o valor do bem, ou do dano, e a receita proveniente da cobrança das multas será destinada ao orçamento do Iphan e será empregada na melhoria da atividade fiscalização (Iphan, 2010d, Art. 58). Porém, o Iphan poderá também, de maneira alternativa à imposição de penalidade, firmar termo de compromisso de ajuste de conduta, visando à adequação da conduta irregular às disposições legais. A multa é considerada uma penalidade extrema, e configura-se como último recurso do órgão, sendo dificilmente aplicada. De maneira geral os processos de fiscalização são resolvidos com outras medidas.

No caso de Iguape, os processos de fiscalização acontecem apenas no final de 2012, sendo mais constantes após 2013. Portanto, o início dos procedimentos de fiscalização coincide com a instalação do escritório técnico do Iphan na cidade. Vale notar que, nos primeiros anos de instituição deste tipo de procedimento, já foram registrados um número relativamente alto de procedimentos, como podemos observar na Tabela 7.

Ao analisarmos os procedimentos de fiscalização de obras irregulares, podemos ver que dentre os 14 procedimentos estabelecidos, metade são imóveis dentro do perímetro de tombamento e metade em seu entorno. Em Iguape, de forma geral, os processos se encerraram com arquivamento dos mesmos, depois de os interessados apresentarem projeto em acordo com as diretrizes, que eram aprovados, ou repararem os danos sofridos.

Tabela 7 – Processos de fiscalização, por ano.

	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Processo de Fiscalização						
Entorno	-	-	-	5	2	7
Perímetro Tombado	-	-	1	2	4	7
Processo de Fiscalização Total		-	1	7	6	14

Fonte: Documentos do Arquivo Iphan/SP, pesquisa e organização Catherina Pissato.

Dentre os 14 processos de fiscalização registrados no recorte temporal definido (Tabela 8), oito, ou seja, mais da metade, foi finalizado com a intervenção tendo sido aprovada pelo Iphan. Três processos foram arquivados, e outros dois aprovados após um primeiro indeferimento. Nesses casos, o arquivamento ou aprovação se deu em decorrência da correção das irregularidades registradas. O caso que chama atenção, porém, é o de uma reforma da fachada, realizada no perímetro de entorno, e que foi o único caso dentre os levantados que levou a aplicação de multa pelo Iphan.

Tabela 8 – Processos de fiscalização e suas conclusões.

TIPO DE FISCALIZAÇÃO	APROVADO	ARQUIVADO	INDEFERIDO E DEPOIS APROVADO	MULTA
FISCALIZAÇÃO	1			
REFORMA (OBRA IRREGULAR)	5	2	2	1
REFORMA SIMPLIFICADA	2	1		

Fonte: Documentos do Arquivo Iphan/SP, pesquisa e organização Catherina Pissato.

A intervenção em questão, foi registrada na Rua Major Rebello, 590, definida no processo como intervenção em entorno de tombamento, contudo, ao localizar a intervenção no mapa, foi constatado que o imóvel se encontra dentro de perímetro de tombamento, na quadra Q1412, como pode ser observado na Figura 47.

Figura 47 - Localização da intervenção na rua Major Rebelo, 590.

Fonte: Mapa com poligonal do tombamento Iphan/SP, 2012, v I, editado pela autora.

A quadra, que também foi abordada no estudo para normativa do Iphan/SP em 2012, foi identificada como uma quadra regular, de uso predominantemente comercial, com presença, em menor número, de uso residencial. Foi identificado que nas faces 3, na qual o imóvel em questão está localizado, e 4, há a existência de bens de interesse do ponto de vista da preservação. Foi diagnosticado também que de forma geral a volumetria de toda a quadra se encontra prejudicada, e os gabaritos só estão de acordo com os padrões do centro histórico nas faces onde há bens de interesse (Iphan/SP, 2012, v II). Na face em que se encontra o imóvel, o documento classificou que:

Apresenta gabarito conforme padrões e volumetria prejudicada por intervenções espúrias e construções desconformes. Presença de exemplares de interesse. Grande parte das envasaduras e caixilharias encontra-se em desacordo. Presença de amplo espectro de elementos descaracterizadores. Uso misto comercial e residencial. Há completo descontrole sobre o padrão de construções convenientes ao núcleo urbano tombado. Recomenda-se maior controle de gabarito e volumetria. (Iphan/SP, 2012, v II, p. 359)

Figura 48- Fachada estendida da quadra Q1412, na face da R. Major Rebelo.

Fonte: Iphan/SP, 2012, v II, editado pela autora.

A obra irregular foi iniciada por volta de setembro/outubro de 2013, tendo sido identificada em 07/10/2103 pela técnica Valéria Gazafi, em vistoria periódica no centro histórico de Iguape. Segundo consta no processo, a intervenção tinha como irregularidades: “abertura de vão com a

colocação de porta de vidro de correr, abertura de janelas, colocação de informe publicitário em tamanho fora dos padrões que regem o tombamento e pintura inadequada para o Centro histórico” (Iphan/SP, P01506.005473/2013-06, 2013).

A seguir pode ser observado, para fins comparativos, o imóvel em três momentos diferentes: a primeira foto (Figura 49) é de 2008, tirada durante o processo de tombamento, essa foto está no CICG referente ao tombamento de Iguape; a segunda foto (Figura 50) é de 2012, durante o levantamento para a normativa de Iguape, pode-se notar que o imóvel já tinha passado por algumas intervenções, e parte dele estava pintado em “cor vibrante”; a última foto (Figura 51), foi tirada durante o processo de fiscalização, depois de concluída as intervenções irregulares.

Figura 49 - Foto de 2008 do imóvel da R. Major Rebelo, 590.

Fonte: Foto de 2008, Iphan/SP, P01506.005473/2013-06, 2013

Figura 50 - Foto de 2012 da casa na R. Major Rebelo, 590.

Fonte: Iphan/SP, 2012. Fonte: Iphan/SP, 2012, v II

Figura 51 - Foto da obra concluída na R. Major Rebelo, 590.

Fonte: Iphan/SP, P01506.005473/2013-06, 2013

O imóvel era utilizado por três estabelecimentos comerciais distintos. No pavimento térreo ficava localizado um Salão de Beleza, que apresentava informe publicitário inadequado. Neste mesmo pavimento também ficava uma loja de sapatos, cujo locatário foi responsável pela obra de abertura de vão para colocação de porta de vidro de correr, e instalação de informe publicitário inadequado (Figura 52). Por fim, no pavimento superior ficava localizada uma academia de ginastica. Para abrigar esta função foram realizadas as obras de abertura de vão e colocação de porta de vidro na entrada pelo pavimento térreo, abertura de três janelas laterais no primeiro pavimento, colocação de adesivos nos vidros e colocação de informe publicitário inadequado (Figura 53). Além dessas intervenções, foi realizada na fachada do imóvel a aplicação de textura, com pintura integral da fachada, que também foi considerada inadequada, uma vez que foi escolhida uma tinta vibrante, incompatível com as normas estabelecidas pelo Iphan para o centro Histórico. A seguir podem ser observadas as fotos, retiradas do processo, que ilustram essas transformações, e que foram tiradas durante uma das ações de fiscalização ao imóvel.

Figura 52 – Foto da intervenção na rua Major Rebelo, 590, com criação de abertura e colocação de porta de vidro.

Fonte: Iphan/SP, P01506.005473/2013-06, 2013.

Figura 53- Foto mostrando a abertura de porta lateral no térreo, para acesso exclusivo ao pavimento superior.

Fonte: Iphan/SP, P01506.005473/2013-06, 2013.

Identificado o início de obra sem autorização do Iphan, o proprietário do imóvel comercial foi contatado pela técnica, e em seguida comparecendo à Casa do Patrimônio, foi informado da necessidade de apresentação de projeto para dar continuidade a obra. Verificando a não apresentação dos documentos, na data de 29/10/2013 a arquiteta Valéria Gazafi entregou o NAD nº 20401, ao responsável presente na obra. Em 05/11/2013, devido ao não comparecimento do

atuado no prazo de cinco dias, a técnica providenciou nova vistoria na qual foi constatado o termino da obra. Não havendo como fazer o embargo, a mesma emitiu o Auto de Infração nº 11451 (Iphan/SP, P01506.005473/2013-06, 2013).

Por fim, para dar continuidade aos tramites do processo, a técnica enviou o processo administrativo juntamente com seu respectivo laudo de constatação para apreciação da Autoridade Julgadora. Este laudo além de apresentar a identificação das irregularidades cometidas, e o relatório fotográfico, apresentava também relação dos serviços necessários a serem realizados para devida reparação do bem, segundo o Iphan, que contemplava: 1. A retirada da porta de vidro e fechamento do vão (referente a loja de sapatos); 2. A Retirada da porta de vidro, fechamento de vão, e colocação de porta de madeira (acesso do térreo a academia); 3. fechamento das janelas laterais; 4. Remoção de todos informes publicitários e adequação; 5. Remoção da textura e adequação da pintura. Ou seja, a demanda do Iphan era pelo reestabelecimento do bem completamente ao estado original da intervenção.

Figura 54- Imóvel da R. Major Rebelo, após a reforma irregular.

Fonte: Arquivo do Iphan.

Estando o processo em consoante com o estabelecido na portaria 187/2010, a Autoridade Julgadora, em abril de 2014 confirmou o AI e sentenciou o pagamento de multa pelo atuado. Consta nos autos, encerrando o processo, o documento destinado ao proprietário e assinado pela então superintendente Anna Beatriz Ayroza Galvão que afirma: “Apesar de V. Sa. estar ciente das infrações cometidas ao patrimônio edificado, nos termos do que dispõe os artigos 12, 17, 18, 19, 20 e 22 do Decreto Lei no 25 de 30 de novembro de 1937, não houve de sua parte, manifestação, defesa ou proposta de acordo relacionadas a estas notificações.” Desta forma, o processo se encerra com a notificação de penalidade e instruções para pagamento de multa e reparação dos danos causados no imóvel. Neste caso os danos foram estimados em R\$ 3.988,16, e a multa em 50% deste valor, portanto R\$ 1.994,08, que deveria ser pago através de GRU. O documento de notificação de penalidade ainda declara que a não reparação dos danos incorrerá em ação judicial

do Iphan contra o autuado. Não foi possível averiguar se houve pagamento da multa imposta pelo Iphan, contudo sabe-se que os serviços para reparação do dano nunca foram realizados, visto que o imóvel encontra-se da mesma forma que o registrado em 2013.

Para Gazafi (2017), responsável pela fiscalização do Centro Histórico de Iguape o ato de se multar um morador ou comerciante é bastante “penoso”. A arquiteta revelou que é um instrumento que ela não gosta de aplicar, evitando-se ao máximo chegar a esse ponto. Para tanto ela busca conversar com o autuado, com o intuito de reverter ou rever a intervenção, sempre que possível. Se o projeto já se encontra concluído, procura-se contornar a situação de alguma forma: faz-se um acordo para que, quando possível a alteração possa ser revertida, ou se estabelece outras ações mitigatórias, sendo a multa um instrumento utilizado em última instância, e que configura caso de exceção na atuação de técnica.

Fazendo um balanço dos primeiros anos de atuação foi possível observar que o trabalho iniciado pela arquiteta Carina Melo, e pelo Iphan nos primeiros anos de gestão demonstra que houve uma iniciativa no sentido de continuar os trabalhos de participação social realizados durante o processo de tombamento. Um trabalho pautado em uma ideia de educação patrimonial constituída a partir do diálogo constante com a população local, e em parceria estreita com o governo local. Como aponta a bibliografia apresentada até aqui, o Iphan dos anos 2000 tinha como linha condutora de sua ação a participação social, buscando principalmente a construção de uma relação compactuada e dialógica (Melo, 2011), forma pela qual acreditava-se ser possível a construção de uma gestão mais transparente, partilhada com a população, e mais efetiva do ponto de vista da proteção do patrimônio. Nessa lógica, e buscando, como apontaram Andrés (Iphan, 2009a) e Nascimento e Scifoni (2015), não frustrar as expectativas da população quanto a proteção federal, após o tombamento foram realizadas uma série de eventos, projetos e oficinas, que tinham por objetivo estabelecer e consolidar a Casa como espaço referencial para o patrimônio, e para uma nova noção de educação patrimonial, na região do Vale do Ribeira.

Buscava-se também consolidar diretrizes específicas para a preservação do patrimônio material arquitetônico da cidade. Neste sentido, em conjunto e diálogo com a sociedade foram construídas as normatizações para toldos e letreiros e pinturas de fachadas do casario de Iguape. Para além disto, a Casa também ficou reconhecida pelo meio técnico da construção civil voltada a proteção do patrimônio, já que uma série de oficinas foram realizadas na Casa, com esse intuito. Entretanto, com o passar dos primeiros anos, os eventos e oficinas, passaram a se tornar menos frequentes, especialmente após o ano de 2014, ficando basicamente concentrados a organização de rodas de debates e visitas agendadas de escolas à Casa do Patrimônio. Aliado a isso, outras ações da Superintendência também perderam força, ou foram descontinuadas, como o estudo e processo para normatização da poligonal de tombamento e seu entorno.

Devido a tais fatos, como aponta Ruiz (2017) hoje a gestão do sítio pelo Iphan tem sido constituída basicamente pelo trabalho administrativo de aprovação de licenciamentos para o Centro Histórico, como acontece com o Condephaat. Porém, como pôde ser observado a partir da

análise destes licenciamentos, e apoiado ao relato das entrevistas, a presença do órgão na cidade, e a construção de um diálogo em meio aos procedimentos de licenciamento, tem tornado a relação com o Iphan menos conflituosa. Outrossim, a presença de uma técnica permanentemente locada em Iguape tem facilitado as atividades periódicas de fiscalização, e tem se mostrado, a medida de seu trabalho, efetiva contra possíveis processos de descaracterização e destruição do núcleo urbano.

Por fim, para além do trabalho técnico de aprovações de licenciamento no Centro Histórico, as ações empreendidas pela prefeitura em parceria com o Iphan, através do PACH e posterior PAC CH, resultaram na possibilidade de restauro de quatro edificações icônicas para a comunidade local. Essas constituem nos últimos processos de gestão realizados na cidade, e serão abordados a seguir.

Capítulo 4 - O PAC Cidades Históricas em Iguape: da definição do plano de ação a escolha de Iguape entre as 44 cidades selecionadas.

Este último capítulo corresponde à apresentação e análise do processo de participação do Município de Iguape no Plano de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC CH), que resultou na seleção de três ações de restauro: A Casa de Fundação (Museu Histórico Municipal), o Paço Municipal e as ruínas do Sobrado dos Toledo (Atendimento ao Turista/Romeiro), e que correspondem as ações nos últimos anos em Iguape.

Ainda em 2009, o município de Iguape aderiu ao Plano de Ação das Cidades Históricas, lançado pelo governo federal no mesmo ano. Para participar do programa, as cidades precisavam ter núcleos urbanos ou sítios históricos tombados ou em processo de tombamento, ou os lugares (patrimônio imaterial) registrados ou em processo de registro. Deste modo, o universo ao qual se destinava o Plano de Ação das Cidades Históricas compreendia num conjunto de 187 cidades históricas. Iguape respondeu ao chamamento antes mesmo de seu tombamento formal, em dezembro daquele ano. O plano de ação tinha por objetivo: fortalecer a implantação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), definir estratégias para enfrentar problemas estruturais das cidades históricas e promover o desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural. Também serviu para orientar a priorização de investimentos de planejamento integrado para o patrimônio cultural e definir ações e projetos para implementação do PAC CH em sua segunda fase, que contemplaria de fato os restauros de edifícios selecionados (Diego et al, 2011).

Foram firmados termos de compromisso com cerca de 170 cidades em todo o país para o desenvolvimento dos planos de ação das cidades históricas. No Estado de São Paulo doze municípios aderiram, dentre os quais Iguape. Com a finalização dos trabalhos de planejamento, definição de objetivos e projeção de ações para os anos de 2010 a 2013, foi elaborado o acordo de preservação do patrimônio cultural- APPC, assinado em meados de 2010 pelo município de Iguape. A participação no Plano de Ação das Cidades históricas possibilitou que em 2013 a cidade fosse uma das 44 selecionadas no PAC Cidades Históricas, dentre as quais estão as três cidades do estado de São Paulo: Iguape, Santo André e São Luiz do Paraitinga.

4.1 - O Plano de Ação das Cidades Históricas

O plano de ação foi estruturado como um instrumento de gestão voltado ao patrimônio cultural, a ser definido em conjunto pelo Iphan, estados e municípios brasileiros. Esse plano, fomentado pelo Iphan entre 2009 e 2010, tinha como objetivo definir diretrizes, metas e estratégias

para uma ação integrada do poder público, devendo ser norteador de investimentos das esferas de governo. O acordo de modo geral, visava incorporar a preservação do patrimônio cultural nas políticas públicas locais, através dos pactos estabelecidos com as administrações municipais (Iphan, 2009c). Os planos estavam atrelados ao PAC - CH, ou seja, para conseguir as verbas destinadas ao PAC CH o município precisava participar do programa de planejamento integrado. Para o governo federal os investimentos para essas cidades justificavam-se pela “importância de sua qualificação para a recuperação do papel simbólico e referencial da cultura brasileira, e para a promoção do atual processo de desenvolvimento do país”, de acordo com as políticas públicas estabelecidas neste período. (Diego et al, 2011, p.3).

Para elaboração dos planos foram feitas orientações: 1. deveria se considerar os diagnósticos urbanos existentes que contivessem uma leitura global da cidade; 2. Considerar e dialogar com os planejamentos e os programas elaborados em nível local, regional, estadual e federal; 3. Considerar as demandas e conflitos sociais presentes no território de atuação e buscar soluções conjuntas para seu equacionamento; 4. Propor soluções para integrar as políticas públicas que atuam sobre o território; 5. Garantir a participação social, para isso recomendava-se a realização de oficinas locais em cada uma das etapas; 6. Definir área de atuação de interesse comum aos três entes federativos e a partir deles os objetivos específicos, e estabelecer metas e atribuições; 7. Apontar as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento das cidades; 8. Definir prioridades, metas, agentes responsáveis e prazos de forma objetiva e factível; 9. Disponibilizar capacitação dos agentes envolvidos na medida em que forem solicitados pelas Superintendências Estaduais (Diogo et al, 2011, 14 e 15).

Para a materialização desse planejamento foram realizadas pelas superintendências do Iphan uma série de oficinas para capacitação dos agentes públicos, gestores e técnicos das diferentes esferas de governo responsáveis pela elaboração dos planos. As oficinas, no caso de São Paulo, foram realizadas na Superintendência. As oficinas em geral deveriam abordar temas como planejamento integrado e participativo, estratégias para o desenvolvimento do patrimônio cultural e patrimônio e gestão urbana, e buscavam subsidiar tecnicamente o trabalho de elaboração dos planos de Ação. Apesar das orientações e auxílio das Superintendências, segundo Diogo et al (2011, p. 2), devido à baixa cultura de planejamento, muitas limitações foram identificadas no processo de planejamento, e o resultado apresentado ficou aquém do esperado, demonstrando que há limites quanto à factibilidade de implementação dos planos. Ainda assim, o Plano de Ação das Cidades Históricas mostrou-se um grande avanço, pois foram elaborados planos, que foram pactuados pelos órgãos executivos e por diversas cidades, de distintos portes e capacidade institucional.

Segundo informações de Ruiz (2017), corroborando com o que apresenta Diogo et al (2011), devido a inexperiência técnica dos municípios, no caso do estado de São Paulo, os Planos de Ação foram realizados de fato em conjunto com a Superintendência de São Paulo, sendo presente o auxílio dos técnicos do Iphan em todo o processo de desenvolvimento dos planos e

preenchimento das fichas. Nos casos de Iguape e Cananeia, o processo de planejamento foi acompanhado pela técnica Carina Melo. Por fim, em 2010 foram estabelecidos os planos e firmado os pactos de compromisso com 12 municípios: Carapicuíba, Cotia, Itú, Iperó, Santana do Parnaíba, Cananéia, Iguape, Santo André, São Bernardo do Campo, São Luiz do Paraitinga, Santos e São Sebastião.

A primeira etapa a ser cumprida do Plano de Ação das cidades era a elaboração de um diagnóstico que tinha por meta identificar no âmbito local os problemas e potencialidades das áreas urbanas de interesse patrimonial, que envolvem área de preservação mais área de entorno e área de influência. Os planos de ação eram elaborados levando-se em conta um prazo de 4 anos, ou seja, o planejamento realizado em 2009-2010, tinha por objetivo analisar os problemas a serem enfrentados até 2013-2014. Os diagnósticos eram realizados analisando uma leitura global da cidade, não se restringindo apenas ao perímetro de tombamento, e tinham por objetivo identificar agentes, estruturas, e agentes institucionais relevantes as questões relativas ao patrimônio, tal como Câmara municipal, Conselhos municipais, entidades sociais atuantes, etc. Ao fim da primeira etapa deveriam ser apresentados os produtos: a) Ficha de Levantamento para diagnóstico local totalmente preenchida; b) Cadastro da rede de organizações atuantes no município; c) Elaboração de Relatório de Diagnóstico Local e d) Produto da 1ª Oficina: relatório da Oficina, com lista assinada dos participantes.

No caso de Iguape, as fichas foram preenchidas com auxílio de um diagnóstico feito um pouco antes do programa das cidades históricas, a pedido da Prefeitura de Iguape, no contexto do desenvolvimento das políticas locais à agenda do patrimônio. Segundo consta no relatório de diagnóstico do Plano de Ação para Iguape (Iphan/SP, P01506 001024/2010-38, 2010), em 2005, a Prefeitura Municipal de Iguape havia encomendado um diagnóstico socioeconômico e de potencialidades com o objetivo de nortear a administração da gestão 2005-2008. Esse diagnóstico apontou para o desenvolvimento do turismo atrelado aos aspectos culturais como forma de propulsão e desenvolvimento econômico da cidade.

Como já abordado no capítulo 2, dessa visão resultou em um conjunto de ações denominado “Programa de valorização do patrimônio arquitetônico em Iguape, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico local através do Turismo cultural”, que tinha por objetivos: valorizar o acervo arquitetônico do município; implantar uma rede de serviços turísticos voltados ao segmento cultural; fomentar as micro, pequenas e médias empresas da região, e incentivar a geração de emprego e renda. Deste trabalho resultaram: a revitalização da “Igreja do Rosário dos Pretos” onde está instalado o Museu de Arte Sacra de Iguape, por meio da atuação da POAO; a elaboração de leis voltadas ao patrimônio cultural edificado, do qual destacam-se a inclusão de dispositivos de preservação do patrimônio cultural no Plano diretor municipal, e a criação da lei nº 1.927 de 20 de junho de 2007, que criou o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico de Iguape; ações menores de educação patrimonial, que incluíram um programa de visita monitorada criado por alunos de turismo de uma escola técnica local e palestras itinerantes nas

unidades educacionais da região; e a criação da “Oficina Escola de Artes e Ofícios de Iguape”. Entretanto essas ações mingüaram devido ao parco orçamento, à insuficiência de técnicos especializados para a ampliação das ações e às “dificuldades de auxílio de parceiros na capacitação de recursos”. Segundo a prefeitura: “visto que a região ainda não oferece visibilidade suficiente para despertar o interesse de investidores, ficamos sem ter como dar continuidade em novas iniciativas que, de fato, mostrassem à população que a preservação do patrimônio e dos aspectos culturais poderiam realmente redesenhar um futuro prospero e promissor pra Iguape” (Iphan/SP, 01506 001024/2010-38, 2010, fl. 33 a 38).

A prefeitura municipal viu, portanto, no tombamento da cidade pelo Iphan uma nova perspectiva para o desenvolvimento social da região. Como trata o documento de diagnóstico do Plano de Ação de Iguape, a prefeitura assinalou: “Foi quando surgiu a tão esperada possibilidade de atuação do Iphan, através da 9ª Superintendência do Iphan/São Paulo e, a partir daí novos ânimos, possibilidades e a garantia dos sérios trabalhos do respeitado instituto voltam a imprimir a retomada de ações no município” (Iphan/SP, P01506 001024/2010-38, 2010, fl. 39). A possibilidade do tombamento da cidade também permitiu que Iguape pudesse ser incluída nas cidades envolvidas no Plano de Ação das Cidades Históricas, criando, na perspectiva da administração local, uma oportunidade para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos na esfera municipal. Sobre isso a prefeitura declara:

Esta última [a inclusão de Iguape no Plano de Ação das Cidades Históricas] mostra-se como instrumento fundamental para a continuidade dos trabalhos pois apresenta a real possibilidade de tratar o patrimônio Cultural como algo realmente importante e inserido numa proposta clara e gradativa onde a atuação perpassa etapas definidas em diagnósticos e contempla principalmente a vontade da população local que aguarda ansiosamente as definições propostas pelo plano. (Iphan/SP, P01506 001024/2010-38, 2010, fl. 39)

A proposta do município de Iguape revelava um interesse pelo desenvolvimento e fomento a um turismo cultural, tão desejado pelas cidades históricas, mas também visava trabalhar com questões preciosas à população local, como restaurar relações afetivas com determinados locais da cidade, como o Estuário Lagunar do Mar Pequeno e o Valo Grande, estabelecer um processo de autoafirmação e pertencimento, e aumento da autoestima da comunidade em relação à própria cultura, valorizando e difundindo o processo histórico da região junto a população local.

Entre os problemas apontados no diagnóstico, eram recorrentemente mencionadas questões ligadas a uma ausência de projetos de educação patrimonial, como: “Desconhecimento da população quanto ao processo histórico vivido pelo município, ausência de programa de educação patrimonial nas redes de ensino municipal, estadual e privada, ausência de iniciativas de valorização e reconhecimento de itens da cultura local ligados à tradição caiçara, e desinteresse de significativa parcela da população quanto a ações relativas ao patrimônio (Iphan/SP, P01506 001024/2010-38, 2010, fl. 51 a 57).

Outros problemas diagnosticados pelo poder municipal estavam relacionados à ausência de normativa e à ausência de recursos, fossem públicos ou privados, para conservação,

manutenção e restauração das edificações, que geravam um “perigo constante de dilapidação do patrimônio tanto por falta de informação quanto pela ausência de recursos para restauro, deixando o acervo suscetível às ações do tempo” (fl. 51). Além disso, a prefeitura identificou a necessidade de restauração de imóveis emblemáticos para a história da cidade. Ou seja, os recursos que seriam destinados a cidades através do PAC CH eram bastante esperados e desejados, fosse pela população, fosse pela administração local.

O diagnóstico também apontava como principais atividades econômicas locais o turismo e a pesca, e identificava como atividades com potencial econômico de desenvolvimento o turismo histórico-cultural, religioso (já bem forte na região devido a devoção ao Bom Jesus de Iguape) e o ecoturismo. Objetivando realizar as expectativas quanto ao turismo, a administração local buscou relacionar todos os problemas referentes ao aspecto turístico do município e identificou: ausência de profissionais capacitados tanto para o trato do acervo do patrimônio material, quanto agentes ligados a cadeia produtiva do turismo; necessidade de melhoria paisagística nos espaços públicos, como as praças e a antiga zona portuária, inviabilizando a atividade turística e o uso cotidiano; falta de sinalização turística adequada; necessidade de adequação dos espaços públicos à acessibilidade; necessidade de projetos que viabilizem a visitação de sítios arqueológicos e históricos, atendendo as expectativas dos visitantes com infraestrutura, informações e atendimento; necessidade de programa de requalificação urbana para viabilizar o potencial turístico e de lazer na zona portuária marítima e fluvial, ampliando e melhorando a relação da cidade com o mar e o rio.

Identificadas essa ampla gama de problemas através do diagnostico, a prefeitura estabeleceu a definição de quatro objetivos gerais que contemplavam:

- 1- Promover a requalificação, o restauro e a manutenção do rico acervo arquitetônico, histórico e pontos de referência, inseridos nos três setores definidos como área de atuação do PACH Iguape;
- 2- Proporcionar à comunidade, moradores, empresários, comerciantes, profissionais das mais diversas áreas, principalmente ligadas a cadeia produtiva do turismo as mais diferenciadas possibilidades de negócios, gerando emprego e renda e real perspectiva de desenvolvimento local, utilizando de forma consciente e regulada o acervo histórico e cultural como elemento propulsor.
- 3- Valorizar e difundir o processo histórico local, incidindo diretamente na comunidade, restabelecendo um processo de autoafirmação e aumento da autoestima em relação às características culturais tradicionais e naturais do município;
- 4- Restabelecimento e resgate da relação afetiva e econômica do município, população e turistas com o Estuário Lagunar do Mar Pequeno e com o canal do Valo Grande (Setor Portuário), perdida no processo histórico

A próxima etapa que se seguiu à definição dos objetivos gerais, foi a delimitação dos objetivos específicos. Compreendendo que o processo de gestão deveria ser uma continuidade do processo de tombamento, a administração local, responsável pela definição do plano, utilizou o dossiê de tombamento do Iphan, como uma das principais fontes de diagnóstico, e estabeleceu os objetivos de forma que contemplasse especificamente cada um dos três setores delimitados no perímetro de tombamento. Assim ficaram estabelecidos como objetivos específicos a serem implantados num período de quatro anos:

- Núcleo Urbano: a valorização e requalificação do patrimônio através de restauro de alguns exemplares e itens do acervo; aterramento da fiação elétrica e lógica; implantação de programa de educação patrimonial na rede municipal de ensino; desenvolvimento de normatização (legislação-zoneamento) e gestão do patrimônio cultural; projetos de infraestrutura voltados a recuperação do acervo; limitadores de acesso de veículos e iluminação adequada; e material gráfico de divulgação.
- Setor Morro da Espia: projeto de infraestrutura e recuperação do parque ecológico e histórico do morro da Espia, com ênfase à fonte do senhor Bom Jesus de Iguape, mirante do Morro da Espia e ruínas do Itaguá; desenvolvimento de programa de revitalização, gestão e visitação dos sítios históricos e arqueológicos do morro da Espia; e registro e documentação das atividades ligadas às tradições caiçaras (fandango, reiada, marujada, produção artesanal da farinha de mandioca, artesanato em cerâmica, madeira e cestaria, e instrumentos musicais).
- Setor Portuário: projetos de infraestrutura urbana visando a urbanização adequada do espaço, objetivando o resgate da relação dos habitantes com o complexo estuário lagunar do Mar Pequeno e o canal artificial do Valo Grande; projetos de aproveitamento do espaço para estudo de meio e desenvolvimento do turismo com vistas às atividades náuticas; programa de apoio aos estaleiros artesanais; ação junto aos governos estadual e federal visando a colocação de comportas na Barragem do Valo Grande com o objetivo de recuperar a salinidade do mar pequeno.

Acompanhando o diagnóstico e a definição de objetivos também foi preenchida a ficha de Rede de Agentes Sociais, indicados os agentes institucionais que seriam incluídos e poderiam contribuir para a realização das ações propostas pelo PACH, tal como previsto na cartilha “Planos de Ação para Cidades Históricas”. No caso de Iguape foram indicados pelo poder municipal à própria PMI, através de seus Departamentos de Cultura, Turismo e Eventos, e Obras e Serviços Urbanos, o Iphan, o Condephaat, o Ministério das Cidades, o Ministério de Turismo, o ICMBIO, o Ministério da Agricultura e o Departamento de Apoio ao desenvolvimento das Estancias.

Completando os trabalhos de elaboração dos planos foram realizadas as consultas públicas no município de Iguape, com participação de moradores e entidades locais, onde foram

apresentados os objetivos gerais, objetivos específicos e por fim as 27 ações finais que iriam compor o plano de ação.

Os objetivos foram delimitados em 27 ações específicas, a serem realizadas em um certo período de tempo, e que poderiam ter fundos captados através de determinados parceiros. A tabela 9, a seguir, apresenta essas informações resumidas:

Tabela 9 – As 27 propostas do Plano de Ação de Iguape/SP.

	Ação	Possível fonte de recurso	Tempo previsto para a ação
1	Contratação de projeto de aterramento da fiação no centro histórico	Iphan e Ministério do Turismo	2010 – 2011
2	Contratação de execução da obra de aterramento no Centro histórico	Iphan e Ministério do Turismo	2011 – 2012
3	Criação de fundo municipal para a recuperação de Casario privado	-Não requer fundo-	2011
4	Viabilização de recursos públicos e privados para o suprimento do fundo	Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Petrobrás, BNDS, BID.	2011-2013
5	Financiamento para recuperação de imóveis privados – através de empréstimos ao fundo municipal	Fundo municipal para a recuperação de Imóveis Privados	2011 – 2013
6	Contratação para elaboração de projeto para o Correio Velho	Iphan, Ministério da Cultura e Turismo e Secretarias do Estado	2010
7	Contratação para execução de obra do correio velho	Iphan, Ministério da Cultura e Turismo e Secretarias do Estado	2011 – 2012
8	Recuperação e restauro da praça São Benedito (Praça Engº Greenhalg)	Iphan, Ministério da Cultura e Turismo e Secretarias do Estado	2011
9	Revitalização dos pontos de visitação do morro da Espia (fonte do Senhor, Fonte da Saudade, Mirante, Sítio arqueológico Caverna do ódio e Ruínas de Itaguá)	Governo Federal, Estadual e Iphan	2011
10	Elaboração de normatização para a gestão do patrimônio cultural	Iphan	2010
11	Instalação de escritório técnico para gestão, licenciamento e fiscalização (tipo ETELF)	Iphan e Ministério da Cultura	Ação continuada, com início a partir de 2010
12	Elaboração de plano de Manejo do Parque Municipal do Morro da Espia	Governo Federal – Ministério do Meio Ambiente, Min. Do Turismo, MinC e Governo Estadual	2011 – 2012
13	Instalação do mobiliário urbano	Governo Federal, Iphan e Secretarias do Estado	2012 – 2013
14	Sinalização turística	Ministério da Cultura e Turismo e Secretarias do Estado	2010 – 2012
15	Capacitação de agentes locais para o turismo cultural e ambiental (guias, monitores)	Ministério do Turismo e Secretarias do Estado	2010 – 2011
16	Capacitação de profissionais ligados a cadeia produtiva do turismo	Ministério do Turismo e Secretarias do Estado	2010 – 2011
17	Qualificação dos espaços destinados a produção e venda de artesanatos	Ministério do Turismo e Secretarias do Estado	2011
18	Produção do guia turístico do Município com ênfase no patrimônio cultural	Ministério do Turismo e Secretarias do Estado	2011
19	Capacitação de professores para preservação e difusão dos conhecimentos em sala de aula	MinC, Min do Turismo, Secretaria do estado da Educação e Iphan	2010
20	Elaboração de manual do patrimônio-material didático	MinC, Min do Turismo, Secretaria do estado da Educação e Iphan	2010 – 2012
21	Elaboração e confecção do manual do morador do Centro histórico	Iphan	2011 – 2012
22	Programa de geração de renda para atividades tradicionais (pesca)	Instituído de Pesca, PMEI e ICMBIO	Ação continuada, com início a partir de 2011
23	Oficinas de capacitação para estaleiros artesanais e carpintaria naval	Instituído de Pesca, PMEI e ICMBIO e SUTACO	2011 – 2012

24	Resgate das atividades náuticas recreativas	Governo Federal, SELT, Petrobrás e PMI	Ação continuada, com início a partir de 2011
25	Recuperação da Orla do Valo grande	SEP – DADE – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das estâncias, MinC, Min do Turismo, Min das Cidades e Iphan	2010 a 2012
26	Construção e instalação das comportas na barragem do Valo Grande	Secretaria de Recursos Hídricos - DAEE	2010 a 2012
27	Elaboração de legislação municipal instituindo a prática do ensino patrimonial na rede municipal de ensino de forma interdisciplinar	PMI e Iphan	2010

Fonte: Iphan/SP, P01506 001024/2010-38, 2010, organizado por Catherina Pissato.

Como podemos ver a previsão de verbas vindas da Prefeitura municipal de Iguape era mínima e boa parte das ações dependeriam da viabilização por meio de outros agentes. As verbas esperadas pelo PACH, e depois pelo PAC CH se mostravam muito importantes e aguardadas para a implantação das ações de desenvolvimento local.

Todo esse material produzido foi entregue ao Iphan em 29 de outubro de 2009, e em 01 de julho de 2010 foi assinado o Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural entre Iphan e a Prefeitura Municipal de Iguape.

Da lista de ações do Plano das Cidades Históricas - PACH a serem realizadas nos 4 anos subsequentes, poucas ações puderam de fato se concretizar, sendo que a maioria não pode ser realizada devido à falta de verbas.

Dentre as poucas que foram realizadas, a maioria só foi possível graças a verbas externas, federais ou estaduais, que puderam financiar obras como o restauro do Correio e a contratação de estudo para normativa do Centro Histórico, realizadas a partir de verba recebida via Iphan.

Oficialmente a fase de planejamento do PACH terminou em dezembro de 2012, com a publicação no Diário Oficial da União dos Acordos de Preservação do Patrimônio Cultural firmados pelas cidades do Estado de São Paulo (ainda que os acordos tenham sido todos assinados em 2010). A publicação tinha como objeto a “Implementação do Plano de Ação das Cidades Históricas”, que teria vigência por 4 anos, a partir da data da publicação no Diário Oficial.

Revisando as ações realizadas ou iniciadas, vale esclarecer algumas questões:

a) Criação de fundo municipal para a recuperação de Casario privado (Viabilização de recursos públicos e privados para o suprimento do fundo):

Não foi encontrado documento que comprove a criação do fundo na cidade de Iguape, entretanto a questão mais importante quanto a este tema trata-se da não efetividade do financiamento para recuperação de imóveis privados do PAC CH. Na concepção original do PAC CH estava prevista a destinação de R\$ 300 mi a uma linha de crédito para proprietários de imóveis privados de centros históricos, em cidades tombadas pelo Iphan, que seriam oriundos da Caixa Econômica Federal. Porém, na concepção final do programa a modalidade de linha de crédito para restauração e conservação de casarios privados foi cortada, devido a desistência da Caixa econômica federal em viabilizar os recursos para este tipo de financiamento.

b) Elaboração de normatização para a gestão do patrimônio cultural:

Através de entrevista com o Ronaldo Ruiz soubemos que a elaboração de normatizações já era no período um dos focos do Iphan Nacional, e assim a previsão dos trabalhos foi inserido no PACH de Iguape com auxílio dos técnicos. Portanto, ainda em setembro de 2009, concomitante a elaboração do PACH Iguape, foi elaborado pelo Iphan a minuta de contrato para elaboração de normatização do núcleo histórico de Iguape, com a estimativa do valor de R\$ 22.000 a serem pagos pelo trabalho (Iphan/SP, P01506 001024/2010-38, 2010, fl. 75 a 79). O trabalho veio a ser de fato contratado pelo Iphan, como vimos, e seus produtos foram entregues ao instituto em julho de 2012.

c) Instalação de escritório técnico para gestão, licenciamento e fiscalização (tipo ETELF):

Essa iniciativa não foi efetivada pois, a proposta formulada foi discutida com três diferentes Secretários do Estado da Cultura em São Paulo ao longo de três anos (de 2010 a 2012), não houve qualquer encaminhamento oficial por parte do Governo do Estado para firmar o pacto de cooperação. Dessa forma, não há uma gestão integrada, como se planejava.

O que acontece hoje, é a existência de uma técnica responsável no local, a Valéria Gazafi, que fica lotada na estrutura da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira. A técnica recebe e realiza os pareceres de licenciamentos e a fiscalização, dentro do perímetro tombado e de entorno. Porém, o escritório não é considerado oficialmente um Escritório Técnico, visto que não tem autonomia administrativa, e toda decisão seja administrativa, ou pareceres de licenciamentos devem passar pelo crivo técnico da Superintendência.

d) Recuperação da Orla do Valo grande:

Não foi executada como o previsto, o que ocorreu foi que em novembro de 2014, o então Prefeito “Tony” Ribeiro, fez uma tentativa de recapeamento irregular na Avenida Princesa Isabel, sob o pretexto de revitalização da Orla do Valo Grande. A obra não tinha autorização do Iphan na época e foi embargada no período. Segundo as informações da Prefeitura, a obra foi retomada em 19 de junho de 2017, seguindo agora o padrão definido pelo Iphan, contudo não se tem informação oficial sobre um projeto para recuperação da Orla.

e) Construção e instalação das comportas na barragem do Valo Grande:

Esse é o maior imbróglio jurídico das ações citadas. Em fevereiro 2010 o Governo do Estado de São Paulo deu início às obras de “recuperação da barragem do Valo Grande”, que recebeu 8,6 milhões de orçamento do Estado. Na época de conclusão dos planos de ação já existia projeto e o Governo do Estado já estava em vias de iniciar o processo licitatório, e por isso a obra entrou no hall de projetos do PACH. Em fato, a obra, para colocação das comportas mecânicas aguardava conclusão desde sua inauguração, em 1991, e foi retomada em 2009. O objetivo das instalações das comportas seria a recuperação do ecossistema do mar pequeno, para

revitalização do turismo e desenvolvimento da região lagunar, como tentativa de reaquecimento econômico da região. A primeira etapa do projeto foi concluída, porém a obra foi paralisada antes da instalação das comportas. No projeto do governo as comportas seriam móveis, podendo ser abertas em caso de cheia do Rio Ribeira, devido ao assoreamento existente na região. Contudo essa solução foi frequentemente questionada tecnicamente, visto que ambientalistas denunciavam que essa solução não possibilitaria de fato a estabilização do Estuário do Mar Pequeno. O projeto do governo era questionado pois previa somente a instalação das comportas, sem um plano geral de recuperação ambiental, com a previsão de dragagens por exemplo. A obra foi então paralisada antes do início da segunda fase, de instalação das comportas, em 2011. As últimas notícias sobre o caso dão conta de que em agosto de 2017 o juiz Filipe Mascarenhas, da 2ª Vara de Iguape, julgou procedentes os pedidos do Ministério Público e condenou o Governo do Estado de São Paulo a realizar o fechamento definitivo da barragem, restaurar a vegetação original do Mangue local, e tomar providências para o desassoreamento, despoluição e descontaminação local⁵⁶.

f) Contratação para elaboração de projeto para o Correio Velho:

Sobre esta ação, que frequentemente é relacionada por pesquisas ao PAC CH, optou-se por abordar a obra um pouco mais a fundo. Este projeto de fato foi levado a cabo pelo Iphan, em contexto do Plano de Ação de Iguape. O projeto foi realizado a partir de verba própria do Iphan, e sua posterior execução com recursos do Minc, levantados via Iphan.

Segundo a arquiteta Carina Melo, técnica responsável na época pela gestão do sítio recém tombado de Iguape, a restauração do Correio Velho, edifício icônico para a história local, foi idealizada como uma ação de contrapartida à população em decorrência de seu tombamento. Supõe-se aqui que a iniciativa foi uma estratégia para consolidar a estreita relação de confiança construída com a população e administração local, iniciada durante o estudo de tombamento. Sobre a preposição do restauro e a escolha do edifício a arquiteta esclarece:

A restauração do Correio Velho surgiu como uma demanda da Prefeitura no âmbito do PAC CH. Tratava-se de um edifício próprio municipal e que estava em estado avançado de deterioração, podemos dizer de ruína. O fato de ser um edifício público permitia o aporte de recursos via Iphan (lembrar que o Iphan não pode destinar recursos para edifícios particulares, só em casos muito específicos como de perda eminente do bem).

Logo após o tombamento pensávamos que seria importante a realização de uma obra de porte na cidade, dando uma contrapartida efetiva à população. E os gestores da Superintendência na época empreenderam esforços junto ao Iphan central, pleiteando a descentralização de recursos para a contratação do projeto e para as obras. (Melo, 2017)

Na verdade, a demanda pela recuperação das ruínas do edifício do Correio Velho era ainda mais antiga. Ainda em 2001, anos antes do tombamento da cidade pelo Iphan, o então prefeito da cidade de Iguape enviou um ofício à Superintendência Regional do Iphan em São Paulo,

⁵⁶ Notícia apresentada no TJSP, a partir de seu site institucional: Tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=48391

solicitando a restauração de três edifícios históricos da cidade, entre os quais o Correio velho⁵⁷. Apoiado na justificativa de “necessidade de se priorizar os trabalhos de restauração de prédios da cidade, para caracterizar a preservação e a história da arquitetura colonial aqui delineada”, demonstra a intenção da então nova administração em viabilizar os projetos de restauro de edifícios icônicos na história da cidade. Dessa forma solicita ao diretor técnico do Iphan, Sr. Newton Massafumi Yamamoto “indicar e subsidiar os meios necessários para a implantação dos trabalhos de restauro” (Iphan, registro 578 de 01/06/2001⁵⁸). Em outubro de 2001 é enviado ofício assinado pelo então superintendente regional Roberto Saruê, em que consta a resposta do Iphan à solicitação do prefeito:

(...)referente à informações para a restauração dos prédios do patrimônio histórico dessa cidade, temos a informar que: os imóveis são tombados pelo Condephaat, através da resolução de 06/02/1975, sendo assim, reúnem condições para beneficiar-se dos incentivos fiscais da lei de incentivo à cultura, a Lei Rouanet – MINC (as informações da referida Lei estão à disposição no site: www.minc.gov.br) (Iphan/SP, Ofício 489/01 , 2001)

Ou seja, na época o Iphan se esquivava à responsabilidade sobre o bem, ressaltando que os imóveis eram tombados pelo Condephaat - e não pelo Iphan - e indica como perspectiva para a recuperação dos imóveis a opção viável e recorrente naquele período de financiamento a este tipo de obras: os recursos de incentivos fiscais do PROAC.

Na contramão dessa perspectiva, abraçando o projeto como uma contrapartida efetiva à população pelo tombamento da cidade, o Iphan dos anos 2010 empreende esforços na busca por recursos do próprio órgão para a contratação do projeto e das obras de recuperação do edifício. A prefeitura municipal (governo Elizabeth Negrão) havia demonstrado novamente interesse na recuperação do edifício, indicando o mesmo na lista de obras prioritárias para o PAC CH. Como informou a arquiteta Carina Melo, ciente da importância do edifício para a população local, e das constantes demandas pela recuperação de suas ruínas, com a chegada dos recursos do MinC, em 2010, se iniciam na superintendência os trabalhos para restauração da edificação.

Antes de abordar o projeto de restauração iniciado em 2010, é importante abordar brevemente a história do edifício, reconhecido como “ícone” do patrimônio histórico para a comunidade e governo local. O prédio do Correio Velho, foi construído no antigo Largo de São Francisco, atual Praça São Benedito⁵⁹, não se sabendo ao certo a data exata de sua construção, e foi inaugurado no ano de 1839. Sua arquitetura se caracterizava por suas paredes externas de

⁵⁷ Outro edifício mencionado é o Sobrado dos Toledo, que em 2013 seria uma das obras selecionadas para o PAC CH.

⁵⁸ Constante nas pastas referentes ao sítio arquitetônico e paisagístico de Iguape no arquivo da Superintendência do Iphan de São Paulo.

⁵⁹ Pretendia-se revitalizar a praça São Benedito no contexto do PAC CH. Sobre isso vale mencionar que em meio à pesquisa junto ao arquivo do Iphan, foi encontrado um ofício enviado pela Câmara de Vereadores de Iguape. No ofício solicitava-se o auxílio do Iphan para verbas para a “revitalização” da praça, uma vez que essa estava inserida nos planos do PACH. No entanto o ofício é respondido pelo Iphan alegando que não haviam recursos para tal obra, sendo, portanto, sugerido que o município entrasse com projeto junto ao PROAC, para conseguir os recursos necessários.

pedra e cal, seu telhado em duas águas com beiral, e suas sacadas com grades de ferro fundido trabalhado (Iphan/SP, 2009).

Após uma reforma, em 1893, imóvel foi adquirido pelo coronel Agostinho José Moreira Rollo e posteriormente pelo comendador João Mâncio da Silva Franco. E por fim, em 1926 o edifício finalmente passou a abrigar a agência dos Correios e Telégrafos (figura 55), que ali permaneceu até 1951. O edifício ficou reconhecido na cidade por esse uso, sendo chamado de Correio Velho (Iphan, 2009; Pindorama, 2010).

Figura 55 – Foto do Edifício do Correio Velho de Iguape, quando era sede dos correios e telégrafos, em 1926.

Fonte: Pindorama, 2010.

A Casa abrigava o serviço postal dos correios no andar inferior e o serviço de telégrafos no pavimento superior. Para a adaptação do espaço para a instalação da agência dos correios e telégrafos, o edifício passou por uma reforma que acabou por descaracterizar o seu espaço interno original. Em 1951, quando a agência se transferiu para a nova sede, na rua Major Rebello, edifício já de propriedade do governo federal, ficou desocupado, assim permanecendo até os anos 1980, quando foi instalado ali um Centro Cultural e Turístico de Iguape que funcionou até 1989 (Pindorama, 2010).

Com o fechamento do Centro Cultural, nos anos de 1991 a 1992 o edifício passou a abrigar a Divisão de Serviços Urbanos. O departamento deixou o local em 1992, quando o edifício passou a apresentar risco de desabamento da cobertura. Para tentar conter seu desmoronamento, o edifício, que já era tombado pelo Condephaat na época (Figura 56), sofreu uma intervenção do órgão estadual nos anos 1990, quando foram instalados perfis metálicos para estabilização das empenas laterais. O telhado desmoronou, e a estrutura metálica de contenção ruiu com o passar dos anos, levando as paredes remanescentes internas e o piso do segundo pavimento. Contudo as fachadas laterais, permaneceram praticamente intactas (Pindorama, 2010).

Figura 56 – Foto da fachada do Correio Velho, com contenções metálicas de estabilização de estrutura, década de 1990.

Fonte: Pindorama, 2010.

Desde o incidente de 1992, o edifício permaneceu vazio e praticamente sem manutenção, tendo sido a contenção de emergência do Condepheet, a única intervenção realizada para preservação deste patrimônio, até 2010, quando após o tombamento da cidade pelo órgão federal, o Iphan no contexto do PACH tomou a iniciativa de restaurar o edifício.

Retomando o processo de recuperação do edifício, realizado pelo Iphan, em abril de 2010 é elaborado o edital de tomada de preços, que é publicado em agosto de 2010, sob o nº 04 /2010. Por este edital, a Superintendência do Iphan de São Paulo informava a abertura de “propostas de empresas interessadas em participar da presente licitação, na modalidade tomada de preços, do tipo menor preço, execução indireta, por preço global”, para Contratação de Projeto de Restauração e Novo Uso do edifício conhecido como Correio Velho, localizado na Praça Engenheiro Greenhalgh, s/nº (Iphan/SP, Processo nº 01506.001108/2010-71, 2010).

O projeto de restauro vencedor foi o do escritório Pindorama, comandado pelo arquiteto Claudio Diaféria⁶⁰. Com a contratação do escritório iniciaram as reuniões com vários representantes do governo, técnicos e arquitetos do Iphan, para desenvolvimento do projeto e seu programa.

⁶⁰ Claudio Diaféria concedeu entrevista para autora, em seu escritório no início de ano de 2015, no âmbito da realização de um trabalho de conclusão de curso de restauro (Pissato, 2016). Na oportunidade o arquiteto apresentou o projeto vencedor da contratação, bem como todo o estágio de levantamento histórico do edifício, onde através da pesquisa histórica foram estabelecidos o partido arquitetônico do projeto de novo uso, bem como as bases de projeto de restauro. Foi apresentado também o processo de elaboração do programa e projeto, no qual o arquiteto explicou que além da pesquisa histórica, as entrevistas com autoridades locais e técnicos da prefeitura e do Iphan, foram importantes para a definição do projeto de restauro e do novo uso.

Ainda na fase de conhecimento do objeto, enquanto fazia os levantamentos documentais e históricos, o arquiteto encontrou-se com o diretor do Departamento de Cultura, Turismo, Esportes e Eventos de Iguape, Carlos Alberto Pereira Júnior e ali apontaram-se os primeiros indicativos do novo uso do antigo edifício dos correios:

(...)ao consultar o diretor sobre as possibilidades de pesquisa de fontes documentais como inventários e registro de imóveis, o diretor afirmou que especialmente os inventários encontravam-se dispersos pela cidade, em diversas instituições e nas igrejas, assim como outros tipos de documentos. É justamente em função dessa dispersão que a Prefeitura sugeriu que após o restauro o Correio Velho abrigue o Arquivo Municipal, com toda a documentação relativa à cidade e seus habitantes ali organizada. (Pindorama, 2011a, p.17 e 18)

Em prosseguimento ao andamento do projeto, as reuniões com autoridades e responsáveis técnicos do Iphan continuaram, e cada vez mais se confirmava a ideia de estabelecer no local uma espécie de arquivo municipal, ou até mesmo um arquivo geral de todo o Vale do Ribeira, em que pudesse se reunir toda a importante documentação histórica da região, que se encontrava dispersa⁶¹. Por fim, foi definido que o edifício do Correio Velho, depois de recuperado, abrigaria o “Centro de Memória de Iguape”, com áreas de Exposição, Biblioteca Pública e Arquivo Municipal. Para o funcionamento deste programa, o arquiteto buscou distinguir as atividades ali desenvolvidas: distribuiu no pavimento térreo as áreas de exposição e atividades educativas, juntamente com um café (figura 57); no 1º pavimento foram locadas as áreas da biblioteca (figura 58); e no mezanino, ficou o arquivo público, de acesso restrito (figura 59).

Figura 57- Planta do pavimento térreo do projeto de restauro e novo uso do Correio Velho.

Fonte: Pindorama, 2011b.

⁶¹ Com a finalidade de mapear o acervo documental disperso na região foram feitas uma série de iniciativas pela PMI nos meses seguintes, tal como o 1º Encontro de Arquivos do Vale do Ribeira. Além disso foram feitos em conjunto com o Iphan, estudos e recomendações para indicar as devidas condições de gerenciamento deste arquivo, e como deveria ser feita a salvaguarda, preservação e disseminação dos documentos (Pindorama, 2011a).

Figura 58- Planta do 1º pavimento do projeto de restauro e novo uso do Correio Velho.

Fonte: Pindorama, 2011b.

Figura 59- Planta do mezanino, destinado ao arquivo, do projeto de restauro e novo uso do Correio Velho.

Fonte: Pindorama, 2011b.

Como o edifício se encontrava em processo de arruinamento, e do imóvel original restou apenas as fachadas e paredes laterais, parte do beiral e dos ornamentos, além de três pilares internos de pedra e cal (Figura 60), o arquiteto propôs recuperar a volumetria e as fachadas, adequando seu interior para o desenvolvimento do programa proposto. Para isso desenvolveu um projeto com a construção de uma nova estrutura metálica, independente e interna ao edifício, que cumpre a função de adequar o interior da edificação com infraestrutura necessária para o

desenvolvimento das atividades do Centro de Memória de Iguape, buscando distinguir com clareza as intervenções e soluções adotadas do edifício histórico (Figuras 61 e 62).

Figura 60 – Foto das ruínas do Correio Velho.

Na foto podem ser observadas as empenas e os pilares remanescentes da construção original, bem como as vigas metálicas, no chão, remanescentes da intervenção do Condephaat nos anos 1990.

Fonte: Pindorama, 2010.

Figura 61- Corte AA - projeto de restauro e novo uso do Correio Velho.

Fonte: Pindorama, 2011b.

Figura 62- Corte CC e do Anexo - projeto de restauro e novo uso do Correio Velho.

Fonte: Pindorama, 2011b.

No que tange à recuperação do edifício existente foi proposto o restauro das empenas remanescentes, incorporação dos pilares de pedra e cal ao projeto, tal como era no edifício original, e reaproveitamento da estrutura de uma edícula, construída posteriormente, para construção do café e área de apoio. A cobertura foi refeita, em duas águas e telhas capa e canal, seguindo a inclinação dos oitões existentes, reconfigurando a volumetria original da construção. Em relação ao restauro das fachadas (Figura 63) foram realizadas pesquisas histórica, iconográfica e prospecções *in loco*. Nenhuma abertura foi alterada e o projeto procurou recuperar o desenho das portas, janelas, batentes e molduras, a partir das pesquisas e dos vestígios encontrados. Da mesma forma ocorre com os balcões, com piso de pedra e gradis de ferro, assim como o arremate dos beirais em eira e beira (Pindorama, 2011b).

Figura 63- Foto da fachada frontal do Correio Velho restaurada.

Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Segundo Claudio Diaféria, a proposta, foi polêmica e sua aprovação de imediato não foi unânime entre os técnicos do Iphan. Houve uma ala mais tradicional dentro do órgão que acreditava que a melhor proposta era a recriação dos espaços internos do correio, tal qual eles eram, já que existiam desenhos capazes de demonstrar essa configuração anterior. Por outro lado, também houve uma maioria de técnicos que julgava a proposta do arquiteto a melhor maneira de recuperar o edifício, apresentando de forma clara o que era a intervenção contemporânea, representada com os materiais adequados da época, e o que era o registro histórico do edifício. Por fim, depois de várias reuniões ficou-se estabelecido que esta era de fato a melhor opção, e mesmo os técnicos que antes contestavam a intervenção foram convencidos de que era a maneira mais adequada de recuperação do edifício, preservando a originalidade, deixando claro os diferentes momentos de transformação do edifício.

Da mesma forma a execução das obras também causou controvérsia e conflitos institucionais e jurídicos. Firmada a parceria de cooperação entre Iphan e PMI, ainda em 2009, foram desenvolvidas as atividades para execução da obra. Nessa parceria foi definido que o Iphan repassaria o recurso à prefeitura, e caberia a essa o acompanhamento e gerenciamento dos serviços de obra. Porém um problema recorrente no Brasil, é que municípios pequenos apresentam frágeis estruturas institucionais, falta de recursos financeiros e humanos, e falta de condições técnicas adequadas de gestão. Devido a essas frágeis estruturas, a prefeitura de Iguape teve dificuldades no gerenciamento da obra e dos recursos financeiros advindos do Iphan. Como conclusão, houve problemas com o pagamento da executora da obra, a Companhia do Restauro, que mesmo tendo praticamente finalizado o restauro em 2015, não entregou a obra até o momento. Hoje a situação, pelo que foi averiguado na cidade, encontra-se em litígio: a prefeitura exige que seja finalizada e entregue a obra, e a empreiteira por outro lado defende que só entregará a obra após pagamento do residual faltante do contrato. Enquanto isso, a obra praticamente finalizada, não pôde ser entregue a população.

Fazendo um balanço do PACH, pôde ser observado que a maior parte das ações não puderam ser operacionalizadas, devido à escassez de recursos públicos municipais, e à falta de parceiros que pudessem financiar os projetos. Em memorando encaminhado ao Depam, a Superintendência de São Paulo comunica também que a ausência do Governo do Estado de São Paulo na pactuação com os municípios paulistas “gerou um hiato que não foi vencido, o acompanhamento das ações acordadas”. Esses foram os fatores que contribuíram para que pouco das ações propostas no PACH fossem de fato realizadas. Neste contexto, a recessão econômica dos anos de 2009 impossibilitou a distribuição de várias das verbas pretendidas e os projetos do PACH foram adiados (Ruiz, 2016). Em 2013, o PACH é incorporado ao Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, e passa a ser denominado PAC Cidades históricas, e algumas das ações podem ser concluídas, ou novas ações são propostas.

O que marca a nova fase do projeto é o anúncio feito pela Presidente Dilma Rousseff da seleção em 30 de janeiro de 2013 das 44 cidades que receberiam as verbas do PAC CH. Das

idades selecionadas três estão no Estado de São Paulo: Iguape, Santo André – Vila de Paranapiacaba e São Luiz do Paraitinga.⁶² A partir deste anúncio foram retomados na Superintendência de São Paulo os trabalhos referentes ao PAC CH, e em 05 de fevereiro de 2013 foi realizada reunião para tratar da continuidade dos trabalhos do PAC com a prefeitura de Iguape. Na Reunião foram abordados três assuntos: a) a necessidade do Município de Iguape prestar contas sobre a verba de R\$150.000 destinada ao município para implantação da Casa do Patrimônio; b) as questões acerca da nova licitação da obra de restauro do prédio do antigo correio; e c) Sobre a participação de Iguape no PAC CH (Iphan/SP, Processo nº 01506.001108/2010-71, 2010).

Para participação no PAC CH os municípios selecionados deveriam elaborar, em conjunto com as Superintendências do Iphan, uma lista de ações⁶³ prioritárias, com estimativa de orçamento. Esta tabela seria enviada para o Iphan em Brasília para a definição final das obras a serem atendidas pelo orçamento. Vale mencionar que neste momento já estava em atividade uma nova administração municipal, diferente da que tinha elaborado as ações do PACH, e, portanto, as indicações de intervenções se mostram diferentes, porém ainda sim, na concepção do Iphan, abrangia o acordado com o instituto (P01506 001024/2010-38, 2010). Em 19 de fevereiro de 2013, como acordado, foi encaminhada a planilha de projetos (tabela 10).

Tabela 10 – Tabela de ações prioritárias para o PAC CH.

	Ação Proposta	Orçamento e
1	Restauro e revitalização do Museu histórico Municipal (Antiga Casa da fundição)	R\$ 800.000,00
2	Projeto de restauro, de arquitetura e de estrutura para revitalização do prédio da Única	R\$ 235.000,00
3	Restauro, reforma e adequação para multiuso do prédio da Única	R\$ 17.800.000,00
4	Projeto de restauro, arquitetura e estrutura para revitalização do sobrado dos Toledo	R\$ 457.000,00
5	Restauro, reforma e adequação para multiuso do prédio dos Toledo	R\$ 3.800.000,00
6	Reforma e adequação do Paço Municipal	R\$ 3.350.000,00
7	Fechamento e implantação de calçamento na praça da Basílica e entorno	R\$ 2.078.000,00
8	Recuperação e revitalização do atracadouro do prédio da Única	R\$ 520.000,00
9	Reforma e revitalização da Praça Engenheiro Greenhalg, inclusive restauro do antigo chafariz	R\$ 815.000,00
10	Revitalização do Cristo Redentor no Parque Municipal do Morro da Espia	R\$ 280.000,00
11	Reforma e adequação do Prédio do Antigo Hospital Feliz Lembrança	R\$ 8.310.000,00
Valor total		R\$ 38.455.000,00

Fonte: Iphan/SP, P01506 001024/2010-38, 2010, organizado por Catherina Pissato, em 2017.

⁶² Não se tem informações precisas sobre os motivos da escolha de tais cidades. Segundo informação verbal do técnico do Iphan Ronaldo Ruiz, a Superintendência de São Paulo teria indicado para a segunda fase do programa as cidades por essas já serem núcleos urbanos tombados, e por também já terem algum projeto de restauro finalizado ou encaminhado.

⁶³ Essas ações deveriam cumprir uma série de solicitações e recomendações do Iphan, dentre os quais serem edifícios públicos, por exemplo.

Apesar de ter sido considerado que o valor solicitado de R\$ 38mi (Tabela 10) estava bastante acima do que se tinha disponível para o programa, visto que para o estado de São Paulo inteiro foi disponibilizado R\$ 54mi, não houve de imediato qualquer objeção à proposta apresentada (P01506 001024/2010-38, 2010). Porém, posteriormente foram selecionadas apenas três obras para receber o montante de verbas, e o restauro de edifícios de interesse para a comunidade, como a recuperação das ruínas da Fábrica Única (Figura 64) terminaram de fora do programa na proposta final (Talib, 2017)⁶⁴.

Figura 64- Foto da fachada frontal do Correio Velho restaurada.

Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Segundo informação de Ronaldo Ruiz, devido a questões de ordem prática, a coordenação do PAC CH definiu que seriam prioritárias as obras que já possuíssem projeto, e que também fossem em edifícios públicos. Outrossim, o Iphan havia definido que as obras eleitas em cada cidade deveriam visar não apenas a relevância das edificações, mas “a incorporação daquelas aptas a conferir maior dinâmica de uso aos seus entornos” (Iphan, 2015b, p.26). Ou seja, subentende-se que foram selecionadas as obras, que dentro desse espectro tivessem impacto na população de Iguape, e ainda fossem possíveis de serem realizadas dentro do orçamento definido. No caso de Iguape já existia um projeto básico para o restauro do Museu Histórico, implantado na Antiga Casa de Fundação, solicitado e pago pelo Iphan, e, portanto, essa foi uma das obras selecionadas. As outras duas foram o Sobrado dos Toledo, e o Paço Municipal. O edifício Sobrado dos Toledo era antiga reivindicação de restauro do município, e encontrava-se em ruínas e o

⁶⁴ Segundo Talib (2017) no período em que ela estava na prefeitura, havia um interesse na recuperação das ruínas para “talvez instalar um centro de cultura e lazer para a cidade”. Entretanto, como visto na tabela 10, os necessários recursos para tão restauração eram muito grandes. Outro fator que pode ter resultado nessa decisão é que segundo Talib, o edifício ainda não é de propriedade da prefeitura, e como apontou Melo (2017), o Iphan não pode destinar recursos para edifícios particulares, a não ser em casos muito específicos, os como de perda eminente do bem.

Paço Municipal, edifício que até pouco tempo abrigava parte da prefeitura municipal também estava em avançado processo de deterioração.

A Casa de Fundação, onde já funcionava o Museu Histórico Municipal, deveria passar por adequação às normas de acessibilidade, além de seu restauro; o Paço Municipal, permaneceria com seu uso, passando também por restauro e adequação à acessibilidade; e o Sobrado dos Toledo, após a restauração passaria a abrigar um Centro de Atendimento ao Turista/Romeiro.

4.2 - PAC CH: as recentes ações para preservação do Centro Histórico de Iguape

Como pontua San'tAnna (2016), o programa PAC CH foi apresentado como uma política descentralizada e integrada com outras áreas de governo, cujas intervenções a serem realizadas, inicialmente, estariam sempre articuladas aos planos de ação elaborados pelos municípios. Seu objetivo era ir além do âmbito dos sítios históricos sempre que problemas estruturais apontassem essa necessidade. Entretanto, a execução final do programa acabou seguindo pelos mesmos caminhos que seus programas antecessores, especialmente o Monumenta, contemplando, sobretudo, restauros pontuais.

Antes de abordar o PAC CH, vale a pena destacar seu programa antecessor, o Monumenta que em muitos aspectos influenciou tanto a criação do PAC CH, como sua linha de programa. O Monumenta foi um programa federal de financiamento para projetos de preservação do patrimônio, estruturado na segunda metade da década 1990, a partir de investimento e iniciativa do Banco Interamericano de desenvolvimento (BID) em parceria com o Ministério da Cultura. Estruturado como um programa de preservação do patrimônio, visava reabilitar o patrimônio histórico urbano em busca da sustentabilidade do patrimônio, de forma que este não dependesse de recorrentes investimentos do governo para sua sobrevivência. Para isso, buscava-se investir em bens imóveis, visando sua utilização econômica, geralmente na cadeia do turismo. Uma experiência considerada bem-sucedida no campo da preservação, com um programa que implementado ao longo de 16 anos (1996-2010) atingiu cerca de 26 municípios em todo o Brasil, realizando um total 269 obras de restauro (Giannchini, 2014; Iphan, 2015b). O programa iniciado em meados de 1990, mas cujas primeiras obras foram começadas por volta de 2000, entra numa nova fase em 2007, quando o coordenador do Monumenta, é nomeado presidente do Iphan. Os anos 2000 são um período em que se registra uma mudança de enfoque do programa, que deixa de ter o objetivo de desenvolvimento a partir do turismo, e passa a se articular com os demais programas para o desenvolvimento social do governo Lula, como a expansão do ensino público, por exemplo.⁶⁵ Outro ponto a ser destacado no Monumenta, e que será levado para o PAC CH, é a articulação institucional com os demais entes federativos. O programa é implementado a partir da assinatura de convênios firmados entre o Ministério da Cultura, prefeituras e/ou estados, mediante os quais

⁶⁵ Neste caso, ver mais em Bonduki, 2012. Capítulo 6 – De Ruínas á Universidades.

se estabelecem as atribuições de cada uma das partes, os valores a serem repassados e os prazos de execução das obras (Castriota et al, 2010).

Alguns autores, como Castriota et al (2010, p106 e 107), defendem que o PAC CH seria derivado diretamente do Monumenta, buscando consolidar as experiências “bem-sucedidas no programa”. Segundo o autor, com a proximidade do fim do Programa, adiado para 2010, iniciaram-se as discussões sobre a absorção definitiva dos aportes conceituais trazidos pelo Monumenta à estrutura do governo, com a absorção do programa pelo Iphan, e é estudada possibilidade de se garantir a continuidade de práticas “bem-sucedidas de gestão”, encontráveis em diversos dos núcleos atendidos pelo MONUMENTA. O autor explica que a partir desse desejo, e depois de uma longa discussão dentro do Governo, uma articulação do Iphan resultou no lançamento do PAC Cidades Históricas, que, segundo ele, em certa medida, viria suceder ao Programa Monumenta. Para Santa’Anna (2016, p. 72), que participou da elaboração do programa⁶⁶, o PAC CH foi lançado, como uma proposta inovadora e baseada na revisão dos fracassos e acertos dos programas anteriores, Monumenta e PCH – Programa das cidades históricas (1973 a 1987). Para a autora, porém, o programa não vem se revelando inovador e vem repetindo, com intensidade, alguns “equívocos do passado”.

O PAC CH, em sua fase de execução, foi anunciado em 20 de agosto de 2013, em São João Del-Rei, pela presidente Dilma, como parte do PAC 2. O programa selecionou 44 cidades⁶⁷, de 20 estados. O aporte total do programa era inicialmente de R\$ 1,9 bi (Iphan, 2015b), sendo R\$ 1,6 bi destinados a obras de restauração de edifícios e espaços públicos, e R\$ 300 mi que seriam destinados à linha de crédito para proprietários de imóveis privados de centros históricos, em cidades tombadas pelo Iphan, modalidade do projeto que não foi concretizada ao final.

O PAC Cidades Históricas foi considerado um grande investimento do governo federal quanto à preservação do patrimônio nacional. Segundo o Iphan (2015b), o orçamento autorizado, corresponde a mais de seis vezes a média do orçamento de investimentos do Iphan nos últimos anos, e tem implicado em grandes esforços para a Instituição: com reforço institucional, com aumento do seu quadro de servidores, através da contratação de pessoal por regime temporário no último concurso realizado, em 2014. Neste concurso houve a contratação de 163 profissionais, entre técnicos administrativos e analistas, arquitetos, engenheiros e arqueólogos, por tempo determinado, para atender necessidades temporárias do PAC Cidades Históricas e de Licenciamento Ambiental.

Como pudemos ver, o PAC CH seria derivado dos Planos de Ação das Cidades Históricas. Os planos de ação dos municípios, incluíam não só o restauro de monumentos, como também revitalização de praças, e logradouros públicos, com inclusive projeto de aterramento de fiação

⁶⁶ Informação verbal, oriunda de palestra no Arquimemória 5, no dia 29 de novembro de 2017, em Salvador. Marcia Sant’Anna na época era Diretora do Departamento do patrimônio Imaterial.

⁶⁷ Aparentemente esperava-se que posteriormente houvesse uma nova fase do programa, englobando novas cidades, visto que a documentação referente ao programa utiliza o termo “selecionou inicialmente”. Essa possibilidade hoje se mostra bastante inviável diante do cenário econômico-político do Brasil nos últimos anos.

elétrica, entre outros. Quanto às obras urbanas foram identificadas a seleção de obras de requalificação de praças, largos, piers e orlas. Nas cidades coloniais mineiras destacam-se as obras de requalificação de eixos de romaria, juntamente com o restauro das igrejas dessas cidades. Já nas cidades do Nordeste destacam-se principalmente as obras urbanas de requalificação da área do Antigo Porto do Capim em João Pessoa (PB) e da Feira Ver-o-Peso, em Belém (PA). Contudo, de forma geral, o PAC CH tem se configurado, como os programas anteriores, em um programa sobretudo de restauro e recuperação de edifícios isoladamente, de repertório constituído principalmente de igrejas, mercados, museus e casarões. Aliás, como lembra Marcia Sant'Anna, em sua análise crítica⁶⁸ sobre os programas de recuperação do patrimônio histórico, várias obras selecionadas para receberem os restauros do PAC CH já haviam sido restauradas no Monumenta, ou no PCH, o que demonstra uma das principais falhas dos programas: a ideia de sustentabilidade que baseia os programas não se sustenta, já que o programa subsequente tem que restaurar novamente as obras, pois não foi possível garantir a conservação e manutenção do edifício restaurado.

Outro ponto a se ressaltar sobre a experiência do PAC CH diz respeito ao corte de investimentos para a recuperação do casario privado. Como aponta Sant'Anna (2016), essa linha do PAC CH, seria um componente importante que reforçaria e a ampliaria a experiência de financiamento de imóveis privados realizada pelo Monumenta, vista então como uma das principais âncoras de um processo de preservação aliado ao desenvolvimento urbano. Entretanto, ao se cortar do PAC CH essa linha de investimento, o programa, na perspectiva de Sant'Anna, tem repetido os equívocos do PCH. Essa linha funcionaria como no Monumenta, o financiamento da conservação e da restauração de imóveis privados em sítios históricos se daria por meio de empréstimos sem juros, pela Caixa Econômica Federal, cujo pagamento se reverteria para um Fundo Municipal de Preservação, que tem a missão de reinvestir no próprio sítio. Segundo a autora, embora tenha sido desenvolvida em poucas cidades na época do Monumenta, essa ação provou ter grande potencial de sustentação, do ponto de vista social e econômico, da preservação de sítios urbanos históricos, especialmente em cidades pequenas e médias. E de fato, se pensarmos em uma cidade como Iguape, com um grande problema diagnosticado de falta de recursos tanto públicos quanto privados para a conservação do casario privado, essa componente do programa, se implantada na cidade, seria capaz de promover grande transformação urbana.

⁶⁸ No Arquimemória 5, na mesa “Os programas brasileiros de intervenção no patrimônio urbano: PCH, Monumenta e PAC Cidades Históricas”, foi criticado por Marcia Sant'Anna a forma como os programas de recuperação do patrimônio tem “escolhido sempre as mesmas obras”. Para a autora é preocupante que obras que já haviam sido restauradas pelo Monumenta, ou pelo PCH, tenham que ser novamente restauradas, e que sejam sempre selecionados os mesmo tipos de edificações, de repertório já conhecido, como igrejas, conventos etc. Para ela, com isso perde-se a oportunidade de realizar outras tantas intervenções urbanas que poderiam ter um impacto maior na dinâmica das cidades. Diante desta crítica Robson de Almeida respondeu afirmando que ainda que tenham sido apresentadas diversas possibilidades, no final as obras foram “escolhidas pela Presidente [da República] Dilma”.

Todavia, como foi apontado, a Caixa colocou uma série de critérios para liberação desse financiamento, o que foi inviabilizando o desenvolvimento dessa ação, e ao final⁶⁹, a Caixa se retirou do projeto, inviabilizando definitivamente a componente de investimentos para recuperação de casarios privados. Para Sant’Anna (2016, p. 72), “ao cortar o financiamento da conservação de imóveis privados e transformar os planos de ação num mero elenco de obras desconectadas, o PAC CH não apresenta qualquer alternativa consistente de dinamização econômica e de uso socialmente significativo do patrimônio urbano, para além da velha, já desgastada e pouco produtiva fórmula do ‘patrimônio, turismo e lazer’”. Para a autora, continuaremos, portanto, a ver “os já conhecidos e insuficientes resultados dessa apropriação” impactando negativamente a configuração dos sítios históricos, e impedindo um aproveitamento mais diversificado, e socialmente inclusivo desses setores. Para Sant’Anna:

Até o momento, portanto, a história das políticas de preservação no Brasil, representadas pelo PCH, pelo Monumenta e pelo PAC CH, mostra que não conseguimos avançar de modo crescente e consistente na direção de uma conservação sustentada do nosso vasto patrimônio urbano e de sua ampla apropriação, também do ponto de vista simbólico, pela sociedade. Apesar de suas conquistas e avanços, o PCH e os novos programas nos mostram a recorrência de problemas que entravam a consolidação no Brasil de uma política de preservação permanente e consistente. (Sant’Anna, 2016, p.72)

Ainda estavam previstas também, assim como no Monumenta e mesmo no PCH, iniciativas que promovessem a formação de mão de obra especializada para lidar com restauração e principalmente conservação de monumentos e sítios históricos, bem como iniciativas de educação patrimonial e o fortalecimento institucional dos agentes participantes. Contudo não foram registradas ações finalísticas sobre essas questões, exceto aquelas relativas ao fortalecimento institucional do próprio Iphan.

O programa ainda é bastante recente, inicializado efetivamente a partir de 2013, por isso há uma insipiência de trabalhos acadêmicos que analisem o programa, todavia já existem uma série de percepções dentro do próprio Iphan que indicam questões a serem melhoradas no programa, e algumas poucas análises críticas, como a de Marcia Sant’Anna, incorporada nesta dissertação. Por exemplo, um dos problemas apontados pelo próprio Iphan (2015b, p.28), foi a difícil gerência do programa: uma das maiores dificuldades enfrentadas, especialmente no seu primeiro ano de execução, foi a “indisponibilidade de projetos, fazendo com que o programa se iniciasse pela sua contratação, e não pela contratação das obras, propriamente ditas”. Foi encontrada também grande dificuldade para elaboração de orçamentos, uma vez que a maioria dos elementos envolvidos em obras de restauração não estão disponíveis em planilhas oficiais e demandam composições de custos específicos. “Tal dificuldade afetou tanto o Iphan, responsável pela análise e aprovação dos orçamentos antecedentes às licitações, como o próprio mercado de prestadores de serviço, considerado escasso e inexperiente para atender às exigências do TCU

⁶⁹ Segundo informação verbal de Robson de Almeida, diretor do PAC CH, na mesa redonda “Os programas brasileiros de intervenção no patrimônio urbano: PCH, Monumenta e PAC Cidades Históricas”, apresentada no Arquivemória 5.

quanto às obras de restauração” (Iphan, 2015b, p.28). O Iphan justifica que por essas questões que as obras do PAC CH ficaram atrasadas, sendo que o último balanço realizado em 2014 apontava para um pequeno número de obras em licitação e em execução (Iphan, 2015b, p.28). De lá para cá houve um considerável aumento de obras realizadas, mas há ainda muitas obras se quer iniciadas, como o caso das duas intervenções restantes em Iguape: o Paço das Artes, e o Sobrado dos Toledo.

Outro problema refere-se ao difícil gerenciamento das obras. O PAC, de modo geral previa uma execução das atividades de forma descentralizada, com ação dos estados e municípios. Mas, segundo o Iphan (2015), o PAC CH foi atípico quanto à distribuição das responsabilidades pela execução. E o que acabou ocorrendo foi que em muitos municípios a execução ficou ao final a cargo do Iphan. O Iphan (2015a) justifica que por isso também foi necessário o fortalecimento institucional e aumento de quadro técnico do instituto, para conseguir a suprir a demanda o programa gerou. Contudo isso é também um indicativo de outra falha do programa, o fortalecimento institucional do que idealmente seria “a ponta executora do programa”, os municípios.

Como aponta Sant'Anna, a ausência ou a colocação num plano secundário das ações de fortalecimento das estruturas executivas locais é outra importante recorrência negativa dos programas de recuperação do patrimônio executados no Brasil. De fato, o caso de Iguape pode ilustrar essa situação. Antes da execução do PAC CH na cidade, houve a iniciativa do restauro do Correio Velho da cidade, já apresentado. O projeto teve uma gestão bastante difícil e conflituosa orientada pelo município, gerando uma série de problemas, inclusive relacionados aos gastos dos recursos, o que ocasionou num grande atraso da obra, que até hoje não foi entregue a população. Em decorrência desse fato e reconhecendo a capacidade limitada de gestão do município, que não recebeu uma ação efetiva de fortalecimento institucional, o Iphan, com anuência da gestão municipal, optou por gerenciar sozinho as obras do PAC CH na cidade, organizando desde a contratação dos projetos, até a fiscalização e entrega da obra realizada até o momento: a Antiga Casa de Fundação.

Devido a uma série de questões, o programa PAC CH vem sendo executado com uma proposta bastante reduzida diante do projeto que se propôs, concentrando seus esforços e recursos em execuções de obras pontuais. Nesse cenário, no estado de São Paulo foram selecionados para participação no programa 3 municípios, que receberam um total em verba do PAC CH de R\$ 54,68 mi, dos quais, R\$ 8,41mi destinados a cidade de Iguape, R\$ 42,42 mi a Santo André (restauros na Vila de Paranapiacaba) e R\$ 3,85 mi à cidade de São Luiz do Paraitinga.

Com o intuito de apresentar os projetos, não se propõe aqui uma análise quanto à qualidade destes, tão pouco se espera analisa-los a partir dos conceitos da teoria do restauro. Este seria um trabalho amplo e complexo, que fugiria ao escopo da pesquisa. Propõe-se a seguir apresentar os projetos, que foram ou serão executados no âmbito do PAC CH, abordando seus

programas, os trabalhos já realizados e a importância da estruturação desses equipamentos, e da recuperação desses edifícios “ícones” na cidade.

Antiga Casa de Fundação – Museu Municipal de Iguape

Figura 65 – Foto da fachada restaurada da Antiga Casa de Fundação – Museu Histórico de Iguape.

Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

O primeiro projeto de recuperação da antiga Casa de Fundação (Figura 65) foi entregue em fevereiro de 2011, como resultado de uma contratação em 2010 de empresa para elaboração de projeto básico de restauração. Sob às justificativas de fortalecer a atuação do Iphan no município de Iguape, promover a proteção e valorização do patrimônio tombado, sendo a Casa de Fundação a edificação mais antiga da cidade, e objetivando fortalecer o laço de parceria com a Prefeitura municipal, a arquiteta responsável pela gestão de Iguape na época, Carina Melo, no contexto dos Planos de Ação de Iguape, solicitou orçamento do Iphan para elaboração de projeto para recuperação e adaptação do edifício para o Museu Municipal de Iguape. O edifício já abrigava essa função, mas estava em condições precárias, e era necessário além de restaurar a edificação elaborar um projeto museográfico para o espaço. Assim, foi liberado pelo órgão o orçamento de R\$ 15.000,00 para a contratação de empresa para projeto de restauro. Foi então à época solicitado o orçamento a três empresas, entre as quais ganhou o escritório Pauliceia, que apresentou o menor orçamento. Como resultado dessa contratação foi apresentado um projeto básico para restauração da edificação, contendo diagnóstico, e proposta de intervenção acompanhada dos devidos desenhos.

Como existia um projeto básico, apresentado em 2011, o edifício da Antiga Casa de Fundição foi uma das obras indicadas pela Superintendência de São Paulo para integrar o PAC CH em Iguape, e uma das três obras no município a serem selecionadas na etapa final. Porém, como o trabalho inicial era bastante preliminar foi necessário a contratação de um novo escritório para revisão do projeto e complementação até elaboração de projeto executivo para execução da obra. Para esse projeto, assim como para os outros dois projetos do PAC CH em Iguape, foi contratado o escritório Atempo.

A Casa de fundição foi construída na década de 1630, logo após a mudança da Vila do Icapara para o Mar Pequeno. O edifício abrigou umas das primeiras casas de fundição do país, e passou pela sua primeira reformada em 1736, em função de sua precária conservação. A Casa de Fundição funcionou até, provavelmente, a década de 1760, uma vez que em 1763 foi solicitado pelo Governo do Rio de Janeiro à Câmara de Iguape que recolhesse os objetos da Casa de Fundição, tais como caixas, bigornas, mira, cofre, martelos e outros instrumentos para fundição do ouro e cunhagem de moedas. Entretanto, o edifício continuou a ser utilizado para outras funções: entre 1778 e 1820, serviu como local para aquartelamento de tropas e, entre 1820 e 1890, como cadeia da cidade, sendo indicado também que em algum momento da história da casa também abrigou a Câmara da Cidade. Finalmente em 1970, o edifício foi novamente reformado e tornou-se o Museu Municipal (Iphan/SP/, 2009a).

O trabalho de restauro apresentado pelo escritório Atempo à Superintendência de São Paulo é um levantamento bastante completo que abarca investigações dos sistemas construtivos não só do imóvel da Antiga Casa de Fundição como dos demais imóveis da cidade, histórico do imóvel, análise arquitetônica da edificação, levantamento cadastral, diagnóstico de patologias, revisão do projeto básico apresentado e elaboração do projeto executivo da obra. Na revisão do projeto o objetivo foi de viabilizar a execução de itens propostos, viabilizar a manutenção de elementos que foram descartados e promover acréscimos não contemplados pelo projeto anterior, como o resgate de características arquitetônicas (Atempo, 2013a; 2013b). O projeto também apresentou correção para soluções de acessibilidade que não estavam adequadas.

Por fim, o programa do projeto contemplava ao total quatro salas de exposição, sendo duas no térreo e duas no pavimento superior, um arquivo técnico no térreo e uma sala de “reserva técnica de objetos” no pavimento superior, e mais um pátio coberto no pavimento térreo, que pode também ser utilizado para exposições (Atempo, 2013b). Nas figuras a seguir, pode ser vista a planta do pavimento térreo (Figura 66) e do pavimento superior (figura 67), e os cortes (figura 68) e elevações (figura 69):

Figura 66 – Planta do pavimento térreo da Antiga Casa de Fundação – Museu Histórico de Iguape.

Fonte: Atempo, 2013b.

Figura 67 – Planta do pavimento superior da Antiga Casa de Fundação – Museu Histórico de Iguape.

Fonte: Atempo, 2013b.

Figura 68 – Cortes da Antiga Casa de Fundação – Museu Histórico de Iguape.

Fonte: Atempo, 2013b.

Figura 69 – Fachadas frontais da Antiga Casa de Fundição – Museu Histórico de Iguape.

Fonte: Atempo, 2013b.

Por fim, o anexo (Figura 71), que se estima pelas pesquisas realizadas pelo escritório ter sido construído posteriormente à edificação principal, recebeu os sanitários adaptados para portadores de necessidades especiais, conforme NBR 9050, e uma copa para os funcionários que também possa subsidiar eventos culturais nos Jardins do Museu. A caixa d'água também fica localizada nessa área de serviços, que se localiza aos fundos da edificação principal, junto ao jardim (Figura 70).

Figura 70 – Foto do anexo e jardim aos fundos da Casa de Fundição.

Fonte: Incorplan Engenharia, 2017.

Figura 71 – Anexo onde foram instalados os sanitários e copa da Casa de Fundição.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Na figura 72, a seguir pode ser observado as elevações referentes a fachada posterior:

Figura 72 – Fachadas posteriores da Antiga Casa de Fundição – Museu Histórico de Iguape.

Fonte: Atempo, 2013b.

A etapa de revisão do projeto foi entregue à Superintendência de São Paulo em fevereiro de 2013, e a última etapa, condizente com o projeto executivo foi entregue em maio do mesmo ano, conforme o contrato 13/2012 celebrado entre Iphan e escritório Atempo (processo 01506.004743/2012-72). Em novembro do mesmo ano foi lançado o edital para licitação da obra, que foi iniciada em meados de 2014 e finalizada em meados de 2016 pela empresa Incorplan Engenharia.

A seguir (figuras 73 a 80) são apresentadas algumas fotos do Edifício da Antiga Casa de Fundição, aberto para exposição da FLI – Festival Literário de Iguape 2017.

Figura 73 – Sala de exposição 1.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Figura 74 – Parede de pedra e cal “descascada” – Sala de exposição 1.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Figura 75 – Sala de exposições 2, e escada de acesso ao pavimento superior.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Figura 76 – Vista da sala de exposições 2, ao fundo a porta de acesso a sala técnica de reserva.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Figura 77 – Sala de exposição 2, com a sala de reserva técnica. Aos fundos o pátio coberto

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Figura 78 – Pátio coberto, aos fundos o acesso ao anexo.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Figura 79 – Sala de exposições 3, pavimento superior.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Figura 80 – Sala de exposições 4, pavimento superior.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Como já havia sido indicado no primeiro projeto básico, é reforçado no projeto realizado pelo escritório Atempo a necessidade de novo estudo museológico e museográfico. Segundo a parceria firmada entre Iphan e Prefeitura Municipal de Iguape, o projeto museográfico ficaria a cargo da prefeitura municipal, como contrapartida negociada pelas obras do PAC CH no edifício. Atualmente a obra encontra-se concluída, contudo, até a data da visita de campo a cidade, em maio de 2017, a prefeitura ainda não havia apresentado tal estudo e o Museu Histórico de Iguape, permanecia fechado, sendo aberto pontualmente para exposições temporárias, e o acervo encontrava-se amontoado na sala técnica de reserva (figura 77).

Paço Municipal

Figura 81 – Paço Municipal – 2014.

Fonte: Casa do Patrimônio, 2014.

O paço municipal era um dos imóveis indicados na lista de prioridades de ações para o PAC CH em fevereiro de 2013. Por conter os serviços administrativos da municipalidade, supõe-se que foi considerada uma obra de impacto para população, sendo selecionado para ser restaurado com as verbas do PAC CH.

O prédio foi construído na segunda metade do século XIX pelo comendador Luís Álvares da Silva, homem rico e influente da cidade, que foi deputado provincial, vereador, e juiz municipal. Em 1688, o prédio passou a abrigar os negócios do comendador no térreo e a moradia da família no primeiro andar. Após a morte do comendador, o prédio foi alugado, e nele passou a funcionar o Club Beneficente e Recreativo Iguapense. Em 1902, o prédio foi alugado para abrigar a Câmara Municipal, passando a pertencer à Municipalidade, a partir de 2 de junho de 1945, quando foi adquirido pela Prefeitura. A partir de então, passou a funcionar como Paço Municipal, função que exerce até os dias de hoje (Atempo, 2014a).

Assim como a Antiga Casa de Fundição, o edifício encontrava-se em avançado estado de deterioração, com danos provenientes de umidade e contribuição de água, e manchas de umidade ascendente e descendente, que afetam o imóvel tanto estruturalmente quanto em seus materiais. Além disso, no caso do Paço Municipal foram identificadas “intervenções desconhecidas de toda sorte”, que acrescentaram ao prédio pilares, vigas e lajes de concreto, sobrecarregando o arcabouço de pedra entaipada da construção original. Ademais foram encontrados por todo edifício entelamentos e estruturas de madeira diferentes na cobertura, alvenaria de tijolos e argamassas cimentícias, ou seja, todo edifício encontra-se descaracterizado e sofrendo deterioração. Desta forma a obra de restauro neste caso, assim como na Antiga Casa de Fundição, irá consistir sobretudo no tratamento dos danos pelas múltiplas patologias encontradas, demolição das intervenções espúrias, com sua substituição por outros materiais mais adequados, mudança de layout interno e a construção de um novo anexo de apoio (Atempo 2014b).

Após a obra, o edifício continuará abrigando a mesma função, ou seja, espaço administrativo da Prefeitura Municipal de Iguape, abrigando diversas secretarias e o gabinete do(a) Prefeito(a). Para isso, o escritório Atempo identificou a necessidade de desenvolvimento de um projeto que fosse “versátil” e que pudesse facilmente se adaptar a diversidade de ocupação interna, que poderia variar de acordo com a metodologia de trabalho de cada gestão municipal. O escritório, em acordo com o Iphan, identificou também a necessidade de remoção dos acréscimos de estrutura em concreto armado que sustentavam o primeiro pavimento, substituindo-os por uma estrutura metálica. Segundo levantamento do escritório responsável pelo projeto, existiria um grande desejo de remoção das estruturas de concreto, buscando resgatar a feições suprimidas em madeira (Atempo 2014b).

Tal como no edifício do Antigo Correio, e Antiga Casa de Fundição, cujas obras já foram finalizadas, no projeto do Paço Municipal se optou por descascar determinadas paredes para deixar a mostra a estrutura em pedra. Segundo o escritório (Atempo, 2014b), em Iguape essa prática tem se tornado uma prática comum e “aclamada” pela população, e, portanto, por isso o escritório acreditava que essas estruturas deveriam ser valorizadas, servindo como “estímulo ao reconhecimento e valorização pela comunidade” do patrimônio material local, e do “mais característico da sua arquitetura: as paredes de pedra entaipada” (Atempo, 2014b, p. 5).

Para abrigar o grande programa do Paço municipal, o espaço ficou organizado conforme as Plantas a seguir (figuras 82 e 83):

Figura 82 – Planta do pavimento térreo do Paço Municipal

Fonte: Atempo, 2014b.

Existe na edificação uma compartimentação interna de vários tipos de materiais como alvenaria de tijolos e divisórias de madeiras. Como pode ser observado nas Figuras 82 e 83, a compartimentação existente será eliminada, e a compartimentação nova será adequada para contemplar o programa de necessidades do órgão público. Este programa demandava criação de áreas destinadas ao atendimento do público, localizadas no térreo (Figura 82), e áreas de trabalho e apoio, como copa e área de refeição (Atempo 2014b).

No térreo foram propostas as demolições de alguns anexos como: os depósitos, no pátio interno do pavimento térreo, o sanitário privativo do Gabinete do Prefeito e sua escada de rota de fuga, que atualmente ocupa também parte do pátio interno. Neste pátio interno será instalado um bicicletário, para uso dos funcionários (Figura 82).

As demolições deste anexo permitiram a criação de novas aberturas de vãos no pavimento superior (Figura 83) do pátio interno. Buscava-se com isso melhorar a aeração da edificação, bem como a entrada de luz natural nesta.

Figura 83 – Planta do pavimento superior do Paço Municipal.

Fonte: Atempo, 2014b.

Como mencionado, o espaço foi projetado com a proposta de ser versátil, ainda assim foi proposta pelo escritório uma opção de layout, baseada em entrevistas com representantes da PMI. Para compor os layouts possíveis foi indicado pelo escritório o uso de: divisórias em vidro, de modo a permitir permeabilidade de luz ao interior do imóvel, sendo alguns painéis em vidro móveis, “de modo que os quadros deslizantes possam ser empilhados em uma das extremidades das salas em questão”; e a utilização de divisórias de gesso acartonado em áreas que precisem de maior privacidade, e onde estão previstos o uso de armários para divisão de ambiente, otimizando o espaço (Atempo, 2014b, p.34).

Está prevista a remoção dos elementos em concreto armado, com sua substituição por uma estrutura metálica, de modo a sustentar o pavimento superior da edificação. Foi previsto no projeto que esse sistema estrutural seja independente, e não cause interferência de cargas ou estética no arcabouço de pedra entaipada. O sistema estrutural previsto contará com pilares, vigas principais e vigas intermediárias, que, funcionando como barrotes, sustentarão o tabuado em madeira para o piso do primeiro pavimento. A intenção estética do projeto neste caso foi tentar “camuflar” a estrutura, para isso foram previstos pilares esbeltos, que sejam pouco percebidos no interior do imóvel, conferindo maior destaque para os componentes remanescentes da estrutura mais pregressa do imóvel. Prevê-se ainda que a estrutura metálica de vigamentos não seja percebida do pavimento térreo, sendo escondida pelo forro em madeira do tipo saia-e-camisa (Atempo, 2014b). No corte CC da edificação (Figura 84), é possível observar os elementos estruturais e construtivos mencionados, e a conexão do edifício principal ao anexo, nos fundos da edificação principal.

Figura 84 – Corte CC do Paço Municipal.

Fonte: Atempo, 2014b.

O anexo hoje existente, que se encontra em “más condições” de conservação, deverá ser demolido e em seu lugar será construída uma nova edificação. O novo anexo deverá abrigar a área molhada do edifício principal, com previsão de banheiros adaptados segundo NBR 9050, e copa para os funcionários. Além disso, foi projetada no anexo uma área destinada a permanência e descanso dos funcionários.

O escritório Atempo propõe a construção do novo anexo (Figuras 85 e 86) de forma que este seja esteticamente “completamente destacado da edificação histórica” (Atempo, 2014b, 33). Para isso se propõe que a edificação, de dois pavimentos seja construída em estrutura de concreto e paredes de vedação em tijolos furados, que receberão revestimento em argamassas de cimento. No novo anexo estão previstas as instalações de “floreiras estruturais” suspensas. Propositamente, de modo a não interferir na volumetria do bem histórico, a altura final do novo anexo será menor do que a altura do edifício principal.

Figura 85 – Maquete eletrônica com vista aos fundos do anexo.

Fonte: Atempo, 2014b.

Figura 86 - Maquete eletrônica com vista frontal do anexo, e passarela de acesso ao Paço Municipal.

Fonte: Atempo, 2014b.

Sobre a fachada da edificação, a equipe de arquitetos chegou à conclusão que as características dessa, quanto as aberturas de vãos seriam originais, portanto não foram propostas

alterações, sendo previsto apenas serviços de restauração que incluirão: remoção dos condutores de águas pluviais, interferências metálicas, acréscimos em argamassa de cimento e espessas camadas de pintura; serviços de limpeza de elementos pétreos; preenchimento de argamassa de cal, onde necessário e repintura da edificação, em tinta à base de cal (Figuras 87, 88, 89) (Atempo, 2014b).

Figura 87 – Fachada Noroeste do projeto do Paço Municipal.

Fonte: Atempo, 2014b.

Figura 88 – Fachada Sudeste do projeto do Paço Municipal.

Fonte: Atempo, 2014b.

Figura 89 – Maquete eletrônica do projeto do Paço Municipal, vista da esquina.

Fonte: Atempo, 2014b.

O projeto de restauração do “Paço Municipal” foi apresentado à população de Iguape em outubro de 2013, em reunião na Casa do Patrimônio Vale do Ribeira, em que estavam presentes o Prefeito Tony Ribeiro, a Superintendente do Iphan em São Paulo, Anna Beatriz Ayroza Galvão, alguns diretores da prefeitura e o escritório Atempo, representado por Milena Migoto, fundadora do escritório (Blog da Casa do Patrimônio, 2014). Esperava-se que após aprovado o projeto a Superintendência do Iphan em São Paulo iniciasse os procedimentos para a licitação da obra. Devido a contingenciamentos no orçamento do Iphan/SP, a obra não pôde ser licenciada naquele momento (Ruiz, 2016).

A Prefeitura esvaziou o prédio posteriormente, para que a obra pudesse ser iniciada, porém até 2017 não havia perspectivas de início dos procedimentos licitatórios, e o edifício encontrava-se fechado há anos, o que provavelmente agravou seu estado de deterioração.

Sobrado Dos Toledo – Casa dos Romeiros

Dos projetos do PAC CH esse é o que aparenta ter maior impacto social para a população local. Primeiramente pois propõe a recuperação de um dos edifícios “ícone” da cidade e que representa uma das muitas ruínas que podem ser observadas em seu conjunto urbano. Segundo, com a proposta de uso que é de se abrigar um centro de apoio aos romeiros do Bom Jesus de Iguape. O Iphan, através do PAC CH, trará a cidade um importante equipamento cultural e de apoio, que se prevê, diante do tamanho e significância da festa para a região, será de importância para a população não só da cidade, mas de toda o Vale.

Figura 90 – Sobrado dos Toledo em 2017.

Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

A restauração do Sobrado dos Toledo era também uma demanda antiga da população e administração local de Iguape. No mesmo ofício (Figura 91) destinado ao Iphan, e assinado pela PMI, que se pedia a restauração do edifício do Correio Velho, que já havia ruído, solicitava-se a restauração do Sobrado dos Toledo e da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Essa solicitação de 2001, como já foi mencionado, foi respondida com a indicação de que os recursos fossem solicitados via PROAC, visto que o edifício era tombado pelo Condephaat. Na época da solicitação, a cobertura do sobrado dos Toledo ainda não havia ruído, fato que viria a ocorrer em 2010.

Figura 91 – Ofício da PMI, solicitando auxílio para o restauro de edifícios em Iguape.

Fonte: Arquivo do Iphan/SP, consultado em 2016.

O “Sobrado dos Toledo”, posteriormente conhecido também como “Sobrado do Santo” foi construído primeira metade do século XIX, possivelmente em 1840, pelo agricultor José Carlos de Toledo, filho do comendador José Jacinto de Toledo, no período de opulência da cidade vivido no “ciclo do arroz” da região (Iphan/SP, 2009a, p.146). Segundo aponta o Iphan/SP (2009a), o sobrado seria considerado o mais imponente sobrado da época do ciclo do arroz, e o único exemplar da arquitetura neoclássica da cidade. Teria sido descrito como:

A mais bela casa da cidade, uma soberba casa de esquina, tem, de um lado, quinze janelas enfileiradas e, oito a nove, na frente; em cima, tem uma América e dois terríveis leões, tudo de barro cozido e esmaltado de branco, que causam um efeito formidável. E, falando das coisas notáveis de Iguape, não devem ser esquecidos os leões de barro (Roberto Avé- Lallemand, 1858, in Iphan, 2009a, p.146)

José Carlos de Toledo teria sido um dos homens mais ricos do seu tempo, porém teria morrido pobre, e assim seus bens foram confiscados pela justiça e em 1879, seus herdeiros adquiriram o sobrado do Juízo Municipal de Iguape (Atempo, 2014c). Em 1931, Ana de Toledo, herdeira do espólio familiar, e devota do Bom Jesus, doou o sobrado ao Santuário de Iguape, com intuito de que ali se abrigasse romeiros pobres durante as festividades do padroeiro Bom Jesus de Iguape. O prédio nesta época passou, então, a ser conhecido por Sobrado do Santo (Iphan/SP, 2009a, p.146). No entanto, depois de alguns anos o sobrado foi dividido e alugado para empreendimentos locais (Atempo, 2014c). No prédio funcionaram os clubes Chuveiro de Ouro e Grêmio Flor de Açucena, na década de 1920, no pavimento superior; e o Bar de Maneco Gatto, no andar inferior (Iphan/SP, 2009a).

Posteriormente, na década de 1970-1980, teriam funcionado ali uma “famosa” danceteria, a Danceteria 55 Disco Club, e em 1983, o Cine Teatro Juréia (Atempo, 2014c). Nas décadas de 1980 e 1990, alguns setores da Prefeitura de Iguape foram transferidos para lá. Em 2002 através

de contrato de comodato⁷⁰ assinado entre o prefeito João Cabral Muniz e a Mitra Diocesana de Registro, a posse do imóvel passou temporariamente para a Prefeitura de Iguape (Iphan, 2009a, p.146). Posteriormente o sobrado teria abrigado comércios diversos, como bares e casa de ração (Atempo, 2014c, p. 8). Em 1975 o sobrado foi tombado pelo Condephaat, e em 2009 pelo Iphan, através de sua inclusão na poligonal de tombamento.

Em 2010, após uma chuva torrencial na região, toda a cobertura desabou, levando consigo os assoalhos dos pisos do primeiro e segundo pavimentos. Desde então, o imóvel encontra-se fechado, em ruínas (Figura 92), com parte dos escombros ainda no local, e suas características originais seguem preservadas sobretudo nas fachadas remanescentes de “pedra entaipada” (Atempo, 2014c).

Figura 92 – Vista interna das ruínas do sobrado dos Toledo.

Fonte: Atempo, 2014c.

Como aponta Atempo (2014c), o Iphan ao abrir o edital descreveu: “O prédio necessita de intervenção total para instalação de novo telhado, pisos, forro e alvenarias; recuperação e restauro das esquadrias existentes e confecção das que foram destruídas(...)” (Iphan in Atempo, 2014, p.5).

O edital apontava também que a Mitra Diocesana de Registro, almejava que o prédio voltasse a desempenhar sua função de atendimento aos romeiros durante as festividades do Bom Jesus e Nossa Senhora das Neves. Porém nos demais dias do ano esperava-se que o Sobrado se tornasse um “Centro de cultura” para realização de eventos, exposições, seminários, palestras e exhibições teatrais.

⁷⁰ “Contrato que consiste no empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, sobre a obrigação de serem restituídas após devido uso” (Horcaio, 2006).

Para Atempo (2014c), dessa forma, a história do Sobrado dos Toledo se funde com “o maior festejo religioso da região” e espera-se que o edifício depois de restaurado absorva a recepção dos Romeiros durante as Festividades dos milagrosos: Bom Jesus de Iguape e Nossa Senhora das Neves. Segundo o relatório de diagnóstico (Atempo, 2014c), a equipe esteve presente durante os festejos de 2014, visando melhor compreensão da dinâmica de desenvolvimento dos festejos e movimentação dos romeiros. Nessa ocasião, como aponta Atempo (2014c), a cidade fica completamente modificada. O Município que possui por volta de 30mil habitantes, chega a receber por volta de 200 mil pessoas, entre romeiros e devotos, durante toda a semana. Durante o dia não existem espaços públicos ou privados que possam comportar o número de pessoas: os visitantes chegam a descansar sentados ao chão nas calçadas, praças, vias e mesmo no interior da Igreja Matriz, e são recorrentes o acampamento dos visitantes nas praças, largos, calçadas e vias. Além disso, a festa abrange a cidade como um todo, sendo implantadas barracas de comércio de roupas, utilidades domésticas, alimentos, e até acampamentos dos visitantes nas praças, largos calçadas e vias. Como aponta Pinheiro (2013) e Atempo (2014c), a festa é a segunda maior comemoração religiosa com romeiros do estado de São Paulo, e o culto do Bom Jesus não se restringe aos moradores da cidade de Iguape, mas espalha-se por todo o litoral sul do país e pelo interior do estado de São Paulo, alcançando até a região sul do país (Iphan/SP, 2009a).

No âmbito do rito religioso a festa mantém as tradições: são realizadas procissões, novenas e missas ao longo dos dias. Existe ainda toda uma dinâmica de atendimento aos romeiros como: a recepção no templo, o registro das caravanas, a entrega de diplomas de participação, a inclusão de nomes para missas, a visitação da sala dos milagres, a entrega de ex-votos, cumprimento de promessas, pedidos ao Bom Jesus e as visitas à imagem do Senhor Bom Jesus. Para ajudar nessa logística no ano de 2014 foi locado um imóvel para o atendimento do público na loja de produtos religiosos e pagamento da carteirinha do Romeiro – contribuição anual para o Bom Jesus de Iguape e seu festejo (Atempo, 2014). Deste modo um equipamento que possa suprir algumas das necessidades de recepção da festa mostra-se bastante pertinente e importante, seja para locais, seja para os visitantes.

Dessa forma, buscando um programa que considerasse a demanda da Festa do Bom Jesus, mas que também pudesse contemplar as necessidades da população no restante do ano, o Atempo elaborou o projeto para o Sobrado dos Toledo imaginando que alguns espaços pudessem absorver funções diferentes fora do ambiente das festividades. Dessa forma foi locado no térreo (Figura 93) uma cozinha de médio porte e um espaço multiuso para cozinha escola – a ser usado fora dos festejos – juntos ao salão de refeições do restaurante. Da mesma forma fica localizada no térreo a recepção, posicionada em frente dos vãos da fachada com frontal e uma loja de produtos religiosos posicionada a frente de um dos vãos principais da fachada da rua Major Rabello, localizado entre os pilares em pedra entaipada;

Figura 93 – Planta do térreo do Sobrado dos Toledo.

Fonte: Atempo, 2014d.

No espaço multiuso espera-se que durante a festa do Bom Jesus os romeiros e devotos possam almoçar e descansar. Fora das festividades espera-se que o espaço seja usado por uma cozinha escola.⁷¹ Já com a cozinha pretendia-se atender romeiros, durante a festa e o público geral ao longo do ano, já que foi notado pela equipe do escritório em atividade de campo que “a cidade apresentava poucas opções de restaurantes no atendimento das refeições de almoço. Desta forma também havia o objetivo de garantir a manutenção do espaço durante todo o ano.

Foi identificado que o imóvel sofreu diversas intervenções ao longo do tempo que modificaram completamente suas divisões internas no térreo. As paredes divisórias que se encontravam neste pavimento eram de materiais novos, como blocos de concreto e tijolos cerâmicos vulgares. Por isso a decisão de projeto optou por retirá-los e deixar um espaço mais amplo que pudesse abrigar a multiplicidade de usos que se desejava. Outrossim, foi prevista a instalação de painéis divisórios que possam garantir a abertura ou fechamento de áreas de acordo com a necessidade de uso. Também estão previstos painéis para possíveis exposições e uma área para recepção e atendimento dos visitantes. Por fim, na área externa, junto a edificação anexa pré-existente foi criado um anexo para receber os sanitários, e um “café, a ser arrendado pelo proprietário” previsto desde o edital (Atempo, 2014c).

Para o primeiro pavimento (Figura 94) foi criado um amplo espaço que pode ser utilizado como auditório, ou para exposições, e onde se espera ser realizados seminários, palestras e exibições teatrais. Além disso, nos tempos de festa pode também servir para o descanso dos devotos.

⁷¹ O Sebrae ofereceu, por volta de 2014, oficinas de culinária, no entanto, a falta de espaço propício para este fim demandava o deslocamento de uma equipe móvel do órgão com um caminhão, logística que inviabilizava a frequência nas visitas. O escritório acreditou, portanto, que oferecendo um espaço à logística para aulas e palestras, haveria melhores condições de se desenvolver uma Escola-Oficina de culinária no local, através de parceria com variadas entidades.

Figura 94 – Planta do primeiro pavimento do Sobrado dos Toledo.

Fonte: Atempo, 2014d.

No segundo pavimento (Figura 95), será instalada a administração do Centro de Apoio ao Romeiro – Casa do Santo.

Figura 95 – Planta do segundo pavimento do Sobrado dos Toledo.

Fonte: Atempo, 2014d.

O imóvel do Sobrado é composto por duas edificações, a principal, em maiores dimensões e uma em menor dimensão anexada à primeira, que pode ser observada na fachada da R. Major Rebelo. Foi identificado que essa edificação anexada é tão antiga quanto a principal e que corresponde ao mesmo sistema construtivo, de alvenaria de “pedra entaipada”, porém com uma significativa diferença no ritmo de vãos de janelas e portas. A cobertura da edificação anexa em duas águas será mantida (Atempo, 2014d).

O anexo receberá no pavimento inferior a “cozinha de porte médio”, e no superior os sanitários. A setorização do Sobrado pode ser melhor observada através da imagem interna de sua maquete eletrônica (Figura 96).

Figura 96 – Maquete eletrônica do projeto, vista interna do Sobrado dos Toledo.

Fonte: Atempo, 2014d.

Assim como os outros três projetos mencionados, e que fazem partes das obras realizadas com auxílio do Iphan na cidade, no Sobrado dos Toledo também está previsto o descascamento de determinadas paredes para deixar visível a parede de alvenaria de pedra e cal, tão característica da região. As paredes visíveis podem ser observadas ao fundo da maquete eletrônica (Figura 95). Na imagem também pode ser observada a utilização de estrutura metálica independente (em vermelho) para sustentação dos pavimentos superiores.

Na parte posterior da edificação menor, a um grande vão livre, como um jardim interno ou uma espécie de “claustro” (Figura 97). Para esta área está prevista, desde o edital, a criação de um *solarium* parte superior e uma área ajardinada na inferior (Figura 98) com espécies rústicas da região, que não exijam grande manutenção (Atempo, 2014d).

Figura 97 – Foto da área interna da edificação.

Fonte: Atempo, 2014c.

Figura 98 – Imagem da maquete eletrônica do projeto, com vista ao solarium do Sobrado dos Toledo.

Fonte: Atempo, 2014d.

Como pôde ser visto na imagem (Figura 97), nos fundos dessa área será construído um novo anexo de dois pavimentos, destacado da edificação histórica através do uso de materiais e soluções arquitetônicas contemporâneas: a estrutura será metálica, e a vedação em tijolos furados que receberão revestimento em argamassa. No pavimento superior haverá uma passarela em concreto, que fará a passagem coberta de ligação entre o prédio histórico e o novo anexo. Este novo anexo (Figura 99) conterà no térreo um café para atendimento ao público, lavabo, sanitários feminino, masculino e para portadores de necessidades especiais e uma escada metálica helicoidal para acesso ao solarium (Atempo, 2014d).

Figura 99 – Corte parcial do anexo do Sobrado dos Toledo, com vistas à cozinha.

Fonte: Atempo, 2014d.

O projeto foi baseado em uma pesquisa histórica consistente. Para definir a fachada da edificação, por exemplo, a equipe de arquitetos fez um mapeamento (Figuras 100, 101 e 102) para demonstrar a cronologia dos vãos das fachadas, a partir de fotos históricas levantadas.

Figura 100 – Estudo de fachada do Sobrado dos Toledo, referente ao ano 1910.

Fonte: Atempo, 2014c.

Figura 101 - Estudo de fachada do Sobrado dos Toledo, referente ao ano 1950.

Fonte: Atempo, 2014c.

Figura 102 - Estudo de fachada do Sobrado dos Toledo, referente ao ano 2014.

Fonte: Atempo, 2014c.

Com base nas investigações históricas, chegou-se à conclusão que o pavimento térreo era composto apenas por portas, e optou-se por voltar a tempos pregressos. Dessa forma, os vãos do pavimento térreo foram convertidos em portas, removendo-se toda a alvenaria de tijolos dos peitoris de janelas (Figura 103). Também essa solução projetual permite que seja alcançado a proposta do projeto de que o “imóvel seja permeável visualmente pelo visitante que chega por

qualquer entrada do imóvel” e que este possa “se lançar” para a área dos espaços ajardinados e do solarium ao fundo. Para os balcões em ferro fundido na fachada frontal será realizada a recuperação das peças remanescentes e complementação de partes faltantes. Da mesma forma serão recuperados os elementos artísticos integrados em louça (Atempo 2014d).

Figura 103 – Fachadas do projeto do Sobrado dos Toledo.

Fonte: Atempo, 2014d.

Figura 104 – Imagem aérea da maquete eletrônica do Sobrado dos Toledo.

Fonte: Atempo, 2014d.

O imóvel, que teve sua cobertura original arruinada, receberá uma nova estrutura de cobertura mista, composta por tesouras e terças metálicas; e ripamento, caibraria e contrafeitos em madeira. Para o escritório Atempo há indícios que “um contrafeito para galbagem da cobertura em algum momento foi suprimido”. Apoiado neste, e no fato de terem sido encontradas outras edificações com a mesma solução, o escritório optou pela reconstituição da peça, buscando também a partir da galbagem se obter uma transição mais sutil entre a água de cobertura e os

beirais. É possível observar melhor essa solução da cobertura a partir das imagens da maquete eletrônica (Figuras 104 e 105).

Figura 105 – Imagem da maquete eletrônica do projeto da fachada dos Toledo, com vistas às fachadas.

Fonte: Atempo 2014d.

Segundo Atempo (2014d), notou-se que o imóvel sofreu muitas intervenções ao longo do tempo que modificaram completamente a divisão dos ambientes e acrescentaram novos elementos estruturais, como vigas de concreto, vigas metálicas e trilhos, no lugar de barrotes para sustentação do piso superior, e edificação de novas paredes construídas em sistemas construtivos diversos. A solução encontrada pelo escritório, em conjunto com o Iphan, foi pela demolição de todas essas intervenções mantendo-se apenas as paredes autoportantes de pedra e cal entaipadas.

Como solução estrutural optou-se pela instalação de uma estrutura metálica independente. A mesma solução foi utilizada também na recuperação do edifício do Correio Velho. Nos dois casos, recorreu-se a esta solução estrutural buscando-se em primeiro lugar criar uma clara diferenciação entre as construções históricas e as contemporâneas, e em segundo, pelo fato desse sistema construtivo permitir uma estrutura independente, cujo sistema construtivo não causará interferência de cargas no arcabouço de pedra entaipada. Da mesma forma, em ambos os projetos foram incorporados pilares em pedra e cal ao projeto contemporâneo. Também é comum aos dois edifícios, e as demais obras de restauro do PAC CH, a utilização da estratégia de descascar algumas das paredes para deixar o “esqueleto” dessas em pedra e cal a vista. Esta estratégia foi aplicada às quatro obras como uma homenagem, uma forma de valorizar e enaltecer a arquitetura característica da região.

Figura 106 – Foto da Praça São Benedito – início do séc. XX.

Na foto é possível ver parte do tecido urbano de Iguape, e ao fundo a Basílica do Bom Jesus, e sua relação com o casario local e com o próprio Sobrado dos Toledo. Destacado em vermelho, está o Correio Velho, e em azul o Sobrado.

Fonte: Foto de autoria desconhecida, retirada de Atempo, 2014c.

É interessante notar também que os edifícios do Sobrado dos Toledo, e o Correio velho estão próximos um ao outro, ambos junto a Praça João Carlos Greenhalgh, também conhecida como praça São Benedito (Figura 106). É interessante, portanto compreender que depois de finalizadas as duas construções poderão apresentar uma leitura de projeto bastante próxima, mesmo tendo sido concebidas por autores diferentes, e em diferentes contextos.

Para além disso, é importante por fim ressaltar que, quando os projetos do PAC CH e do PACH forem entregues a população, ainda que alguém daquilo que foi proposto no Plano de Ação, serão importantes equipamentos culturais a serem incorporados no município: será instalado o primeiro Arquivo municipal, composto também de uma biblioteca para a população; o novo Paço Municipal estará mais adequado para atender a população e os servidores municipais; e por fim, será instalado o primeiro equipamento de apoio especialmente projetado para o atendimento aos devotos da Festa do Bom Jesus, equipamento que também poderá ser usufruído pela população local no resto do ano, como opção de cultura e lazer.

Ao início da pesquisa, mostrava-se um cenário incerto e pessimista: era provável que os últimos projetos, o do Paço Municipal e do Sobrado dos Toledo jamais saíssem do papel, devido ao contingenciamento de recursos enfrentado pelo Iphan. Entretanto, recentemente, já ao fim da pesquisa um novo horizonte de esperança se apresentou: em 22 de novembro de 2017, a Superintendência do Iphan em São Paulo lançou os editais para Contratação de serviços visando a execução do Restauo do Sobrado Paço Municipal e do Sobrado dos Toledo. Espera-se, portanto, que em breve a população possa usufruir destes equipamentos.

Considerações finais

Este trabalho propôs-se a discutir a gestão de Iguape pelo Iphan, considerando este caso paradigmático como indissociável das políticas de preservação do patrimônio dos anos 2000, desenvolvidas no governo Lula. Desde o tombamento de seu núcleo histórico pela esfera federal de preservação passaram-se oito anos, em que muita coisa foi desenvolvida ou iniciada.

Sob a perspectiva das políticas de preservação do Iphan nos anos 2000, podemos reconhecer que as iniciativas estabelecidas, ao menos no início da gestão de Iguape, demonstram uma coerência na atuação do Iphan. Como vimos, no trabalho iniciado pela arquiteta Carina Melo neste período houve uma tentativa de continuidade do trabalho participativo que marcou o processo de patrimonialização da cidade. A ideia de uma educação patrimonial participativa, construída com a comunidade, e a participação da sociedade no processo de construção de gestão permeava os trabalhos técnicos, como o desenvolvimento de cartilhas de orientação para reformas, que eram sempre discutidos com moradores e comerciantes locais em encontros, oficinas, etc. A construção de uma normativa, que tinha por objetivo tornar a gestão do sítio mais transparente, vinha da mesma forma se apoiando em estudos e discussões com a comunidade. Contudo, com a saída da arquiteta da Superintendência de São Paulo, alguns dos trabalhos de gestão foram descontinuados dentro do Iphan/SP, ficando hoje a gestão de Iguape praticamente restrita ao trabalho técnico de aprovações de intervenções no centro histórico e entorno.

Através da pesquisa pôde-se notar que uma hipótese para a interrupção de vários programas iniciados deriva das constantes discontinuidades nas três esferas que são, ou ao menos deveriam ser, responsáveis pela gestão: o Iphan, o Condephaat (Estado de São Paulo), e a administração municipal.

Começamos pelo Iphan. O Caso do tombamento de Iguape já é reconhecido pelo campo de estudo do patrimônio Cultural, um bom exemplo de processo de tombamento que sobretudo inclui como parte importante do processo a participação da comunidade e administração local. Sobre o caso encontramos diversos estudos que recorrentemente divulgam e reforçam a importância desse objeto, entre os quais podemos destacar Pereira (2015) e Zagato (2017)⁷², além de Porta (2012) e Figueiredo (2014) que ao tratar das políticas de patrimônio da Era Lula reforçam o caso de Iguape como um significativo exemplo. O caso retrata bem o resultado do momento de ampliação do estoque patrimonial no Brasil, sendo a primeira cidade histórica tombada no Estado de São Paulo em 70 anos de atuação do órgão. Contudo, como pudemos ver no capítulo inicial da

⁷² Que apesar de focar sua pesquisa na perspectiva da gestão a nível local, reconhece a importância e singularidade da proteção federal.

dissertação, esse foi um momento histórico de renovação do órgão que se mostra findado dentro da superintendência. Boa parte daqueles técnicos a “nova geração” que Figueiredo (2014,p. 188) aponta como “jovem guarda que introduziu na instituição um novo perfil de gestores, mais abertos e conectados com as mudanças conceituais da área do patrimônio desenvolvidas nas últimas décadas, e mais habilitados para lidar com os novos desafios da gestão do patrimônio, como a supressão de lacunas institucionais e a articulação do órgão com outras áreas e instituições”, em boa parte saiu do órgão em busca de melhores oportunidades. Como apontado pelos relatórios do Iphan, as questões referentes a planos de carreira e o salário ofertado, abaixo do mercado – e pontua-se aqui pela autora, um difícil trabalho, quase de militância pelo patrimônio - não foram capazes de assegurar que os novos funcionários recém-chegados permanecessem no órgão. Na Superintendência de São Paulo grande parte dessa “Nova Guarda” do patrimônio, que foi responsável pelas novas propostas e novos olhares que reconheciam uma outra perspectiva de bens ainda a serem reconhecidos, e que esteve de alguma forma relacionada com o tombamento e com os processos de gestão projetados para Iguape, já não está mais no Iphan. Isso configurou numa descontinuidade de um trabalho iniciado, pois com a saída destes técnicos, com um corpo técnico incipiente frente a demanda de gestão dos bens reconhecidos - e talvez um olhar mais próximo daquele dos tempos precedentes, que acredita que o que havia para ser reconhecido no Estado já foi – o Iphan/SP tem tido uma atuação mais restrita, que foca em resolver antigos tombamentos em aberto e em gerir os sítios tombados através das análises de licenciamentos e gerenciamento das obras do PAC CH.

Da mesma forma, a gestão da Casa do Patrimônio também demonstrou ter sido descontinuada dentro do que se pensou e se construiu durante o processo de tombamento. Como aponta Nascimento e Scifoni (2015), o processo de tombamento em Iguape foi construído de forma indissociável da Educação Patrimonial, mas uma educação patrimonial de caráter dialógico e libertador (Scifoni, 2011a), e não meramente informativo ou de marketing social, como comumente são realizados os processos de educação patrimonial.

Hoje, porém, a Casa é gerenciada por uma pessoa que não teve contato com o processo de tombamento e, portanto, não participou deste processo de construção de uma educação patrimonial mais participativa e inclusiva. Diante da pesquisa, foi notado, portanto, que a falta de um gestor que compactue com essa visão tem feito diferença no trabalho realizado na Casa: os trabalhos realizados têm sido sobretudo mais informativos, do que construídos em conjunto com a sociedade. Também as oficinas, workshops, “Iphan Conversa”, “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania” e demais eventos e programas idealizados e realizados na Casa nos anos iniciais, foram descontinuados, não tendo sido registrado nos últimos anos eventos na casa a não ser as “rodas de conversa” (Bertagna, 2017) com escolas em visita de Campo ao Centro histórico de Iguape.

Ainda sobre o Iphan, por fim, é importante destacar a crise que a Instituição enfrenta atualmente. Como vem amplamente sendo divulgado na imprensa, o Iphan tem sofrido com

contingenciamento de recursos financeiros e falta de recursos humanos⁷³. Para além das questões levantadas sobre a finalização do momento conhecido de “ampliação do estoque patrimonial”, o trabalho tanto de gestão do patrimônio já tombado, quanto de reconhecimento de novos bens encontra-se bastante limitado também em função da crise que a instituição enfrenta.

Abordando agora a atuação do Condephaat e do Estado de São Paulo, sabe-se que o órgão continua exercendo a gestão do sítio através da análise e aprovação de intervenções nos bens tombados e seu entorno, e também ocasionalmente realizou eventos na cidade⁷⁴. Além disto, até 2016 o Centro Cultural Gerson de Abreu⁷⁵ encontrava-se funcionando, e recebia ocasionalmente oficinas culturais de diversos tipos, que incluíam temas relacionados ao patrimônio histórico. Segundo Bertagna (2017) o Centro parou com suas atividades e “fechou as portas”. Porém para esse estudo buscou-se relacionar o trabalho de gestão do Condephaat à gestão realizada pelo Iphan: para além das ações realizadas em cooperação com a Casa do Patrimônio nos primeiros anos de funcionamento, uma projetada gestão compartilhada do sítio nunca se efetivou. Como vimos, havia, e ainda há, uma forte iniciativa do Iphan nacional para o fortalecimento de gestões integradas e participativas, para isso o Iphan tem se empenhado na constituição do SNPC. No caso de São Paulo a tentativa de se estabelecer uma gestão compartilhada foi frustrada pela ausência do Estado, não sendo firmado o compromisso com sua Secretaria de Cultura, que não respondeu as tratativas do Iphan para firmar o compromisso de cooperação técnica.

Na perspectiva do poder municipal devemos destacar primeiramente que, no período de estudo proposto (de 2009 a 2017), houve quatro gestões administrativas diferentes em decorrência de uma crise política: o prefeito Tony Ribeiro foi afastado do cargo em outubro de 2015, em decorrência de suspeita de cometer infrações em contratações, assumindo a prefeitura a vice-prefeita Lumi Ishida Cabral. Entretanto, poucos meses depois, o prefeito voltou ao cargo em

⁷³ A Atual Presidente do Iphan, Kátia Boguea e o atual presidente do Depam, Andrey Rosenthal Schlee, deram entrevistas em 2017, em comemoração aos 80 anos do Iphan, divulgando a falta de recursos financeiros e humanos do órgão. Em 9 de dezembro de 2017, a Presidente do Iphan falou à Comissão de Cultura da Câmara, em audiência pública, para discutir a manutenção e preservação do Iphan, na ocasião ela afirmou: “Hoje nós temos para cuidar de todo o patrimônio brasileiro 27 superintendências, 28 escritórios técnicos e apenas 678 servidores, dos quais 480 se aposentam em dois anos. Portanto, se nada for feito, a instituição simplesmente fecha as portas” (Bogéa, 2017 in Câmara dos deputados. Falta de investimentos(...), 2017). Além disso, Kátia juntamente com Andrey, alertaram na ocasião, que em 2017 o orçamento para obras do PAC sofreu um contingenciamento de 61%, e que o orçamento finalístico em 2017 foi de R\$ 17,6 milhões para uma demanda de R\$ 101 (Câmara dos deputados. Baixos orçamentos(...), 2017). Na mesma ocasião Andrey afirmou: “É necessário que nos garantam os recursos orçamentários suficientes para que possamos responder nossas missões legais, que a instituição assumiu ao longo desses 80 anos” (Câmara dos deputados. op.cit). Defendeu-se por fim na ocasião há a necessidade de R\$ 450 milhões para dar continuidade às obras do PAC e imediata contratação de servidores, para o ano de 2018. Áudio completo da seção pode ser encontrado em (Câmara dos deputados. Discute e avalia a política de preservação do Patrimônio Cultural, 2017).

⁷⁴ Entre os dias 10 e 12 de abril de 2017, a UPPH/Condephaat realizou no Vale do Ribeira, um ciclo de “Oficinas de Patrimônio”, nos municípios que possuem conjuntos urbanos tombados: Iporanga (10/04), Cananeia (11/04) e Iguape (12/04). O objetivo das Oficinas era aproximar o órgão, a população e as Prefeituras visando à preservação do patrimônio cultural dessas cidades. (blog da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira, Condephaat promove Oficina do Patrimônio em Iguape, 2017).

⁷⁵ “Oficinas Culturais” é um programa da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, administrado pela Poiesis - Organização Social de Cultura.

decorrência da suspensão pelo STF da ação que o prefeito respondia⁷⁶. As diferentes administrações demonstraram posturas distintas de gestão ao longo de todos esses anos, e diferentes tipos de relações estabelecidas com o Iphan.

A primeira gestão, da prefeita Elizabeth Negrão, se mostrava interessada na preservação do patrimônio. Estabelecida entre 2007 a 2012, foi marcada pela agenda do patrimônio como um vetor de desenvolvimento para a cidade (Zagato, 2017). Nesse período, foram formuladas e implementadas diversas ações de preservação do patrimônio na cidade, entre as quais a promulgação das leis: Lei Municipal nº 1.927, de 20 de junho de 2007, que instituiu o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Iguape (CDPHCI), a Lei Municipal n. 1.934, de 11 de setembro de 2007, criou o Conselho Municipal de Cultura de Iguape; e a Lei n. 1.933, de 11 de setembro de 2007, que dispôs e criou o —Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios de Iguape (POAEAO). Foi também em sua gestão, em conjunto com o Iphan, que foi estruturada a Casa do Patrimônio, foi feita a adesão do município ao PACH, foi efetivado o tombamento pelo órgão federal em 2009 (Zagato, 2017).

Após o término do período de gestão da prefeita Elizabeth Negrão, foi eleito o prefeito Joaquim Antônio Coutinho Ribeiro, conhecido como Tony Ribeiro. De acordo com o relato nas entrevistas⁷⁷, este não demonstrava o mesmo interesse e empenho na preservação do patrimônio cultural, como identificado no episódio do recapeamento da Av. princesa Isabel. Além disso, no governo de Tony, várias das atividades desenvolvidas em prol do patrimônio foram descontinuas. Zagato (2017) destaca, por exemplo, que desde 2013, a Casa do Patrimônio teve suas atividades progressivamente diminuídas por parte do governo local (Lourenço, 2017; Pereira Jr., 2017; Silva, 2017, in Zagato, 2017). A mudança de governo na PMI em 2013 também trouxe impactos à continuidade das ações de preservação do conjunto urbano: sob cortes de repasses orçamentários do governo local, não se abriram novas turmas nos anos seguinte e ocorreu a desmobilização da equipe de instrutores e docentes do POAEAO (Zagato, 2017), sendo o POEAO progressivamente esvaziado nessa gestão. Ou seja, nessa segunda gestão, pouco foi concluindo com relação ao patrimônio cultural, as exceções se expressam pelo trabalho de acompanhamento e gestão do Antigo Correio e finalização do processo do PACH e início do PAC CH. Além disso houve questões conflituosas com o Iphan quanto a obras no Centro Histórico⁷⁸.

Não se pode afirmar ou quantificar se essas diferenças administrativas modificaram a boa relação constituída entre Iphan e Municipalidade durante a gestão da Prefeita Elisabeth. Contudo fatos ocorridos durante a gestão, como a ausência de prestação de contas do governo Elisabeth sobre os recursos para a casa do Patrimônio, o problema de gestão da obra do restauro do Correio,

⁷⁶ As informações foram relatadas em entrevistas e confirmadas em: G1, Prefeito de Iguape, SP, é afastado(...), 2015; G1, STF suspende ação que afastava o prefeito de Iguape, SP, 2016.

⁷⁷ Entrevistas realizadas para esta dissertação com Bertagna, 2017; Gazafi, 2017; Talib, 2017.

⁷⁸ Sob os governos de Lumi Ishida, e do atual prefeito Wilson Almeida Lima pouco pôde ser atribuído a partir dessa pesquisa. Lumi ficou poucos meses à frente do poder executivo da cidade, e não conseguiu reestabelecer a relação com o Iphan, como era de seu interesse (Talib, 2017). Sobre a atual gestão, de pouco mais de um ano, pouco pôde ser atribuído além da retomada das obras de requalificação da praça Princesa Isabel, que começou, com aval do Iphan.

e a questão da obra irregular da Av. Princesa Isabel, no governo Tony dão indicativos de que sim as relações se tornaram mais conflituosas. Hoje, em decorrência desses fatos, que apontaram para estruturas de gestão frágeis no nível municipal, o Iphan tomou para si responsabilidades que deveriam ser compartilhadas com a municipalidade, como por exemplo a gerência das obras do programa PAC CH.

Por outro ponto de vista, devemos ressaltar a importância do tombamento pelo Iphan para a Cidade de Iguape, e evidenciar que não só de iniciativas descontinuadas se caracterizou a gestão do sítio tombado. Primeiramente, é inegável a visibilidade que é dada a Iguape a partir de seu tombamento pela esfera federal, tanto através de estudos contemporâneos sobre o caso, quanto politicamente resultando, na prática, em aplicação de políticas públicas e em um investimento federal até então não vivenciado na região. Essa destinação de recursos tem possibilitado a recuperação de imóveis considerados ícones locais que se encontravam em mal estado de conservação, ou em ruínas, devolvendo-os a comunidade como equipamentos importantes para uso da população. Destacamos aqui que através das verbas oriundas do Iphan, dentro ou fora do programa PAC CH, mas que só foram viabilizadas após o tombamento da cidade, os imóveis recuperados abrigarão: a) o primeiro arquivo municipal no edifício recuperado do Antigo Correio ; b) o Museu Municipal na Antiga Casa de Fundação; c) a recuperação e modernização do Paço municipal (a prefeitura atualmente encontra-se em edifício fora do Centro Histórico); d) o primeiro centro de apoio ao Turista/Romeiro da cidade a ser instalado no Sobrado dos Toledo.

Ademais, uma das ações que tem se mostrado das mais importantes nestes anos, a instalação da Casa do Patrimônio juntamente com o Escritório técnico do Iphan na cidade aproximou o “patrimônio” da população e da administração local, e tem, na medida de seu trabalho, se mostrado uma experiência positiva do ponto de vista técnico. Com a capacidade fiscalizatória melhorada, devido a presença dos técnicos locais, a descaracterização e destruição do patrimônio cultural, comuns durante os anos em que o Condephaat encontrava-se física e institucionalmente distante da cidade, diminuíram consideravelmente.

Isso demonstra a grande responsabilidade que ainda fica a cargo do Iphan, mesmo com o incentivo, desde a década de 1970, do compartilhamento de responsabilidade com outras instâncias governamentais. Somente com o tão esperado reconhecimento pelo Iphan, o município começou a receber a devida atenção, políticas para seu desenvolvimento e recursos para preservação de seu patrimônio. Portanto nos pareceu importante evidenciar aqui, o ainda, significativo papel que o órgão federal tem na preservação do patrimônio cultural nacional, especialmente neste momento em que a instituição, assim como nos anos 1990 vem sofrendo um desmonte, com contingenciamento de recursos e sem recomposição de seu quadro técnico através de novos concursos.

O Iphan cresceu durante os anos 2000, e ampliou sua atuação tanto em número de bens protegidos quanto em relação ao território nacional, porém, como bem pontua Scifoni (2017), estamos longe de um processo de esgotamento da atividade de identificação e proteção, tal qual

existe na Europa. No Brasil ainda há um grande passivo patrimonial a ser identificado, protegido e valorizado. Para isso se mostra importante e necessária a atuação do Iphan. Portanto é importante reconhecer o crescimento do Iphan durante os anos 2000 e defender que os recursos continuem a ser repassados, para que o Iphan possa continuar a existir, a proteger, a gerir e a conservar o que já foi tombado, e continuar a reconhecer o patrimônio cultural pelo Brasil.

Espera-se que esta pesquisa contribua para estudos de políticas de preservação contemporâneas principalmente ao que tange a gestão de cidades históricas ou núcleos urbanos tombados, e que também contribua para os estudos sobre a atuação recente do Iphan, entidade federal responsável pela preservação do patrimônio, que recentemente completou 80 anos de história.

Referências bibliográficas

ARANTES, Antônio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, 22, p. 48-55, 1987.

ATEMPO PRESERVAÇÃO E RESTAURO. **Projeto de Restauro da Antiga Casa de Fundação de Iguape/SP. Etapa I.** Revisão do Projeto de Restauro. 2013a.

_____. _____. **Etapa III.** Projeto executivo. 2013b.

_____. **Projeto de Restauro do Paço Municipal da Cidade de Iguape/SP.** Etapa I. Levantamento Cadastral e Diagnostico. 2014a.

_____. _____. **Etapa III.** Projeto Executivo. 2014b.

_____. **Projeto de Restauro do Sobrado dos Toledo - Iguape/SP.** Etapa III. Projeto Executivo. 2014c.

_____. _____. **Etapa II.** Levantamento cadastral e diagnostico. 2014d.

Blog Casa do Patrimônio. Condephaat promove oficina do patrimônio. 2017. Disponível em: <<https://patrimoniovaleadoribeira.org/2017/03/31/condephaat-promove-oficina-de-patrimonio-em-iguapesp/>>. Acesso em: 20 de nov de 2017.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2012.

Câmara dos Deputados. Baixo orçamento põe em risco existência do Iphan, alertam dirigentes. 2017a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/547972-BAIXO-ORCAMENTO-POE-EM-RISCO-EXISTENCIA-DO-IPHAN,-ALERTAM-DIRIGENTES.html>>. Acesso em: 02 de fev. de 2018.

_____. Discute e avalia a política de preservação do Patrimônio Cultural. 2017b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/agenda/videoArquivo?codSessao=71447&codReuniao=49915>>. Acesso em 02 de fev. de 2018.

_____. Falta de investimento põe em risco existência do Iphan, alerta presidente do Instituto. 2017c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/548007->

FALTA-DE-INVESTIMENTO-POE-EM-RISCO-EXISTENCIA-DO-IPHAN,-ALERTA-PRESIDENTE-DO-INSTITUTO.html>. Acesso em: 02 de fev. de 2018.

Carta de Nova Olinda. Nova Olinda, CE. 2009.

CARVALHO, Agnaldo Ribeiro de. **Diagnostico da gestão durante o primeiro ano de funcionamento da Casa do patrimônio.** 2011a.

_____. **Documento técnico contendo proposta de captação de recursos para atividades a serem realizadas e a sistematização dos projetos voltados para o patrimônio cultural no âmbito do Vale do Ribeira.** 2011b.

_____. **Documento técnico contendo análise de atuação junto às comunidades locais e apresentando estratégia para contato com os professores e direção.** 2011c.

_____. **Proposta para a realização de visitas de escolas particulares e públicas de Iguape à Casa do patrimônio.** 2011d.

CARVALHO, Agnaldo Ribeiro de. **Documento Técnico: Planejamento de Novas atividades para a Casa do patrimônio.** Iguape/SP, 2010.

Casa do patrimônio. Convite – Oficinas de normatização. 3 de outubro de 2011. Disponível em <https://casadopatrimoniovaledoribeira.wordpress.com/author/carinamendesmelo/page/20/>. Acesso em: dezembro de 2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci et al. PAC Cidades Históricas: Oportunidade para a conservação integrada?. **Locus** (UFJF) , v. 16, p. 93-117, 2011. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/1054/897>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CORREA, Sandra Magalhães. **O programa de Cidades Históricas (PCH):** Por uma política integrada de preservação do Patrimônio Cultural – 1973/1979. 343 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Universidade de Brasília – FAU/UnB. Brasília, DF. 2012.

_____. **Formulação e Implementação do Programa de Cidades Históricas (PCH): 1972/1979 In: V Seminário Internacional – Políticas Culturais.** Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ. Maio de 2014.

_____. **O Programa de Cidades Históricas: Por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano.** **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 15-58. abril de 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 dez. 2016.

DIOGO, Erica C. et al. Planejamento Integrado para as Cidades Históricas. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. **Anais ... Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias**, 2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/304198211/Planejamento-Integrado-para-as-cidades-historicas>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-14082014-134950/>>. Acesso em: 5 jul. 2016

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

G1. STF suspende ação que afastava o prefeito de Iguape/SP. 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/03/stf-suspende-acao-que-afastava-o-prefeito-de-iguape-sp.html>>. Acesso em: 11 dez. 2017

_____. Prefeito de Iguape/SP é cassado após investigações por irregularidades. 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2015/10/prefeito-de-iguape-sp-e-cassado-apos-investigacao-por-irregularidades.html>>. Acesso em: 11 dez. 2017

GONÇALVES, Cristiane. **Restauração arquitetônica – a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975**. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2007.

HORCAIO, Ivan. **Dicionário Jurídico Referenciado**. São Paulo: Primeira Impressão, 2006.

IPHAN. **I Fórum Nacional do patrimônio cultural: Sistema Nacional de patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012.

_____. **Portaria nº010**, de 10 de setembro de 1986. Determina os procedimentos a serem observados para aprovação de projetos no Iphan. 1986

_____. **Ata da 49ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Rio de Janeiro, 2006a.

_____. **Relatório de Gestão: 2006**. Brasília: Brasília. DF. 2006b.

_____. **Ata da 62ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. São João Del-Rei, 2009a.

_____. **Portaria nº127**, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural. Brasília, 2009b.

_____. **Planos de Ação para Cidades Históricas - Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social: Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural**. Brasília, DF: IPHAN, 2009c.

_____. **Relatório de Gestão: 2007**. Brasília: Brasília. DF. 2008

_____. **Relatório de Gestão: 2009**. Brasília: Brasília. DF. 2010a

_____. **Portaria nº312**, 20/10/2010 – Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal. 2010b.

_____. **Portaria nº420**, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Brasília, 2010c.

_____. **Portaria nº187**, de 11 de junho de 2010. Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações. Brasília, 2010d.

_____. **Relatório de Gestão: 2014**. Brasília: Brasília. DF. 2015a

_____. **Relatório de Atividades 2011-2014**. Brasília. DF. 2015b.

_____. **Relatório de Gestão: 2015**. Brasília: Brasília. DF. 2016.

_____. **Lista de bens tombados e em processo de tombamento em andamento (1938 – 2018)**. Brasília, DF. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018> Acesso em: 20 fev. 2018.

IPHAN/SP. **Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira**. São Paulo: MinC/IPHAN, 2007.

_____. **Dossiê de Tombamento de Iguape**. São Paulo: MinC/IPHAN, 2009a.

_____. **Termo de cooperação técnica**. Cooperação técnica visando a implementação da Casa do Patrimônio de Iguape/SP. São Paulo, 2009b.

_____. **Iguape - Levantamento e Sistematização de dados para subsidiar a elaboração de normativa para os sítios urbanos no Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 2012.

_____. Oficina Cores para Iguape, 27 de maio de 2011. [online]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1524/oficina-cores-para-iguape>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MARTINS, Bárbara. M. V. S. L. S.; PINHEIRO, Maria Lucia B. Iguape: panorama atual do núcleo urbano tombado e os desafios para sua preservação. In: 3o. Colóquio Ibero-Americano 'Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas', 2014. **Anais ...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. v. 3.

MELO, Carina Mendes dos Santos. O Iphan e a Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira/SP: experiências. In: SCIFONI, S. (Org.) **Caderno de Educação Patrimonial: Memórias Urbanas De Iguape – SP**. SP: FFLCH/USP; Prefeitura Municipal de Iguape, 2011.

_____. Conjunto histórico e paisagístico de Iguape: experiências dos primeiros anos de gestão pós-tombamento. In: IPHAN. Patrimônio e políticas públicas: **Anais da V Oficina de Pesquisa**. IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945): Cap. 3. Os intelectuais e o Estado. IN: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. SPHAN: refrigerio da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, 1987.

MOTTA, Lia. Notas sobre o IPHAN na década de 2000. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p.317-328.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. A experiência do tombamento de Iguape-SP. Palestra. 27 out. 2015. Brasília: IPHAN, 2015b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H8U8_H76Dxg&feature=youtu.be>. Acesso em: 05 jan. 2018.

_____. **Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural**. 2011. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.16.2011.tde-11012012-100337. Acesso em: dezembro de 2016.

_____. **Em busca de novos documentos: cidade, história e fontes de pesquisa na prática do Iphan dos anos 1980**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. 3., 2014 São Paulo. **Anais ...** São Paulo: Mackenzie – PUCCampinas - ANPARQ, 2014.

_____. **Introdução**. In: IPHAN/SP. Dossiê de Tombamento de Iguape. São Paulo: MinC/IPHAN, 2009.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; MARINS, Paulo Cesar Garcez. DOSSIÊ - O PCH, Programa de Cidades Históricas: um balanço após 40 anos - Introdução. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-14, abril, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 dez. 2016.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira – SP. **Revista CPC (USP)**. São Paulo, v. 10, p. 29-48, 2010.

_____. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38, jan./mar. 2015. ISSN 1980-6809

OLIVEIRA, Karine Camila. **Parâmetros Urbanísticos e a Preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Danilo Celso. **Cidade patrimônio**: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22122015-101754/>>. Acesso em: 29 jul. 2016

_____. O conjunto histórico e paisagístico de Iguape: um caso paradigmático das políticas de preservação do Patrimônio Cultural Nacional no Estado de São Paulo In: *ArquiMemória* 4, 2013. Salvador, BA. **Anais** Salvador: IAB-BA, 2013.

PINDORAMA ARQUITETURA. **Projeto de Restauração e de Novo Uso para o Edifício do Correio Velho em Iguape/ SP. Etapa I**: Identificação e Conhecimento do Bem. 2010

_____. _____. **Etapa II**: Diagnóstico. 2011a

_____. _____. **Etapa IV**: Projeto Básico. 2011b.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Preservação de Sítios Urbanos Tombados**: A atuação do Condephaat em Iguape e Cananéia, no Estado de São Paulo. In: *ArquiMemória* 4, 2013. Salvador, BA. **Anais do IV Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado**. Salvador: IAB-BA, 2013.

PISSATO, Catherina S. de P. **O momento pós-tombamento de Iguape pelo Iphan**: O caso do restauro do edifício do Correio Velho. Trabalho de Conclusão (Pós-graduação lato sensu em Restauro Arquitetônico) - Centro Técnico Templo da Arte. São Paulo, SP. 2015.

_____. Políticas de Preservação dos Anos 2000: O tombamento e a gestão de Iguape/SP no contexto das políticas de preservação do Iphan. In: *ArquiMemória* 5, 2017. Salvador, BA. **Anais ...** Salvador, IAB-BA, 2015.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010 / Paula Porta. -- Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Série Pesquisa e Documentação do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: edufba, 2010.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 97-105, 1996.

SANT'ANNA, Marcia. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (Org.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, v. 1, p. 153-172.

_____. **A herança do PCH**: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. In: NASCIMENTO, Flávia Brito do; MARINS, Paulo Cesar Garcez. DOSSIÊ - O PCH, Programa de Cidades Históricas: um balanço após 40 anos - Introdução. An. mus. paul., São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-14, abril, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de dez de 2016.

SALCIOTTO, Tatiana Lopes. **Dirigentes e as ações de participação social no Iphan (2003-2010)**: alguns apontamentos de suas perspectivas e ações sobre participação. Dissertação (Mestrado Ciências Humanas e Sociais). Universidade Federal do ABC, Santo André, 2015.

SCIFONI, Simone. A natureza desigual do patrimônio cultural e outras perspectivas. In: Maria Tereza Duarte Paes; Marcelo Sotрати. (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias**. 1ed. São Paulo: Annablume/Imprensa Universidade de Coimbra (PT), 2017, p. 115-135. Disponível em < <http://hdl.handle.net/10316.2/43436> >. Acesso em 25 de jan. de 2017.

SCIFONI, Simone. Casa do Patrimônio de Iguape. Educação Patrimonial, 14 abr. 2009. Disponível em: < <https://educacaopatrimonial.wordpress.com/2009/04/14/casa-do-patrimonio-de-iguape/> >. Acesso em: 12 de dez 2016.

SCIFONI, Simone. Educação para o exercício da cidadania. In: SCIFONI, S. (Org.) **Caderno de Educação Patrimonial**: Memórias Urbanas De Iguape – SP. SP: FFLCH/USP; Prefeitura Municipal de Iguape, 2011a.

_____. Introdução. In: SCIFONI, S. (Org.) **Caderno de Educação Patrimonial**: Memórias Urbanas De Iguape – SP. SP: FFLCH/USP; Prefeitura Municipal de Iguape, 2011b.

SCIFONI, Simone (Org.). **Caderno de Educação Patrimonial**. Memórias urbanas de Iguape-SP. Universidade de São Paulo, 2011c. Disponível em:

<<https://casadopatrimoniovp.files.wordpress.com/2014/09/caderno-de-iguape.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Textos de Trabalho**. Brasília: 2011.

ZAGATO, José Antônio Chinelato. **Governos locais, Participação Social e Patrimônio Cultural: Análise da experiência de Iguape na preservação de seu conjunto urbano tombado**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do ABC. 2017.

Fontes consultadas

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Centro de Documentação. São Paulo.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. 9ª Superintendência IPHAN/São Paulo.

Entrevistas

BERTAGNA, Alberto. Iguape. 25 de maio de 2017

GAZAFI, Valéria. Iguape. 26 de maio de 2017

MELO, Carina Mendes dos S. Rio de Janeiro. 19 de outubro de 2017.

RUIZ, Ronaldo Cunha. São Paulo. 9 de junho de 2016.

RUIZ, Ronaldo Cunha. São Paulo. 21 de agosto de 2017.

TALIB, Claudia. Iguape. 2017. 25 de maio de 2017

Anexos

Processos de licenciamento, e outros, pesquisados no arquivo da Superintendência de São Paulo, no ano de 2016. Tabela organizada por Catherina Pissato.

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
1	2010	21/07/2010	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 30	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001332/2010-63	16/08/2010	não havia especificação da tinta, e o imóvel já havia sido pintado em vistoria no dia 09/08
2	2010	08/09/2010	Processo de Licenciamento	Centro Histórico (várias ruas)	Instalação provisória	Enfeites luminosos de natal, a ser instalados nos postes	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001725/2010-77	21/10/2010	
3	2010	13/10/2010	Processo de Licenciamento	Centro Histórico (várias ruas)	Consulta prévia	orientação técnica para limitação de tráfego nas ruas, sob de modelos de "defesas" para fechamento das ruas	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.002007/2010-18	29/11/2010	
4	2010	13/10/2010	Processo de Licenciamento	Rua XV de Novembro, 189/191	Reforma simplificada	Pintura de fachada, refazer pintura publicitária e substituição de todo	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.002012/2010-21	21/10/2010	Reserva para Restição de tinta, não podendo ser esta acrílica
5	2010	12/11/2010	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 142	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.002234/2010-43	29/11/2010	Reserva para tipo de tinta, não sendo permitida tinta sintética ou a óleo. Foi pedido complementação de projeto antes da aprovação, documento 01506.002467/2010-46. Foi aprovada a reforma desde que seguida orientação técnica fornecida
6	2010	11/11/2010	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 46	Reforma	Troca do Madeiramento do telhado e Pintura do imóvel	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.002288/2010-17	22/12/2010	A orientação para escoramento do telhado, afim de evitar o desmoronamento, e apresentação de projeto completo de intervenção.
7	2010	30/11/2010	Processo de Licenciamento	Rua Tiradentes, 34	Reforma	Desmonte do telhado do imóvel	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.002347/2010-49	14/12/2010	Autorização temporária, com solicitação de posicionamento oficial da prefeitura quanto a questão.
8	2010	09/12/2010	Processo de Licenciamento	Rua XV de Novembro, 289	Reforma simplificada	Solicitação de colocação de tenda móvel em dias de chuva	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.002436/2010-95	28/12/2010	anexos: 01506.000860/2010-03, 01506.001144/2010-35
9	2010	27/05/2010	Processo de Licenciamento	Rua Tiradentes, 52	Reforma	Remoção de volume do hidrometro, porta de enrolar em aço	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.000910/2010-44	07/07/2010	
10	2010	08/06/2010	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, s/n, lote 31, quadra 1306	Reforma	Reforma e adequação de edificação comercial. Manutenção das características da fachada da rua Paulo Moutinho, como coramento (plataforma escalonada e elementos da fachada (cercadura dos vãos)	Perímetro Tombado	Indeferido e Aprovado depois	01506.001002/2010-78	09/11/2010	anexo: 01506.002066/2010-96, imóvel tomado pelo CONDEPHAAT, pedido previamente aprovado pelo órgão.
11	2010	08/06/2010	Processo de Licenciamento	Córego Braga, 246	Regularização de edificação	Regularização de edificação unifamiliar já existente antes do tombamento	Entorno	Aprovado	01506.000999/2010-49	07/07/2010	
12	2010	08/06/2010	Processo de Licenciamento	Rua XV de novembro, 160	Reforma	Reforma e ampliação de edificação Unifamiliar	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.000998/2010-02	28/06/2010	Anexo: 01506.004359/2012-70. Primeiro foi protocolado pedido de informações sobre a ampliação, respondido por Carina Mendes, posteriormente protocolado o pedido de aprovação de projeto, em 05/2012, aprovado por Flávia Brito
13	2010	16/06/2010	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 21	Reforma (obra irregular)	Denuncia de reforma de telhado não autorizada em imóvel tombado, acompanhamento e fiscalização da obra	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001063/2010-35	09/08/2010	Processo apensado a esse : processo 01506.001624/2010-04 (aprovação do projeto), aprovado
14	2010	21/06/2010	Tomada de Preços	Praça Engenheiro Greenhalgh, s/n, quadra 1612, lote 110	Tomada de Preços e Projeto do Correio Velho	Correio Velho	Perímetro Tombado	arquivado	01506.001108/2010-71	nov/11	
15	2010	23/06/2010	Processo de Licenciamento	Rua 24 de agosto, 20	Construção de imóvel	Projeto de residência Unifamiliar assobradada	Entorno	Aprovado	01506.001145/2010-80	19/07/2010	Aprovado, desde que respeitada altura máxima de 9m.
16	2010	31/03/2010	Termo de Cooperação Técnica	-	Termo de Cooperação Técnica entre IPHAN, Prefeitura de Iguape e Estado SP	Cooperação entre instituições para formação do ETELF/Iguape	-	arquivado	01506.000505/2010-26	29/11/2010	Despacho da Superintendente de SP (DSCN6596), Anna Beatriz Ayroza Galvão, solicitando arquivamento do processo, em out/2012, visto que não houve manifestação de interesse do Governo do estado.
17	2010	29/07/2010	Processo de Licenciamento	Rua Coronel Zacharias, 160	Regularização de edificação	Regularização de edificação unifamiliar já existente antes do tombamento	Entorno	Aprovado	01506.001413/2010-63	16/08/2010	
18	2010	29/07/2010	Processo de Licenciamento	Rua Major Ricardo Krome, lote 381, quadra 413	Regularização de edificação	Regularização de edificação unifamiliar já existente antes do tombamento	Entorno	Aprovado	01506.001414/2010-16	16/08/2010	
19	2010	16/08/2010	Processo de Licenciamento	Rua Major Coutinho, 25	Regularização de edificação	Regularização de edificação unifamiliar já existente antes do tombamento	Entorno	Aprovado	01506.001536/2010-02	31/08/2010	
20	2010	23/08/2010	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 21	Reforma (obra irregular)	regularização junto ao IPHAN de Denuncia de reforma de telhado não autorizada em imóvel tombado.	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001624/2010-04	22/12/2010	Anexos: 01506.002574/2010-74 e 01506.002590/2010-67

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
21	2010	21/09/2010	Processo de Licenciamento	Rua Cel. Rollo, 155	Regularização de edificação	Regularização de edificação unifamiliar já existente antes do tombamento	Entorno	Aprovado	01506.0001805/2010-22	21/10/2010	
22	2010	21/09/2010	Processo de Licenciamento	Largo Durvalino Vieira, 101	Regularização de edificação	Regularização de edificação unifamiliar já existente antes do tombamento	Entorno	Aprovado	01506.001804/2010-88	21/10/2010	
23	2010	16/09/2010	Processo de Licenciamento	Av. Nove de Julho, 221	Reforma	Construção de muro em clínica médica	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001797/2010-14	30/09/2010	
24	2010	14/10/2010	Processo de Licenciamento	R. Ana Cândida Sandoval Trigo, 108	Regularização de edificação	Regularização de edificação unifamiliar já existente antes do tombamento	Entorno	Aprovado	01506.002008/2010-62	21/10/2010	
25	2010	13/10/2010	Processo de Licenciamento	Rua David Koda, 01	Reforma simplificada	Pintura de fachada e manutenção da E.M. Benedito Rosa Carneiro.	Entorno	Aprovado	01506.002009/2010-15	09/11/2010	Ressalva: vedado o uso de tintas sintéticas e a óleo
26	2010	20/10/2010	Processo de Licenciamento	R. Euclides Roque Bastos, 501	Regularização de edificação	Regularização do frigorífico de Iguaçu, já existente antes do tombamento	Perímetro Tombado	Aprovado	01508.002045/2010-71	29/10/2010	
27	2010	20/10/2010	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 10	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.002019/2010-88	29/10/2010	São dadas as orientações para a pintura das fachadas, informa que a proteção do CONDEPHAAT que recaí sobre o imóvel é a de grau 1, a mais rígida do órgão, e informa que para a colocação de letreiros, deverá ser apreciado um novo pedido de intervenção.
28	2010	19/11/2010	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 01	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.002235/2010-98	29/11/2010	Solicitação feita pela prefeitura, o imóvel em questão é da Câmara Municipal. Ressalva de que o pedido foi deferido, desde que permaneçam as cores de portas e janelas da mesma tonalidade. Anexos: 01506.001331/2011-08 e 01506.001817/2011-38. o processo inicia com o pedido de construção do 2o pav, que é indeferido. O proprietário realiza a obra irregular e é notificado e a obra embargada, depois da apresentação de 2o projeto também indeferido, o 3o projeto é aprovado em 11/11/2011. Contudo em mar/2013 a obra irregular continuava e o processo termina com novo embargo a obra em 2013.
29	2010	09/12/2010	Processo de Licenciamento	Largo Marcondes Salgado, 25	Reforma (obra irregular)	Construção de 2o Pavimento	Perímetro tombado	Indeferido	01506.002473/2010-30	05/04/2013	
30	2010	23/12/2010	Processo de Licenciamento	Rua Monsenhor Crescente, 12	Reforma	Reforma do telhado com substituição de telhas de cerâmica	Entorno	Aprovado	01506.002611/2010-44	30/12/2010	
31	2010	23/12/2010	Processo de Licenciamento	R. Laiz Carneiro Muniz, s/n	Construção de imóvel	Construção de residência unifamiliar térrea	Entorno	Aprovado	01506.002610/2010-08	30/12/2010	
32	2011	17/08/2011	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 30	Reforma	Reforma Parcial/total do telhado, com troca de telhas e madeiramento	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.001415/2011-33	31/08/2011	Pedido para juntar ao processo 01506.001332/2010-63, indeferido por falta de apresentação do projeto completo.
33	2011	17/08/2011	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 22	Reforma simplificada	Pintura da fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001427/2011-68	16/09/2011	Aprovado com ressalva de que a tinta deva ser em PVA fosco.
34	2011	22/09/2011	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 233	Reforma simplificada	Pintura de fachada e colocação de letreiro	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.001674/2011-64	08/10/2011	Não indicava o padrão de pintura a ser adotado, o fabricante e nem a colocação de letreiro. É enviado as recomendações técnicas para a pintura e para colocação do letreiro.
35	2011	22/09/2011	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 97	Reforma simplificada	Pintura da fachada e Manutenção do telhado	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001675/2011-17	18/10/2011	Recomendações técnicas acompanham o parecer.
36	2011	22/09/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 166	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.001679/2011-97	18/10/2011	o padrão indicado não se mostra adequado, assim são enviadas as recomendações técnicas para a pintura.
37	2011	22/09/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 33	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001678/2011-42	18/10/2011	Pintura de fachada mantendo a cor atual
38	2011	22/09/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 217	Reforma simplificada	Colocação de Toldo	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.001681/2011-66	18/10/2011	
39	2011	21/10/2011	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 46	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001895/2011-32	21/11/2011	Pintura de fachada mantendo a cor atual
40	2011	21/10/2011	Processo de Licenciamento	Praça Engenheiro Greenhalgh, 161 e 171	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001897/2011-21 e 01506.001896/2011-87	11/11/2011	
41	2011	21/10/2011	Processo de Licenciamento	Rua Tiradentes, 161	Reforma simplificada	Pintura de fachada e portas, e colocação de letreiro	Perímetro Tombado	Aprovado parcialmente	01506.001898/2011-76	11/11/2011	Letreiro indeferido, pois o novo letreiro deveria se adequar as novas diretrizes estabelecidas pelo IPHAN
42	2011	21/10/2011	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 64	Reforma simplificada	Pintura de fachada e substituição das telhas existentes por telhas portuguesas	Perímetro Tombado	Aprovado parcialmente	01506.001900/2011-15	11/11/2011	Telhado indeferido, pois deveriam ser mantidas as mesmas telhas. Junto ao parecer foi enviado recomendações técnicas para telhados.

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
43	2011	21/10/2011	Processo de Licenciamento	R. Nove de Julho, 86	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.001903/2011-41	11/11/2011	Indeferido, por a cor canário, escolhida, não ser adequada. Suggestão de uso do órgão cor amarelo vanila. Caso seja adotada a suggestão, não é necessário entrar com nova solicitação.
44	2011	25/10/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 131	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.001917/2011-64	11/11/2011	Indeferido, por a tipo de pintura escolhido, em efeito degrade, não ser considerado adequado pelo órgão. Suggestão: cores neutras como branco, bege, marrom, etc. Caso seja adotada a suggestão, não é necessário entrar com nova solicitação.
45	2011	31/10/2011	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 229/231	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001963/2011-63	23/11/2011	Deferido, com suggestão de que se escolha outra cor para esquadria ou para moldura e barrado, afirm de ter três cores diferentes na fachada. Também é lembrado que para colocação de letreiro e toldo deverá ser apresentado novo requerimento.
46	2011	31/10/2011	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 39	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001964/2011-16	23/11/2011	Indeferido, pois não foi apresentada documentação e projeto da intervenção.
47	2011	09/11/2011	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 93	Reforma simplificada	Pintura de fachada, reforma de telhado e de portas e janelas	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.002020/2011-58	28/12/2011	considera a cor caiu inadequada. Suggestão de algumas cores suaves, sendo sugerido cores diferentes para o fundo da fachada e outra para molduras, frisos, etc. suggestão ainda de retirar o revestimento de cerâmica do barrado, e adequação do letreiro conforme padrão sugerido no livro de orientação do IPHAN. suggestão de apensar a documentação a solicitação 01506.001675/2011-17.
48	2011	08/12/2011	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 97	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.002226/2011-17	19/12/2011	
49	2011	08/12/2011	Processo de Licenciamento	R. 7 de setembro, 41	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.002238/2011-11	19/12/2011	
50	2011	22/02/2011	Processo de Licenciamento	Av. Nossa Senhora do Rocio, 506	Reforma simplificada	Pintura de fachada. Troca de portas, janelas, piso, azulejos; revisão da parte elétrica, reboco.	Entorno	Aprovado	01506.000228/2011-32	28/03/2011	Ressalva de que o imóvel seja pintado em cores claras.
51	2011	01/03/2011	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 87	Reforma simplificada	Pintura de fachada; Troca de porta, e manutenção do telhado	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.000284/2011-77	18/03/2011	As informações são insuficientes para análise, assim, solicita complementação. O pedido deverá ser feito através de novo requerimento, e serão autorizados desde que obedeçam às recomendações técnicas para pintura e sobre telhados principalmente.
52	2011	01/03/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 211	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.000285/2011-11	15/03/2011	As informações são insuficientes para análise, assim, solicita complementação. É apresentada orientação técnica sobre a pintura.
53	2011	01/03/2011	Ofício da Câmara Municipal de Iguape	Praça Engenheiro Greenhalg	Solicita providencias do IPHAN (PAC CH)	Solicita providencias do IPHAN para realização de revitalização da praça via PAC CH	Perímetro Tombado	arquivado	01506.000186/2011-66	25/03/2011	Ofício 226/2011 (OSCN4293) de resposta assinado pela Superintendente Anna Beatriz Ayroza Galvão traz explicações sobre o PAC CH.
54	2011	07/04/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 488	Reforma simplificada	Pintura da fachada; troca de esquadria	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.000501/2011-29	25/04/2011	Em vistoria constatou-se a realização da obra sem projeto aprovado, tendo sido o proprietário notificado pelo IPHAN. A esquadria anteriores não possuía valor histórico e a nova será em madeira, assim o Iphan recomendou a aprovação tanto da substituição quando da pintura.
55	2011	19/04/2011	Processo de Licenciamento	R. Monsenhor Crescente, 75	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.000580/2011-78	12/05/2011	Pintura de fachada em edificação nova. A reforma teve início antes do tombamento. E foi considerado que as cores apresentadas são adequadas.
56	2011	01/06/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 288	Reforma simplificada	Pintura da fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.000854/2011-29	17/06/2011	Igreja presbiteriana de Iguape. Acompanha algumas recomendações quanto a pintura.
57	2011	02/06/2011	Processo de Licenciamento	R. Papa João XXIII, 140	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.000870/2011-11	17/06/2011	Aprovado, porém acompanha recomendações técnicas quanto a pintura. intervenção em edificação contemporânea
58	2011	15/06/2011	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, 12	Reforma simplificada	Pintura da fachada e colocação de anúncios.	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.000980/2011-83	04/07/2011	Aprovado, com encaminhamento de documento técnico para colocação de letreiros.
59	2011	15/06/2011	Processo de Licenciamento	R. Euclides Roque Bastos, 110	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.000945/2011-64	04/07/2011	Acréscita apenas que há uma paleta de cores no muro dos fundos da Casa do Patrimônio, feita com tinta a base de cal, que pode servir como referência para pinturas futuras.
60	2011	27/06/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 373	Reforma simplificada	Pintura de fachada e substituição de janelas.	Perímetro Tombado	Aprovado parcialmente	01506.001021/2011-85	04/07/2011	Não é indicado o material ou desenho das janelas a serem substituídas. Para o IPHAN, não há nada a se opor caso as esquadrias sejam em madeira e reproduzam o mesmo desenho das existentes. Caso contrário é necessário encaminhar os desenhos e detalhes técnicos das mesmas.

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
61	2011	27/06/2011	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 114	Reforma simplificada	Pintura de fachadas	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001022/2011-20	04/07/2011	Ressalta ainda para este sobrado, que devido sua localização é importante a futura adequação do imóvel com : a substituição das esquadrias de alumínio por esquadrias de madeira, e remoção do batido em pedra. O imóvel encontra-se em rua limite entre a área tombada e entorno, cujo entorno imediato encontra-se descaracterizado. Consideraram o gradil proposto adequado, ressalta apenas que é inadequado o uso do alumínio natural ou brilhante.
62	2011	29/06/2011	Processo de Licenciamento	R. Cônego Braga, 33	Reforma simplificada	Substituição de gradil existente por outro em alumínio	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001049/2011-12	07/07/2011	colocação de 2 fadas de tijolos para sustentação da cobertura. Por se tratar de intervenção pequena, já finalizada, em edificação contemporânea, sem interesse histórico, julgou-se desnecessário penalizar o proprietário, contudo alertaram este de que em serviços futuros o IPHAN deve ser comunicado com antecedência.
63	2011	11/07/2011	Processo de Licenciamento	R. 7 de setembro, 352	Reforma (obra irregular)	Reforma da fachada sem prévia autorização	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001153/2011-15	12/09/2011	O imóvel encontra-se em rua limite entre a área tombada e entorno, cujo entorno imediato encontra-se descaracterizado.
64	2011	12/07/2011	Processo de Licenciamento	R. João Paulo XXII, 180	Reforma simplificada	Pintura da fachada regularização de serviços já executados de substituição de esquadrias de madeira, uniformização do reboco da fachada frontal; autorização para recomposição do beiral, conforme imóveis vizinhos	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001159/2011-84	18/08/2011	a intervenção realizada não alterou a dimensão dos vãos existentes, foram modificadas as esquadrias, por outras em madeira e vidro, seguindo padrão existente em outros pontos da cidade.
65	2011	26/07/2011	Processo de Licenciamento	Rua das Neves, 84	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001249/2011-75	26/08/2011	a pintura da fachada encontra-se fracionada, padrão considerado não adequado pelo IPHAN, que apresentou orientações técnicas para adequação da pintura, como uniformizar a pintura do imóvel como um todo, utilizando um padrão único de cores e outras orientações comuns a outros processos, como usar cores diferentes no pano de fundo da fachada e elementos como molduras, etc, além de evitar efeito degradê. É apresentado também ao proprietário um documento formulado pelo IPHAN de orientações gerais para serviços de pintura.
66	2011	26/07/2011	Processo de Licenciamento	R. Major Rebello, 750	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	aprovado	01506.001250/2011-08	23/08/2011	Aprovado com ressalva de que não seja realizada abertura, com risco de falsamento, que a altura do muro seja limitada pela lateral mais baixa, e que o muro tenha cores claras. Também deve avisar ao proprietário que novas intervenções deverão ser apresentadas ao IPHAN com antecedência.
67	2011	17/08/2011	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 137	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001409/2011-86	31/08/2011	O IPHAN indicou abrigo de hidrômetro de piso na calçada para centro histórico tombado. No caso de calçadas de pedra, o abrigo deve ficar na rua, próximo ao meio-fio.
68	2011	17/08/2011	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 37	Reforma	Construção de um novo muro na face posterior de lote urbano	Perímetro Tombado	aprovado	01506.001425/2011-79	22/09/2011	Solicitação da Prefeitura. Autorizado os serviços de substituição de pavimentação e colocação de mobiliário urbano, solicitando complementação para análise de pedido de fechamento da rua.
69	2011	17/08/2011	Processo de Licenciamento	R. XIV de Novembro, 498	Reforma simplificada	Autorização para adequação do padrão de cavalete da Subesp	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001426/2011-13	11/10/2011	Prisamente foi indeferido por falta de informação mínima necessária para análise do pedido. Depois foi aprovado o projeto apresentado de reforma, no imóvel.
70	2011	03/01/2011	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes	Infraestrutura	Construção de calçada em concreto intertravado, paisagismo e melhorias na rua	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.002634/2011-59	02/02/2011	Aprovado, com recomendações sobre a reforma do telhado e pintura, por se tratar de imóvel antigo, com alvenaria de pedra e cal e telhado ainda inteiro.
71	2011	01/02/2011	Processo de Licenciamento	R. Coronel Rolio, 295	Reforma	Reforma de edificação	Entorno	Indefido e Aprovado depois	01506.000118/2011-71 e 01506.001162/2011-06	16/08/2011	
72	2011	01/03/2011	Processo de Licenciamento	R. Cônego Braga, 26	Reforma	Reforma de edificação comercial	Entorno	Aprovado	01506.000282/2011-88	28/03/2011	
73	2011	01/03/2011	Processo de Licenciamento	R. 24 de agosto, n/n, lote 234, quadra 2514	Construção de imóvel	Construção de 3 edificações térreas, configurando residência	Entorno	Aprovado	01506.000283/2011-22	18/03/2011	
74	2011	21/03/2011	Processo de Licenciamento	R. Coronel Rolio, 381	Regularização de edificação	Regularização de edificação já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.000387/2011-37	04/04/2011	

Nº Controle	Ano	Data Inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
75	2011	22/03/2011	Processo de Licenciamento	Centro Histórico (várias ruas)	Obra de Infraestrutura	Readequação da rede de distribuição de energia pela Elektro Eletricidade e Serviços S.A. Obra de Infraestrutura EMERGENCIAL	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.000393/2011-94	02/05/2011	Aprovado com ressalvas: Nas calçadas de pedra não será permitida a substituição do poste, não colocar postes mais altos que os existentes, as as calçadas que sofrerão intervenção deverão ter seu revestimento reconstituído conforme existente. obs 2: Foi conversado com o requerente (DSCN7413) sobre a possibilidade da Elektro auxiliar na execução do "embutimento da fiação no centro Histórico" previsto no PAC CH. Ms foi informado que os processos necessários para tal levavam muito tempo. Obra irregular, fiscalizada pela prefeitura, que notificou IPHAN. Houve desrespeito a embargo da obra, que não foi paralizada. Não existe projeto aprovado nem no IPHAN nem no CONDEPHAAT. e o projeto de CONSERVAÇÃO apresentado não corresponde ao executado. O projeto foi analisado 3 vezes pelo IPHAN, numa primeira foi solicitada complementação de projeto, e nas duas ultimas o projeto foi indeferido. A autorização aprova a regularização, não aprovando nenhum tipo de serviço no Imóvel. A autorização aprova a regularização, não aprovando nenhum tipo de serviço no Imóvel. O projeto mantém a volumetria, sistema de aberturas e materiais existentes, respeitando o registro histórico remanescente, assim o IPHAN aprova a adequação as necessidades atuais expostas.
76	2011	31/03/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de novembro, 340	Reforma (obra irregular)	Execução de um segundo pavimento, criação área de lazer nos fundos, e substituição de porta de ferro por madeira.	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.000449/2011-19	15/09/2011	
77	2011	04/04/2011	Processo de Licenciamento	R. Major Ricardo Kronne, 539	Regularização de edificação	Regularização de edificação assobradada já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.000462/2011-60	25/04/2011	
78	2011	04/04/2011	Processo de Licenciamento	R. Major Ricardo Kronne, 582	Regularização de edificação	Regularização de edificação assobradada já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.000463/2011-12	25/04/2011	
79	2011	20/04/2011	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 10	Reforma	Criação de fosso de iluminação/ventilação a ser feito na água posterior do telhado	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.000583/2011-10	12/05/2011	
80	2011	25/05/2011	Processo de Licenciamento	Av. Carvalho Pinto, 13000	Regularização de edificação	Regularização de edificação comercial já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.000804/2011-41	17/06/2011	
81	2011	25/05/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de novembro, 272	Reforma	Instalação de plataforma elevatória no Paço Municipal	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.000805/2011-96	17/06/2011	Adequação a NBR9050. A edificação possui laje entre térreo e o pavimento superiores, não mais guardando a técnica construtiva original do piso, e a intervenção é proposta em vão existente, não sendo necessária abertura de piso. As alterações propostas não alteram o gabarito atual e não causam impacto direto na área tombada. Recomenda-se a não utilização de cores fortes e/ou vibrantes. Primeiramente foi solicitado complementação de documentação e projeto, em 17 de junho, depois houve aprovação do projeto em 20/07/2011.
82	2011	31/05/2011	Processo de Licenciamento	R. dos Estudantes, 238	Reforma	Reforma e ampliação de edificação contemporânea	Entorno	Aprovado	01506.000850/2011-41	17/06/2011	
83	2011	02/06/2011	Processo de Licenciamento	R. Major Moutinho, 92	Reforma	Reforma, regularização e ampliação de edificação contemporânea	Entorno	Aprovado	01506.000873/2011-55	20/07/2011	
84	2011	15/06/2011	Processo de Licenciamento	R. Padre Magno, 199	Regularização de edificação	Regularização de edificação residencial já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.000947/2011-53	07/07/2011	As dimensões da edificação não interferem na visibilidade da área tombada.
85	2011	17/08/2011	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, s/n	Construção de imóvel	Construção de edificação de uso comercial em lote vazio no perímetro tombado.	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.001410/2011-19	29/09/2011	Indeferido pois a edificação proposta destoa do entorno quanto ao afastamento em relação as divisas e quanto ao gabarito, mais alto que o entorno.
86	2011	08/09/2011	Processo de Licenciamento	Av. Princesa Isabel, 473	Construção de imóvel	Construção de edificação residencial em lote vazio no perímetro tombado. Sendo um volume na parte frontal do terreno com dois pavimentos, e outro térreo no meio	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001579/2011-61	11/10/2011	Aprovado com ressalvas: o ponto da cunheira do imóvel frontal junto a Av. Princesa Isabel não deverá ultrapassar o ponto de cunheira do imóvel contíguo aos fundos, voltado para a Rua Tiradentes.
87	2011	17/08/2011	Processo de Licenciamento	R. Nove de Julho, 33	Reforma	Alteração e ampliação de edificação dentro do perímetro de tombamento.	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.001411/2011-55	29/09/2011	Indeferido: o técnico escreve "o projeto apresentado propõe alteração de forma, fachada, gabarito e ocupação do lote, tratando-se praticamente de uma demolição para construção de edificação
88	2011	13/09/2011	Processo de Licenciamento	R. Major Ricardo Kronne, s/n	Construção de imóvel	Construção de posto de coleta de laboratório de análises clínicas	Perímetro Tombado	Indeferido e Aprovado depois	01506.001609/2011-39	12/12/2011	Aprovado após alteração solicitada pelo IPHAN para manter o muro voltado para a R. Major Kronne, realizando o recuo apenas no trecho referente às 4 vagas de estacionamento.
89	2011	21/10/2011	Processo de Licenciamento	R. Capitão Floramante, 497	Regularização de edificação	Regularização de edificação residencial já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.001885/2011-05	11/11/2011	

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
90	2011	21/10/2011	Processo de Licenciamento	R. Dácio Gonçalves de Souza, 236	Regularização de edificação	Regularização de edificação residencial já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.001884/2011-52	11/11/2011	
91	2011	23/09/2011	Processo de Licenciamento	Centro Histórico (várias ruas)	Obra de infraestrutura	Implantação de acesso metálico no Centro Histórico. Lançamento de cabo óptico na rede aérea utilizando o posteamento existente da Companhia de energia.	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001665/2011-73	17/11/2011	Aprovado com ressalvas: não fica autorizada colocação ou substituição de postes. Na área tombada não fica permitida qualquer intervenção na calçada, nem colocação de nenhum elemento no poste que não seja o cabo óptico.
92	2011	21/10/2011	Processo de Licenciamento	R. Papa João XXIII, 33	Regularização de edificação	Regularização de edificação comercial já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.001886/2011-41	08/11/2011	O proprietário realizou obra irregular na edificação, tendo sido notificado pela prefeitura. O interessado e seu arquiteto entraram em contato com a técnica responsável do IPHAN, consultando sobre a viabilidade do projeto, e nas últimas planilhas apresentadas foi analisado que a altura total do anexo era adequada e o projeto passível de aprovação.
93	2011	23/11/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 62	Reforma	Reforma e ampliação de imóvel residencial	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.002109/2011-14	15/12/2011	
94	2011	08/12/2011	Processo de Licenciamento	R. 7 de Setembro, 584	Regularização de edificação	Regularização de edificação residencial já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.002225/2011-33	08/02/2012	
95	2011	08/12/2011	Processo de Licenciamento	R. Ana Cândida Sandoval Trigo, 1013	Reforma	Reforma e ampliação de templo religioso	Entorno	Aprovado	01506.002228/2011-77	28/12/2011	Adequação a acessibilidade universal e ampliação do segundo pavimento, não havendo aumento da taxa de ocupação nem de gabarito, de forma que não há impacto na área tombada.
96	2011	21/12/2011	Processo de Licenciamento	R. 24 de Agosto, s/n, lote 041, quadra 231.4	Regularização de edificação	Regularização de edificação residencial já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.002354/2011-21	06/02/2012	
97	2011	21/12/2011	Processo de Licenciamento	Av. Nossa Senhora do Rocio, 1012	Regularização de edificação	Regularização de edificação residencial já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.002356/2011-11	03/02/2012	
98	2011	21/12/2011	Processo de Licenciamento	R. Major Rebello, 87	Regularização de edificação	Regularização de edificação residencial já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.002355/2011-76	03/02/2012	
99	2011	13/07/2011	Processo de Licenciamento	R. David Koda, 183	Reforma e Regularização de edificação	Reforma e Regularização de edificação residencial já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.001170/2011-44	26/08/2011	As alterações propostas não alteram o gabarito atual e não causam impacto direto e significativo na área tombada.
100	2011	18/07/2011	Processo de Licenciamento	R. 24 de Agosto, 450	Regularização de edificação	Regularização de edificação residencial já existente no entorno do perímetro de tombamento	Entorno	Aprovado	01506.001193/2011-59	16/08/2011	
101	2011	18/07/2011	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, s/n	Reforma (obra irregular) e Regularização de edificação	Reforma (obra irregular, sem consulta prévia ao IPHAN) e Regularização de edificação no perímetro de tombamento	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.001194/2011-01	08/11/2011	Primeiramente foi embargada a obra irregular, tendo sido o proprietário notificado, posteriormente foi enviado ao IPHAN fotocópia de um projeto datado de 2006, com informações inconsistentes com a obra realizada, como responsável técnico diferente. Sendo assim foi solicitado complementação de documentação e projeto para análise da proposta. Em Novembro de 2011 foi apresentada complementação do projeto, e em 08/11/2011 foi por fim deferido o projeto.
102	2012	19/01/2012	Processo de Licenciamento	R. 7 de Setembro, 143	Regularização de edificação	Regularização de edificação recentemente construída/reformada sem autorização no perímetro tombado.	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.003565/2012-62	08/03/2012	
103	2012	19/01/2012	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 144	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.003567/2012-51	mar/12	As cores apresentadas foram consideradas inadequadas, portanto o pedido foi indeferido. Foram sugeridas outras cores, e caso sejam aceitas as sugestões não é necessário entrar com outro requerimento.
104	2012	19/01/2012	Processo de Licenciamento	R. Princesa Isabel 451 e 455	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.003570/2012-75	06/02/2012	As cores apresentadas foram consideradas adequadas.
105	2012	30/01/2012	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, 84	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.003622/2012-11	09/04/2012	

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
106	2012	31/01/2012	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 26	Reforma simplificada	regularização da pintura da fachada já executada, instalação de toldo retrátil e colocação de placa complementar de publicidade.	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.003633/2012-93	01/03/2012	Aprovado com ressalva quanto ao tipo de placa de acordo com a cartilha do IPHAN.
107	2012	07/03/2012	Processo de Licenciamento	R. 7 de Setembro, 7	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Indeferido	01506.003843/2012-81	09/04/2012	o efeito degradado proposto pelo proprietário não foi considerado adequado. Foi sugerida a utilização de cor verde clara e branca, e o uso de tinta a base de cal ou PVA fosco. Caso sejam aceitas as sugestões não é necessário entrar com novo requerimento.
108	2012	07/03/2012	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 93	Reforma simplificada	pintura de fachada. Reforma dos beirais, substituição das esquadrias da fachada por modelo idêntico, reforma do telhado com substituição das vigas de madeira com cupins.	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.003844/2012-26	30/03/2012	Ressalvas: utilização de uma cor mais suave e reforma dos telhados de acordo com as orientações do IPHAN
110	2012	18/04/2012	Processo de Licenciamento	Av. Ademar de Barros, 65	Reforma simplificada	Pintura de fachada e restauro do beiral lateral.	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.004173/2012-11 e 01506.004175/2012-18	10/05/2012	Apresentação de orientação técnica do IPHAN especificando as cores a serem utilizadas em cada elemento: plano de fundo, molduras de portas e janelas, portas e janelas, e barrado.
111	2012	08/05/2012	Processo de Licenciamento	R. Cônego Braga, 240	Reforma	Reforma de um muro, com demolição de parte dele, e instalação de portão em madeira, com estrutura de madeira e coberto por Reforma no muro de fechamento, com proteção com telhas romanas.	Perímetro Tombado	Aprovado parcialmente	01506.004324/2012-31	12/05/2012	Aprovada a construção da estrutura de cobertura, com recomendação de que o muro atual seja mantido.
112	2012	13/06/2012	Processo de Licenciamento	R. Major Moutinho, 81	Reforma simplificada	troca do portão existente e troca das grades de madeira por grades de ferro.	Entorno	Aprovado	01506.004591/2012-16	06/07/2012	O imóvel tem uso residencial, encontra-se em estado muito ruim de conservação e muito alterado
113	2012	19/06/2012	Processo de Licenciamento	Rua Tiradentes, 15	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	arquivado	01506.004652/2012-37	31/12/2012	Higienização e repintura da fachada (com Cal). Houve desistência da realização do serviço pelos interessados.
114	2012	27/06/2012	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, 92	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.004717/2012-44	11/07/2012	Pedido de pintura da alvenaria com tinta de cal em cor branca e substituição do verniz brilhante por verniz fosco nas esquadrias.
115	2012	25/07/2012	Processo de Licenciamento	cruzamento das ruas XV de Novembro, com 9 de Julho	Oliva de Infraestrutura	Manutenção da drenagem no cruzamento das ruas.	Perímetro Tombado	Aprovado	01506.004975/2012-97	07/08/2012	Pedido feito pela prefeitura e aprovado pelo IPHAN com a especificação de que o revestimento da rua deverá ser mantido como tal após a conclusão da obra
116	2012	09/08/2012	Processo de Licenciamento	R. Papa João XXIII, n/h próximo a oficina cultural Gerson de Abreu	Consulta prévia	Consulta prévia sobre a viabilidade de construção de uma escola de idiomas com fachada aparente e colocação de luminoso bandeira, fachada e totem e segundo pavimento	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005250/2012-50	04/09/2012	Resposta: Poderão ser permitidas construções de um pavimento, com até 6 metros de altura total, desde que devidamente aprovadas pelo Instituto. Para a instalação de equipamentos publicitários devem-se respeitar os parâmetros do IPHAN conforme o caderno "Orientações para reformas simplificadas: letreiros, toldos e pinturas"
117	2012	24/08/2012	Processo de Licenciamento	R. 7 de setembro, 185	Consulta prévia	Consulta prévia sobre a viabilidade de construção de sobrado no perímetro tombado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005256/2012-27	31/08/2012	Resposta: Poderão ser permitidas construções de um pavimento, com até 6 metros de altura total, desde que devidamente aprovadas pelo Instituto. Sugerimos o estudo de uma solução arquitetônica que contemple tais parâmetros.
118	2012	24/08/2012	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 190	Reforma simplificada	Reparos nas telhas, limpeza geral dos telhados e retrada de goteiras.	Perímetro tombado	Aprovado	01505.005257/2012-71	30/08/2012	Além da aprovação do pedido foi indicado ao interessado que quando for realizar serviço de pintura do imóvel, esta seja adequada ao padrão do IPHAN, bem como os toldos. Seguindo o caderno técnico para reformas simplificadas do IPHAN, disponível na Casa do patrimônio.
119	2012	24/09/2012	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 204	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005464/2012-26	19/12/2012	O pedido está de acordo com as orientações do folheto do IPHAN "Orientações para reformas simplificadas - letreiros, toldos e pinturas".
120	2012	24/04/2012	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 205	Reforma	Reforma na calçada da edificação, com colocação de pedra miracema na calçada junto ao imóvel.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005465/2012-71	16/10/2012	Acompanha a aprovação, reprodução dos art. 17 e 18 do decreto-lei 25/1937, para lembrar a interessada que qualquer intervenção na área tombada deverá ser apreciada pelo IPHAN.
121	2012	16/10/2012	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 35	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005632/2012-83	19/12/2012	Proposta de cores considerada de acordo com as indicações técnicas do IPHAN para o Centro Hist. De Iguaçu. Além disso a proposta de cores foi analisada previamente pela arquiteta do dep. De obras da prefeitura de Iguaçu Jennifer Abreu e pela arquiteta Valéria Gazafri do IPHANQ Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira.

Nº Controle	Ano	Data Inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
122	2012	31/10/2012	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 205	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005743/2012-90	19/12/2012	Idem acima
123	2012	31/10/2012	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 72	Reforma simplificada	Reforma do telhado.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005746/2012-23	19/12/2012	Recomposição do telhado com substituição de madeiramento e de telhas romanas por telhas portuguesas. Aprovado, devendo o interessado seguir as recomendações apresentadas no parecer pelo IPHAN.
124	2012	19/06/2012	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 45	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004648/2012-79	06/07/2012	Aprovado. Foram apresentadas cada etapa de projeto, tal qual como o projeto de restauro do Correlito Velho, e o projeto foi sendo discutido com a secretaria de Estado de Cultura, e escritório de arquitetura responsável e o Condephaat, para adequações no projeto, mas as etapas foram acompanhadas pelo IPHAN, havendo sugestões no parecer de cada etapa, e por fim o projeto foi aprovado pelo IPHAN.
125	2012	10/01/2012	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 522	Reforma	Reforma do edifício da Oficina Cultural Gerson de Abreu	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003529/2012-07	17/08/2012	O processo foi encerrado depois que se constatou que a Associação Comercial e Empresarial de Iguape cumpriu o compromisso assumido e retirou as referidas placas, preservando dessa maneira a ambiência do Centro Histórico.
126	2012	19/01/2012	Processo de Fiscalização	Praça da Basílica	Reforma simplificada	Fiscalização do Centro Histórico. Retirada das placas de propaganda instaladas nos bicicletários na Praça da Basílica	Perímetro tombado	aprovado	01506.003566/2012-15	23/04/2012	A obra foi iniciada com a aprovação do IPHAN, que solicitou sua paralisação em 07/03/2012. O projeto primeiramente apresentado foi indeferido pois apresentava pé-direito de 4m e o ponto mais alto do telhado de 8m de altura; e a linguagem arquitetônica adotada simulava a arquitetura histórica de Iguape. O novo projeto apresentado se adequa as diretrizes colocadas pelo IPHAN, sendo considerado o projeto passível de aprovação.
127	2012	19/01/2012	Processo de Licenciamento	R. São Miguel	Reforma	Construção de rampa para acessibilidade ao Cemitério Municipal de Iguape	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003571/2012-10	28/03/2012	As dimensões da edificação não interferem na visibilidade da área tombada, mas faz uso de materiais inapropriados como telhas de fibrocimento e esquadrias de alumínio.
128	2012	30/01/2012	Processo de Licenciamento	R. Major Rebelo, s/n	Construção de imóvel	Construção do Velório Municipal	Perímetro tombado	Indeferido e Aprovado depois	01506.003621/2012-69	28/03/2012	As dimensões da edificação não interferem na visibilidade da área tombada, mas faz uso de materiais inapropriados como telhas de fibrocimento e esquadrias de alumínio.
129	2012	18/01/2012	Processo de Licenciamento	R. Carlos Ribeiro, 9	Regularização de edificação	Regularização de edificação existente antes do tombamento, que recentemente foi reformada para adequação do imóvel ao uso de salão de festas.	Entorno	Aprovado	01506.003559/2012-13	06/02/2012	As dimensões da edificação não interferem na visibilidade da área tombada, mas faz uso de materiais inapropriados como telhas de fibrocimento e esquadrias de alumínio.
130	2012	30/01/2012	Processo de Licenciamento	R. Capitão Floramante, 65	Regularização de edificação	Regularização de edificação residencial existente antes do tombamento.	Entorno	Aprovado	01505.003623/2012-58	07/03/2012	As dimensões da edificação não interferem na visibilidade da área tombada.
131	2012	08/02/2012	Processo de Licenciamento	R. Major Moutinho, 39	Regularização de edificação	Regularização de edificação residencial existente antes do tombamento.	Entorno	Aprovado	01506.003607/2012-94	07/03/2012	As dimensões da edificação não interferem na visibilidade da área tombada.
132	2012	02/03/2012	Processo de Licenciamento	Largo do Rosário, s/n	Reforma simplificada	Serviços de Manutenção na Igreja do Rosário: retirada da vegetação, rejunte da torre para evitar infiltrações, limpeza para remoção de biofilmes, limpeza das sujidades e calçamento.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003826/2012-17	30/04/2012	A obra foi iniciada sem a autorização do CONDEPHAAT, por isso os responsáveis da Mitra diocesana de Iguape tiveram que assinar termo de ajustamento de conduta, em janeiro de 2012, e apresentar ao IPHAN. Este em ofício de resposta esclareceu que por se tratar de perímetro protegido também em esfera federal, o projeto de restauração deveria ser apresentado para apreciação para o CONDEPHAAT, para o IPHAN e também para a prefeitura municipal. Por fim em 2014 o projeto foi aprovado no IPHAN.
133	2012	02/03/2012	Processo de Licenciamento	Praça São Benedito, s/n	Reforma (obra irregular) e Regularização de edificação	Regularização quanto a obra irregular da Igreja São Benedito. Projeto de Manutenção da edificação: substituição da cobertura por telha capa canal, ampliação das calhas, remoção da gradeira frontal e remoção das vegetações, substituição do piso dos corredores laterais de cerâmica por ladrilho hidráulico e restauro das janelas.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003818/2012-06	03/02/2014	

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
134	2012	10/04/2012	Processo de Licenciamento	R. Sebastião de Moraes	Construção de imóvel	Construção de edificação unifamiliar.	Perímetro tombado	Indeferido e Aprovado depois	01506.004093/2012-65	31/05/2012	Primeiramente foi apresentado o projeto para uma edificação residencial assobradada. Este projeto foi indeferido pelo IPHAN, visto que nele o ponto mais alto da cumeeira tinha 6,92 m, quando deveria ter, de acordo com as diretrizes do IPHAN, 6,00m no máximo, sendo preferencialmente térrea. O segundo projeto apresentado atendeu as solicitações e portanto foi aprovado.
135	2012	09/05/2012	Processo de Licenciamento	R. Cel. Jeremias Muniz, 89	Reforma	Conservação e ampliação de residência unifamiliar.	Entorno	Aprovado	01506.004718/2012-99	17/07/2012	Primeiramente foi solicitado complementação de documentação e projeto (sendo solicitada planta "a demolir e a construir"), em 06 de junho, além disso foram feitas sugestões quanto a fachada. Depois houve aprovação do projeto em 17 de julho de 2012, no qual foram atendidas as solicitações do 1º Ofício.
136	2012	09/05/2012	Processo de Licenciamento	R. Cel. Jeremias Muniz, 15	Regularização de edificação	Regularização de edificação residencial existente antes do tombamento.	Entorno	Aprovado	01506.004332/2012-87	31/05/2012	
137	2012	30/05/2012	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 22	Reforma	Reforma e restauração para uso comercial: subdivisão interna em paredes de tipo dry-wall e a abertura de duas janelas existentes e sua transformação em portas.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004495/2012-60	19/12/2013	Em 28/06/2012 foi dado um primeiro parecer, em que o projeto em questão era aprovado parcialmente, com as seguintes restrições: a abertura de janela existente para Rua 9 de Julho deverá ser mantida como tal, podendo-se aproveitar a calharia da janela voltada para a Praça da Basílica que se transformará em porta. A nova proposta atende as recomendações e portanto foi aprovado. Em 29/06/2012 o primeiro parecer indeferiu o projeto proposto, e solicitou que o telhado, que então estava com 7,15m, fosse instalado novamente no local e altura anteriormente existente. O novo projeto foi apresentado em 07/10/2013, reduzindo-se a altura total da edificação para 7m e alterando a fachada para uma porta e duas janelas. Considerando que a nova proposta atendia as recomendações, esta foi aprovada em 19/12/2013.
138	2012	30/05/2012	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 7	Reforma	Reforma pra adequação da edificação para fins comerciais, com a inserção de mezanino em laje pré-moldada, e transformação de dois vãos de janela em portas.	Perímetro tombado	Indeferido e Aprovado depois	01506.004496/2012-12	19/12/2013	
139	2012	05/06/2012	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, 92	Reforma	Adequação do imóvel para um laboratório de análises clínicas: subdivisões internas com paredes tipo Dry-wall. Nos fundos do imóvel fica anexo onde ficaram os equipamentos de ar condicionado, para o qual não foi apresentado projeto.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004544/2012-64	18/06/2012	Aprovado com restrições: para a pintura do imóvel deverá ser apresentado requerimento de pintura (modelo IPHAN) e que os dutos de ar condicionado não sejam instalados de modo a interferir ou mutilar as paredes existentes.
140	2012	13/06/2012	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, s/n	Reforma	Readequação de imóvel anexo à Basílica do Senhor Bom Jesus de Iguape. Propõe aumentar os sanitários com a redução do tamanho da laje.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004606/2012-61	06/07/2012	A configuração externa da fachada não será alterada pelo projeto.
141	2012	19/06/2012	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 85	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004650/2012-48	07/08/2012	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
142	2012	19/06/2012	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 85	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004651/2012-92	07/08/2012	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
143	2012	20/06/2012	Processo de Licenciamento	R. David Koda, 177	Reforma	Ampliação do imóvel de uso comercial, com aumento da área construída e alteração de gabarito de um para dois pavimentos, com altura total da cumeeira de 7,77m.	Entorno	Indeferido e Aprovado depois	01506.004654/2012-26	02/04/2013	A primeira proposta de intervenção foi indeferida em 11/07/2012, defendendo que os lotes adjacentes ao imóvel estão ocupados por edificações de um pavimento, portanto uma edificação de dois pavimentos na região prejudicaria a ambiência da área, devendo portanto o imóvel em questão ser mantido com gabarito atual de um pavimento, e devendo ter atenção ao partido arquitetônico que deve ser condizente com a área protegida. Em 28/12/12 foi emitido novo parecer em que se relata que em 23/11/12 houve uma reunião com o proprietário do imóvel em questão, com apreciação em caráter provisório do novo projeto apresentado. Na reunião foi informado que o gabarito deveria ser abaixado para altura máxima de 7m, mantendo-se um pavimento, assim o projeto deveria ser devolvido ao interessado para correção das plantas. Em 02/04/2013 foi aprovado o projeto, visto que a última versão apresentada atende as recomendações e determinações do IPHAN.

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Número IPHAN	Data Final	Observação
144	2012	21/06/2012	Processo de Licenciamento	R. Saldanha Marinho, s/n	Reforma (obra irregular) e Regularização de edificação	Ampliação e regularização de imóvel, já com a alvenaria e telhados prontos.	Entorno	Aprovado	01506.004680/2012-54	02/04/2013	Em 01/08/12 foi feito um primeiro parecer onde o IPHAN sugere a paralisação da obra até que se conclua o processo de aprovação pelo IPHAN. Na oportunidade o IPHAN solicita complementação de desenhos de projeto, para adequada análise. No dia 26/01/13 é emitido novo parecer no qual é reitera a solicitação de complementação do projeto, visto que o novo projeto apresentado não contempla os itens solicitados anteriormente. Em 02/03/13 sai parecer favorável ao projeto, considerando que o projeto apresentado não afeta a ambiência da área de entorno.
145	2012	22/07/2012	Processo de Licenciamento	R. Monsenhor Crescente, 13	Reforma	Reseduação para uso comercial, com acréscimo de duas paredes, para delimitar três salões comerciais e adaptação nas portas, redistribuindo-as de forma a deixá-las mais semelhantes em suas	Entorno	Aprovado	01506.004762/2012-07	10/06/2013	
146	2012	28/08/2012	Processo de Licenciamento	R. Dos Estudantes, 175	Reforma	Reforma e ampliação de edificação de uso comercial	Entorno	Aprovado	01506.005281/2012-19	27/09/2012	O projeto não afeta a ambiência.
147	2012	17/09/2012	Processo de Licenciamento	R. Capitão Floramante, 243	Reforma	Construção de uma garagem em uma residência	Entorno	Aprovado	01506.005419/2012-71	04/10/2012	A edificação proposta tem um pavimento com altura de 4,23 e cobertura em telha portuguesa. "Abrigará a garagem e área de lazer da residência, construída no fundo do lote". Foi considerado que a intervenção não afeta a ambiência, sendo a proposta aprovada.
148	2012	29/09/2012	Processo de Licenciamento	Rua H, s/n lote 0283, quadra 1455	Construção de imóvel	Construção de residência unifamiliar	Entorno	Aprovado	01506.005459/2012-13	16/10/2012	a proposta não afeta a ambiência.
149	2012	24/09/2012	Processo de Licenciamento	Rua H, s/n, lote 0278, quadra 1455	Construção de imóvel	Construção de residência unifamiliar	Entorno	Aprovado	01506.005460/2012-48	16/10/2012	a proposta não afeta a ambiência.
150	2012	24/09/2012	Processo de Licenciamento	R. Capitão Floramante, 251	Construção de imóvel	Construção de residência unifamiliar	Entorno	Aprovado	01506.005461/2012-92	16/10/2012	a proposta não afeta a ambiência.
151	2012	24/09/2012	Processo de Licenciamento	R. Capitão Oliveira, 58	Construção de imóvel	Construção de residência unifamiliar	Entorno	Aprovado	01506.005466/2012-15	16/10/2012	a proposta não afeta a ambiência.
152	2012	16/10/2012	Processo de Licenciamento	Av. princesa Isabel, 215	Reforma	Projeto de conservação e ampliação de edificação unifamiliar: ampliação de imóvel térreo para dois pavimentos, com altura total de 8m na cumeeira.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005631/2012-39	12/07/2013	No parecer da primeira proposta de intervenção em 19/12/12 foi sugerido que a edificação não ultrapassasse a altura máxima de 7,5 para não haver obstrução visual e comprometimento da ambiência da área tombada. Como na apresentação do novo projeto a solicitação foi atendida, o projeto foi aprovado.
153	2012	16/10/2012	Processo de Licenciamento	Av. Marginal, lote 06, quadra 04.	Construção de imóvel	Construção de residência unifamiliar térrea	Entorno	Aprovado	01506.005633/2012-28	19/12/2012	a proposta não afeta a ambiência.
154	2012	31/10/2012	Processo de Licenciamento	R. Laiz Carneiro Muniz, s/n	Construção de imóvel	Construção de residência unifamiliar térrea	Entorno	Aprovado	01506.005749/2012-67	19/12/2012	a proposta não altera a ambiência.
155	2012	26/12/2012	Processo de Licenciamento	R. Ana Cândida Sandoval Trigo, 256	Construção de imóvel	Construção de duas residências unifamiliares	Entorno	Indeferido e Aprovado depois	01506.006100/2012-63	15/10/2013	A primeira proposta não foi aprovada pois o projeto previa o uso de telhas de fibrocimento, que não são permitidas no perímetro tombado e em seu entorno. Foi solicitada a apresentação de novo projeto com cobertura de telhas cerâmicas e uso de cores claras na fachada. Em 15/10/13 o novo projeto foi apresentado atendendo as solicitações do IPHAN, e foi aprovado.
157	2013	02/07/2013	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 169	Reforma	Substituição e reposicionamento de poste padrão da empresa Elektro; substituição de porta de madeira, colocação de cimália, moldura e barrado na fachada do imóvel, e alteração do piso da calçada de ardósia por pedra Miracema.	Perímetro tombado	Aprovado parcialmente	01506.003449/2013-24	17/07/2013	Foi aprovada a substituição e reposicionamento do poste, a substituição da porta e do piso da calçada, desde que seguindo as diretrizes estabelecidas pelo IPHAN: a porta deverá ser substituída por outra de mesmo material e com o mesmo padrão e desenho existente, e a pedra Miracema é adotada pelo IPHAN para o Centro histórico desde que em padrão retangular, sem travamento e colocada paralela à fachada do imóvel. Para as demais intervenções é necessário entrar com novo pedido, apresentando desenho que especifique as intervenções na fachada
158	2013	05/07/2013	Processo de Licenciamento	Av. Princesa Isabel, 517	Reforma e Regularização de edificação	Regularização e ampliação de residência unifamiliar de dois pavimentos	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003493/2013-34	17/07/2013	
159	2013	18/04/2013	Processo de Licenciamento	Largo Marcondes Salgado, 05	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003018/2013-68	21/06/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
160	2013	16/07/2013	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 98	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003551/2013-20	17/07/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
161	2013	16/07/2013	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 113	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003550/2013-85	17/07/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
162	2013	16/07/2013	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, 30	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003552/2013-74	17/07/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
163	2013	03/09/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 96	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003853/2013-06	19/09/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
164	2013	04/06/2013	Processo de Licenciamento	R. Princesa Isabel 517	Reforma	Reconstrução do muro de fachada, substituição do portão de madeira por outro do mesmo material e refazer a calçada mantendo a atual em concreto com acabamento em cimento aparente.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003256/2013-73	21/07/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas". Aprovado desde que siga as recomendações: o portão deverá ser substituído por outro do mesmo material, desmonte ser mantido o ritmo, alinhamento e proporção da abertura, e a dimensão do vão deverá manter as proporções de altura e largura conforme tipologias arquitetônicas originais. Para a calçada o parecer diz que o IPHAN adota para o Centro Histórico como norma o uso da pedra Miracema, em lajão retangular cinza, paralela à fachada.
165	2013	07/10/2013	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 02	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004108/2013-76	15/10/2013	Reforma do telhado com substituição do madeiramento e de telhas canal por paulistinha. Aprovado desde que siga as recomendações do IPHAN apresentadas para reforma de telhados.
166	2013	04/06/2013	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 117	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003259/2013-15	21/07/2013	Reforma do telhado com substituição do madeiramento comprometido e de telhas de fibrocimento por telhas de cerâmica portuguesa ou colonial. Aprovado desde que siga as recomendações do IPHAN apresentadas para reforma de telhados.
167	2013	03/09/2013	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 106	Consulta prévia	Análise prévia de ampliação de edificação residencial de dois pavimentos.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003855/2013-97	19/09/2013	A proposta prevê a ampliação da residência com aproveitamento de terreno vazio anexo a edificação principal. O IPHAN recomenda que a altura máxima não ultrapasse 7,5m na altura da cumeeira. Também recomenda que se verifique junto a prefeitura municipal sobre a varanda prevista em projeto. Observadas essas recomendações o IPHAN autoriza o desenvolvimento de
168	2013	03/09/2013	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 70	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003858/2013-21	19/09/2013	tendo em vista a má conservação do telhado, sugere a substituição das telhas de fibrocimento por telhas de cerâmica no padrão adotado pelo iphan para o centro histórico de Iguaçu.
169	2013	03/09/2013	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 130	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003859/2013-75	19/09/2013	Aprovado o desenvolvimento de anteprojeto desde que considerada as recomendações indicadas no parecer, sendo a mais importante que a altura máxima de até 8m.
170	2013	11/03/2013	Processo de Licenciamento	R. Major Young com Major Coutinho	Consulta prévia	Construção de um segundo pavimento	Entorno	Aprovado	01506.002813/2013-39	02/04/2013	
171	2013	06/02/2013	Processo de Licenciamento	Praça São Benedito, 43	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.002663/2012-63	26/02/2013	
172	2013	16/07/2013	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 52	Reforma	Reforma de calçada com recolocação de pedra Miracema por problemas com nivelamento.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003555/2013-16	17/07/2013	Aprovado desde que siga a recomendação de colocação das pedras em Centro históricos feita pelo IPHAN.
173	2013	22/04/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 452	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003050/2013-43	29/04/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
174	2013	09/06/2013	Processo de Licenciamento	R. Rua Tiradentes, 40	Reforma simplificada	Pintura de fachada e troca de toldo	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003254/2013-84	21/06/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
175	2013	30/07/2013	Processo de Licenciamento	R. Porto do Rosário, 02	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003633/2013-74	12/08/2013	Substituição de telhas do beiral por paraqueto, para facilitar a manutenção do imóvel. Foi considerado que não afeta significativamente a ambiência ou visibilidade da área tombada.
176	2013	07/10/2013	Processo de Licenciamento	R. 9 de julho, 24	Reforma simplificada	Autorização para colocação de armário como vitrine, com frente para a R. 9 de Julho.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004115/2013-78	08/11/2013	"O iphan adota para o Centro Histórico que as fachadas deverão ser preservadas, não sendo admitida qualquer alteração, sendo vedado o uso de painéis de vidros, vidros tipo blindex, voltados para o exterior das edificações. Considerando que a proposta em questão não há alteração de fachada, só deslocamento de um armário a ser usado como vitrine, o pedido foi aprovado."
177	2013	27/09/2013	Processo de Licenciamento	Rodovia Ivo Zaneli, 113	Consulta prévia	Instalação de um viveiro de pássaros	Entorno	Aprovado	01506.004044/2013-11	08/11/2013	O núcleo de pesquisa e conservação da Fauna e Flora Silvestre, fez consulta prévia sobre a construção do viveiro. Foi aprovado o desenvolvimento do projeto na área C, na entrada da cidade, do lado direito/leste da ponte do Vale Grande, conforme orientação da Superintendente do IPHAN SP, Anna Beatriz Ayrosa Galvão.

Nº Controle	Ano	Data Inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
178	2013	30/10/2013	Processo de Licenciamento	R. Coronel Jeremias Munitz, 89	Reforma	Execução de um muro para a fachada do imóvel, com dois portões de madeira.	Entorno	Indeferido	01506.004290/2013-65	19/12/2013	O Iphan adota para as fachadas do Centro hist. o revestimento externo em argamassa lisa, não sendo permitidos texturas ou revestimentos aplicados como cerâmicas, pastilhas, pedras, etc. Como a proposta previa o uso de revestimento de pedras rústicas, a proposta foi indeferida e foi sugerido a substituição do revestimento por argamassa lisa em cor única.
179	2013	16/07/2013	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 106	Reforma simplificada	Colocação de Toldo	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003548/2013-14	17/07/2013	A proposta foi aprovada desde que siga as recomendações e diretrizes estabelecidas pelo IPHAN para colocação de toldos. Além disso foi sugerida a recomposição da calçada do imóvel (segundo as recomendações do IPHAN para tal obra em Centro históricos) em vista do péssimo estado de conservação da mesma.
180	2013	30/10/2013	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 115	Reforma simplificada	Pintura de fachada, troca de revestimento da calçada e colocação de toldo e colocação de adesivo com logotipo nos vidros das janelas.	Perímetro tombado	Indeferido	01506.004292/2013-54	19/12/2013	Indeferida a proposta para apresentação de novo requerimento referente a colocação do adesivo nas janelas. Foi sugerida a substituição dos vidros temperados por esquadrias de madeira. Além disso foram apresentadas as sugestões e diretrizes do IPHAN para troca de cor da fachada, colocação de toldo e reforma da calçada.
181	2013	03/09/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 30	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003860/2013-08	04/10/2013	Além de aprovada a solicitação de pintura da fachada, foi recomendada a substituição do barrado em material cerâmico por alvenaria, conforme os padrões do IPHAN para o Centro Histórico.
182	2013	04/06/2013	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 64	Reforma simplificada	Pintura de fachada e reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003257/2013-18	21/06/2013	Reforma do telhado com substituição das telhas existentes por telhas do tipo capa e canal. Aprovada a solicitação desde que se siga as recomendações e diretrizes do IPHAN para reformas de telhados.
183	2013	04/06/2013	Processo de Licenciamento	R. dos Estudantes, 33	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Indeferido	01506.003258/2013-62	21/06/2013	Com substituição de telhas francesas e de fibrocimento por telhas portuguesas e do madeiramento. Indeferido, sendo necessária apresentação de novas informações solicitadas.
184	2013	26/11/2013	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 233	Reforma simplificada	Instalação de informe publicitário	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004473/2013-81	19/12/2013	Aprovado, pois está de acordo com as diretrizes do IPHAN para instalação de informes publicitários.
185	2013	07/10/2013	Processo de Licenciamento	R. dos Estudantes, 256	Reforma simplificada	Pintura de fachada e colocação de pedra miracema na calçada e do barrado do imóvel.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004116/2013-12	15/10/2013	Pintura autorizada, por estar de acordo De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas". E calcamento, apresenta as recomendações do Iphan para uso da pedra miracema, em padrão de colocação estabelecido
186	2013	03/09/2013	Processo de Licenciamento	R. Major Moutinho, 39	Reforma simplificada	Pintura de fachada e reforma do beiral do telhado	Entorno	Aprovado	01506.003856/2013-31	19/09/2013	sugestão para seguir a recomendação do Iphan do caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
187	2013	03/09/2013	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 45	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003857/2013-86	19/09/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
188	2013	04/06/2013	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 134	Reforma simplificada	Pintura de fachada e reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003253/2013-30	21/06/2013	Reforma do telhado, com substituição das telhas francesas por portuguesas e do madeiramento.
189	2013	18/04/2013	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 01	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003019/2013-11	29/04/2013	Reforma do telhado, com troca das telhas e ripas e colocação de manta na parte inferior. Câmara Municipal. Pedido aprovado com indicação das diretrizes para reforma do detelhado a ser seguidas.
190	2013	26/11/2013	Processo de Licenciamento	R. Cônego Braga, 70	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.00447/2013-25	19/12/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
191	2013	06/02/2013	Processo de Licenciamento	R. Major Ricardo Krome, 388	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Entorno	Aprovado	01506.002664/2013-16	26/02/2013	Reforma do telhado com troca de telhas por outras novas do tipo colonial e madeiramento. Aprovado, devendo seguir as diretrizes do IPHAN para tal obra.
192	2013	15/02/2013	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 405	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Entorno	Aprovado	01506.002731/2013-94	06/03/2013	
193	2013	23/07/2013	Processo de Licenciamento	R. Sete de Setembro, 145	Reforma	Recomposição de uma parede que apresentava grandes rachaduras e substituição de um portão de madeira	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004013/2013-52 e 01506.004114/2013-23	15/10/2013	Houve um pedido de intervenção em 23/07/2013, para recomposição de uma parede que apresentava grandes rachaduras e substituição de um portão de madeira. O interessado contou não aguardou autorização, reafirmando a obra sem prévia autorização, o que foi detectado em vistoria. O Iphan notificou o proprietário, que em 04/09 apresentou novo requerimento, informando que quando tentou desmanchar a parede, a mesma veio ao chão e por isso teve que refazer as colunas e parede lateral, sendo que não houve alterações nas proporções de abertura e tamanho do portão. Visto a necessidade imediata de recomposição dos muros e que não houve prejuízo na configuração do bem, a proposta foi aprovada, devendo apenas atender as diretrizes do Iphan para este tipo de

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
194	2013	25/02/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 272	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.002730/2013-40	06/03/2013	
195	2013	28/06/2013	Processo de Licenciamento	R. Major Rebello, 705	Reforma	Substituição de portão de madeira por outro de mesmo material	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003553/2013-19	17/07/2013	Solicitação da Prefeitura. Autorizado os serviços de substituição de pavimentação e colocação de mobiliário urbano, solicitando complementação para análise de pedido de fechamento da rua.
196	2013	25/02/2013	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 134	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.002729/2013-15	06/03/2013	
197	2013	24/04/2013	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 108	Reforma	Reforma do telhado (substituição de telhas de fibrocimento por telhas cerâmicas capa e canal) e substituição de porta de correr por expositor de vidro	Perímetro tombado	Indeferido	01506.003046/2013-85	29/04/2013	segundo as diretrizes para o Centro Histórico fica vedado o uso de painéis de vidro sem montantes ou do tipo blindex, voltados para o exterior das edificações.
198	2013	09/04/2013	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 389	Reforma	Reforma do telhado (substituição de telhas de fibrocimento por outras de mesmo material)	Entorno	Indeferido	01506.003769/2013-84	18/10/2013	O proprietário realizou obra irregular na edificação, tendo sido notificado pela prefeitura em 09/04/2013, que comunicou da necessidade de apresentar requerimento para autorização de intervenções junto ao IPHAN. Em 21/08 foi recebido pelo IPHAN o requerimento. Segundo o parecer a solicitação encontrava-se em análise, e apesar de não ser autorizado, a obra prosseguia. Assim o parecer desaprovava o projeto e solicitava imediata paralisação da obra. De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
199	2013	11/07/2013	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 60	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003554/2013-63	17/07/2013	
200	2013	15/07/2013	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 52	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003559/2013-51	17/07/2013	
201	2013	25/02/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 205	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.002732/2013-39	06/03/2013	Reforma do telhado com substituição de telhas por outras novas coloniais. Aprovado, com indicação das diretrizes a serem seguidas para reformas simplificadas"
202	2013	23/05/2013	Processo de Licenciamento	R. Major Kronner, 306	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Entorno	Aprovado	01506.004012/2013-16	04/10/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
203	2013	30/07/2013	Processo de Licenciamento	Av. Princesa Isabel, 517	Consulta prévia	Construção de residência unifamiliar com dois pavimentos	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003632/2013-20	12/08/2013	Aprovado o desenvolvimento de anteprojeto. Foi considerado que não há obstrução visual da área tombada, visto que a edificação tem 7m até a cumeleira.
204	2013	30/07/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 130	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003631/2013-85	12/08/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
205	2013	30/07/2013	Processo de Licenciamento	R. Major Moutinho, s/n	Consulta prévia	Construção de escola	Entorno	Aprovado	01506.003634/2013-19	12/08/2013	Aprovado o desenvolvimento de anteprojeto. Foi considerado que "tendo em vista que se trata de área de entorno e poderá apresentar novas construções novas revitalizando e valorizando o espaço, avalio que o projeto pode ser desenvolvido, por não apresentar comprometimento das características da área em referência", deverá atentar-se a legislação municipal também.
206	2013	21/08/2013	Processo de Licenciamento	R. Augusto Rolio, s/n	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003778/2013-75	04/10/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
207	2013	03/09/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 170	Reforma	Instalação de grades protetoras internas e externas.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003852/2013-53	04/10/2013	Instalação de uma grade externa ornamental. O interessado informou em conversa com a técnica que a grade foi colocada na parte externa devido a necessidade de instalação de um sistema de segurança que não poderia ser fixado na porta de madeira. Recomendou-se o estudo de outra alternativa possibilitando a colocação da grade na parte interna. Apesar disso foi considerado que a intervenção não interfere significativamente na ambiência ou visibilidade da área tombada, sendo aprovada
208	2013	03/09/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 1376	Reforma simplificada	Pintura de fachada, substituição de porta por outra de mesmo material, nivelamento da calçada e reforma do beiral com troca do madeiramento.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003854/2013-42	04/10/2013	Aprovado, desde que siga as recomendações descritas no parecer.
209	2013	18/04/2013	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 387	Reforma	Ampliação, através da construção de um novo pavimento	Entorno	Aprovado	01506.003016/2013-79	29/04/2013	Aprovado, desde que siga as recomendações descritas no parecer.
211	2013	22/04/2013	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 123	Reforma simplificada	Colocação de Toldo	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003047/2013-11	29/04/2013	Sujeição de que o toldo esteja dentro das especificações estabelecidas no caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
212	2013	22/04/2013	Processo de Licenciamento	R. Paulo Moutinho, 72	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003048/2013-74	29/04/2013	Reforma do telhado com elevação do ponto do telhado em 10cm. Construção de laje pré moldada em toda edificação, com cobertura de telhas de barro do tipo capa e canal e madeiramento de peroba. E portas e janelas em madeira de lei. A obra de ampliação apresentada foi realizada anteriormente ao tombamento do iphan, tendo sido autorizada na época pelo CONDEPHAAT e Prefeitura Municipal. Não houve término total da obra e para tal entrou com requerimento de autorização no IPHAN. O imóvel apresenta intervenção em desacordo com o projeto, constituído de uma mureta de concreto no segundo pavimento que deverá ser retirada e substituída pelo gradil apresentado na planta e memorial da proposta de intervenção. Segue a descrição da diretriz do IPHAN para cominação de letreiros e toldos. O projeto é aprovado, devendo o proprietário retirar a mureta de concreto, o esquadramento publicitário e realizar adequação do toldo.
213	2013	07/10/2013	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 147	Reforma	Ampliação de um salão comercial	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004112/2013-34	14/10/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
214	2013	07/10/2013	Processo de Licenciamento	R. Paulo Moutinho, 12	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004113/2013-89	15/10/2013	
215	2013	06/02/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 330	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.002667/2013-41	25/02/2013	
216	2013	26/11/2013	Processo de Licenciamento	Rodovia Casimiro Teixeira Km 43	Reforma simplificada	Pintura de fachada e colocação de toldo	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004476/2013-14	19/12/2013	
217	2013	30/10/2013	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 116	Reforma simplificada	Colocação de Informe	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004293/2013-07	19/12/2013	Aprovado, acompanha descrição das diretrizes do IPHAN para colocação de placas e toldos
218	2013	01/04/2013	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 79	Reforma simplificada	Pintura de fachada, elevação do muro e portão, e substituição das esquadrias (portas e janelas) mantendo as mesmas medidas	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003017/2013-13	29/04/2013	"O pedido não alia o caráter formal da edificação situada no Conjunto Tombado." e sugestão de pintura do barrado em tons de marrom para facilitar a manutenção
219	2013	18/04/2013	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 70	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004111/2013-90	15/10/2013	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
220	2013	30/10/2013	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 450	Reforma simplificada	Instalação de Informe publicitário	Entorno	Aprovado	01506.004294/2013-43	19/12/2013	Aprovado, acompanha descrição das diretrizes do IPHAN para colocação de informes publicitários, de acordo com a cartilha do IPHAN "orientações para reformas simplificadas"
221	2013	26/11/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 130	Reforma simplificada	Instalação de Informe publicitário	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004477/2013-69	19/12/2013	Aprovado, acompanha descrição das diretrizes do IPHAN para colocação de informes publicitários, de acordo com a cartilha do IPHAN "orientações para reformas simplificadas"
222	2013	06/02/2013	Processo de Licenciamento	R. 7 de Setembro, 584	Reforma simplificada	Pintura de fachada, com reforma, e reforma da calçada.	Entorno	Aprovado	01506.002666/2013-05	25/02/2013	A reforma proposta não altera a ambiência da área tombada, e portanto foi aprovada.
223	2013	23/09/2013	Processo de Licenciamento	R. Rua das Neves, 110	Reforma simplificada	Colocação de grade de proteção na fachada	Perímetro tombado	Indefinido	01506.004110/2013-45	15/10/2013	"o iphan adota para o Centro Histórico que as fachadas não deverão ter elementos metálicos ou outros materiais que caracterizem a ambiência do conjunto tombado". Por isso, indeferem o pedido, devendo o interessado colocar a grade protetora por detrás da porta de entrada. Sugere-se ainda a leitura da cartilha do IPHAN "Orientações para reformas simplificadas"
224	2013	12/11/2012	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 330	Reforma simplificada	Reforma da calçada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.002662/2013-19	08/03/2013	Colocação de pedra Miracema, de acordo com orientação técnica do IPHAN.
225	2013	26/11/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 287	Reforma simplificada	Instalação de Informe publicitário	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004478/2013-11	19/12/2013	Aprovado, devendo o letreiro estar de acordo com as diretrizes do IPHAN.
226	2013	30/10/2013	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 34	Reforma simplificada	Pintura de fachada e Colocação de vitrine de vidro na parte interna	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004291/2013-18	19/12/2013	Sendo uma vitrine interna, foi considerado que não altera a fachada, e portanto passível de aprovação.
227	2013	09/09/2013	Processo de Licenciamento	Morro do Cristo	Reforma simplificada	Ampliação da sala técnica de aparelhos de transmissão de rádio da polícia Civil do Estado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003901/2013-58	15/10/2013	é considerado que a solicitação não apresenta obstrução visual e comprometimento das características da área tombada.

Nº Controle	Ano	Data Inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
228	2013	17/05/2013	Processo de Licenciamento	R. 7 de setembro, 17	Reforma	Revitalização e ampliação de edifício comercial	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003175/2013-73	21/06/2013	Proposta de Construção de mezanino, cobertura de telha cerâmica com altura de 6,57m e com partes a demolir identificadas em planta. A intervenção é aprovada, sendo considerada que a mesma mantém as características originais que compõem o Conjunto Urbano, e que foi respeitada a altura máxima de 7m, para que não haja obstrução visual e comprometimento das características da-Proposta com partes a demolir identificadas em planta, construção de mezanino e cobertura em telhas de cerâmica na altura de 7,03m. A proposta foi considerada passível de aprovação, pois ultrapassa apenas "a diferença irrisória de 0,03m. O telhado deve manter a altura da cumeeira da edificação lateral, para assim não afetar a ambiência nos seus aspectos de visibilidade e historicidade.
229	2013	24/05/2013	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 92	Reforma	Reforma e ampliação de edifício comercial	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003214/2013-32	21/06/2013	"Não cabe ao IPHAN dispor quanto a regularização de imóveis"
230	2013	25/02/2013	Processo de Licenciamento	R. Projeteada, s/n	Reforma	Regularização e ampliação de residência unifamiliar	Entorno	arquivado	01506.002733/2013-83	29/04/2013	No primeiro parecer, de 22/02, o técnico julga não ser possível aprovar o projeto, pois este não apresenta a diferenciação das partes a demolir e a construir, não sendo possível avaliar o caráter da intervenção interna. Além disso apresentava previsão de uso de telhas de fibrocimento, não sendo esta permitida no Centro Histórico, deve ser substituída para nova solicitação. No segundo requerimento o projeto apresentado é de conservação da edificação. No segundo parecer, de 11/12, o projeto é aprovado, com orientações para a cobertura do anexo (segundo as diretrizes do IPHAN do tema) e recomendação para recuperação de portas e esquadrias.
231	2013	11/03/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 440	Reforma	Reforma / Conservação de edificação (2o requerimento)	Perímetro tombado	Indeferido e Aprovado depois	01506.002814/2013-83	19/12/2013	O primeiro parecer indefere projeto para "adequação quanto a gabarito, revestimentos, cores e equipamento publicitário. No segundo parecer, de 28/06, o projeto é aprovado, pois foram atendidas as solicitações do primeiro parecer, ficando apenas a ressalva que o projeto não apresenta detalhamento de gradil, que deverá ser apresentado ao IPHAN antes de ser executado. O último parecer de 03/04/2014, aprova o gradil do projeto.
232	2013	08/03/2013	Processo de Licenciamento	Av. Jânio Quadros, s/n	Construção de imóvel	Construção de edificação nova para a Agência da Previdência Social em Iguape/SP	Entorno	Indeferido e Aprovado depois	01506.002796/2013-30	07/04/2014	O primeiro parecer, de 29/04, indefere o projeto para revisão da altura total da edificação dos fundos a ser construída, já que o projeto prevê altura total de 7,78m enquanto a altura máxima permitida no local seria de 7m. No segundo parecer, de 11/12, considerando que o projeto se revisto (7,25m de altura) e a proposta está "em conformidade com as normas que regem o tombamento, não afeta a ambiência nos seus aspectos de visibilidade e historicidade" o projeto é aprovado
233	2013	05/04/2013	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 335	Reforma	Reforma de edificação, com reorganização interna (construção e demolição de paredes) e construção de edícula no fundo.	Perímetro tombado	Indeferido e Aprovado depois	01506.002951/2013-18	19/12/2013	A altura total da construção é de 7,00m, serão usado materiais como esquadrias em madeira, telhas de barro e telha cerâmica. Foi considerado que a proposta está em conformidade com as normas que regem o tombamento e não afeta a ambiência.
234	2013	02/09/2013	Processo de Licenciamento	R. Major Moutinho, s/n lote 234	Construção de imóvel	Construção de edificação de 2 pavimentos para salas de ensino	Entorno	Aprovado	01506.003841/2013-73	08/11/2013	O primeiro requerimento apresentava projeto com altura de 10,15, sendo que para o setor era permitido edificações com altura máxima de 8m, o projeto foi indeferido e são apresentadas uma série de recomendações para apresentação de novo projeto. No segundo parecer, de 14/01/14, o projeto é aprovado, visto que foram atendidas as recomendações do primeiro parecer. São apenas acrescentadas recomendações quanto a pintura do imóvel que deverá ser apresentada em novo requerimento.
235	2013	23/09/2013	Processo de Licenciamento	Av. Carvalho Pinto, lote 85	Construção de imóvel	Construção de edificação comercial de 2 pavimentos	Entorno	Indeferido e Aprovado depois	01506.004003/2013-17	20/01/2014	

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
236	2013	30/10/2013	Processo de Licenciamento	Av. Nossa Senhora do Rocio, 1240	Construção de imóvel	Construção de edificação de uso religioso de 2 pavimentos	Entorno	Indeferido e Aprovado depois	01506.004276/2013-61	22/09/2014	O primeiro projeto é indeferido (17/01), para adequação a uma série de recomendações para adequação às diretrizes estabelecidas para a área, inclusive a substituição das telhas de fibrocimento previstas no projeto por telhas de barro. "Em reunião na superintendência em SP, foi apresentada a proposta de pintura da telha de fibrocimento em tom de telha de barro, devido ao fato de que na edificação principal a estrutura em pré-moldado sofreria uma alteração bastante significativa inviabilizando o término da obra. As esquadrias de alumínio serão substituídas". Considerando que a área está no entorno do Setor do Vale Grande, com diversas construções descaracterizadas, e entendendo que as alterações propostas não interferem na ambiência e visibilidade da área de entorno, o projeto foi aprovado em 18/09.
237	2013	02/12/2013	Processo de Licenciamento	R. Capitão Floramante, 755	Reforma	Ampliação de edificação comercial de 2 pavimentos	Perímetro tombado	Indeferido e Aprovado depois	01506.004529/2013-05	07/04/2014	O primeiro projeto é indeferido em 14/01/14, para correção das plantas que foram apresentadas com medidas erradas, e adequação a altura máxima de 8m. Em 03/04/14 o projeto é aprovado considerando que a nova proposta atende as recomendações do primeiro parecer. São apenas acrescentadas recomendações quanto a pintura do imóvel que deverá ser apresentada em novo requerimento.
210	2013	20/12/2013	Processo de Fiscalização	Largo da Basílica, 163	Reforma (obra irregular)	Reforma simplificada irregular, com pintura da fachada e colocação de placa de publicidade sem autorização prévia	Perímetro tombado	arquivado	01506.005538/2013-13	31/03/2015	No último memorando (31/03/15) é informado ao coordenador que foi emitido em 19/12/13 a NAD (notificação para apresentação de documentos) No 20409. Comunica-se nesse memorando que foi retirado o informe publicitário irregular e o proprietário está providenciando requerimento e documentação para regularização do processo em questão, e assim sendo, pede arquivamento deste processo de fiscalização.
238	2013	11/12/2013	Processo de Licenciamento	R. 7 de setembro, 185	Reforma	Reforma e ampliação de edificação	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004607/2013-63	03/02/2014	Foi considerada que a reforma está em conformidade com as normas que regem o tombamento, sendo aprovada a intervenção.
239	2013	19/12/2013	Processo de Licenciamento	R. Major Ricardo Kroner, 145	Reforma simplificada	Instalação de Informe publicitário	Perímetro tombado	Aprovado parcialmente	01506.004701/2013-12	03/02/2014	Prevê a instalação de placa acima da porta de entrada e tótem em estrutura de ferro, em frente ao muro. É autorizada a colocação da placa acima da porta por ser considerada de acordo com o estabelecido pelo folheto do IPHAN, "estando indeferida a instalação do Tótem, por não ser permitida a exibição de mais de um letreiro a um só estabelecimento".
240	2013	19/12/2013	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 108	Reforma simplificada	Pintura de fachada, com Reforma (substituição de 3 janelas e uma porta e recuperação dos arcos existentes em alvenaria da porta e	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004702/2013-67	20/01/2014	"o proprietário solicita autorização para substituição de três janelas da fachada do imóvel de modo a recuperar o original (...)", Considerando a proposta em conformidade com as normas, o projeto é aprovado.

Nº Controle	Ano	Data Inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
241	2013	19/12/2013	Processo de Licenciamento	R. dos Estudantes, 99	Reforma	Construção de muro na fachada do imóvel, colocação de grades e portão de ferro; Pintura da fachada e Reforma da calçada.	Entorno	Indeferido e Aprovado depois	01506.004703/2013-10	22/05/2014	A solicitação de alteração na fachada (construção do muro) foi indeferida, informando o requerente que o material ferro deveria ser substituído por madeira, e com recomendações quanto as outras solicitações. Porém a reforma é iniciada sem autorização. Em 27/02/14, a requerente envia uma carta ao IPHAN sobre a reforma, nela afirma que recebeu o parecer solicitando a troca do ferro por madeira, mas que como o portão já está feito e houve um gasto muito grande não poderá fazer a substituição antes de 3 anos. Há também um documento da técnica responsável relatando a superintendência a situação, diz também que: "o imóvel em referência encontra-se no entorno do perímetro tombado pelo IPHAN e apesar das orientações técnicas de que as fachadas não deverão ter elementos metálicos, entendo que não há interferência significativa na ambiência ou visibilidade da área. Desta forma, se de acordo, sugiro não haver necessidade de substituição do gradil e portão, informando a proprietária da importância de aguardar aprovação da proposta de intervenção para realização da obra, para não haver divergências e que em uma próxima intervenção deverá substituir o material, conforme o informado no Parecer Técnico". Em 14/05/14 a requerente entra com nova solicitação para troca do ferro por madeira, muro e calçada.
242	2013	19/12/2013	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 142	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004705/2013-09	20/01/2014	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas". Em 29/10/13 foi entregue NDA No 20406 para entrega de documentos referentes a obra. Em 01/11 o proprietário apresenta o requerimento solicitando reforma para calçada (concretando, como no original). Além disso havia uma mureta de lajota, que será substituída por um muro com partes em alvenaria e partes em alumínio branco ou vidro. p acabamento do muro será em gralato com cor "salmao". Sendo toda a proposta de intervenção em desacordo com as normas, o IPHAN indefere, devendo o interessado entrar com novo requerimento substituindo o revestimento externo do muro por argamassa lisa. os elementos em alumínio que portão, madeira e o balcão e calçada por pedra. Em 29/10/13 foi entregue NDA No 20405 para entrega de documentos referentes a obra. Em 07/11 o proprietário apresenta o requerimento solicitando autorização para reforma para fechamento da garagem com cobertura em telha de barro e colocação de portão de madeira. Havia um muro baixo com pequena abertura em elemento vazado, que será retirado e substituído por dois portões de madeira. Considerando que a proposta atende as recomendações e se apresenta em acordo com Em 29/10/13 foi entregue NDA No 20404 para entrega de documentos referentes a obra. O proprietário compareceu ao escritório técnico em Iguaçu explicando que foi feita uma limpeza nos fundos da edificação gerando o entulho encontrado na frente da casa na vistoria. "Não houve reforma do imóvel" dessa forma foi solicitado arquivamento deste processo. O proprietário foi notificado em 29/10/13, não tendo respondido os trâmites e prazos estabelecidos, a técnica responsável emitiu auto de infração No 11451 de 05/11/13. Foram registrados neste processo varias fichas relatório de fiscalização, além do auto de infração e NPAD. Existe também o parecer do IPHAN sobre o Auto de infração que confirma o auto de infração e indica que informa ao proprietário o valor e prazo da multa. E o processo se encerra com a notificação para pagamento de multa.
243	2013	01/11/2013	Processo de Fiscalização	R. Cônego Braga, 19	Reforma (obra irregular)	Reforma da fachada sem prévia autorização	Perímetro tombado	Indeferido	01506.004475/2013-70	19/12/2013	
244	2013	01/11/2013	Processo de Fiscalização	R. Coronel Rollo, 139	Reforma (obra irregular)	Reforma da fachada sem prévia autorização	Entorno	Aprovado	01506.005470/2013-64	20/01/2014	
245	2013	01/11/2013	Processo de Fiscalização	R. Coronel Rollo, 217	Reforma (obra irregular)	Reforma da fachada sem prévia autorização	Entorno	arquivado	01506.005471/2013-17	10/04/2014	
246	2013	01/11/2013	Processo de Fiscalização	R. Major Rebello, 590	Reforma (obra irregular)	Reforma da fachada sem prévia autorização, autorização para abertura de porta com colocação de vidro exporitor	Entorno	Indeferido	01506.005473/2013-06	06/06/2014	

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
247	2013	07/11/2013	Processo de Fiscalização	R. Agostinho Carneiro Netto, 74	Reforma (obra irregular)	Reforma de ampliação de edificação sem autorização prévia	Entorno	Indeferido e Aprovado depois	01506.005478/2013-21	10/10/2014	Em 31/10/13 foi entregue NDA No 20402 para entrega de documentos referentes a obra. Em 18/12, apresentou documentação para análise, que não trazia informações sobre demolições ou construções, dificultando a avaliação da proposta, assim foi indeferido e sugerido que o projeto seja complementado. Também foi considerado que a construção em pavimentos na fachada do imóvel afetaria a ambiência da área de entorno sendo prejudicial no seu aspecto visual. Em 25/09 o projeto foi aprovado, tendo sido considerado que este atendia as solicitações. Em 31/10/13 foi entregue NDA No 20407 para entrega de documentos referentes a obra. O proprietário compareceu ao escritório técnico do IPHAN e segundo a técnica: "se comprometeu a substituir as telhas de fibrocimento por telhas de barro, solicitando um prazo de 60 dias. Passado o prazo verificamos que nossa solicitação foi atendida conforme foto em anexo. Desta forma, se de acordo, solicito o arquivamento do processo em IPHAN, mas deve estar de acordo com as recomendações e diretrizes do IPHAN relacionadas no parecer
248	2013	07/11/2013	Processo de Fiscalização	R. 7 de setembro, 145	Reforma simplificada	reforma do telhado	Entorno	aprovado	01506.005479/2013-75	13/04/2015	manutenção do telhado com substituição de telhas francesas por portuguesas e madeiramento. Aprovado, com sugestão de substituição também das telhas de fibrocimento da fachada.
249	2013	19/12/2013	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 24	Reforma simplificada	Instalação de toldo retrátil	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004706/2013-45	20/01/2014	Manutenção do telhado com reparo de goterias e calibros.
250	2014	29/09/2014	Processo de Licenciamento	R. 7 de Setembro, 185	Reforma	Substituição de mureta e gradil de ferro	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004764/2014-50	30/10/2014	o portão será trocado por outro de mesmo material e com dimensões proporcionais a abertura do vão. Assim a intervenção foi considerada em conformidade com as normas e foi aprovada.
251	2014	out/14	Processo de Licenciamento	R. 7 de Setembro, 182	Reforma simplificada	reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004763/2014-13	30/10/2014	-
252	2014	02/10/2014	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 190	Reforma simplificada	reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004762/2014-61	30/10/2014	Foi considerado que a intervenção não afeta a ambiência da área.
253	2014	10/11/2014	Processo de Licenciamento	Praça Eng. Greenhalg, 133	Reforma simplificada	Pintura de fachada e Ampliação de vão existente com troca do portão de madeira.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005505/2014-46	18/12/2014	-
254	2014	04/12/2014	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 63	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005507/2014-35	18/12/2014	Foi considerado que a intervenção não afeta a ambiência da área.
255	2014	04/12/2014	Processo de Licenciamento	R. Cônego Braga, 148	Reforma simplificada	Alteração de altura do muro da fachada e troca de portão.	Entorno	Aprovado	01506.005504/2014-00	18/12/2014	-
256	2014	04/12/2014	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 255	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005506/2014-91	18/12/2014	Foi considerado que a intervenção não afeta a ambiência da área.
257	2014	23/01/2014	Processo de Licenciamento	R. David Koda, 167	Reforma	Ampliação de edificação comercial (com alteração da cobertura e reorganização interna das paredes)	Entorno	Aprovado	01506.003103/2014-15	07/04/2014	Reforma com reorganização interna dos espaços por meio de demolições e construções de paredes. Quanto a regularização, não cabe ao IPHAN dispor sobre, no entanto novas intervenções deverão ser autorizadas pelo órgão. E entendendo que a intervenção apresentada adota os parâmetros da normatização que envolve as áreas de entorno do Centro Histórico, foi aprovada.
258	2014	05/12/2014	Processo de Licenciamento	R. Major Kronner, 66	Reforma e Regularização de edificação	Regularização e ampliação de edificação residencial térrea	Entorno	Aprovado	01506.005580/2014-15	30/12/2014	A cobertura em fibrocimento será substituída por telhas de cerâmica. O pedido é aprovado sendo considerado que a proposta se apresenta em conformidade com as regras que regem o
259	2014	14/05/2014	Processo de Licenciamento	R. Major Rebello, 27	Reforma	Reforma com substituição das paredes internas (demolição e reconstrução)	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003796/2014-38	04/06/2014	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
260	2014	05/05/2014	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, 92	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003799/2014-71	22/05/2014	Trata-se de denúncia de morador de Iguape, sobre a colocação de poste (sem autorização prévia do IPHAN, na calçada junto à parede da Igreja do Rosário, "com prejuízos vários para a circulação da população, especialmente cadeirantes", segundo o denunciante. O morador solicita a retirada do poste e instalação de refletor direcionado para a parede da Igreja, em seu lugar. O IPHAN responde ao solicitante, informando que encaminhou a prefeitura um comunicado solicitando a retirada do referido poste de iluminação e análise de uma solução menos interventiva.
261	2014	05/04/2014	Processo de Licenciamento	Rua Paulo Moutinho, s/n (ao lado da Igreja do Rosário)	Obra de infraestrutura	Denúncia de colocação de poste (obra irregular) pela prefeitura, junto a Igreja do Rosário. Solicitação para remoção do mesmo e colocação de refletor em seu lugar.	Perímetro tombado	Indeferido	01506.003566/2014-79	10/04/2014	

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
262	2014	03/02/2014	Processo de Licenciamento	R. Maestro Moacir Serra, s/n	Construção de imóvel	Construção de residência unifamiliar térrea	Entorno	Aprovado	01506.003293/2014-18	07/04/2014	Construção em terreno vazio no entorno do perímetro tombado. Considerando que a proposta não interfere na ambiência ou visibilidade da área de entorno, o projeto é aprovado. Lembrando que a pintura do imóvel deverá ser apresentada em novo requerimento, sendo proibido o uso de cores fortes.
263	2014	16/07/2014	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, 170	Reforma simplificada	Pintura de fachada; reforma da fachada (remoção das pastilhas existentes, aplicação de moldura) e Reforma da calçada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004077/2013-34	22/07/2014	A intervenção foi aprovada tendo sido considerado que a mesma se apresenta em conformidade com as regras que regem o tombamento. Também é lembrado que o IPHAN tem regras para a reforma das calçadas, que devem ser feitas em pedra Miracema retangular, paralela à fachada do imóvel, sem travamento.
264	2014	08/04/2014	Processo de Licenciamento	Largo Marcondes Salgado, 10	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003632/2014-19	16/05/2014	Reforma do telhado (retirada das telhas para colocação de manta e recolocação das telhas). Aprovada, observando as regras que regem tal intervenção.
265	2014	06/10/2014	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, 157	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004696/2014-29	10/10/2014	-
266	2014	17/04/2014	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 123	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004562/2014-16	02/10/2014	Reforma do telhado (substituição das telhas de fibrocimento por telhas cerâmicas). Aprovada, observando as regras que regem tal intervenção e estão no parecer.
267	2014	29/08/2014	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 498	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004404/2014-58	10/09/2014	Reforma do telhado (substituição das telhas francesas por telha colonial antigo). Aprovada, observando as regras que regem tal intervenção e estão no parecer.
268	2014	07/04/2014	Processo de Licenciamento	R. Treze de Maio, 155	Reforma simplificada	Pintura de fachada e reforma do telhado	Entorno	Aprovado	01506.003586/2014-40	10/04/2014	Pintura da fachada, aumentar a altura da parede imóvel em 1m, Reforma do telhado (substituir o madeiramento e as telhas) e troca das portas de madeira. Aprovada, observando as regras que regem as intervenções propostas e estão no parecer.
269	2014	03/04/2014	Processo de Licenciamento	R. Coronel Jeremias Muniz, s/n	Construção de imóvel	Construção de edificação residencial térrea	Entorno	Aprovado	01506.003572/2014-26	28/04/2014	A intervenção foi aprovada tendo sido considerado adequada e em acordo com as diretrizes da IPHAN.
270	2014	28/01/2014	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 102	Reforma simplificada	Colocação de toldo e reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003285/2014-16	07/04/2014	Colocação de toldo e Reforma do telhado (refazer o madeiramento e colocação de manta térmica). Aprovada, observando as regras que regem as intervenções propostas e estão no parecer.
271	2014	09/09/2014	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 03	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004488/2014-20	22/09/2014	-
272	2014	09/09/2014	Processo de Licenciamento	R. 7 de setembro, 587	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Entorno	Aprovado	01506.004486/2014-31	22/09/2014	Reforma de telhado (troca de telhas e madeiramento) recuperação da calçada e colocação de grade na janela. Aprovada, observando as regras que regem as intervenções propostas e estão no parecer.
273	2014	29/08/2014	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 567	Reforma simplificada	Reforma de telhado	Entorno	Aprovado	01506.004403/2014-11	10/09/2014	Reforma de telhado (troca de telhas e madeiramento). Aprovada, observando as regras que regem as intervenções propostas e estão no parecer.
274	2014	abr/14	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 64	Reforma simplificada	Pintura de fachada, instalação de equipamento publicitário, toldo retrátil e iluminação externa	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003643/2014-91	16/05/2014	Aprovado desde que atendidas as especificações e recomendações do IPHAN.
275	2014	14/05/2014	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, 12	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003802/2014-57	22/05/2014	Pintura em conformidade com o folheto do IPHAN
276	2014	14/05/2014	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 66	Reforma	Abertura de vão na fachada para caixa de medição elétrica	Perímetro tombado	Indeferido	01506.003801/2014-11	22/05/2014	"O IPHAN adota para o Centro Histórico que as fachadas devem ser preservadas, não sendo admitida qualquer alteração. Não será permitida a instalação de medidores (...) nas fachadas de edificações ou muros voltados para a rua."
277	2014	14/05/2014	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, 46	Reforma simplificada	Reforma de telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003803/2014-00	22/05/2014	Reforma de telhado (com substituição do madeiramento e troca de telhas)
278	2014	20/05/2014	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 116	Reforma simplificada	Alinhamento de parapeito	Perímetro tombado	Indeferido	01506.003842/2014-07	04/06/2014	"[...]tendo que a proposta apresentada em relação a edificação já consolidada não interfere no seu aspecto visual, porém a construção não se apresenta em conformidade com as normas que regem o tombamento interferindo significativamente na ambiência e visibilidade da área tombada" - Recomenda-se a substituição de materiais (mencionados no parecer) além de letreiro e toldo, de acordo com as informações contidas no folheto do IPHAN.

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
279	2014	27/06/2014	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 389	Reforma	Reforma e ampliação de edificação (com paredes a demolir e construir)	Entorno	Indeferido	01506.004003/2014-06	02/07/2014	São previstos no projeto elementos como cobertura de fibrocimento e porta de aço, que não condizem com as recomendações do IPHAN para Centros Históricos. Assim, considerando que "a intervenção não se apresenta em conformidade com as normas que regem o tombamento, indeferem o tombamento.
280	2014	07/05/2014	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 108	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Entorno	Aprovado	01506.003895/2014-10	04/06/2014	Justificando que a solução encontrada era a mais adequada dadas as circunstâncias e que "a rede secundária não pode cruzar o meio da rua" solicita a liberação da obra em questão. O IPHAN por sua vez, responde através do ofício 0497/2014, que "A colocação não autorizada está muito próxima à parede lateral da igreja, provocando sérios riscos de dano à edificação tanto na sua colocação como na retrada devido ao uso de guindastes ou outros mecanismos. Entendo ser um elemento estranho e prejudicial à contemplação do edifício histórico, como também uma agressão ao transeunte, visto que na posição em que foi colocado, numa calçada extremamente estreita, obstrui a passagem de pedestres e impede o acesso de cadeirantes". Assim sendo, o IPHAN sugere a colocação de refletores no poste já existente "suprimindo assim a necessidade de iluminação do logradouro e com menos impacto visual, e informa a Prefeitura de Juazeiro a necessidade da imediata retirada.
281	2014	03/04/2014	Processo de Licenciamento	Rua Paulo Moutinho, s/n (ao lado da igreja do Rosário)	Obra de infraestrutura	Colocação de poste junto à parede da igreja do Rosário. Prefeitura solicita a liberação para a instalação do poste de iluminação pública	Perímetro tombado	Indeferido	01506.003567/2014-13	10/04/2014	Restauração da Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Proposta prevê a proteção da calha da torre, reparos na cruz de ferro da fachada, limpeza dos forros e entre forros, realização de conservação das janelas e efetuação de levantamentos cadastrais. Considerando que a proposta está em conformidade com as normas que regem o tombamento, é aprovada.
282	2014	28/02/2014	Processo de Licenciamento	Largo do Rosário, s/n	Reforma simplificada	Conservação de edificação.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003380/2014-10	07/04/2014	
283	2014	16/07/2014	Processo de Licenciamento	R. Capitão Floramante, 840	Reforma simplificada	Elevação do pé direito da edícula	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004096/2014-61	22/07/2014	Projeto de reforma com reorganização interna dos espaços, com construção de novas paredes no anexo do pav. Térreo, e ampliação com a construção de um segundo pav. Sobre o anexo do pav. Térreo. Para a cobertura estão previstas partes de telhas de fibrocimento e há janelas em alumínio. O primeiro projeto foi indeferido, pois estava previsto o uso de materiais que são proibidos o uso em perímetro tombado e entorno, como telhas de fibrocimento e elementos metálicos nas fachadas. Também a construção não pode passar da altura máxima de 7m. Portanto o projeto foi indeferido para apresentação de novo projeto segundo as recomendações descritas. O segundo projeto apresentado foi aprovado pois respeitou a altura de 7m. Além disso para a área de ampliação foram previstas esquadrias de janela, e a cobertura toda feita em telha cerâmica.
284	2014	10/01/2014	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 288	Reforma	Reforma e ampliação de templo religioso	Entorno	Indeferido e Aprovado depois	01506.003029/2014-29	30/12/2014	
285	2014	10/01/2014	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 202	Reforma simplificada	Autorização para colocação de novo portaleite para reforma na rede elétrica	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003025/2014-41	20/01/2014	Aprovado, pois foi considerado que não afeta a ambiência nos seus aspectos de visibilidade e historicidade.
286	2014	10/01/2014	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 48	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003027/2014-30	20/01/2014	pintura nas mesmas cores existentes
287	2014	10/01/2014	Processo de Licenciamento	Praça São Benedito, 110	Reforma simplificada	Conservação de edificação	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003028/2014-84	20/01/2014	Conservação da edificação da secretária de Meio ambiente. proposta de conservação: reparos no piso de madeira, limpeza de telhado, substituição de fiação elétrica e pintura de fachada.
288	2014	22/01/2014	Processo de Licenciamento	R. dos Estudantes, 106	Reforma simplificada	Projeto de adequação para portadores de mobilidade reduzida.	Entorno	Aprovado	01506.003083/2014-74	25/03/2014	Aprovada a proposta observando as recomendações do parecer, principalmente quanto à limpeza do telhado. Projeto de adequação para portadores de mobilidade reduzida para o Fórum. Interessado: Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania. Prédio: Fórum da Comarca de Iguaçu. Proposta de construção de rampa de acesso em alvenaria com corrimão em tubo de aço galvanizado.

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
289	2014	23/01/2014	Processo de Licenciamento	R. 7 de Setembro, 329	Reforma simplificada	Pintura de fachada, com reforma	Entorno	Aprovado	01506.003102/2014-62	25/03/2014	Retirada das pastilhas na fachada e pintura da fachada
290	2014	10/02/2014	Processo de Licenciamento	Av. Princesa Isabel, lote 122	Reforma	Reforma de edificação comercial	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003233/2014-40	07/04/2014	o imóvel tem um pavimento só, com altura total de 5,28m, cobertura em telha cerâmica, piso em cimento queimado, esquadrias em madeira e vidro temperado; e a fachada será restaurada como a original e pintada com tinta a base de cal.
291	2013	31/08/2013	Processo de Licenciamento	Av. Adhemar de Barros, 206	Reforma simplificada	Construção de "Pergolado" em estabelecimento comercial	Entorno	Aprovado	01506.003249/2014-52	04/10/2013	*A intervenção proposta no imóvel, já bastante descaracterizado, avança a frente do estabelecimento cerca de 6m, permitindo assim o alinhamento do lote, trazendo a paisagem um efeito positivo não interferindo na ambiência ou visibilidade e valorizando a área". Considerando isso, o projeto foi aprovado. O processo já havia sido finalizado em 2013 (N.01506.003777/2013-21).
292	2014	14/02/2014	Processo de Licenciamento	R. Tiradentes, 309	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003283/2014-27	25/03/2014	De acordo com o estabelecido pelo caderno "orientações técnicas para reformas simplificadas"
293	2014	14/02/2014	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, s/n	Reforma simplificada	Pintura de fachada, com reforma	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003284/2014-71	25/03/2014	Reforma da fachada: elaboração de moldura e barrado em alvenaria, acabamento em telha do beiral. "retornando a fachada à sua origem"; colocação de spots embutidos para iluminação da fachada, instalação de toldos retráteis e letreiro; e pintura da fachada em
294	2014	20/01/2014	Processo de Licenciamento	R. 9 de Julho, 98	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003286/2014-61	25/03/2014	Restauração de beirais e telhado. Aprovado, com orientações para recomposição do telhado
295	2014	04/02/2014	Processo de Licenciamento	R. Capitão Floramante, 277	Reforma	Reforma da fachada (com aumento na altura do muro de 0,20m). Reparo da calçada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003288/2014-50	25/03/2014	Além do aumento no muro, estão previstos reparos nas rachaduras e colocar revestimento cerâmico no muro. No parecer é esclarecido que: O Iphan adota para revestimento externo das fachadas argamassa lisa, não sendo permitidos outros revestimentos, e para as calçadas a colação de pedra Miracema em padrão retangular, colocadas em paralelo a fachada do imóvel. Observadas essas recomendações, e considerado que a proposta não interfere significativamente a ambiência e visibilidade da área tombada, o projeto é aprovado.
296	2014	14/02/2014	Processo de Licenciamento	R. das Neves, 113	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003290/2014-29	25/03/2014	Utilização de tinta PVA. Aprovado pois está de acordo com as normas do IPHAN.
297	2014	05/02/2014	Processo de Licenciamento	Av. Princesa Isabel, 495	Reforma	Reforma e Ampliação de Imóvel térreo para 2 pavimentos.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003291/2014-73	25/03/2014	A proposta atende as recomendações de altura máxima de 7m, e considerando que na proposta não há obstrução visual e comprometimento das características da área tombada, foi aprovado o projeto.
298	2014	04/02/2014	Processo de Licenciamento	R. XV de Novembro, 195	Reforma simplificada	Conservação de edificação.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003293/2014-62	24/03/2014	Conservação de edificação e reforma interna. A proposta prevê a preservação das telhas e madeiramento, substituindo apenas o forro de tábuas de pinho (2o Pav.), por forro de PVC. Também serão preservadas as portas do pav. Térreo, as portas e janelas do pav. Superior serão substituídas por novas. Foi considerado que a proposta atende as recomendações do IPHAN, sendo assim este aprovado.
299	2014	17/02/2014	Processo de Licenciamento	Praça da Basílica, 63	Reforma simplificada	Pintura de fachada	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003491/2014-26	25/03/2014	Solicitação da Prefeitura.
300	2014	12/03/2014	Processo de Licenciamento	R. Ana Cândida Sandoval Trigo, 168	Reforma simplificada	Pintura de fachada, com reforma	Entorno	Aprovado	01506.003782/2014-14	20/07/2014	Reforma da fachada, com substituição de 3 janelas e uma porta e recuperação dos arcos existentes em alvenaria da porta e janelas. Reforma: abertura de garagem pré-existente, com colocação de portão de madeira, alteração da altura do muro e substituição de telhas. Aprovado, desde que seguindo as recomendações descritas no parecer. Além disso há a recomendação da substituição da grade de alumínio existente na fachada, por não se enquadrar nos quadros do IPHAN para áreas tombadas.
301	2014	20/05/2014	Processo de Licenciamento	R. Cônego Braga, 33	Reforma simplificada	Reforma de telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003783/2014-69	02/07/2014	Troca das telhas que se encontram em situação precária, sendo mantida a originalidade do imóvel. Aprovado, desde que siga as recomendações descritas pelo IPHAN, e "recomendando expressamente que seja feita a recuperação do imóvel, sem que haja intervenções agressivas, mantendo-se o caráter da conservação da edificação".

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
802	2014	15/05/2014	Processo de Licenciamento	R. 7 de Setembro, 16	Reforma	Regularização e Reforma de salões comerciais e de residência assobradada.	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003797/2014-82	19/05/2015	A proposta prevê que as esquadrias em alumínio atuais serão substituídas por esquadrias em madeira; reorganização da fachada com colocação de vitrines direta na alvenaria e retirada das portas do aço e substituição por portas de madeira. Na pintura da fachada será utilizada tinta a base de cal. Considerando que "a edificação atual se encontra totalmente descaracterizada, apresentando diversos elementos em desacordo com as normas que regem o tombamento. Entendo que as modificações propostas se apresentam em conformidade com o estabelecido para o Centro Histórico contribuindo significativamente na ambiência e valorização da edificação como também do logradouro", essa é a justificativa para a aprovação do primeiro pedido do processo. Em visita de rotina foi verificado que a obra executada estava em desacordo com o projeto aprovado, e foi emitido termo de embargo No 15409, em 19/12/14. há uma outra solicitação de 27/04/2015, " nova proposta de reforma, em atendimento ao termo de embargo" que é também aprovada, visto que é considerado que se a obra não for executada de acordo com o projeto aprovado, cabe ao órgão dispor sobre o assunto. A reforma prevê ampliação do segundo pavimento, na edificação que possui altura total de 7m, e cobertura em telha de barro sobre estrutura de madeira e laje. Também prevê piso cerâmico em todos os comodors e todas esquadrias em madeira. Considerando que : "a edificação em questão encontra-se inacabada, em péssimo estado de conservação, com uso de materiais inadequados em sua fachada. Entendo que a intervenção proposta se apresenta em conformidade com as normas que regem o tombamento, melhorando significativamente a ambiência e visibilidade não só da edificação como também do logradouro e área de entorno. ", o projeto é aprovado, desde que se cumpram as recomendações apresentadas neste Relatório para as LOAS AMERICANAS. Colocação de Informe
803	2014	20/05/2014	Processo de Licenciamento	R. Cônego Braga, 148	Reforma	Reforma de edificação comercial, instalação de toldo e informe publicitário	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003840/2014-18	04/06/2014	Reforma para as LOAS AMERICANAS. Colocação de Informe
804	2014	20/05/2014	Processo de Licenciamento	Largo da Basílica, 232	Reforma	Reforma de edificação comercial, instalação de toldo e informe publicitário	Perímetro tombado	Aprovado	01506.003841/2014-54	04/06/2014	Reforma para as LOAS AMERICANAS. Colocação de Informe
805	2014	04/06/2014	Processo de Licenciamento	R. Major Moutinho, lote 234	Reforma (obra irregular)	Regularização de construção de imóvel comercial (obra irregular)	Entorno	Aprovado	01506.004089/2014-69	02/07/2014	Reforma para as LOAS AMERICANAS. Colocação de Informe

Nº Controle	Ano	Data Inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
306	2014	16/09/2014	Processo de Licenciamento	R. Capitão Dias, 395	Reforma	Reforma e ampliação de edificação residencial	Entorno	Indeferido e Aprovado depois	01506.004489/2014-74	24/02/2015	A proposta prevê a ampliação e reorganização com construção de novas paredes e demolição de outras. A primeira solicitação foi indeferida em 09/09/14, com solicitação de revisão do projeto em relação aos planos de cobertura, altura da edificação e esquadrias, para que não houvesse comprometimento das características que envolvem o entorno do Centro Histórico. "A nova proposta apresenta uma legenda mais específica demonstrando quais áreas a conservar, a demolir e a construir, onde podemos verificar que a altura da edificação será menor que a atual, as esquadrias externas em alumínio anodizado e blindex foram substituídas por PVC Imbuia." Considerando que a nova proposta atende as recomendações e se apresenta em conformidade com as normas que regem o tombamento, o processo foi arquivado. Sobre a regularização, o IPHAN responde que não cabe ao órgão dispor sobre o assunto. A reforma prevê ampliação e reorganização interna por meio de construção de novas paredes e demolição de outras e a elevação de um segundo pavimento, com altura total de 8m e cobertura em estrutura de madeira e telhas de barro. Portas e janelas em madeira, metal e vidro, não afetando o fator histórico da fachada. O projeto é aprovado, seguindo as recomendações descritas pelo IPHAN.
307	2014	04/12/2014	Processo de Licenciamento	R. Agostinho Carneiro Netto, 78	Reforma	Regularização e ampliação residencial	Entorno	Aprovado	01506.005508/2014-80	18/12/2014	Sobre a regularização, o IPHAN responde que não cabe ao órgão dispor sobre o assunto. A reforma prevê ampliação e reorganização interna por meio de construção de novas paredes e demolição de outras e a elevação de um segundo pavimento, com altura total de 8m e cobertura em estrutura de madeira e telhas de barro. Portas e janelas em madeira, metal e vidro, não afetando o fator histórico da fachada. O projeto é aprovado, seguindo as recomendações descritas pelo IPHAN.
308	2014	29/12/2014	Processo de Licenciamento	Travessa Moacir Serra, 45	Reforma	Regularização e ampliação residencial	Entorno	Aprovado	01506.005664/2014-41	14/02/2015	Sobre a regularização, o IPHAN responde que não cabe ao órgão dispor sobre o assunto. A reforma prevê ampliação acrescentando ao imóvel principal uma edícula nos fundos, com cobertura em telhas de barro, altura total de 4m, piso cerâmico. Também prevê portas e janelas em madeira. E pintura do imóvel em latex acrílica. Considerando que a intervenção não afeta significativamente a ambiência do entorno, o projeto foi aprovado.
309	2014	10/01/2014	Processo de Fiscalização	R. Papa João XXIII	Reforma simplificada	Instalação de Informe publicitário	Perímetro tombado	arquivado	01506.005702/2014-65	30/03/2015	Em vistoria realizada no Centro Histórico de Iguape, foi emitido o NAD (Notificação para apresentação de Documentos) 20410, referente a colocação de Informe Publicitário. Em vistoria periódica posterior foi verificado que o estabelecimento não se encontra mais no imóvel. Dessa forma foi solicitado arquivamento do processo.
310	2014	14/05/2014	Processo de Fiscalização	R. Major Moutinho, lote 234	Reforma (obra irregular)	Construção de Salão irregular.	Entorno	Aprovado	01506.005769/2014-08	31/03/2015	Referente ao No de controle 305. Construção de Salão irregular, que não constava no projeto aprovado. Em vistoria realizada no Centro Histórico, na data de 09/05/2014, foi emitido Termo de embargo 15403, referente a obra irregular com acréscimo de área construída, em desacordo com o projeto aprovado no processo 01506.003841-73. Foi protocolado novo pedido de reforma no qual a intervenção foi aprovada, assim o processo de fiscalização foi arquivado.
311	2014	06/06/2014	Processo de Fiscalização	R. Cônego Braga, 148	Reforma (obra irregular)	Obra irregular sem aprovação do IPHAN	Perímetro tombado	Aprovado	01506.005792/2014-94	30/03/2015	Referente ao No de controle 303. Obra irregular. Em vistoria realizada no Centro Histórico, na data de 09/05/2014, foi emitido Termo de embargo 15403, referente a obra irregular sem aprovação. Através do processo No 01506.003840/2014-18, foi protocolado pedido de reforma no qual a intervenção foi aprovada, assim o processo de fiscalização foi arquivado.
312	2014	03/07/2014	Processo de Fiscalização	R. Capitão Foramante, 840	Reforma simplificada	Reforma do telhado	Perímetro tombado	Aprovado	01506.004096/2014-61	10/04/2015	Reforma do telhado com aumento de altura e inclinação. Em vistoria realizada no Centro Histórico de Iguape, foi emitido o NAD (Notificação para apresentação de Documentos) 20406, referente a reforma da fachada sem prévia autorização. Através do processo 01506.4475/2013-70, foi protocolado requerimento para aprovação da proposta de intervenção, cujo parecer solicitou substituição do material do portão e entrada social, e orientação para revestimento da alvenaria e calçada. Conforme foto anex ao processo a intervenção foi adequada conforme orientado no parecer técnico, sendo o processo arquivado.

Nº Controle	Ano	Data inicial	Tipo de documento	Endereço	Tipo de intervenção	Detalhe da intervenção	Perímetro	Situação	Numero IPHAN	Data Final	Observação
313	2014	16/06/2014	Processo de Fiscalização	R. Major Young, 362	Reforma (obra irregular)	Reforma e ampliação de edificação comercial sem projeto e autorização do IPHAN	Entorno	Aprovado	01506.005805/2014-25	30/03/2015	Em vistoria realizada no Centro Histórico de Iguaçu, foi emitido o Termo de Embargo 15405, em 13/06/14, referente a obra irregular sem prévia autorização. Através do processo 01506.006302/2015-58, foi protocolado requerimento para projeto de reforma, tendo sido autorizado pelo parecer técnico 005/15. O projeto prevê a ampliação do pav superior, com cobertura de telha cerâmica com estrutura em madeira, altura total de 7,20, portas e janelas externas em alumínio anodizado e pintura em látex PVA. O projeto foi aprovado, porém lembrando que não deve-se ter elementos metálicos na fachada e que a pintura deverá passar por novo requerimento, sendo aprovado o projeto, o processo de fiscalização.
314	2014	23/01/2014	Processo de Fiscalização	Av Princesa Isabel, 761	Reforma (obra irregular)	Instalação de informe publicitário e toldo fora de padrão	Perímetro tombado	aprovado	01506.005707/2014-98	13/04/2015	Em vistoria realizada no Centro Histórico de Iguaçu, foi emitido o NAD no 20411, em 13/06/14, recolocação de informa publicitário e toldo, sem prévia autorização e fora do padrão. Segundo o processo, o proprietário compareceu no escritório técnico do IPHAN em Iguaçu para informações sobre o material e medidas corretas, e em nova vistoria foi verificado que a solicitação do IPHAN foi atendida, assim o processo de fiscalização foi arquivado.

CASA DO PATRIMÔNIO
IPHAN
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE